



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS**

EDUARDA HUBNER

**AS BONECAS BIÔNICAS: A EMERGÊNCIA DAS CATEGORIAS TRANSEXUAL E
TRAVESTI NO BRASIL NA ERA FARMACOPORNOGRÁFICA**

**ERECHIM
2021**

EDUARDA HUBNER
(Eduardo Hubner)

**AS BONECAS BIÔNICAS: A EMERGÊNCIA DAS CATEGORIAS TRANSEXUAL E
TRAVESTI NO BRASIL NA ERA FARMACOPORNOGRÁFICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Francisco Feltrin de Souza

ERECHIM
2021

EDUARDA HUBNER

(Eduardo Hubner)

**AS BONECAS BIÔNICAS: A EMERGÊNCIA DAS CATEGORIAS TRANSEXUAL E
TRAVESTI NO BRASIL NA ERA FARMACOPORNOGRÁFICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas, defendido em banca examinadora em ___/___/___

Orientador: Prof. Dr. Fábio Francisco Feltrin

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Allan Moreira Xavier - (Membro titular externo – UFABC)

Profa. Dra. Ivone Maria Mendes Silva - (Membro titular interno – UFFS)

Prof. Dr. Fábio Francisco Feltrin de Souza - (Orientador/presidente - UFFS)

Erechim/RS, Fevereiro de 2021

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Universidade Federal da Fronteira Sul pela oportunidade de ter participado do programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas do campus de Erechim-RS.

Ao professor Prof. Dr. Fábio Francisco Feltrin de Souza pela orientação, ao Prof^o Dr. Atilio Butturi Junior pelas orientações, às Profa. Dr. Ivone Maria Mendes Silva, Adriana Salette Loss, Thaís Janaina Wenczenovicz, Zoraia Aguiar Bittencourt e Joice Beatriz da Costa; aos Professores Dr. Thiago Soares Leite, Thiago Ingrassia Pereira, Mairon Escorsi Valerio, Halferd Carlos Ribeiro Junior, Alexandre Paulo Loro e ao pessoal da secretaria de pós-graduação.

Aos meus colegas das disciplinas do programa.

À minha mãe, Ilga Hübner, por ter incentivado e me proporcionado condições para eu fazer o mestrado.

À CAPES pela bolsa do programa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) Número do processo: 88882.442030/2019-01, Programa CAPES: Programa de Demanda Social - DS. Edital: Edital Regulamento DS.

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo analisar as categorias travesti e transexual, levando em conta o processo histórico brasileiro, a partir da era farmacopornográfica. A dissertação toma a transexualidade e a travestilidade como efeito do dispositivo da sexualidade, produto de um regime do biopoder, operacionalizado através do farmacopoder e do pornopoder. Com isso, procura-se sustentar que a categoria travesti é resultado da incorporação tecnológica e farmacológica de um processo de autocobaia do farmacopoder e do pornopoder no contexto brasileiro a partir dos anos de 1970. Para tanto, procurou-se uma definição histórica das transformações sociais, culturais, políticas e tecnológicas que emanciparam a categoria, na qual um grupo de homossexuais conhecidos como bichas/bonecas nos anos de 1950, incorporou esses elementos, como forma de transformação do corpo e da identidade. Também busquei discutir os processos institucionais e jurídicos que permearam a categoria transexual e seus desdobramentos na sociedade brasileira em contraste com as travestis. Por fim, estabeleço que as categorias travesti e transexual são interdependentes dos processos culturais, sociais, econômicos e tecnológicos na contingência de resistências e marginalização de cada sociedade.

Palavras-Chave: Travesti. Farmacopornográfica. América-Latina. Autocobaia.

ABSTRACT

This work target to analyze the categories transvestite and transsexual, taking into account the Brazilian historical process, from the pharmacopornographic era. The dissertation takes transsexuality and transvestite as an effect of the sexuality device, the product of a biopower government, operationalized through pharmacopower and pornopower. With this, it is sought to maintain that the transvestite category is the result of technological and pharmacological incorporation as part of a process of auto–guinea pig of pharmacopower and pornopower in the Brazilian context from the 1970 ages. The social, cultural, political and technological transformations that emancipated the category, in which a group of homosexuals known as fagots / dolls in the age 1950, incorporated these elements, as a way of transforming the body and identity. I also sought to discuss the institutional and legal processes that permeated the transsexual category and its consequences in Brazilian society in contrast to transvestites. Finally, I establish that the transvestite and transsexual categories are interdependent on cultural, social, economic and technological processes in the contingency of resistance and marginalization of each society.

Key words: Travesti. Pharmacoporographic. Latin América. Auto–guinea pig.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Travestis na França na década de 1960.....	133
Figura 2 – Pedido de retificação dos documentos de Jacqueline Galliarci.....	172
Figura 3 – Processo judicial de Waldirene Nogueira.....	174

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	OUTRA HIPÓTESE.....	19
CAPÍTULO I		
2	SEXUALIDADE E BIOPOLÍTICA.....	30
2.2	A EMERGÊNCIA DO BIPODER.....	33
2.3	A ERA FARMACOPORNOGRÁFICA.....	36
2.4	O SURGIMENTO DO FARMACOPODER.....	41
2.5	O SURGIMENTO DO PORNOPODER.....	46
CAPÍTULO II		
3	ESTUDOS GLOBAIS SOBRE TRANS.....	52
3.1	ESTUDOS TRANSGÊNEROS.....	53
3.2	O MOVIMENTO TRANSGÊNERO NOS ESTADOS UNIDOS.....	55
3.3	TRANSFEMINISMO	69
CAPÍTULO III		
4	O PRINCÍPIO DA AUTOCOBAIA.....	76
4.1	SOBRE O QUE É SER TRAVESTI.....	81
4.2	SEXUALIDADE NO COMEÇO DO SÉCULO XX NO BRASIL.....	91
4.3	RELAÇÕES DE RAÇA, GÊNERO E MUDANÇAS CULTURAIS.....	102
4.4	EMERGÊNCIA DA CATEGORIA TRAVESTI NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	110
4.5	A DISTRIBUIÇÃO DA PÍLULA CONTRACEPTIVA NO BRASIL.....	120
CAPÍTULO IV		
5	TRAVESTI – CONCEITO E TRANSFORMAÇÃO.....	131
5.1	TRAVESTI E A ERA FARMACOPORNOGRÁFICA.....	141
CAPÍTULO V		
6	TRANSEXUALIDADE NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	161
6.1	TRANSEXUALIDADE E OS DESDOBRAMENTOS DA LEI.....	171
6.2	TRANSEXUALIDADE E TRAVESTIS	180
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	190
	REFERÊNCIAS.....	192

“O "sexo" é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o "alguém" simplesmente se torna viável.” (JUDITH BUTLER, 2013)

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho nasce de um ceticismo em relação a mim. Contudo, não me proponho a fazer uma autoetnografia¹ sobre minha condição trans. Normalmente o método etnográfico, é a forma mais comum de articular experiências e relações sobre as questões trans*². Em uma busca rápida por bancos de teses e dissertação na internet, a quantidade de produções que procuram falar sobre transexualidade ou qualquer tipo de identidade que orbita sobre esse prefixo é gigantesca, esses trabalhos são feitos por centenas de pesquisadores diferentes, muitos normalmente ligados ao universo LGBTQI+. Certamente você não encontra muitos trabalhos publicados sobre a “genealogia da heterossexualidade”, feito por pessoas heterossexuais, ou mesmo trabalhos levando em conta a branquitude³ feito por pessoas brancas. Não estou dizendo que esses trabalhos não existam, mas que a percepção dos fenômenos, costumam acontecer de maneira pré-discursiva (VERGUEIRO, 2015)⁴. Normalmente o interesse acadêmico é proporcional aos fenômenos e acontecimentos que de alguma maneira lhe parecem estrangeiros ou curiosos. Para os pesquisadores que estão inseridos no contexto da sua pesquisa, surge uma possibilidade de “conhecer-a-si-mesmo” durante o processo.

Tratar a questão a partir do “lugar de fala” também não deve limitar o olhar para o tema, até porque como observamos na obra de Djamila Ribeiro:

Um dos equívocos mais recorrentes que vemos acontecer é a confusão entre lugar de fala e representatividade. Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa. Acreditamos que não pode haver essa desresponsabilização do sujeito do poder (RIBEIRO, 2017, p.46).

As condições de possibilidade exercem um poder fundamental na maneira como o sujeito compreende e lida com a realidade. A partir de uma perspectiva positivista, centrada

¹Segundo Jones, Adams e Ellis, do livro *Handbook of Autoethnography*, a autoetnografia é um método de pesquisa, com o objetivo de ressignificar a relação entre objeto e pesquisador, ressaltando a importância das experiências subjetivas do pesquisador no processo.

²O prefixo trans* será utilizado no trabalho, como um guarda-chuva para englobar todos os aspectos relativos às transexualidades, travestilidades, transgeneridade e demais identidades trans-dissidentes.

³A branquitude significa pertença étnico-racial atribuída ao branco. Podemos entendê-la como o lugar mais elevado da hierarquia racial. (MÜLER, CARDOSO, 2017, p.18) É sinônimo de categoria universal.

⁴A pré-discursividade pode ser caracterizada como o entendimento sociocultural – historicamente normativo e produzido, consideravelmente, por projetos coloniais, para definir, verdades universais, tomadas como naturais. (VERGUEIRO, 2015).

na objetividade, racionalidade e princípios iluministas de uma investigação “neutra” e coerente com seu objeto de estudo, o conhecimento acadêmico assume o lugar de “produzir” e “descobrir” alguma “verdade”. Nessa concepção mais cética e cartesiana do conhecimento, existe a possibilidade de conhecer as coisas de uma maneira desinteressada. Segundo Velho, em *Observando o familiar* (1987) sobre a função do observador: “[...] coloca-se, inevitavelmente, a questão de seu lugar e de suas possibilidades de relativizá-lo ou transcendê-lo” (VELHO, 1987, p.128). Portanto, os critérios para encontrar um “estranho” sobre aquilo que se apresenta como familiar ressoa com certa dificuldade quando nos defrontamos com nosso próprio reflexo. Nesse caso, o “Outro”, que também é parte de nós e aparece como uma semelhança na qual os processos de subjetivação tornam-se presentes. Qual a diferença entre investigar e autoconhecimento? São partes de um mesmo processo? Mas e se a própria categoria estiver sendo o objeto de pesquisa e investigação? Como se identificar com aquilo que se quer investigar? Até que ponto isso é pertinente aos ideais cartesianos, para a construção de uma “verdadeira” pesquisa acadêmica?

Parece um estreito paradoxo, pois em sua maioria, os trabalhos que encontrei sobre transexualidade feito por pessoas trans*, não colocava a condição em “dúvida”, pelo contrário, procurava elementos para que essa “dúvida” fosse descontraída.

Como uma mulher trans*, como uma travesti que percebe o quanto seu corpo é colocado no âmbito do curioso, do ‘você já fez a cirurgia?’ como pergunta imprescindível, do ‘você até parece mulher de verdade’ como suposto elogio. Penso no quanto isto deve se tornar parte das energias que inspiram minha existência inserida no sistema-mundo, penso no quanto pode ser doloroso escrever sobre estas experiências, penso nas inseguranças que acometem as possibilidades autoetnográficas. Legitimidade e dor, existência e inspiração: quais os propósitos em se defender a validade de nossos olhares tidos como transtornados, diante de ‘ciências’ interseccionalmente excludentes que nos tomam por ‘pacientes’, ‘objetos de estudo’ ou – algo mais explícito noutras épocas – ‘aberrações’ e ‘anomalias’? (VERGUEIRO, 2015, p. 18).

Se por um lado existe a necessidade de levantar questões feitas por pessoas trans* sobre a própria a sua identidade, por outro também existe o rigor científico de manter uma postura cética no centro dessa investigação. Contudo, como observa Judith Butler (2015), o ato de “relatar a si mesmo⁵” como parte de uma maneira de individual de tomar para si a

⁵ O sujeito sempre faz um relato de si mesmo para o outro, seja inventado, seja existente, e o outro estabelece a cena de interpelação como uma relação ética mais primária do que o esforço reflexivo que o sujeito faz para relatar a si mesmo. Além disso, os termos usados para darmos um relato de nós mesmos, para nos fazer inteligíveis para nós e para os outros, não são criados por nós: eles têm caráter social e estabelecem normas sociais, um domínio de falta de liberdade e de substituíbilidade em que nossas histórias “singulares” são contadas. (BUTLER, 2015, p.13).

própria história como uma forma de “tecnologia de si”⁶ (FOUCAULT, 2004). Nesse sentido, o “autor” do relato é parte inexorável de um saber performativo⁷ de narração, em que na imitação e o deslocamento das palavras, procuram dar valor a própria existência enquanto uma aparente substância de sentido. De maneira análoga a Foucault, a função do autor é instaurar a discursividade, de maneira fragmentada, sendo compreendido como um conjunto de elementos. Assim, toda maneira de produzir uma narração de si é incompleta, por que o sujeito está a todo o momento compartilhando esse saber com os outros e abrindo fissuras para conflitos e resistências inteligíveis da ordem dos sentidos na construção dos limites do conhecimento.

Quando o “eu” busca fazer um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse “si mesmo” já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidades de narração; na verdade, quando o “eu” busca fazer um relato de si mesmo sem deixar de incluir as condições de seu próprio surgimento, deve, por necessidade, tornar-se um teórico social. A razão disso é que o “eu” não tem história própria que não seja também a história de uma relação – ou conjunto de relações – para com um conjunto de normas. Ainda que muitos críticos contemporâneos sintam-se incomodados frente à possibilidade de isso significar que não existe um conceito de sujeito que possa servir como fundamento para a ação moral e a responsabilização moral, essa conclusão não procede. Até certo ponto, as condições sociais de seu surgimento sempre desapossam o “eu” (BUTLER, 2015, p.8).

Dessa maneira, podemos pensar que, apesar de mim “ser” uma pessoa trans, isso não necessariamente diz muito sobre quem “eu sou”. A possibilidade de colocar a transexualidade como um fenômeno que possa ser compreendido enquanto uma maneira singular de experimentar da própria identidade, nos ajuda a compreender em como possamos encontrar uma maneira mais autônoma de contar a própria história.

Não obstante, existem possibilidades de reconhecimento para se subjetivar de categorias socialmente e historicamente construídas. Nesse caso, a “transexualidade é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros nos corpos” (BENTO, 2008, p.19). Não obstante, esse olhar deve-se partir

⁶ “[...] há quatro grupos principais de “tecnologias”, cada um deles uma matriz de razão prática: (1) tecnologias de produção, que permitem produzir, transformar ou manipular as coisas; (2) tecnologias dos sistemas de signos, que permitem utilizar signos, sentidos, símbolos ou significação; (3) tecnologias de poder, que determinam a conduta dos indivíduos e os submetem a certos fins ou dominação, objetivando o sujeito; (4) tecnologias de si, que permitem aos indivíduos efetuar, com seus próprios meios ou com a ajuda de outros, um certo número de operações em seus próprios corpos, almas, pensamentos, conduta e modo de ser, de modo a transformá-los com o objetivo de alcançar um certo estado de felicidade, pureza, sabedoria, perfeição ou imortalidade. (FOUCAULT, 2004, p.323).

⁷ [...] no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. (BUTLER, 2013, p.194). Nesse sentido, o contexto é aplicado à narração e ao encadeamento da retórica.

principalmente sobre as condições que possibilitam aquilo que pode ser conhecido em termos de gênero e suas relações de força. Porém, devemos ser cautelosos e pensar nas conjunturas binárias que produzem aquilo que podemos reconhecer como identidades de gênero e que são marcadas por uma subjunção heteronormativa, no sentido de definir de uma forma bastante sistemática a ideia de uma identidade a partir das concepções de gênero. Além disso, muitos trabalhos foram produzidos a cerca das concepções de transexualidade, travestitilidades⁸ e transgêneros, principalmente na emergência histórica dos estudos das categorias trans* no final do século XX e no começo do XXI, com o objetivo de problematizar e ampliar os interesses das teorias feministas e transfeministas sobre questões de raça, sexo, sexualidade, violência, feminilidade e identidade⁹. Nesse sentido, a experiência de um corpo passa a ser estruturalmente compreendida como tendo uma causa e uma origem nos limites tradicionalmente constituído do sexo/gênero a partir de práticas de opressão simbolicamente compartilhadas. Ou seja, falar em indivíduos trans* implica diametralmente em falar como os gêneros são constituídos. O que implica em um discurso transgressor¹⁰ de origem, na qual a “transexualidade, travestilidade, transgêneros ou trans-dissidentes são expressões identitárias que revelam divergências em com as normas de gênero são fundadas no dismorfismo sexual” (BENTO, 2008, p.20). Com efeito, a ideia de uma transexualidade situada nos limites discursivos é o que levam os indivíduos a se reconhecer como sujeitos trans*. Segundo a psicanalista e pesquisadora Letícia Lanz na qual “a condição trans é, acima de tudo, o desvio da norma social de gênero previamente estabelecida. É a transgressão dessa norma que constitui o — calvário existencial da vida de qualquer pessoa transgênera” (LANZ, 2015, p.29). Assim, a categoria transexual, tradicionalmente analisada dentro de um contexto dos saberes médicos, psiquiátricos e psicológicos, parece “responder” em muitos aspectos esse anseio dualístico do corpo. O filósofo francês Michel Foucault na sua arqueologia da loucura¹¹, observou que a mesma se encontrava no plano de uma desrazão, situada fora do tempo da razão fundamentada no humanismo. No nascimento de um *homo psychologicus* no qual o sujeito é incluído a partir de uma racionalidade enquanto categoria de conhecimento,

⁸ A expressão “travestilidade” também é adotada como uma terminologia que questiona o uso do termo travestismo, como o estigma e patologização marcadas pelo sufixo “ismo”. O termo travestilidade, no Brasil tem relação direta com as identidades das travestis.

⁹ Embora a transexualidade tenha sido teorizado tradicionalmente a partir de perspectivas médicas e psiquiátricas, um número cada vez crescente de outras visões teóricas, incluindo estudos feministas, queer e dos estudos transgêneros têm oferecido análises diferentes dessas conjunturas tradicionais desde os anos 1970. (HIRD, 2002d, p.581 Apud BAGAGLI, 2019 p.11).

¹⁰ “A transexualidade é uma experiência identitária caracterizada pelo conflito entre as normas de gênero” (BENTO, 2008, p.18).

¹¹ FOUCAULT, M. A História da Loucura na Idade Clássica (1961).

como parte da natureza na modernidade a partir do surgimento da psiquiatria. Não obstante, o problema certamente não é novo e remete a Descartes, no paradigma da mente-corpo.

A teoria da subjetividade constitui o ponto de partida para questões de conhecimento, como Kant e a teoria científica que se baseia nele. Mas ela constitui também o ponto de partida para questões antropológicas específicas, sobretudo para o problema da intersubjetividade (PLEGER, 2019, p.89).

A questão é a relação estabelecida na modernidade, a partir da oposição entre natureza e cultura na problemática histórica do dismorfismo sexual enquanto uma relação empírica, biológica, reprodutiva e social. Segundo Laqueour (2001), a partir do século XVII e ao longo do XVIII a ciência passou a considerar de forma incomensurável o “masculino” e “feminino” como categorias biológicas opostas de comportamento e de natureza. O modelo do dismorfismo passou a ser incorporado ao discurso científico de maneira natural.

Uma biologia da hierarquia cósmica deu lugar à biologia da incomensurabilidade, baseada no corpo, onde a relação do homem para a mulher, como das maçãs para as laranjas, não era considerada de igualdade ou desigualdade e sim de diferença. Isso exigia interpretação e tornou-se a arma da luta cultural e política (LAQUEOUR, 2001, p.254).

O movimento feminista, no nascimento dos estudos de antropologia cultural e estudos etnográficos de populações indígenas e influenciado de forma subjacente pelo estruturalismo, ampliaram suas correntes teóricas em diversos campos de estudos tomando especificamente a mulher enquanto categoria em suas diversas dimensões enquanto objeto a ser analisado. O trabalho¹² mais notável foi da antropóloga Margaret Mead que no estudo de campo das populações Arapesh, os Mundugumor e os Tchambuli (Chambri) realizadas na Papua-Nova Guiné, observou que os comportamentos entre homens e mulheres não eram inatos, mas padrões apreendidos, ensinados e categorizados em função de uma cultura. Essa distinção marcou profundamente a ideia de papéis sociais e a divisão do trabalho, na qual posteriormente o conceito de “gênero” foi desenvolvido.

A emergência da categoria representou, pelo menos para aquelas e aqueles que investiam na radicalidade que ela sugeria uma virada epistemológica. Ao utilizar gênero, deixava-se de fazer uma história, uma psicologia, ou uma literatura das mulheres, sobre as mulheres e passava-se a analisar a construção social e cultural do feminino e do masculino. Atentando para as formas pelas quais, os sujeitos se constituem e eram construídos, em meio às relações sociais de poder. O impacto

¹² MARGARET, M. Sexo e Temperamento em Três Sociedades Primitivas (1935).

dessa nova categoria analítica foi tão intenso que, mais uma vez motivou veementes discussões e mesmo algumas fraturas internas (LOURO, 2002, p.15).

A partir do ensaio de *O tráfico de mulheres, notas sobre a economia política do sexo* (1986), de Gayle Rubin, baseados no sistema de parentesco descrito pelo antropólogo Lévi-Strauss, no livro *As Estruturas elementares do parentesco* (1949) na qual o sistema de parentesco funcionaria como a matriz que organiza uma cultura a partir da instauração da proibição do incesto e da troca de mulheres entre os homens. Nesse sentido, a estrutura estabelecida é controlada pelos homens que controlam os corpos das mulheres a partir de categorias de poder, fazendo destes homens, responsáveis por estabelecer os aspectos sociais e viabilizar a cultura. A partir dessa perspectiva, Rubin toma essas organizações de controle e poder, não apenas como elementos constitutivos de dominação, mas também como categorias próprias e culturalmente estabelecidas a partir de um sistema de sexo-gênero. Nesse caso, o gênero acaba se transformando em uma “mercadoria cultural” do sexo, na qual toda organização social é feita a partir de uma heterossexualidade compulsória a partir do desejo masculino.

O conceito de sistema sexo/gênero então é apropriado a partir dos novos estudos feministas como fonte de uma nova perspectiva de reflexão na opressão da fêmea/mulher/feminino¹³. A partir de signos, papéis sociais, identidades, sexualidade e estereótipos culturais que se interpõem em uma hierarquia de poder assimétrica que oprimem a fêmea/mulher/feminino em diversos sentidos.

A partir da publicação da *A história da sexualidade : A vontade de saber volume I* (1976), Michel Foucault, dimensiona o conceito de sexualidade como um modelo historicamente construído a partir de práticas, desejos, comportamentos e saberes que determinam o sujeito a partir do século XVIII. Dessa forma, a rede discursiva que formaria o que ele irá chamar de “dispositivo de sexualidade¹⁴” seria positiva e não repressiva, na qualidade de incitar, produzir, falar a partir de norma fundada na ordem social hegemônica de parentescos, casamentos, gêneros, reiterados a partir dos discursos médicos-científicos na

¹³ A busca por uma narrativa compartilhada de feminilidade tornou-se altamente problemática a partir da teoria feminista da segunda e terceira ondas em virtude do interesse por questões de classe, raça, etnia, idade, deficiência, sexualidade, regionalidade, dentre outras (HIRD, 2002b, p. 347 Apud BAGAGLI, 2019 p.10).

¹⁴ “O poder sobre o sexo se exerceria do mesmo modo a todos os níveis. De alto a baixo, em suas decisões globais como em suas intervenções capilares, não importando os aparelhos ou instituições em que se apoie, agiria de maneira uniforme e maciça; funcionaria de acordo com as engrenagens simples e infinitamente reproduzidas da lei, da interdição e da censura: do Estado à família, do príncipe ao pai, do tribunal à quinilharia das punições quotidianas, das instâncias da dominação social às estruturas constitutivas do próprio sujeito, encontrar-se-ia, em escalas diferentes apenas, uma forma geral de poder” (FOUCAULT, 1999, p.82).

relação de um saber-poder, “não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir da qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da idade moderna.” (FOCAULT, 1999, p.27). Um dos principais pontos a serem considerados na abordagem de Foucault é que o conceito de “sexo” opera como um elemento artificial que categoriza o saber-poder. Dessa forma, a ideia de “sexo” é antes de tudo uma forma de controle do dispositivo de sexualidade.

A noção de "sexo" permitiu agrupar, de acordo com uma unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres e permitiu fazer funcionar esta unidade fictícia como princípio causal, sentido onipresente, segredo a descobrir em toda parte: sexo pode, portanto funcionar como significante única e como significado universal (FOCAULT, 1999, p. 144).

Assim, a psicologia e a psiquiatria do século XIX e XX teriam separado de uma forma distinta e oposta, a relação entre o normal e o patológico, como condições a serem consideradas diametralmente diferentes em seu objeto de estudo.

A identidade real dos fenômenos vitais normais e patológicos, aparentemente tão diferentes e aos quais a experiência humana atribuiu valores opostos, tornou-se, durante o século XIX, uma espécie de dogma, cientificamente garantido, cuja extensão no campo da filosofia e da psicologia parecia determinada pela autoridade que os biólogos e os médicos lhe reconheciam (CANGUILHEM, 2009, p.14).

A partir desse ponto, podemos considerar algumas questões, que sempre estiveram presentes na forma em como as pessoas trans* tradicionalmente são percebidas na sociedade ocidental a partir de uma apreensão de expectativas a serem consideradas, como a ideia de transgredirem o sistema sexo-gênero heteronormativo. De outro lado, são também consideradas muitas vezes como “pessoas doentes” ou problemáticas, sendo interpretadas como parte de uma anormalidade. Segundo Bagagli (2019), a visão que a transexualidade teria nascido apenas no século XX, desconsidera o fenômeno em sua historicidade, uma vez que, para autora, a transexualidade seria mais antiga e interdependente das tecnologias contemporâneas.

Dessa maneira, considero o “fenômeno trans” como emergente de uma série de discursos ditos e não ditos¹⁵, que nas suas condições de possibilidade se transformaram na concepção moderna de trans*.

¹⁵ O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles

As relações que são estabelecidas entre as expectativas geradas pela norma binária de gênero, se expressam tanto nas características classificatórias e redes discursivas em relação ao conceito de “transgêneros” como também definem de um modo análogo como as ciências médicas e psiquiátricas pensam e expressam o problema em relação ao seu “conflito psíquico¹⁶”. O que torna a questão paradigmática, já que o “tratamento” a ser considerado também produz sua condição. Tendo em visto que as questões trans* acabam por reproduzir relações dicotômicas entre o natural e o artificial, verdadeiro e falso, biologia e cultura, criando oposições de sentido para qual ela é interpretada. Assim, o “fenômeno trans*” acaba sendo interdependente da tradição filosófica de oposição entre cultura e natureza¹⁷. Nesse trabalho vou tentar evitar essa suposta dicotomia, muitas vezes estabelecida de maneira pré-discursiva nas questões relativas às pessoas trans*. Outro ponto a ser considerado é a nomenclatura em questão, isto é, as categorias de transexualidade, transgênero e travesti.

Embora, por parte dos seus predecessores, como Krafft-Ebing no final do século XIX, com o conceito de “hermafroditismo psíquico”, descrita na obra *Psychopathia Sexuali* (1886), tinha como referência o fenômeno de pessoas que se sentiam pertencentes ao outro gênero. O conceito de transexualidade moderna surge em meados dos anos de 1950, através do médico Harry Benjamin a partir das nomenclaturas da “transexual”, quando o fenômeno ficou amplamente conhecido nos Estados Unidos. Benjamin apoiava publicamente as intervenções cirúrgicas e hormonais e pouco acreditava na eficácia dos tratamentos psicoterapêuticos para ajudar pessoas transexuais. Foi responsável pela criação de um dos primeiros centros especializados; A *Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association* (HBIGDA)¹⁸ em 1979. Ele considerava que o hermafroditismo estivesse de alguma maneira interligada com a condição transexual, embora discordasse que a questão fosse de ordem cromossômica como o promulgava o Dr. Christian Hamburger na Dinamarca, responsável pela cirurgia de Christine Jorgensen, uma das primeiras transexuais a ganharem visibilidade nos Estados Unidos na década de 1950. Para Benjamin, a transexualidade era uma condição da ordem endócrina e biológica.

"fazem sentido" ou não, segundo que regras se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita) (FOUCAULT, 2008, p. 48).

¹⁶ O conflito psíquico é pensado dentro das normativas científicas e médicas, estabelecidas como critérios de identidades transexuais.

¹⁷ Contemporaneamente, a distinção entre ciências naturais e ciências do espírito, e suas versões mais atualizadas como a oposição entre biociências e ciências humanas – e dicotomias associadas, como natureza versus cultura e natureza versus indivíduo –, tem gerado algumas dificuldades quando a proposta é a de estabelecer uma investigação interdisciplinar de um determinado fenômeno (OKA, Mateus; LAURENTI, Carolina, 2018, p.240).

¹⁸ Hoje conhecida como World Professional Association for Transgender Health (WPATH).

[...] O médico Harry Benjamin criou o termo e propôs, para aliviar o sofrimento moral dos pacientes, um tratamento hormonal e uma experiência de vida social, durante um prazo mínimo de seis meses, nos moldes do sexo desejado. Somente na última etapa é que ele considerava a cirurgia, caso o desejo de mudança de sexo persistisse (ROUDINESCO, 1998, p.779).

Já o “travestismo” é mais antigo e estaria ligado a uma condição fetichista, em uma relação entre a sexualidade e a vestimenta. O termo foi popularmente difundido pelo renomado médico e psiquiatra, Magnus Hirschfeld, pioneiro da sexologia na Europa, no início do século XX. A obra *Die Transvestiten* (1910), traduzido para o inglês como *Transvestites – the erotic drive to cross-dress*, estabelece diferenças entre as necessidades do uso da vestimenta e a orientação sexual. Dessa maneira, uma pessoa que utiliza uma roupa do sexo oposto não estaria necessariamente querendo “mudar de sexo”, mas no caso do “travestismo”, descrito por Hirschfeld, tinha finalidade de prazer erótico ou da gratificação psíquica¹⁹. Mais tarde, o próprio Harry Benjamin tratou de diferenciar essas duas categorias nos seus critérios em seu processo transexualizador.

Já o conceito de que a transexualidade estaria ligada a uma percepção do próprio gênero, surgiu a partir dos estudos realizados pelo sexólogo e psicólogo John Money na década de 1950 nos Estados Unidos. John Money estabeleceu o conceito de “papel social de gênero” e considerava os efeitos da sexualidade resultados de uma construção interacionista com o ambiente, isto é, produto do seu meio. Trabalhou principalmente para compreender a transexualidade a partir dos seus efeitos sociais e comportamentais, distanciando a transexualidade do seu caráter puramente biológico e hormonal. Outra figura importante na popularização das questões trans* foi Robert Stoller, um psiquiatra e psicanalista americano, que através da publicação do seu trabalho²⁰, propôs uma sistematização mediante uma nova leitura da teoria freudiana da sexualidade infantil, fazendo distinções entre transexuais, travestismo e homossexualidade. Stoller foi o primeiro a utilizar a noção de gênero de maneira clínica e fazer uma distinção entre a anatomia e a sexualidade a partir de uma crítica à teoria da diferença sexual na obra de Freud. Em vez da noção de “papel social de gênero” determinado por Money, ele estabeleceu o conceito de “identidade de gênero”, levando em

¹⁹ A questão do “travestismo” é que sua definição proposta por Magnus Hirschfeld se tornou amplamente difundida no mundo todo, exceto no Brasil, onde se tornou também uma identidade a partir das noções de travestilidade. É justamente nessa dicotomia, que esse trabalho pretende explorar essas diferenças, no contexto brasileiro.

²⁰ STOLLER, R. J. Sex and Gender: The Development of Masculinity and Femininity. Science House, jan de 1968.

conta seu caráter de pertencimento ao “sexo oposto”, na qual o conceito da “[...] identidade de gênero e seu caráter imutável tornou-se referência para protocolos médicos” (GOMES, 2018, p.5). Mais tarde a noção de identidade de gênero foi tomada pelos movimentos homossexuais nas reivindicações de direitos pela identidade de gênero em seu caráter político e social.

Levando em conta os critérios utilizados por Stoller, a transexualidade é muitas vezes interpretada como parte de um fenômeno específico da identidade de gênero de um sujeito que apresenta um conflito entre a genitália e o sexo biológico. Ao passo que o transgênero é concebido como fenômeno mais amplo das relações de gênero com uma amplitude maior discursivamente, servindo como um “guarda-chuva” genérico para qualquer fenômeno trans*. Contudo, devido às diversas discussões sobre a necessidade da importância da cirurgia de redesignação sexual²¹, a categoria “transexual” também passou a considerar qualquer sujeito de natureza transgênero e em muitos casos as categorias acabaram por se tornar sinônimos. Destarte, a complexidade e ambiguidade daquilo que se propõem descrever como “fenômeno trans”, reflete de modo discursivo também suas categorias linguísticas provocando confusões etimológicas. Não obstante, muitos autores procuram levar em consideração em suas nomenclaturas os critérios diferentes de análise da categoria trans*, divergindo entre uma designação e outra. Nessa dissertação vou utilizado o prefixo trans*, para me referir ao agrupamento dessas categorias, que envolvem todas as identidades em seu sentido mais genérico. Contudo, vou tratar apenas das categorias travesti, transexual e transgênero levando em conta seus aspectos sociais, históricos e epistemológicos, essencialmente no contexto brasileiro, focando principalmente nas identidades transexual feminina e travesti.

1.1 OUTRA HIPÓTESE.

Quando comecei a pesquisar e escrever este trabalho, bem como pesquisar nos mais diversos tipos de materiais para essa pesquisa, os trabalhos mais comuns eram construções históricas e filosóficas sobre os conceitos de “gênero” e “sexo”. Assim, durante o século XX houve toda uma produção consagrada, em qualquer milímetro possível sobre aquilo que já foi falando sobre transexualidade e travestilidade. Na formulação do projeto de pesquisa, minha intenção inicial era investigar a transexualidade como uma categoria geral dentro do contexto psicanalítico. Na época, tinha pouco referencial das noções epistemológicas de sexualidade da

²¹ Cirurgia de redesignação ou cirurgia de transgenitalização são nomenclaturas médicas sobre o termo popular: “mudança de sexo”.

teoria de Michel Foucault e Judith Butler, já que minhas referências estavam centradas entre Freud e Lacan por conta da minha formação em psicologia. Conhecia muito pouco sobre esses filósofos da sexualidade²² que procuravam problematizar o próprio campo da verdade e da naturalização. Em um primeiro momento, eu tinha como definição as explicações sobre “gênero” na psicanálise, principalmente da tradição Lacaniana, eu sentia que eram insuficientes para explicar as questões trans*. Com a leitura de obras de Foucault, Butler, Preciado, dentre outros, minha percepção sobre o tema foi ampliada majoritariamente.

O campo dos estudos de gênero e sexualidade é interdisciplinar por definição. Sua produção intelectual acontece no interior de uma disputa epistemológica, com diversos autores, correntes filosóficas, concepções sociais, políticas e históricas sobre o mesmo fenômeno. Segundo Louro (1997), o campo dos estudos de gênero e sexualidade é variado, centrada na interpelação das correntes feministas e das teorias pós-estruturalistas.

feministas e pós-estruturalistas compartilham das críticas aos sistemas explicativos globais da sociedade; apontam limitações ou incompletudes nas formas de organização e de compreensão do social abraçadas pelas esquerdas; problematizam os modos convencionais de produção e divulgação do que é admitido como ciência; questionam a concepção de um poder central e unificado regendo o todo social, etc (LOURO, 1997, p.30).

Nesse momento, minhas inclinações em utilizar o “método” de Foucault me pareceram mais favoráveis, como a arqueologia e a genealogia²³ como elementos fundamentais que iriam estruturar esse trabalho. A construção não foi fácil e num primeiro momento havia uma grande necessidade de situar os conceitos no texto.

Quanto entrei no programa de pós-graduação interdisciplinar em ciências humanas, ainda não havia um reconhecimento sobre minha transexualidade de maneira “pública”; ou seja, eu já estava tomando hormônio e seguia normalmente a cartilha pensada para pessoas trans*, há uns quatro anos. De fato, minha condição trans* não era segredo para ninguém, nem mesmo para minha família.

Não obstante, “ser trans” era muito mais uma questão de contexto, do que de fato em como eu me reconhecia. Quer dizer, dependendo do lugar e das roupas que eu tinha, as

²² Outros diriam de maneira genérica que são autores pós-estruturalistas; Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Judith Butler, Paul B. Preciado, Félix Guattari, entre outros.

²³ Uma arqueologia não é uma "história" na medida em que, como se trata de construir um campo histórico, Foucault opera com diferentes dimensões (filosófica, econômica, científica, política etc.) a fim de obter as condições de emergência dos discursos de saber de uma dada época. [...] A genealogia trabalha, portanto, a partir da diversidade e da dispersão, do acaso dos começos e dos acidentes: ela não pretende voltar ao tempo para restabelecer a continuidade da história, mas procura, ao contrário, restituir os acontecimentos na sua singularidade (REVEL, 2005, p.16-52).

peessoas me reconheciam como mulher, mas em outros contextos, principalmente quando eu “estava mais natural” era reconhecida como “homem”. Não havia qualquer coerência ou mesmo sentido que eu poderia fazer para de fato pudesse estabelecer uma “certeza” sobre isso. Dessa forma, “ser trans” implicava em ser reconhecida prontamente ou em outra hipótese, ter que corrigir ou brigar com pessoas desconhecidas. De qualquer maneira, nesse momento, ser trans estava ligado à maneira performática com que as pessoas reconheciam em mim um “gênero” feminino. A filósofa Judith Butler influenciada por Foucault irá redefinir os conceito de “gênero” e “sexo” enquanto uma relação de saber-poder a partir da matriz heteronormativa, enquanto categorias “inteligíveis” que regulam o sentido das próprias identidades desse sistema.

A matriz cultural por intermédio da qual identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidades” não possam “existir” – isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” e nem do “gênero”. Nesse contexto decorrer, “decorrer” seria uma relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma de significado da sexualidade. Ora até que ponto de vista desse campo, certos tipos de “identidade de gênero” parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidade lógicas, precisamente por que não se conformam às normas de inteligibilidade cultural (BUTLER, 2013, p. 39).

De qualquer forma, durante esse tempo busquei ser “passável” em todos os sentidos, na maior parte das circunstâncias quotidianas. Obviamente, havia um prazer em ser reconhecida como mulher em muitos contextos. Quanto mais “passável²⁴” eu costumava ficar, mais a relação com minha família se tornava cada vez mais problemática, principalmente sobre o fato de eu já ter me submetido e algumas modificações corporais com o objetivo de me encontrar mais próximo do espectro feminino. Outro aspecto, era no sentido jurídico do termo, como mudar o nome e legitimar essa questão em relação a mim. O problema ficou cada vez pior, devido às influências políticas e sociais de 2018, quando Jair Bolsonaro estava em ascensão, o antipetismo e o ódio às universidades federais, os discursos sobre “ideologia de gênero” e o “ódio à esquerda” ficaram cada vez mais constantes. Tudo isso me afetou terrivelmente prejudicando meu trabalho. O fato é que minha família nunca aceitou a minha condição, sendo que para ela é inconcebível que alguém possa mudar sua identidade de gênero.

²⁴ O termo “passável” é utilizado dentro do universo trans, como sinônimo de ser lida/o pelos outros como alguém reconhecível enquanto pertencente ao gênero pela qual se identifica.

A partir das minhas experiências individuais, percebo que a resistência da família em aceitar um/a filho/a trans* está na dificuldade de elaborar um “luto” significativo sobre a filha/filho que não existe mais, ou que deixará de existir. Nem todos os pais estão dispostos a fazerem isso e para alguns o sofrimento acaba sendo proporcional a aceitação da condição. A questão é mais complexa do que aparenta e envolve uma série de expectativas, relações e construções de uma determinada identidade de gênero que os pais fazem dos seus filhos.

Não quero me estender muito sobre minha vida, mas deixar um pouco claro o contexto que esse trabalho foi produzido. Ainda em 2019, descobri um tumor na região do estômago que estava relacionado diretamente à ingestão de hormônios. Nesse temor pelo medo de morrer, fiquei gravemente atormentada pela hipótese de ter que deixar de lado a ingestão de hormônios e abandonar a TH²⁵. Felizmente o tumor não era grave, mas durante a maior parte de 2019, enquanto parei de tomar a medicação, meu corpo voltou a carregar as marcas do masculino; os pelos cresceram, a barba voltou, a voz engrossou e não havia nada que eu pudesse fazer. Nunca tive uma aparência muito feminina, pelo contrário sempre foi bastante masculina, só que dessa vez a minha disforia²⁶ me afetou ao ponto de prejudicar minha saúde mental. Isso afetou profundamente minha auto-estima e passei um bom tempo incapaz de escrever esse trabalho. Fazia pouco sentido escrever sobre transexualidade quando minha própria condição trans* estava abalada.

Assim não consegui produzir muito nesse período de 2019. Estava com depressão e o fator estava ligado diretamente à maneira com as questões trans* estavam sendo debatidas e criticadas na esfera pública. Para a maioria das pessoas, a natureza das questões trans* estavam sendo deslegitimadas²⁷, portanto produzir exatamente sobre esse tema foi um problema durante esse período. Depois da cirurgia para retirada do tumor e o aval do médico para voltar a consumir os hormônios, procurei um endocrinologista que me receitou um fármaco mais “leve” e com efeitos mais demorados. Sentia-me um pouco cansada e atônita desse “mundo trans” e das “questões de gênero”, devido ao fato das questões terem se tornado um campo de batalha ideológico intenso no Brasil.

²⁵ TH é referenciada como terapia hormonal pelas pessoas trans*.

²⁶ Disforia de gênero refere-se ao sofrimento que pode acompanhar a incongruência entre o gênero experimentado ou expresso e o gênero designado de uma pessoa. Embora essa incongruência não cause desconforto em todos os indivíduos, muitos acabam sofrendo se as intervenções físicas desejadas por meio de hormônios e/ou de cirurgia não estão disponíveis (DSM-5, 2014, p.451).

²⁷ Narrativas como à ideologia de gênero, conspirações de grandes conglomerados médicos, indústrias farmacêuticas, críticas ao identitarismo, e a ascensão cada vez maior das pautas conservadoras e as próprias críticas internas as questões trans, se transformaram em uma celeuma de narrativas, bastante complexas de digerir ao mesmo tempo.

Minha percepção sobre a questão mudou paulatinamente na medida em que flexibilizei as relações de normas de gênero que eu havia imposto sobre meu corpo. Em 2016 eu viajei ao litoral de Santa Catarina para fazer minha frontoplastia²⁸, uma modificação cirúrgica que a maior parte das transexuais fazem, sendo que o procedimento deixa o rosto “mais feminino” arqueando as sobrancelhas e diminuindo o olhar mais “sisudo” das faces masculinas, pois o seu crescimento é feito ainda durante puberdade em função da testosterona. De qualquer maneira, quando passei um tempo no litoral, convivi com um grupo de travestis que não possuíam um comportamento muito rígido quanto às normas de gênero. No seu livro *Testo Junkie* (2018), Preciado utiliza a própria a testosterona em gel como uma maneira de subverter as normas institucionais de protocolo de transição de gênero, na qual ele afirmava, “decido conversar minha identidade jurídica de mulher e tomar testosterona sem entrar em um protocolo de “mudança de sexo”. Isto é como um pouco morder o pau que o estupra, o pai do regime farmacopornográfico” (PRECIADO, 2018, p.65).

O livro é produzido na utilização da testosterona enquanto maneira de transgressão ao sistema binário da identidade instaurado pelos protocolos de transição de gênero, visto que *Testo Junkie* significa “viciadx em testosterona”. Nesse sentido, Preciado procurava a fluidez como signo de sua subversão. Mais tarde em *Apartamento em Urano – Crônicas da travessia* (2020) explicou um pouco sobre seu processo de transição.

[...] quando comecei a tomar pequenas doses de testosterona. Durante alguns anos, transitando num espaço de reconhecimento de gênero situado entre o feminino e o masculino, entre a masculinidade lésbica e a feminilidade king, vivi a experiência da posição que hoje denominamos gênero fluido. A fluidez das encarnações sucessivas chocava-se com a resistência social a aceitar a existência de um corpo fora do binário sexual. Essa “fluidez” só foi possível durante os anos em que a quantidade de testosterona que eu tomava era aquela que chamamos de “dose umbral”, que não dispara no corpo a proliferação dos chamados “caracteres secundários” do sexo (PRECIADO, 2020, p.30).

Preciado descreve sua “travessia” como parte de um “temor” de incertezas, inseguranças e a estranha sensação de encontro com o desconhecido.

À medida que as doses de testosterona aumentavam, as mudanças ficavam mais intensas: os pelos do rosto não passam de um detalhe em comparação com a contundência da mudança que a voz provoca no reconhecimento social. A testosterona produz uma variação da espessura das cordas vocais, músculos que, ao modificarem a sua forma, mudam o tom e o registro da voz. O viajante do gênero

²⁸ A cirurgia de Frontoplastia óssea é a diminuição da testa na área das proeminências ósseas sobre os olhos. É parte do conjunto de cirurgias conhecida como Feminização Facial para mulheres trans.

sente a mudança na voz como uma possessão um ato de ventriloquismo que o obriga a identificar-se com o desconhecido. Essa mutação é certamente uma das coisas mais belas que já vivi (PRECIADO, 2020, p.31).

Preciado passa a definir o sujeito trans como um “viajante de gênero”, na qual passa a compreender não só os efeitos psicológicos e farmacológicos do processo de “transitar” entre os gêneros, mas também sua profunda alteração aos processos de sensibilidade e percepção da realidade, sendo a “[...] transição de gênero uma viagem marcada por múltiplas fronteiras” (PRECIADO, 2020, p. 34). Portanto, torna-se uma tarefa difusa categorizá-la enquanto um objeto a ser limitado por um único discurso. Levando em conta as possibilidades e limites que se escondem nas margens dos gêneros, procuro compreender o fenômeno trans* enquanto um saber disperso, complexo, descontínuo e interdisciplinar.

Não obstante, esse limite teórico para qual o “fenômeno trans*” foi estabelecido historicamente como um saber marcado por sua condição patológica enquanto um transtorno psíquico de sujeito “anormal”. Todas essas elucubrações serviram como base para muitos subsídios interpretativos sobre a subjetividade da condição da transexualidade.

Como aponta Preciado (2018), o processo de “transição” é marcado como um lugar de “não-lugar”, que provoca as mais diversas e profundas alterações no indivíduo. A subjetividade é aludida ao medo do incógnito, como salienta que “[...] é o lugar da incerteza, da não evidência, do estranho. E isso não é uma fraqueza, é uma potência.” (PRECIADO, 2020, p.31). Partindo dessa complexidade que envolve a “transição”, busquei considerar o fenômeno farmacopornográfico como parte explícita dessa transformação da subjetividade, levando em consideração elementos tecnológicos e sociais que estabelecem o campo da autoexperimentação; o farmacopoder e o pornopoder como poder biopolítico.

O corpo moderno biopolítico, como sugeriu Foucault, não é mais uma superfície unidimensional em que o poder, lei a punição serão inscritos, e sim uma interioridade densa em que a vida é também o controle político de tráfego e comunicação, ocorre sob forma de troca, tráfego e comunicação. O biopoder tem que ir para dentro através do corpo. Tem que ser estendido, inflado, aberto e ampliado para se tornar um sistema de comunicação (PRECIADO, 2018, p. 172).

Tendo em vista estas considerações e os processos de marginalização e exclusão dessa população, esse trabalho tem como objetivo analisar as categorias travesti e transexual, levando em conta o processo histórico brasileiro, a partir da era farmacopornográfica. O conceito definido por Preciado é operacionalizado aqui, a partir de uma perspectiva biopolítica de gestão de corpos e tecnologias de produção de subjetividades e transformação

social. Também compartilho o ponto de vista definido por Bernice Hausman, na qual somente é possível compreender o fenômeno da transexualidade a partir do desenvolvimento das tecnologias médicas e cirúrgicas, levando em conta o “pacto” estabelecido entre as pessoas transexuais e a medicina. Contudo, flexibilizo esse conceito também para a categoria travesti, levando em conta o aspecto de autocobaiá da incorporação dessas tecnologias estabelecidas pelo farmacopoder e o pornopoder. Isso significa que os processos tecnológicos incorporados as categorias travesti e transexual nesse trabalho, são interpretados levando em conta os aspectos históricos, culturais, políticos e sociais do Brasil do século XX. Também levo em consideração a dimensão estrutural na qual a era farmacopornográfica foi disseminada pelo mundo, principalmente nos países da América Latina, considerando um fator de subalternidade, na qual esse poder foi incorporado aos corpos das travestis e transexuais brasileiras. Para fazer isso é importante considerar uma perspectiva interdisciplinar de temas e perspectivas, na qual o fenômeno trans* é interdependente de uma série de transformações em diversos campos do saber. A estrutura do trabalho segue da seguinte forma:

No capítulo I procurei definir os conceitos-chaves que estabelecem o campo conceitual dessa dissertação. Considerando as noções de sexualidade e biopolítica definidas por Foucault, procuro estabelecer as bases epistemológicas que engendram as concepções posteriores sobre a era farmacopornográfica, tal qual definida por Preciado.

É mister compreender os aspectos teóricos definidos pelo dispositivo da sexualidade e posteriormente a emergência do biopoder para Foucault, para entender o agenciamento do farmacopoder e o pornopoder no século XX. Já no tópico da era farmacopornográfica, busquei estabelecer o panorama geral da questão, isto é, a passagem dos modelos disciplinares do corpo para o modelo químico e hormonal, que irá caracterizar a nova política somática de controle dos corpos, na qual a biopolítica “será levada adiante por meio das novas dinâmicas do tecnocapitalismo avançado, da mídia global e das biotecnologias” (PRECIADO, 2018, p.27).

A era farmacopornográfica é definida a partir de dois elementos importantes: o farmacopoder e o pornopoder. No tópico do primeiro deles, o farmacopoder, levei em consideração o aspecto histórico do surgimento do “sujeito hormonal”, mobilizando a história dos hormônios, como definido por Nelly Oudshoorn em *Beyond the natural body: an archeology of sex hormones* (1994), considerando a mudança do modelo biológico do corpo para o modelo bioquímico da diferença sexual, o farmacopoder será estruturado a partir do momento em que essas diferenças bioquímicas passam a serem distribuídas e incorporadas

pela população através dos fármacos, cristalizados em medicamentos sintéticos, com capacidade de mudança individual. O farmacopoder é essencial para compreender os aspectos de transformação do “gênero” e do “sexo” nas categorias travesti e transexual. O segundo tópico, o pornopoder, leva em conta as relações semióticas e simbólicas do prazer, isto é, a hegemonia do discurso da sexualidade enquanto estímulo de prazer em diversos aspectos da sociedade. Da mesma maneira que o farmacopoder, busquei o surgimento de um “sujeito do prazer” no século XX, tributário a pornografia e sua característica performática. Procurei trazer um panorama histórico dos principais eventos que impulsionaram essa transformação, em suma ligadas diretamente a veiculação semiótica de imagens a partir de produções audiovisuais, livros e fotografias. Embora o pornopoder não seja tão importante para a análise desse trabalho, Preciado o define como um desdobramento biopolítico essencial na emergência da era farmacopornográfica. Não obstante, o pornopoder define características semióticas significativas na produção dos corpos das travestis, principalmente quando levamos em conta a hipersexualidade e o campo da prostituição.

No capítulo II procurei situar o leitor no interior das perspectivas gerais dos estudos sobre pessoas transgêneras. O termo “global” leva em conta o discurso hegemônico na epistemologia teórica sobre pessoas trans*, isto é, o campo de estudos transgêneros como uma produção do contexto norte americano. Como o fenômeno da transexualidade e a própria descrição da transgeneridade é subordinada em grande parte à cultura norte americana, levei em consideração nesse capítulo a perspectiva de Joanne Meyerowitz sobre a história da transexualidade nos Estados Unidos. No tópico sobre a emergência do movimento transgênero na história americana, apresentei um panorama histórico, ressaltando personagens como Christine Jorgensen e o impacto da introdução do conceito de “gênero” por “sexo” pela transexualidade através das práticas médico-cirúrgicas. Também demonstrei a relação do personagem transexual com os movimentos homossexuais e feministas, até chegar ao desdobramento da categoria transgênero como parte da mobilização política e social, promovido pela teoria *Queer*. Essa perspectiva foi feita sob o ponto de vista de teóricas trans, Susan Stryker (2008), Sandy Stone e Leslie Feinberg (1993). No tópico sobre transfeminismo, apresentei o movimento como parte dessa mudança e ressaltei sua importância no contexto brasileiro, levando em conta pesquisadoras trans brasileiras, como Beatriz P. Bagagli (2019), Jaqueline Gomes de Jesus (2014), Viviane Vergueiro e (2015) Letícia Lanz (2015).

No capítulo III, através de um contexto histórico, busquei definir o conceito de autocobaia, como parte de um processo de autoexperimentação de práticas subjetivas de

mudanças do “eu”, trazendo alguns exemplos da ciência e de figuras históricas que foram importantes na consolidação dessas experiências. Preciado argumenta que as práticas de autoexperimentação são maneiras individuais de participar na construção de ficções biopolíticas, isto é, uma maneira de se apropriar das tecnologias promovidas pelo farmacopoder, deslocando seu protagonismo para o uso individual como forma de resistência e poder. Segundo Preciado, “temos o direito de exigir a propriedade coletiva e 'comum' dos biocódigos de gênero, sexo e raça. Temos de arrancar os biocódigos das mãos particulares, dos tecnocratas e do complexo farmacopornô” (PRECIADO, 2018, p.370). No tópico sobre o que é ser travesti, procurei trazer as definições básicas sobre as perspectivas sociais e culturais e teóricas que estabelecem a categoria travesti. Nesse sentido, procurei referências fundamentadas nos trabalhos de Pelúcio (2007), Silva (1993), Kulick (2008), Bento (2006) e na biografia de Luiza Marilac (2019), pautada nas perspectivas de gênero da performatividade de Butler (2003). Também trouxe alguns dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), com base nas mortes de pessoas transexuais e travestis no Brasil no ano de 2019, descrevi o panorama central e seus aspectos sociais que precariza a vida de muitas travestis. Já no tópico sobre a sexualidade no começo do século XX, busquei demonstrar as redes de relações entre os sujeitos homossexuais do começo do século, levando em conta a travestilidade e o cenário homossexual do período. É importante destacar que o panorama central da investigação histórica e social na qual a categoria travesti foi fundamentada, é baseada na diferenciação dos próprios homossexuais a partir dos anos de 1960 e 1970, com a introdução das concepções de gênero. Portanto, nesse tópico eu procuro definir as bases culturais e sociais que havia entre os homossexuais anterior aquele momento, como as bichas/bonecas, na qual futuramente irão se deslocar para a categoria travesti. Meu principal referencial para o esse contexto é o trabalho de James Green (2000), Paulo S. Carmo (2019), Mary Del Priore (2000) e Elias F. Veras (2017). No tópico sobre as relações de raça, gênero e as mudanças culturais, apresentei os elementos culturais, econômicos e sociais a partir dessas categorias, que contribuíram para a “revolução sexual” e elementos importantes na sociedade brasileira, na qual as travestis são tributárias. Meu principal objetivo foi destacar as mudanças semânticas nos vestuários e comportamentos da sociedade, tendo em vista o impacto dessas transformações na sexualidade da população. No Tópico sobre a emergência da travesti no contexto brasileiro, procurei compilar as informações apresentadas até o momento, na qual analiso o deslocamento das mudanças culturais, sociais e tecnológicas que serviram como subsídios para o surgimento das travestis no Brasil, levando em conta os bailes

de travestis e o carnaval sob o ponto de vista da travestilidade. No tópico sobre a pílula contraceptiva no Brasil, eu busquei discutir a introdução e o impacto do principal fármaco utilizado por travestis no período, considerando as políticas de controle de natalidade e a sua introdução na América Latina. Esse tópico pode ser interpretado como um desdobramento do farmacopoder, levando em conta o contexto brasileiro e a distribuição social da pílula.

No capítulo IV, a partir da ótica da era farmacopornográfica, procurei analisar a apropriação dos elementos biotecnológicos por determinado grupo de homossexuais no deslocamento para a categoria travesti. Trago alguns aspectos da biografia da travesti Rogéria (2016), como exemplo desse deslocamento e transformação e a relação que se desenvolveu entre o Brasil e Europa na demanda por travestis e na busca de recursos tecnológicos de transformação, levando em conta personagens vedetes e transexuais como Coccinelle e Bambi que tiveram forte influência sobre o contexto brasileiro. Busquei fazer isso, mobilizando conceitos de relação de subjunção entre Norte e Sul, das perspectivas pós-coloniais. No tópico Travesti e a era farmacopornográfica, eu busquei analisar os elementos apresentados até momento, envolvendo aspectos culturais e sociais do ponto de vista do farmacopoder e do pornopoder de transformação e a incorporação dessas tecnologias enquanto processo de autocobaia na categoria travesti. Meu ponto foi apresentar os aspectos dissidentes na maneira com essas tecnologias foram incorporadas a identidade do homossexual bicha/boneca no começo dos anos 1960 a partir das mudanças culturais e econômicas do Brasil no período. Também procurei discutir uma matéria do jornal *Lampião da esquina* (1978 – 1981), na qual discorre sobre a questão da popularização das travestis no país, destacando a posição da comunidade *guei*²⁹ no momento.

No capítulo V busquei discutir a transexualidade no contexto brasileiro enfatizando os aspectos sociais e judiciais que orbitaram a questão no país, levando em consideração os debates em torno da figura de Roberta Close e a própria cirurgia de resignação no país. Assim, como demonstrado no capítulo II na qual a transexualidade aparece no cenário público internacional, em países como Estados Unidos e Europa como parte de um debate cultural e tecnológico sobre o corpo e o “sexo”. Já no Brasil devido à censura e a própria ditadura militar, a questão ficou oculta aos grupos de homossexuais e travestis, na qual era discutida de maneira ambígua, principalmente em relação à cirurgia de resignação. Para ilustrar essa questão procurei analisar outra matéria do jornal *Lampião da esquina* (1978 – 1981), na qual

²⁹ O principal conteúdo do jornal era voltado aos homens homossexuais, que obtinham informações sobre o mundo “*guei*” – palavra aportuguesada utilizada pelo jornal – e da luta pelos seus direitos (SILVA JUNIOR, 2019, p.153). Apesar disso, vou procurar me referir ao termo como homossexual apenas.

discorre sobre a questão da cirurgia de redesignação no país, levando em conta a posição da comunidade *guei* e a percepção das travestis sobre o procedimento. Já no tópico; transexualidade e os desdobramentos da lei procurei dar ênfase ao aspecto judicial e institucional que orbita sobre a transexualidade, na qual foi muito interdependente. Assim, analiso o caso envolvendo a primeira cirurgia de redesignação no país e a condição precária do processo em que a transexual Waldirene Nogueira foi submetida. Também busco trazer um panorama histórico da evolução das leis e emendas envolvendo a questão no Brasil até o presente momento. No tópico transexualidade e travesti, discuto a relação dessas categorias levando em conta os elementos apresentados nos capítulos anteriores e a maneira com que cada uma foi “consolidada” no Brasil. O que me permite estabelecer um comparativo, levando em conta todos os aspectos apresentados nesse trabalho.

CAPÍTULO I

2 SEXUALIDADE E BIOPOLÍTICA

Michel Foucault não foi exatamente um filósofo sistemático ou categórico na articulação de suas ideias. Gostava de “pensar diferente” como um “experimentador” do saber do que um “teórico” do conhecimento já validado. Evitava rotular ou categorizar suas obras e costumava falar que “Eu não sinto que seja necessário saber exatamente o que eu sou” (FOUCAULT, 1982).

Seu pensamento interroga diretamente os aspectos fundamentais da tradição filosófica ocidental que segundo ele, empreendeu-se em criar uma falsa dicotomia do conhecimento, na medida em que seu pensamento se situa em uma problematização da verdade e do sujeito. De modo mais específico sua crítica abarca o sujeito, na maneira pela qual sua concepção está alçada no terreno das generalizações e universalizações antropológicas, como modo de produção de conhecimento e verdades. O segundo ponto é a centralidade do conhecimento no sujeito, que desde a tradição filosófica moderna, tem sido o epicentro da epistemologia da verdade e de toda e qualquer significação. Portanto, como um modo alternativo, o pensamento de Foucault, busca uma saída para esse tipo de articulação do saber, e propõem uma investigação arqueológica do sujeito moderno com o efeito de ilustrar a própria natureza histórica e contingente do saber-poder daquilo que a filosofia tem denominado como universal e absoluto. A obra de Foucault é extremamente vasta e interdisciplinar³⁰. Apenas irei me atentar para os componentes disciplinares dos corpos, em função da sexualidade e da lógica do biopoder.

Na sua investigação com a sexualidade, Foucault irá localizá-la como um produto recente de uma *scientia sexualis*³¹ no ocidente a partir do século XVIII mediante o modo como a confissão, foi sendo colocada em relação ao sexo, “como se lhe fosse essencial que o

³⁰ Do ponto de vista formal, a obra de Michel Foucault é dividida em três fases adjacentes, onde na primeira fase, nomeada de arqueológica, temos as seguintes obras: História da loucura (1961), O nascimento da clínica (1963), As palavras e as coisas (1966) e A arqueologia do saber (1969). Já segunda fase Foucault muda o sentido da sua busca, pelo poder de dominação dos dispositivos. A obra A ordem do discurso (1970) representa, nesse cenário, uma transição à genealogia, que se ocupa da questão do poder e prolonga-se pelos textos Vigiar e punir (1975) e História da sexualidade: a vontade de saber (1976). Já na última fase, a questão da governamentalidade e ética no cuidado de si são o núcleo dos seus trabalhos. História da sexualidade: o uso dos prazeres (1984) e História da sexualidade: o cuidado de si (1984).

³¹ As características fundamentais dessa sexualidade não traduzem uma representação mais ou menos confundida pela ideologia, ou um desconhecimento induzido pelas interdições; correspondem às exigências funcionais do discurso que deve produzir sua verdade. No ponto de intersecção entre uma técnica de confissão e uma discursividade científica (FOUCAULT, 1999, p.66).

sexo se inscrevesse não somente numa economia do prazer, mas, também num regime ordenado de saber” (FOUCAULT, 1999, p. 68). Ou seja, a articulação entre ciência, saber e sexo construiu uma forma de extrair a “verdade” desse sexo e, com isso, produzi-lo a partir de um conjunto de técnicas, normas e saberes. Essas maquinarias que estabeleceram entre a produção da fisiologia da reprodução (tanto animal quanto vegetal) e a medicina de um sexo normativo, submetido a um conjunto de regras, fez Foucault fazer a distinção entre duas formas de produção de verdades, sobre o sexo: a primeira delas ele denominou de *ars erótica*³², na qual a verdade sobre o sexo é resultado do próprio prazer, como prática e uso do corpo. Não como norma, mas como técnica de experiência na qual o prazer é reconhecido a partir dos seus efeitos, como ponto de exploração do próprio sujeito, enquanto se inscreve nos limites do gozo, na sua experiência transcendental. O *Sânscrito Kamasutram*, conhecido como Kama Sutra, é um exemplo desses textos orientais, bem como a arte japonesa Shunga que tem como objeto principal a exploração dos prazeres como fundamento dessas experiências sobre o sexo.

Já a *scientia sexualis*, produto quase exclusivamente das sociedades ocidentais, marcada pela confissão cristã, transformou fundamentalmente as relações de saber-poder em elementos de discursos para qual a verdade pela sexualidade é alcançada por uma série de técnicas de assujeitamentos e maneiras de subjetividades. As diferenças quanto à forma de subjetivação aparecem quando: “na mítica cristã, busca-se incessantemente, a individualização; tenta-se extrair aquilo que há no fundo da alma do indivíduo; Já no zen, as técnicas espirituais procuram, inversamente, esvaziar o indivíduo” (CANDIOTTO, 2013, p.16).

Portanto, o corpo aparece a partir dessa perspectiva como resultado de uma amálgama de técnicas, saberes e acontecimentos que determinam sua verdade. Sendo algo que pode ser modificado, transformado e simbolizado a partir dessas relações. A partir desse ponto, a propriedade de um corpo fixo, que se estabeleceu *a priori* do conhecimento, passar a ser objeto de crítica como ponto fundamental da constituição do indivíduo. Para Foucault a “sexualidade” é o nome de um dispositivo histórico, datado da metade do século XVIII de controle dos corpos. No primeiro volume da sua obra *A história da sexualidade: A vontade do saber* (1976), ele argumenta que a emergência da ciência da sexualidade é parte integral desse dispositivo, que possibilita novas formas de infiltração do poder na vida. Assim, a suposta

³² A *Ars erotica* é compreendida a partir do prazer sexual extraído da própria experiência do prazer” (FALCHI, 2011, p. 137).

“liberdade” que parecia ser elemento fundamental para emancipar esse indivíduo, revela-se parte de um regime de verdade que articula o sexo, produz e faz o indivíduo falar, como produto eminente da confissão da pastoral cristã reformada³³. O sexo aparece como ponto fundamental dessa rede articulada pelo poder, na qual a verdade pelo sexo surge como fonte universal de um suposto indivíduo supostamente reprimido. É a maneira pela qual a busca da verdade pode-se melhor ser colocada como uma questão a ser desvendada, no qual o sexo (e todo seu universo) torna-se objeto privilegiado do poder.

Ainda sobre a questão da hipótese repressiva, Foucault argumenta que um dos principais pontos que o fez, questionar a sexualidade a partir de sua “repressão”, foi sua crescente indagação da obsessão dos teóricos da sexualidade no começo do século XX sobre esse componente, principalmente a partir da matéria de esquecimento, repressão e excessos.

O fato que Freud e psicanálise tiveram como ponto de partida um fenômeno que no fim do século XIX tinha grande importância no mundo ocidental, na sociedade e na psiquiatria. Esse fenômeno que fascinara médicos e pesquisadores era a histeria. [...] o fato de que o sujeito possa ignorar através do seu sintoma histérico toda uma parte de seu passado ou de seu corpo (FOUCAULT, 1999, p. 291).

Portanto, a sexualidade não é avessa a repressão, mas parte eminente desses discursos que a torna economicamente útil. Essa forma de pensar a sexualidade, como um saber constituído como parte de uma verdade, dimensiona diversos fatores que historicamente podem situar os sujeitos sexuados. Isto é, a sexualidade é produto de um conjunto de fenômenos estritamente estabelecidos como “verdades”. Não obstante, o dispositivo da sexualidade pode ser compreendido como um conjunto de normas, sistemas, regras, leis e práticas sociais que permitem ou proíbem determinados comportamentos sexuais em uma sociedade. Dessa forma o corpo é atravessado pela moral religiosa, pelo direito, biologia e ciência, através do Estado e pode ser situado em um determinado lugar na história.

As práticas são antes de tudo elementos que a constituem e fazem a sexualidade se tornar “sexualmente reconhecida” enquanto prática inteligível. Elegem identidades e comportamentos em uma geografia do corpo na qual os prazeres podem ser situados. Criam tecnologias médico-científicas de demarcações, onde o normal e o patológico aparecem como fundamento para seu jogo da verdade. Talvez uma das maiores características de Foucault seja justamente a perspectiva de pensar a sexualidade, não como um processo que pode ser

³³ A pastoral cristã inscreveu como dever fundamental, a tarefa de fazer passar tudo o que se relaciona com o sexo pelo crivo interminável da palavra. A interdição de certas palavras, a decência das expressões, todas as censuras do vocabulário poderiam muito bem ser apenas dispositivos secundários com relação a essa grande sujeição: maneiras de torná-la moralmente aceitável e tecnicamente útil (FOUCAULT, 1999, p.23).

reprimido ou emancipado, pois, segundo ele, essas relações são produtos de uma mesma rede de saber-poder que alimentam e geram esquemas de pensamentos previamente estabelecidos. Torna-se, pois, mais importante pensar na sexualidade em termos de resistência e estratégias do que buscar uma natureza pré-discursiva ou ontológica pela verdade.

Para Foucault, a sexualidade é um conjunto de práticas que promovem a sujeição do indivíduo e a materialidade do corpo aparece como fonte de subjetividade e investimento do poder. A sexualidade em si aparece como um termo generalista, uma concepção de subjetividade, na qual o discurso se situa no âmbito do poder. Portanto, a sexualidade não é algo que possa ser conhecida fora do campo que a constituiu, mas significar outros acontecimentos que ela pretende estabelecer mediante essa relação, “no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos (FOUCAULT, 1999, p.9).

2.1 A EMERGÊNCIA DO BIOPODER

Em 1978, no curso intitulado *Segurança, território, população*, Foucault irá detectar quatro imperativos que possibilitaram a emergência de uma biopolítica na Europa. A primeira delas é através do surgimento de uma medicina geral de manutenção do Estado que vai procurar manter a soberania, a partir da regulação da população enquanto potência de utilidade. O segundo imperativo é a organização urbana, como elemento de disposição da população, com medidas de higienização e saneamento básico que vão surgir como maneiras do controle do espaço, pois, “em outras palavras, tratava-se de organizar a circulação, de eliminar o que era perigoso nela, de separar a boa circulação da má, [de] maximizar a boa circulação diminuindo a má” (FOUCAULT, 2008, p.24). Ainda, o terceiro imperativo será a transformação gradual dos hospitais em instrumentos terapêuticos de controle disciplinar dos corpos, na medida em que esses sujeitos passam ser incorporados pelo poder através da medicalização institucional: “um método como esse consiste em passar por trás da instituição a fim de tentar encontrar, detrás dela e mais globalmente que ela, o que podemos chamar grosso modo de tecnologia de poder” (FOUCAULT, 2008, p.157).

Por fim, a estatística aparece como elemento fundamental na medida em era preciso distinguir certos grupos para as necessidades do poder do Estado, pois ela “é o saber do Estado sobre o Estado, entendido como saber de si do Estado, mas também saber dos outros Estados.” (FOUCAULT, 2008, p.424). Assim, Foucault vai criar o conceito de biopoder como

maneira de pensar uma transformação do poder e o deslocamento da morte para a vida, do corpo para a população. Sendo até o século XVII, o soberano detinha o poder sobre a vida ou morte dos seus súditos, como forma de se proteger e resguardar seu território. Dessa maneira, se antes muitos confrontos eram formas de garantir a proteção apenas do soberano, agora no biopoder, a morte de alguns garante a segurança de todos. Portanto, administrar a vida se torna fundamental na modernidade, na medida em que os elementos constitutivos dessas características orgânicas se transformam em elementos de estratégias políticas, em mecanismos gerais de uma dinâmica geral do poder.

como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder (FOUCAULT, 2008, p. 3).

A partir desses elementos o biopoder vai se configurar em conjunto com as técnicas e estratégias, na qual o corpo torna-se público e parte fundamental para o controle do Estado a partir da intervenção médica no cuidado com a saúde, práticas de higienização, controle de doenças, dentre outras. Segundo Foucault é também a partir do Biopoder que irá surgir o que ele vai chamar de Racismo de Estado.

O racismo se forma nesse ponto (racismo em sua forma moderna, estatal, biologizante): toda uma política do povoamento, da família, do casamento, da educação, da hierarquização social, da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes ao nível do corpo, das condutas, da saúde, da vida cotidiana, receberam então cor e justificação em função da preocupação mítica de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça (FOUCAULT, 1999, p.139).

Segundo Agamben (2007), a biopolítica parece ser a chave para interpretar o lugar que o extermínio teve na modernidade, sobretudo como retórica de manutenção do “bem comum”. Para o filósofo, Estado moderno se fundamenta na implicação da categorização da vida nua, do *Homo Nacer*³⁴, uma figura obscura do direito romano, na qual o sujeito é exposto ao poder do soberano e constitui o fundamento das relações de matabilidade e insacriabilidade da vida. Quando o estado de exceção³⁵ se torna a norma, o espaço da vida nua se transformar-se

³⁴ no *homo sacer*, enfim, nos encontramos diante de uma vida nua residual e irreduzível, que deve ser excluída e exposta a morte como tal, sem que nenhum rito e nenhum sacrifício possam resgatá-la (AGAMBER, 2007, p.107).

³⁵O estado de exceção cessa, assim, de ser referido a uma situação externa e provisória de perigo factício e tende a confundir-lhe com a própria norma (AGAMBER, 2007, p.175).

em parte de um conjunto de relações indistinguíveis onde o poder soberano possui total liberdade para o exercício da biopolítica.

A análise histórica desse poder em Foucault irá distribuí-lo em dois pólos. O primeiro deles, o biopoder como maneira de regulação, como já mencionado, funciona através do controle e gestão da própria espécie humana, enquanto categoria de população e sociedade, na administração da própria vida. De maneira análoga, o outro polo do biopoder pode ser observado no corpo, mas não necessariamente o corpo reprodutivo, mas o corpo enquanto categoria *anátomo-político*. É o caráter individual do corpo que vai agir a partir desse poder. Segundo Taylor (2011), às vezes Foucault descreve o poder disciplinar e o biopoder como coisas distintas, outras vezes ele inclui a disciplina como parte do biopoder, relevando o caráter individual.

A disciplina pode, portanto, ser vista como biopoder ao visar o corpo individual, enquanto outro nível de biopoder visa o corpo-espécie. (...) Esses dois níveis de poder compõem populações e populações são compostas de corpos individuais. (TAYLOR, 2011, p.63).

Dessa maneira, a sexualidade aparece no biopoder como centro da relação entre a administração geral da população e da relação individual do corpo *anátomo-político* das tecnologias disciplinares. Assim, para Foucault, o dispositivo de sexualidade é o resultado dessa intersecção que encontra no biopoder um controle total da vida e da individualidade do corpo.

O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações. É por isso que, no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la (FOUCAULT, 1999, p.136).

As mudanças econômicas que proporcionaram o acúmulo de capital da sociedade burguesa e transformações políticas e sociais que resultaram no aprimoramento das técnicas de funcionamento do biopoder ³⁶. Segundo Foucault, o biopoder foi subjacente a

³⁶ Segundo Federici, a noção de população é derivada da noção mercantil do corpo social, responsável pela geração de riqueza de uma nação. Embora o termo seja normalmente utilizado levando em conta sua derivação atomística de sujeitos de uma sociedade, a relação entre o acúmulo de riquezas enquanto sinônimo de população e o desenvolvimento de um estado soberano estão intrinsecamente ligados a concepção do termo. A força e a riqueza de um rei estão na quantidade e na opulência de seus cidadãos (FEDERICI, 2017, p.171).

transformação do capitalismo e na consolidação do Estado, mediante um processo de racionalização das práticas sociais e subjetivas da vida.

[...] o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de biopolítica, inventados no século XVIII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (FOUCAULT, 1999, p.131).

Dessa forma, a sexualidade para Foucault é parte do processo histórico subjacente ao corpo das técnicas de produção de um discurso sobre o sexo. Assim, o dispositivo da sexualidade pode ser compreendido como uma expansão e um aprimoramento do próprio biopoder. Talvez um dos principais motivos de controvérsia do autor, é o argumento que a liberação sexual não constituiria nenhum tipo de liberdade individual, ou saída as formas de dominação. Pelo contrário, defende que as formas de controle relativo à identidade sexual, são características do dispositivo sexual do século XVIII de modo a manter o próprio poder.

2.2 A ERA FARMACOPORNOGRÁFICA

A partir do conceito de biopoder proponho pensar essa categoria à maneira como o filósofo espanhol Paul Preciado a operacionalizou em *Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica* (2018). Segundo o filósofo, a emergência de novas tecnologias disciplinares e do desenvolvimento industrial-molecular³⁷, proporcionou uma nova dinâmica de controle dos corpos. Assim, torna-se importante pensar em uma análise “somatopolítica³⁸” da economia mundial.

As mudanças do capitalismo a que vamos testemunhar se caracterização não só pela transformar do "sexo" do "gênero", da "sexualidade", da "identidade sexual" e do "prazer" em objetos de gestão política da vida (Como Foucault já havia intuído em sua descrição biopolítica dos novos sistemas de controle social) mas também pelo fato que esta gestão em si mesma será levada adiante por meio das novas dinâmicas do tecnocapitalismo avançado, da mídia global e das biotecnologias (PRECIADO, 2018, p.27).

³⁷ Nas biológicas modernas, a tradução do mundo em termos de um problema de codificação pode ser ilustrada pela biologia molecular, pela ecologia, pela teoria evolucionária sociobiológica e pela imunobiologia. Nesses campos, **o organismo é traduzido em termos de problemas de codificação genética e de leitura de códigos** (HARAWAY, 2000, p.65) - grifo da autora.

³⁸ O conceito aqui defendido por Paul Preciado se referêcia ao poder *anátomo-político* de Foucault.

Segundo o autor, tanto a primeira como a Segunda Guerra Mundial, serviram como motor e palco de infinitudes de experimentações, desconstruções, vigilância e descentramento do corpo. A maneira com que essas novas formas de poder serão implementadas a partir dos anos de 1950, pelo capitalismo tecnológico-industrial, pelas mídias globais na biotecnologia, é o que vai definir a era farmacopornográfica, sendo “as técnicas necropolíticas da guerra progressivamente se tornaram indústrias biopolítica para a produção e o controle da subjetividade” (PRECIADO, 2018, p.27). Durante o século XX, o desenvolvimento de vários compostos sintéticos, especialmente as moléculas para uso comercial, transformaram radicalmente a maneira com que a população passa a compreender o “sexo” e o “gênero”, já que “em 1941 as primeiras moléculas naturais de progesterona e estrogênio foram obtidas a partir da urina de éguas grávidas (premarin) e logo depois se tornaram hormônios sintéticos (noretindrona) e passaram a ser comercializados” (PRECIADO, 2018, p. 28-29). Também é importante salientar que a partir desse período são inauguradas centenas de laboratórios de pesquisa sobre sexualidade a partir de políticas de planejamento social com o objetivo de buscar aprimorar os discursos e práticas sobre o sexo para a população. A questão irá se tornar cada vez mais próxima aos veículos de informações publicitários e comerciais, principalmente nos Estados Unidos³⁹.

O surgimento de disciplinas específicas na medicina, como por exemplo, na recente disciplina da ginecologia, na qual o conhecimento sobre o corpo da mulher e seu processo reprodutivo “marca” particularmente uma “obsessão” como o corpo mulher é investigado pela ciência médica no início do século XX na medida em que se torna uma disciplina singular da obstetrícia. Segundo Rohden (2001), o aparecimento da ginecologia emerge como um conhecimento da natureza, nas marcações das diferenças sexuais, como a maneira de ordenar o mundo, sendo que “ao mesmo tempo em que trata dos problemas relativos à mulher e à reprodução, a ginecologia desenha os parâmetros para a distinção entre os sexos – que passa, sobretudo, pelo atrelamento da mulher à função reprodutiva, diferentemente do homem” (ROHDEN, 2001, p.49). Além da ginecologia outras disciplinas apareceram atreladas ao estudo da sexualidade e proporcionam práticas eugênicas no campo da morfologia dos corpos e das patologias orgânicas, psicológicas e do comportamento. Criminalidade e sexualidade estavam normalmente interpoladas. Segundo Flores (2007), as diversidades sexuais, hermafroditismo e deformidades sexuais constituíram a base de uma investigação científica-forense na qual podiam anular casamentos e legitimar divórcios. Isso porque “o século XX é

³⁹ O SÉCULO DO EGO. Adam Curtis. Reino Unido, 2002. 240 min.

marcado pela proliferação dos discursos sobre o sexo, e a sexualidade, como também pela intervenção médica sempre maior sobre o corpo sexuado, possibilitada na segunda metade do século XX pelos progressos científicos” (SOHN, 2011, p.118), sendo que o processo de medicalização do sexo nessa primeira década tinha por consequência o controle dos corpos através do discurso científico higiênico que neutralizava as identidades, transformando os sujeitos em representações estéticas⁴⁰ de um projeto de nação. Isto é, no começo do século XX, o corpo é mobilizado, principalmente os corpos femininos em torno da reprodução e da domesticação, como elemento de manutenção de uma ideologia de Estado, onde o domínio do privado constituiu fonte de uma importante política nacional. O controle da normalidade pelo discurso científico pela oposição dos degenerados denunciava uma importante ligação da sexualidade na manutenção da sociedade burguesa. Os criminosos costumavam aparecer como aqueles que possuíam características, disposições e comportamentos diferentes do normal. Dessa maneira, se fazia uma relação entre perversão e criminalidade. Assim, qualquer tipo de violação das “leis naturais do corpo” era também considerado um problema moral. Em 1868 a homossexualidade e a heterossexualidade aparecem como campos taxonômicos de classificação, como os vários tipos de perversão. Em 1886 surge a obra *Psychopathia sexualis* de Richard Von Krafft-Ebing, no campo da psiquiatria que discorre sobre diversos casos de “desvios” e diagnósticos possíveis para seu tratamento, bem como explicações sobre o comportamento sexual. A obra de Krafft-Ebing se torna uma referência para pensar as diversas sexualidades até a década de 1950, influenciando muitos autores na construção de suas teorias⁴¹. Além disso, é na obra de Krafft-Ebing que surge o conceito de “hermafrodita psíquico”⁴², um dos primeiros autores a considerar o fenômeno “separado” da homossexualidade. Durante esse período, no surgimento das ciências do “psiquismo”⁴³, muitos cientistas começaram a considerar os fenômenos do comportamento como parte integral das características psicológicas.

⁴⁰ O conceito de estética aqui é utilizado como sinônimo de eugenia na supervalorização de um corpo saudável e produtivo em termos econômicos e simbólicos.

⁴¹ Nesse contexto, a obra de Krafft-Ebing assumiria um caráter exemplar da história da apropriação médica dos comportamentos sexuais desviados da norma vigente e tida como parâmetro autoevidente da normalidade. Na *Psychopathia Sexualis* teremos uma primeira grande síntese das concepções médicas sobre aquilo que viria a ser concebido tecnicamente como “perversões” (PEREIRA, 2009, p.380).

⁴² [...] ao desejo de usar as roupas do sexo oposto sem intenção erótica homossexual; de considerar-se um “homem em corpo de mulher” ou vice-versa à mudanças fisiológicas decorrentes de um alto grau de “inversão sexual”, os limites entre o masculino e o feminino são questionados e suas transgressões patologizadas. E todas estas infinitas variações, graduações e combinações entre o que é ser “homem” ou “mulher” têm sua origem no recente conceito de “hermafroditas psíquicos” (LEITE, 2011, p.91).

⁴³ De maneira genérica ao indivíduo. Ainda não é estabelecida uma disciplina como psicologia.

Já em 1919, o médico alemão Magnus Hirschfeld, criou o instituto *für Sexualwissenschaft* (estudo da sexualidade) e mais tarde em conjunto com outros médicos funda a Liga Mundial para a Reforma Sexual, com o objetivo de fomentar uma educação sexual e prevenir doenças venéreas, lutar pela igualdade sexual e as sexualidades marginalizadas. Magnus Hirschfeld foi um dos pioneiros na luta a favor dos direitos dos homossexuais. Contudo, o discurso científico desse período marca a relação entre a ideologia racista e a medicina legal e encontra nos dispositivos sociais um lugar de legitimidade da antropologia da degeneração, para qual a sociedade deve buscar sua melhoria e emancipação. O desenvolvimento se incorpora aos costumes religiosos, políticos e sexuais de uma nação, criando assim um espaço de controle disciplinar desses corpos. Segundo Foucault, o modelo “ideal” de vigilância e disciplina para pensar o conjunto de discursos durante esse período será o panóptico de Jeremy Bentham.

O Panóptico de Bentham é a figura arquitetônica desta composição. O seu princípio é conhecido: na periferia, um edifício anelar; ao centro, uma torre; esta tem grandes janelas que se abrem sobre o lado interior do anel; o edifício periférico está dividido em celas, cada uma atravessando toda a espessura do edifício; têm duas janelas, uma para o interior, que corresponde às janelas da torre; a outra para o exterior, que permite que a luz atravesse totalmente a cela. Basta então colocar um vigia na torre central e, em cada cela, encerrar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um aluno. Pelo efeito da contraluz, podem ver-se a partir da torre, recortando-se exatamente contra a luz, pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Cada cela é um pequeno teatro, onde cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver constantemente e reconhecer de imediato (FOUCAULT, 2014, p.155).

De qualquer modo, os discursos legitimados no começo do século XX, tinham por base o binarismo de gênero baseado no modelo biológico do corpo. Assim, o determinismo como agente reprodutor de normativas de gêneros e papéis sociais, procuravam estabelecer uma relação lógica da sexualidade enquanto um processo natural para a constituição de cada sexo.

O sexo tornou parte tão importante dos planos de poder que o discurso sobre a masculinidade e a feminilidade e as técnicas de normatização das identidades sexuais transformaram-se em agentes de controle e padronização da vida. Em 1868, as identidades, heterossexual e homossexual foram inventadas em uma esfera de empirismo, classificação taxonômica e psicológica (PRECIADO, 2018, p.160).

Assim, o orgasmo foi domesticado do lado masculino, com diversas campanhas sobre o “problema do onanismo”, do lado feminino o prazer foi patologizado na figura da mulher histérica com a emergência de várias disciplinas sobre o corpo feminino como fonte de

reprodução da espécie. Dessa maneira os variados discursos sobre a sexualidade que se proliferavam nesse momento, dizem a respeito a um controle sexopolítico⁴⁴ das formas de reprodução e controle do Estado, assumindo uma biopolítica disciplinadora. Se o século XVIII foi responsável por “inventar” a diferença sexual, enquanto um processo científico-anatômico, conferindo a cada sexo um tipo de natureza indistinguível e singular. Sendo que os séculos XIX e o começo do XX encontraram formas de aprimorá-lo.

uma biologia da hierarquia cósmica deu lugar à biologia da incomensurabilidade, baseada no corpo, onde a relação do homem para a mulher, como das maçãs para as laranjas, não era considerada de igualdade ou desigualdade e sim de diferença. Isso exigia interpretação e tornou-se a arma da luta cultural e política (LAQUEOUR, 2001, p.248).

Segundo Preciado, pode-se dizer que o essencial desse período será o conjunto de técnicas, semióticas, arquitetônicas de naturalização dos sexos. Dessa maneira todo tipo de identidade, sexualidade, comportamento que se afaste do modelo heterossexual, ou é patologizado ou marginalizado. A partir da primeira guerra mundial, o cenário começou a se transformar progressivamente.

Se é verdade que a análise de Foucault até este ponto, embora nem sempre cronologicamente exata, parece ter grande acuidade crítica, não é menos verdade que ela perde intensidade à medida que se aproxima da sociedade contemporânea. Foucault negligencia a emergência de um conjunto de profundas transformações das tecnologias de produção do corpo e da subjetividade que apareceram progressivamente com o começo da segunda guerra mundial (PRECIADO, 2018, p.84).

Após a Segunda Guerra Mundial, uma série de produções somatopolíticas começaram a se proliferar a partir de uma nova dinâmica de regulação do corpo através da biotecnologia, cirurgia, endocrinologia, engenharia genética e das representações audiovisuais como o cinema, televisão, música e diversas formas de imagem e comunicação⁴⁵. Ainda que tenham surgido novas formas de articular o poder, isso não significa que as maneiras disciplinares foram obliteradas ou deixaram de existir. Segundo o filósofo, todas essas maneiras (soberania necropolíticas, regime disciplinar) continuam se articulando em suas justaposições. A maior

⁴⁴ A sexopolítica é uma das formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. Com ela, o sexo (os órgãos chamados "sexuais", as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e de feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) entra no cálculo do poder, fazendo dos discursos sobre o sexo e das tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle da vida (PRECIADO, 2011, p.11).

⁴⁵ Os vetores econômicos do regime farmacopornográfico permanecerão invisíveis até o final da Segunda Guerra Mundial. Inicialmente escondidos sob a aparência da economia fordista, eles se revelarão na década de 1970 com o colapso gradual dos sistemas de produção criado por Henry Ford (PRECIADO, 2018, p.36).

mudança deu-se na forma de se organizar o poder, pois nas sociedades disciplinares a maneira de controlar o corpo é externa, onde o espaço e a representação se configuram a organizar uma norma. O Estado aparece como o maior expoente, de modo que a maneira de controle disciplinar é internalizada na qual a verdade é tomada como ponto de confissão pelas relações externas. Já nas sociedades do farmacopoder, as tecnologias de controle passam a incorporar o corpo, torna-se parte dele e passam a ser parte do indivíduo na qual “a relação corpo-poder torna-se tautológica: a tecnopolítica assume a forma do próprio corpo” (PRECIADO, 2018, p.85). Diversas são as maneiras de incorporação⁴⁶, na qual o silicone passa de uma prótese, para se tornar o próprio seio; a partir da neurociência e da psiquiatria, os neurotransmissores organizam o prazer, o relaxamento e a vida psíquica do sujeito; os hormônios passam atuar sobre o corpo, criando um efeito de naturalização indistinguível do “natural”, regulam conceitos de masculinidade e feminilidade.

Essa nova forma de poder articula-se de maneira a se transformar no próprio corpo, de modo que os tornam inseparáveis, isto é, “o corpo já não habita espaços disciplinares, mas é habitado por ele” (PRECIADO, 2018, p.86). A era farmacopornográfica passou a ser uma nova maneira de compreender o poder sobre o corpo, haja visto que essas novas formas de controle tornaram-se indistinguíveis dos dispositivos que os controlam. É quando os aspectos disciplinares e biopolíticos tornam-se indistinguíveis.

2.3 O SURGIMENTO DO FARMACOPODER

No caso dos hormônios, sua história está diretamente ligada com a emergência da disciplina da endocrinologia de inúmeras incursões em animais e cobaias humanas. Segundo Dutta (2019), a história da endocrinologia pode ser dividida em três momentos: a primeira, fase de descrição das glândulas endócrinas: a segunda fase, endocrinologia analítica: e a terceira fase; endocrinologia sintética. Os primeiros experimentos envolvendo glândulas endócrinas, foram feitos em 1849, onde o fisiologista e zoólogo alemão Adolph Berthold realizou algumas experiências com galos castrados, como maneira de demonstrar que transplantes de testículos de machos da mesma espécie podiam recuperar determinadas características sexuais secundárias do animal.

⁴⁶ “A estrutura orgânica e biomolecular do corpo é o último esconderijo desses sistemas biopolítico de controle.” (PRECIADO, 2018, p.86).

Em 1889, o fisiologista inglês Charles-Édouard Brown Séquard, enquanto pesquisava as secreções de glândulas de animais, realizou um experimento na qual injetou as secreções seminais das glândulas genitais desses animais no seu próprio corpo, e observou o aumento do vigor, da agilidade e do bem-estar pessoal. Seu estudo⁴⁷ intitulado *Note on the effects produced on man by subcutaneous injections of a liquid obtained from the testicles of animals* (1889) foi publicado no *The Lancet* um periódico importante e prestigiado sobre medicina em 20 de julho de 1889. Brown Séquard passou quase uma década tentando provar o uso terapêutico dessas substâncias como fonte de rejuvenescimento e foi desacreditado e ridicularizado em muitos aspectos. Mais tarde ele acabou admitindo que o uso, só aumentava temporariamente o vigor corporal e não funcionava como uma fonte de rejuvenescimento como acreditava.

Foram necessárias cerca de quatro décadas para que o agente responsável pelos os efeitos rejuvenescedores das injeções testiculares de Brown-Séquard pudesse mudar seu status ontológico e passar, de atributo vagamente existente (fonte da juventude) para uma substância plena (FIGUEIREDO, 2013, p.5).

O experimento de Brown Séquard abriu portas para uma série de estudos e pesquisas que precedem a disciplina da bioquímica. Poucas décadas depois essa secreção passou a ser compreendida como um receptor de informação de agentes do corpo e nomeada de hormônio. Em 1902 William Bayliss e Ernest Starling descrevem pela primeira vez o conceito de hormônios como conhecemos, através da descoberta da secretina⁴⁸. A concepção de hormônios⁴⁹ passa a ser compreendida como uma determinada substância com a capacidade de transmissão de informação química pelo corpo.

Mais especificamente, desde o início do século XX fisiologistas na Europa e nos Estados Unidos haviam começado a desvendar substâncias que agiam como mensageiros químicos, regulando o funcionamento do organismo. Os pesquisadores descobriram que, apesar das diferenças, essas substâncias químicas possuíam muitas características em comum: todas eram secretadas diretamente no sangue por glândulas específicas e todas produziam efeitos bem definidos. A generalização do conceito foi promovida por B.Séquard. Bayliss e Starling, por sua vez, em 1902, demonstraram que a mucosa duodenal, sob a ação de ácidos, verte no sangue uma

⁴⁷ BROWN-SÉQUARD, Charles-Édouard. Note on the effects produced on man by subcutaneous injections of a liquid obtained from the testicles of animals. *The Lancet*, London, p. 105-107, 20 de jul. 1889. Disponível em: <<http://www.usrf.org/news/TRT/Brown-Sequard,%20Lancet,%201889.pdf>>. Acesso em: 28/11/2020

⁴⁸ Bayliss William Maddock and Starling Ernest Henry 1904. Croonian lecture. — The chemical regulation of the secretory process. *Proc. R. Soc. Lond.* 73:310–322. Disponível em <<https://royalsocietypublishing.org/doi/pdf/10.1098/rspl.1904.0045>> Acessado em 30/11/2020.

⁴⁹ Significado etimológico. Grego HORMON, “o que coloca em movimento”, de HORME, “impulso, início. Disponível em <<https://origemdapalavra.com.br/palavras/hormonio>>. Acessado em 30/11/2020.

substância denominada secretina, que estimula a secreção do suco pancreático (CUPERSCHMID, 2007, p.745).

Dessa maneira, aparece pela primeira vez o “sujeito hormonal⁵⁰”, com a descoberta da testosterona e do estrogênio, o conceito de “sexo” passa a ser compreendido como uma rede bioquímica invisível de relações químicas do corpo, onde cada transmissor manda uma mensagem que estabelece uma função específica de emissão ou decodificação, na qual o corpo passa a ter uma autonomia própria em relação ao comportamento. Sexualidade, desejo, prazer passam a fazer parte de uma série de estímulos químicos, que determinam os processos biológicos do corpo.

O corpo moderno biopolítico, como sugeriu Foucault, não é mais uma superfície unidimensional em que o poder, a lei e a punição serão inscritas, e sim uma interioridade densa em que a vida, e também o controle político, ocorre sob forma de troca, tráfego e comunicação (PRECIADO, 2018, p. 172).

Dessa maneira a endocrinologia emerge como a disciplina que compreende as redes de transformações químicas do corpo. Os hormônios operam lentamente, mas de maneira incessante no crescimento e estímulo de muitos órgãos, bem como regulando os processos metabólicos do corpo. Difusão, distribuição, fluxo, codificação, transmissão e transformação definem os novos paradigmas do controle biotecnológico do corpo a partir do “sujeito hormonal”.

The introduction of the concept of sex hormones not only meant a shift in the study of sex away from an anatomical identification of the body to a causal explanation of sexual differentiation, but also entailed another major change in the study of sex. Instead of locating the essence of femininity or masculinity in specific organs, as the anatomists had done, sex endocrinologists introduced a quantitative theory of sex and the body (OUDSHOORN, 1994, p.37).⁵¹

O corpo passa a ser codificado na figura do ciborgue⁵², uma figura pós-humana, na qual é definido como “um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma

⁵⁰ O nome sujeito é ilustrativo, pois o corpo hormonal precede o sujeito, em termos do corpo ciborgue de Haraway.

⁵¹ A introdução do conceito de hormônios sexuais não significou apenas uma mudança no estudo do sexo a partir de uma identificação anatômica do corpo para uma explicação causal da diferenciação sexual, mas também envolveu outra mudança no estudo do sexo. Em vez de localizar a essência da feminilidade ou masculinidade em órgãos específicos, como os anatomistas haviam feito, sendo que o sexo para os endocrinologistas é uma teoria quantitativa do corpo (OUDSHOORN, 1994, p.37) - Livre tradução da autora.

⁵² “O ciborgue nos força a pensar não em termos de “sujeitos”, de mônadas, de átomos ou indivíduos, mas em termos de fluxos e intensidades, tal como sugerido, aliás, por uma “ontologia” deleuziana. O mundo não seria constituído, então, de unidades (“sujeitos”), de onde partiriam as ações sobre outras unidades, mas, inversamente, de correntes e circuitos que encontram aquelas unidades em sua passagem. Primários são os fluxos

criatura de realidade social e também uma criatura de ficção” (HARAWAY, 2000, p.34). A terapia hormonal aparece com um recurso para transformar, modificar e editar o corpo, através de um processo de hibridização, na alteração das informações bioquímicas do corpo. Uma nova forma de poder aparece na produção da subjetividade do indivíduo. Dessa maneira, o corpo pode ser reescrito em termos de química e informação.

A terapia Hormonal telecinemática é uma teoria biomídia, uma teoria sobre a forma da comunicação na qual o corpo já não é só um meio de transmissão, distribuição e coleta de informação, e sim o efeito material desses intercâmbios semiótico-técnicos (PRECIADO, 2018, p.174).

O sujeito da era farmacopornográfica irá emergir a partir de uma quantidade heterogênea de elementos, de um dispositivo “pop-tecnico-ciêntifico⁵³”. Em 1929, o alemão Adolf Butenandt⁵⁴ começou a obter pela primeira vez hormônios sexuais através da urina de seres humanos. Foi o primeiro pesquisador a conseguir isolar o estrogênio e a androsterona. Pouco tempo depois em 1934, ele conseguiu isolar também a progesterona e a testosterona, estabelecendo as funções metabólicas desses esteroides no corpo⁵⁵. Ainda durante a década de 1930 é estabelecida uma série de tratamentos sobre as funções neuroquímicas dos hormônios e a consolidação da disciplina da endocrinologia.

O sistema endócrino é um mecanismo complexo que coordena e regula a comunicação entre as células, constituído por combinações de glândulas e hormônios, sendo responsável pelas funções biológicas normais, como reprodução, desenvolvimento embrionário, crescimento e metabolismo. Hormônios são mensageiros químicos que respondem pela comunicação entre diferentes tipos de células, as quais identificam os hormônios através de receptores que são estruturas protéicas especializadas em reconhecimento molecular. Depois da aproximação e interação (hormônio-receptor) ocorre uma série de reações bioquímicas, levando a respostas biológicas específicas (REIS FILHO, ARAUJO, 2006, p.817).

e as intensidades, relativamente aos quais os indivíduos e os sujeitos são secundários, subsidiários” (TADEU, 2000, p.14).

⁵³ “O conceito aqui é descrito por Preciado, nos termos de dispositivo de Giorgio Agamben. [...] “chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (AGAMBER, 2005, p.13).

⁵⁴ Em 1939 ele ganha o Prêmio Nobel de Química por seu trabalho sobre hormônios sexuais.

⁵⁵ Durante a primeira metade do século XX, ainda quando as funções dos hormônios não estavam prontamente estabelecidas, surgiram diversas teorias sobre os seus efeitos no corpo. Influenciado pelos experimentos de Brown-Séquard, o médico Serge Samuel Voronoff realizava xenotransplante de glândulas de macacos em seres humanos com o objetivo de rejuvenescimento. Viajou até o Brasil e realizou alguns experimentos cirúrgicos. Sua visita resultou no romance de Mendes Fradique, intitulada *Doutor Voronoff* (1926), na qual o autor especula sobre a perspectiva da emergente medicina hormonal e cirúrgica.

Segundo Oudshoorn (1994), a introdução dos hormonais sexuais no campo das ciências biológicas estabeleceu uma ligação entre os fisiologistas e geneticistas que estavam procurando maneiras de explicar o desenvolvimento sexual do organismo.

This suggestion provided geneticists and sex endocrinologists with arguments to demarcate the fields of the two young sciences with respect to the study of sex, a demarcation coined with the concepts of sex determination and sexual differentiation. (OUDSHOORN, 1994, p.20).⁵⁶

Dessa maneira a diferença entre homens e mulheres passa a ser explicada de maneira análoga a teoria hormonal. Segundo Aran (2003), as próprias moléculas passam a ser “generificadas” e as características de gênero e papéis sexuais passam a serem estabelecidas a partir de critérios bioquímicos. A testosterona surge como elemento da agressividade e do desejo sexual do homem e passa a explicar o comportamento masculino em diversas situações, de maneira análoga acontece com o estrogênio e a progesterona em relação à mulher. A teoria hormonal também foi incorporada às disciplinas da ginecologia e desempenhou um papel importante no discurso biomédico sobre o corpo das mulheres, sendo que “as descobertas científicas sobre os hormônios e o funcionamento do ciclo menstrual fizeram que os ovários se tornassem peças-chave na definição da natureza feminina” (ROHDEN, 2008, p. 144).

A emergência da disciplina da endocrinologia forneceu uma teoria hormonal capaz de emancipar experimentos a partir de cobaias como ratos, coelhos e camundongos em laboratórios, com o objetivo de sintetizar os efeitos químicos e fisiológicos dos hormônios. Na perspectiva de Oudshoorn (1994), os estudos sobre as diferenças sexuais, foram cada vez mais sendo incorporados pelos laboratórios e na pesquisa bioquímica do corpo, do que da prática clínica do corpo anatômico. Os cientistas passaram a estabelecer relações com a indústria farmacêutica na busca de materiais na obtenção de substâncias sintetizadas, como a urina, extrato de ovário, testículos de animais. Uma rede de relações foi estabelecida a partir dos ginecologistas, farmacêuticos, cientistas em laboratórios e empresários. Esses conjuntos de fatores determinaram a construção da era do farmacopoder, sendo ele um eminente poder capaz de atender uma série de interesses sociais e culturais na qual o modelo hormonal emergiu como uma fórmula de sucesso no controle biopolítico. Desse encontro entre

⁵⁶ Essa sugestão forneceu aos geneticistas e endocrinologistas argumentos para demarcar dois campos da jovem ciência no estudo das diferenças sexuais, uma demarcação que coincide com as concepções de determinação do sexo e diferenciação sexual (OUDSHOORN, 1994, p.20) – tradução livre da autora.

laboratórios e empresários, os hormônios sexuais passam a ganhar a forma de fármaco e aparecem como categorias de ingestão deliberada, sendo eles “bioartefatos feitos de cadeias de carbono, linguagem, imagens, capital e desejos coletivos” (PRECIADO, 2018, p.180).

A testosterona foi descoberta quase que concomitantemente ao estrogênio e a progesterona, mas são os hormônios femininos que vão desempenhar um papel importante no surgimento da distribuição global da era do farmacopoder. O êxito aconteceu mediante a maneira com que eles foram incorporados a toda uma categoria de intervenção do corpo feminino, tanto como fator de emancipação, quanto de controle e disciplina, era “como se a mulher precisasse, mais uma vez em contraste com o homem, ser objeto de mais atentas investigações” (ROHDEN, 2001, p.49). Dessa maneira, os hormônios femininos são articulados a reprodução, de modo que a sexualidade feminina seja compreendida como um recurso as disciplinas e teorias do comportamento feminino da época. Assim, a disciplina da endocrinologia se estabelece na qual os “introduced a quantitative theory of sex in which male and female sex hormones are present in both sexes⁵⁷” (OUDSHOORN, 1994, p.59). Em 1951 o laboratório GD Searle & Co desenvolveu o primeiro hormônio sintético à base de noretindona, uma variante oral da progesterona em forma de uma pequena pílula. A produção da pílula anticoncepcional irá abrir portas para uma nova era do farmacopoder doméstico, de auto-ingestão e regulação de uma nova indústria farmacológica.

2.4 O SURGIMENTO DO PORNOPODER

Como outro polo da era farmacopornográfica, o pornopoder definido por Preciado é fundamental para compreender o imperativo semântico do prazer nas telecomunicações, sendo uma “caracterização político-econômica da representação” (PRECIADO, 2018, p.282). Quando o “sexo” passa a incorporar os debates públicos e sociais na qual o prazer individual se torna explícito. As categorias transexuais e travestis são tributárias a essa maneira de veicular o “sexo” ao corpo, como forma de separar a reprodução da sexualidade e permitir a emergência de sujeitos fora do âmbito “reprodutivo”. Segundo Preciado (2018), o pornopoder se destaca pela capacidade de estimular o prazer através de uma grande retórica semântica, sendo produto do discurso sobre a sexualidade do século XX. Sua principal forma de articulação é através da pornografia, como parte de uma indústria do espetáculo.

⁵⁷ Introduzem uma teoria quantitativa do sexo em que os hormônios sexuais masculinos e femininos são presente em ambos os sexos (OUDSHOORN, 1994, p.59) - Tradução livre da autora.

Os primeiros filmes pornográficos marcam profundamente a maneira de representar a sexualidade e o corpo. Segundo Preciado (2018), a pornografia emerge a partir do status na qual aquilo que supostamente deveria ficar restrito ao privado, é compartilhado ao público. As novas técnicas de exibição de imagens sequenciais, como o cinema e o vídeo transformaram profundamente a sexualidade em poderosas imagens semióticas⁵⁸.

[...] a captura da imagem em movimento parece ter sido aquilo que a linguagem pornográfica esteve sempre à espera, uma vez que o vídeo desfruta, inegavelmente, de um "privilegiamento epistemológico" sobre outros tipos de registro dentro do paradigma ocultocêntrico da ciência moderna (MENESES, 2005, p. 36).

A pornografia será caracterizada pela performatividade⁵⁹ de gênero, destituída de qualquer sentimento romântico dos envolvidos, pois ela “é a sexualidade transformada em espetáculo, em virtualidade, em informação digital.” (PRECIADO, 2018, p.281). A revista *playboy* alcança nos Estados Unidos em 1959 uma tiragem de meio milhão; o cinema pornográfico que durante o começo do século XX era destinado ao ostracismo e a censura⁶⁰ ganha versões de *soft porn*⁶¹ com grandes públicos, na qual seus atores e atrizes ganham status de celebridades. No Brasil o surgimento da pornochanchada⁶² marcou uma maneira particular de transgressão erótica em que o sexo era representado na sociedade brasileira, especialmente naqueles tempos de ditadura militar, pois a “explosão das pornochanchadas [...] dos anos 40 e 50 e a influência das comédias italianas abriram o caminho do gênero fabricado, inicialmente, na Boca do Lixo, zona de prostituição da cidade de São Paulo” (DEL PRIORE, 2019, p.212). Os filmes *Império dos sentidos* (1976) e *Emanuelle* (1974) alcançam milhões de expectadores no mundo todo e o “sexo” é introduzido ao cinema de uma maneira crescente e intelectual, tornando-se tema de diretores e cineasta famosos, como Woody Allen e François Truffaut.

⁵⁸ É nos anos de 1930 que a sexualidade não é mais somente sugerida, mas apresentada em cena, tanto nos filmes como nos cartazes: sedutoras em combinações e ligas, amantes desfalecidas sobre a cama, beijos cheios de paixão, tudo isso como prova do desejo e do prazer (SOHN, 2006, p.113).

⁵⁹ Consideramos de novo a relação entre a indústria cultural e indústria do sexo. Judith Butler define gênero, masculinidade e feminilidade em termos de performances, de processos de repetições regulados, de normas internalizadas em forma de estilo corporal, de representação e de teatralização pública (PRECIADO, 2018, p.284).

⁶⁰ “Já nos anos de 1900 são rodados os primeiros filmes pornográficos. São então projetados nas casas fechadas, nas passagens ou nos cafés. [...] os produtores, no entanto fazem malabarismo e, mediante a arte do subentendido, tornam a sexualidade tanto mais atraente quanto mais censurada.” (SOHN, 2006, p.115).

⁶¹ É um gênero pornográfico, onde contém nudez e sexo levemente sugestivo. Onde a imagem de cenas explícitas de penetração, ejaculação e do pênis é vetada.

⁶² “Um gênero de filmes populares de baixíssima ou péssima qualidade conceitual, formal e cultural, caracterizados por cenas de nudez e diálogos mesclando pornofonia e humor escatológico” (DEL PRIORE, 2019, p.212).

Segundo Preciado (2018), a pornografia será uma maneira de veicular o sexo ao público, dentro de um contexto pós-industrial no qual a representação da sexualidade implica um mercado global de trocas semióticas de informações sobre o corpo. Dessa maneira, a pornografia reúne várias características de espetáculo, reproduzibilidade técnica e distribuição audiovisual.

Como setor underground, a indústria do sexo revela a verdade de todos os aspectos da indústria de comunicação entretenimento. A literatura, o cinema, a televisão, a internet, os quadrinhos, o videogame etc. desejam a pornografia, querem produzir prazer e mais-valia pornográfica sem sofrer a marginalização da representação do pornô, do mesmo modo que os atuais produtores da indústria farmacêutica legal querem produzir prazer e mais-valia sexual (vício) e toxicológica sem a marginalização e a criminalização que surge quando se negociam drogas ilegais (PRECIADO, 2018, p. 284).

O objetivo da pornografia é representar uma série de enquadramentos, perspectivas, iluminações, maquiagem, sons, corpos definidos e desejados. Funcionando como um dispositivo masturbatório com capacidade de agir diretamente sobre o prazer e a fantasia do sujeito. O conceito de performatividade de gênero, descrito pela filósofa Judith Butler, estabelece que o corpo-gênero é um conjunto de atos, gestos, representações ordinariamente construídas, de modo a criar um efeito de substância a torná-lo inteligível enquanto identidade socialmente reconhecida. O principal ponto levantado por Butler é que ao demonstrar que o corpo é marcado pela construção performativa, ele não possui propriamente uma realidade ontológica.

Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade. (BUTLER, 2013, p.194).

O filósofo espanhol se apropria dos conceitos introduzidos por Butler e compreende a pornografia como uma espécie de “grau zero” da performatividade, na medida em que denuncia que a sexualidade é apenas performance, sendo uma constante repetição de atos como forma subjetivação, isto é, uma maneira ordenada de proporcionar “excitação-

frustração-excitação⁶³”. A característica aqui representada pela pornografia, através do pornopoder, é justamente a maneira regulatória de controlar a excitação através de um mecanismo masturbatório da performatividade da sexualidade⁶⁴. Dessa maneira o pornopoder é antes de tudo um conjunto de maneiras semióticas de veicular signos e representações ao prazer, transformando o corpo e a sexualidade, em uma transmissão telecinemática de excitação⁶⁵. Segundo Ceccarielli (2011), a pornografia é capaz de proporcionar o desprendimento das fantasias sexuais sem o sentimento de culpa e por isso é tão eficaz em estimular o desejo sexual.

A pornografia responde, então, ao apelo pulsional, sem a necessidade do afeto e, às vezes, até mesmo sem a representação pulsional. Tomemos, por exemplo, a questão da masturbação: embora esta atividade sexual possa ser realizada sem a presença de um ou outro, este “outro” faz-se presente nas fantasias masturbatórias. Ora, se o mundo fantasmático do sujeito for de difícil acesso, sentido como ameaçador ou proibido, a pornografia pode ser um expediente oportuno que, além de aliviar uma tensão interna, tem a “vantagem” de propiciar a vivência da sexualidade sem culpa, pois protege tanto o sujeito quando o/a parceiro/a de noções pulsionais fantasmaticamente sentidas como incestuosas e/ou destrutivas (CECCARIELLI, 2011, p.16).

Não obstante, a performatividade também pode ser representada dentro de um regime de trabalho sexual, à medida que sua prática passa a ser definida como uma maneira de regular o ciclo da excitação-frustração-excitação do prazer em um corpo somatopolítico na era farmcopornografica⁶⁶, isto é, o que ele irá definir como pornoficação do trabalho, sendo “o processo de captura do sexo e da sexualidade pela economia, (...) na qual o sexo se torna trabalho” (PRECIADO, 2018, p.290). Dessa maneira, o ciclo da pornoficação do trabalho engloba diversos elementos excitatórios, como: esperma, drogas, adrenalina, sangue, silicone, próteses, hormônios, bem como a capacidade de transmitir e regular vários desses signos de maneira distributiva, em alta velocidade, através de imagens, texto, som, diferentes formas de representações. A pornoficação do trabalho será dividida em três aspectos: o primeiro deles é o próprio *phármakon*, segundo o conceito de Jacques Derrida na sua obra *A farmácia de*

⁶³ A pornografia não é simplesmente uma indústria cultural. Com seu circuito fechado de excitação-capital-frustração-excitação-capital, a pornografia - que sexualiza a produção e converte o corpo em informação (PRECIADO, 2018, p.287).

⁶⁴ O principal estímulo fornecido pela pornografia é a masturbação. Segundo Preciado (2018) a pornografia teria criado uma maneira performativa de estimular o ciclo masturbatório e proporcionar prazer de uma maneira direta.

⁶⁵ Pensada em termos de dispositivo.

⁶⁶ O sexo, a excitação, a demanda de ereção e de ejaculação existem no próprio centro da produção e da economia política farmcopornografica (PRECIADO, 2018, p.289).

Platão (1972), enquanto uma substância capaz de transformar qualquer ser vivo, Independente da sua natureza.

E preciso, com efeito, saber que Platão suspeita do *phármakon* em geral, mesmo quando se trata de drogas utilizadas com fins exclusivamente terapêuticos, mesmo se elas são manejadas com boas intenções, e mesmo se elas são eficazes como tais. Não há remédio inofensivo. O *phármakon* não pode jamais ser simplesmente benéfico (DERRIDA, 1997, p. 46).

Nesse sentido, o *phármakon* é compreendido como um conjunto de maneiras de auto-ingestão de transformação somatopolítica do corpo⁶⁷. O segundo fator é a produção e circulação de materiais audiovisuais pornográficos que possuem a capacidade sensível de modificar ou produzir qualquer desejo e articular a lógica regulatória de excitação-frustração-excitação.

Entendo aqui por pornografia toda técnica audiovisual sexualmente ativa capaz de modificar a sensibilidade e a produção do desejo, de colocar em funcionamento ciclos de excitação-frustração e de produção de prazer psicossomático, ou seja, de capturar o sistema corporal de produção afetiva (PRECIADO, 2018, p.291).

Por último, o próprio trabalho sexual, como maneira de colocar em prática vários desses aspectos e transformar o corpo em uma mercadoria de contrato sexual, sendo “o poder destas três plataformas - drogas, materiais audiovisuais pornográficos e serviços sexuais - de produção de capital reside em sua capacidade de funcionar como próteses de subjetividade” (PRECIADO, 2018, p.291). As condições de produção biotecnológicas da vida e as novas formas de distribuição e descentralização desses recursos marcam diretamente uma nova maneira de produzir subjetividades na era farmacopornográfica⁶⁸.

O guia internacional da produção, consumo e falsificação de Viagra pode nos ensinar mais sobre a produção de valor excitação-frustração-excitação na sociedade pós-fordista do que todos os tratados de econômica clássica com suas noções obsoletas de trabalho como produção mercantil. (PRECIADO, 2018, p.292).

A partir desse contexto, o “gênero”, o “sexo”, será veiculado a partir de informações vivas e estimulantes, que podem transformadas, alteradas e codificadas na qual não se

⁶⁷ “O conceito de *phármakon* utilizado por Preciado, podem também sugerir sua maneira de desenvolver a linguagem enquanto uma maneira de desconstrução. “O jogo do *phármakon* derraderiano nos conduz a conhecer aquilo que pensa abrir para a escritura, transversalmente à desconstrução do texto platônico, antes que por qualquer definição conceitual” (OSMAN, 2016, p.17).

⁶⁸ A emergência de um mercado regulado por normas de excitação e pornoficação do trabalho. Novas tecnologias são introduzidas na maneira de experimentar o prazer e a sexualidade.

enquadram necessariamente como uma propriedade estável e ontológica do sujeito, porque, “em um certo sentido, os organismos deixaram de existir como objetos de conhecimento, cedendo lugar a componentes bióticos, isto é, tipos especiais de dispositivos de processamento de informação” (HARAWAY, 2000, p.65). Esses elementos se transformam em maneiras compartilhadas de subjetivação individual do corpo e da própria sexualidade, dessa maneira “a indústria farmacopornográfica tende exponencialmente ao controle a produção do seu corpo desejantes” (PRECIADO, 2018, p.294). Podemos categorizar o pornopoder em um incessante mercado de produção e reprodução de sentidos e maneiras de experimentar o mundo, é um ciclo introduzido pelo capitalismo pós-fordista de modo a estimular a subjetividade através da sexualidade. Dessa maneira, o sujeito pode em um primeiro momento estar lendo a obra *Dom Casmurro* (1889) de Machado de Assis, na qual o leitor excita-se pela leitura de um texto que aumenta sua potencia de gozo (através do aumento do capital cultural, permitindo novas caracterizações de desejo para este corpo). Frustra-se, independente do que a leitura proporciona, e parte para um novo ciclo. Após o ápice desse ciclo, ele pode retomar sua atividade em poucos minutos, destituído de qualquer sentido ou significação profunda, como faria com qualquer *fast-food*, ou *phármakon* estimulante. Assim, o pornopoder transforma o estímulo masturbatório em um produto efêmero. Segundo o sociólogo Zygmunt Bauman (2008), a transformação de uma sociedade formada por cidadãos em consumidores, reforça o caráter subjetivo de diversas maneiras de produzir produtos estimulantes.

No caso da subjetividade na sociedade de consumidores, é a vez de comprar e vender os símbolos empregados na construção da identidade – a expressão supostamente pública do “self” que na verdade é o “simulacro” de Jean Baudrillard, colocando a “representação” no lugar daquilo que ela deveria representar –, a serem eliminados da aparência do produto final (BAUMAN, 2008, p.18).

Não obstante, o ciborgue de Donna Haraway “não está sujeito à biopolítica de Foucault; o ciborgue simula a política, uma característica que oferece um campo muito mais potente de atividades” (HARAWAY, 2000, p.63). O regime farmacopornográfico se define como um legado tecnológico e político das maneiras experimentais de permitir novas formas de subjetividade e organização social do corpo.

CAPÍTULO II

3 ESTUDOS GLOBAIS SOBRE TRANS.

Falar sobre pessoas trans* implica retomar a diversos significados. Falar sobre “transgênero”, “transexualidade”, “transgeneridade”, “transvestilidades”, “travestilidades” do sujeito transexual, travesti, trans-não binário, bixa transviada, gênero-dissidente ou qualquer tipo de identidade opositiva ao sistema sexo-gênero heteronormativo, categoricamente em função da sua norma cisgênera⁶⁹ de identidade, significa pensar proporcionalmente as noções de “sexo”, “gênero” e redefinir as relações categóricas de “mulher”, “homem” no seu sentido normativo de existência. Essas relações de identidade são percebidas a partir de um corpo que passa a ser compreendido como sexuado e com uma origem nos limites tradicionais do sistema heterocisnormativo a partir de práticas de opressão simbolicamente compartilhadas⁷⁰. Ou seja, falar em indivíduos com o prefixo trans* implica diametralmente falar em como determinadas práticas subjetivas foram construídas. Assim, a categoria trans* “é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros nos corpos” (BENTO, 2008, p.19).

Para além dessas denominações, falar sobre pessoas trans* é também refletir sobre as próprias concepções que as pessoas trans* possuem em relação à própria categoria. É salientar as normas e diferenças reunidas sobre um mesmo campo discursivo, na qual os processos de relação de gênero e subjetividade são formados a partir de vários enunciados.

os tipo de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2008, p.47).

⁶⁹ “Cisgênero” estabelece uma relação de antonímia com a palavra “transgênero”. “Transgênero”, por sua vez, é uma palavra rotineiramente utilizado como forma de designar pessoas cuja auto identificação de gênero não coincide com o gênero atribuído compulsoriamente ao nascimento em virtude da morfologia genital externa, podendo incluir travestis e transexuais. Desta forma, “cisgênero” é utilizado para designar aquelas pessoas que não são transgêneras, ou seja, aquelas cujo gênero auto identificado está na “posição aquém” daquele atribuído compulsoriamente ao nascimento em virtude da morfologia genital externa (BAGAGLI, 2015, p.13).

⁷⁰ Embora a transexualidade tenha sido teorizada tradicionalmente a partir de perspectivas médicas e psiquiátricas, um número cada vez crescente de outras perspectivas teóricas, incluindo feministas, queer e dos estudos transgêneros têm oferecido análises desde os anos 1970 (BAGAGLI apud HIRD, 2019, p.581).

Portanto, chamo a atenção para a disputa semântica atrelada ao sufixo trans* e como a linguagem aparece como um campo de disputa simbólica de saber-poder. Logo, torna-se imprescindível salientar que muitos debates sobre diversidade, gênero e sexualidade que incluem questões relacionadas às pessoas trans*, ganharam novos significados à medida que os estudos por pessoas trans* foram articulados a novas epistemologias e proporcionaram uma expansão significativa do conhecimento. Dessa maneira, os estudos transgêneros se impõem como um importante lugar de conhecimento sobre a população trans*, especialmente quando atrelados a Teoria *Queer*⁷¹. É um campo interdisciplinar de tradição norte-americana, sendo que suas bases históricas e operacionais serão apresentadas neste capítulo. O termo “global” inserido no título do capítulo representa uma hegemonia teórica e cultural com que as perspectivas trans* são tradicionalmente postuladas. Não obstante, compreender a história do movimento transgênero nos Estados Unidos é também entender como o conceito de transexualidade e transgênero impactaram diretamente as noções de identidade de gênero e diversidade sexual no Brasil.

3.1 ESTUDOS TRANSGÊNEROS.

Segundo a definição da pesquisadora acadêmica Susan Stryker (2006) da Universidade do Arizona nos Estados Unidos, o campo de pesquisa dos estudos transgêneros é a análise sistemática de diversas dimensões do fenômeno transgênero, categorizado enquanto uma transgressão do sistema binário de gênero. É um campo interdisciplinar e multidisciplinar, onde o corpo, subjetividade, identidade e a narrativa do conhecimento giram em torno da dimensão transgênero. É uma derivação da própria teoria *Queer* e dos estudos da sexualidade e gênero. Logo, é um campo de múltiplas integrações, incorporando diversos trabalhos ligados a transgenriedade⁷².

Most broadly conceived, the field of transgender studies is concerned with anything that disrupts, denaturalizes, rearticulates, and makes visible the normative linkages we generally assume to exist between the biological specificity of the sexually

⁷¹ “Vale lembrar que *queer* é um xingamento, é um palavrão em inglês. Em português, dá a impressão de algo inteiramente respeitável, mas é importante compreender que realmente é um palavrão, um xingamento, uma injúria. A ideia por trás do Queer Nation era a de que parte da nação foi rejeitada, foi humilhada, considerara abjeta, motivo de desprezo e nojo, medo de contaminação. É assim que surge o *queer*, como reação e resistência a um novo momento biopolítico instaurado pela AIDS (MISKOLCI, 2012, p.24).

⁷² Como é um campo de estudos emergente da cultura norte-americana, da teoria *queer*, dos estudos de gênero e sexualidade, da comunidade LGBTQI+, para as populações da América Latina o conceito de “transgeneridade” pode significar múltiplas identidades.

differentiated human body, the social roles and statuses that a particular form of body is expected to occupy, the subjectively experienced relationship between a gendered sense of self and social expectations of gender-role performance, and the cultural mechanisms that work to sustain or thwart specific configurations of gendered personhood (STRYKER, 2008, p.20).⁷³

O campo dos estudos transgêneros não apenas se preocupa com o fenômeno da transgêneridade, mas também na maneira com que esse fenômeno é interpretado e compreendido em suas diversas dimensões. A disciplina leva em conta sua população, já que as pessoas trans são heterogêneas e ecléticas quanto suas estratégias políticas, sociais e culturais para lidar com a própria transgêneridade. Dessa maneira, o campo dos estudos transgêneros não é um campo teórico fechado, mas um conjunto de saberes, discussões e reflexões a cerca do fenômeno da transgêneridade. Além disso, os estudos transgêneros reúnem uma série de elementos que são importantes às experiências de pessoas transgêneras, como orientação sexual, conformidade de gênero, passibilidade, transição, expressão de gênero, visibilidade e vulnerabilidade social.

A própria palavra ‘transgênero’ passou a ser empregada no intercurso da palavra transexual, termo derivado das publicações do médico Dr. Harry Benjamin⁷⁴ na década de 1950, bem como a palavra “travesti” popularmente difundida pelo Dr. Magnus Hirschfeld no começo do século XX. A principal distinção entre os termos é que o personagem transgênero passou a ser alguém que reivindicava a necessidade de uma identidade de gênero sem necessariamente estar atrelado a uma mudança cirurgia de transgenitalização, como normalmente era relativo aos transexuais nas descrições médicas-cirúrgicas. Segundo Stryker (2008), o termo começou a ser utilizado por Virginia Prince em 1960 e mais tarde foi compilado na obra *Transgender Warrior* (1996) como sinônimo de um enquadramento social, na qual possibilitava unificar uma gama de identidades que estavam fora do espectro binário de gênero e também foi impulsionado pelos debates promovidos pela teoria *Queer*. O termo ganhou bastante adesão entre o público LGBT de maneira que criou novas formas de

⁷³ Concebido de forma mais ampla, o campo dos estudos transgêneros se preocupa com tudo o que perturba, desnaturaliza, rearticula e torna visível as ligações normativas que geralmente assumimos existir entre a realidade biológica do corpo humano sexualmente diferenciado, os papéis sociais e os status que se espera que uma determinada forma de corpo ocupe, a relação de experiência subjetivamente entre um senso de identidade de gênero e expectativas sociais de desempenho de papéis de gênero e os mecanismos culturais que funcionam para sustentar ou impedir configurações específicas de personalidade de gênero – Tradução livre da autora.

⁷⁴ Em 1953, o endocrinologista alemão erradicado nos Estados Unidos, Harry Benjamin retoma o termo utilizado por Cauldwell, apontado a cirurgia como única alternativa terapêutica possível para os/as transexuais. Essa posição se contrapunha com os profissionais da saúde mental, sempre reticentes às intervenções corporais como alternativas terapêuticas, consideradas mutilações por muitos psicanalistas. No artigo "Transvestism and Transsexualism", Benjamin (1953) ataca violentamente todo tratamento psicoterapêutico, principalmente o psicanalítico, da transexualidade e do travestismo. (BENTO, 2006, p.40).

visibilidades a ponto de ser empregado em uma série de direitos democráticos de diversidade sexual nos Estados Unidos. Os estudos transgêneros surgem a partir dos anos 1990 nos Estados Unidos como um efeito das transformações culturais a partir de críticas ao sistema patriarcal de gênero, sendo tributário ao lema do “pessoal é político” e dos protestos de Stonewall⁷⁵ em 1969.

The “Stonewall Riots” have been mythologized as the origin of the gay liberation movement, and there is a great deal of truth in that characterization, but as we have seen, gay, transgender, and gender-variant people had been engaging in violent protest and direct actions against social oppression for at least a decade by that time. Stonewall stands out as the biggest and most consequential example of a kind of event that was becoming increasingly common rather than as a unique occurrence (STRYKER, 2008, p.28).⁷⁶

Contudo, antes de chegar a esse momento, retrocedemos algum tempo quando a personagem transexual começou um “estopim” de debates nos Estados Unidos na década de 1950 a partir do momento que introduziu na cena pública a possibilidade científica de “mudança de sexo⁷⁷”, especialmente através de figuras como Christine Jorgensen.

3.2 O MOVIMENTO TRANSGÊNERO NOS ESTADOS UNIDOS.

Segundo Meyerowitz (2015), Jorgensen era filha de dinamarqueses naturalizados nos Estados Unidos e participou da Segunda Guerra Mundial como um militar. Tomou conhecimento do caso de Lili Elbe⁷⁸ enquanto ainda estava no exército. Após o fim da guerra, procurou uma maneira de se “transformar” em uma mulher e retornou a Europa em busca de informações. Conheceu o Dr. Christophe Hamburguer em Copenhague na Dinamarca e iniciou o processo de transição de gênero. O médico Dr. Hamburguer era pioneiro na pesquisa

⁷⁵ No entanto, deve-se frisar que Stonewall tornou-se o “mito fundador” do movimento LGBTQ+ global também pelo imperialismo cultural norte-americano. James N. Green, em seu artigo - *Nem todos os caminhos levam a Nova York*, aponta como havia experiências de organização de pessoas LGBTQ+ em um estilo muito semelhante àquele produzido por Stonewall já em 1967 na Argentina e poucos anos depois também no México, isso por que “enquanto países Latino-Americanos estavam construindo seus próprios referenciais de “Stonewalls”, o Brasil vivia o período mais agudo da repressão ditatorial a partir de 1968, atrasando a emergência do movimento LGBTQ+ entre nós.” QUINALHA, O mito fundador de Stonewall. Cult, 03 de Jun de 2019, disponível em <<https://revistacult.uol.com.br/home/o-mito-fundador-de-stonewall/>>

⁷⁶ Os “motins de Stonewall” foram mitificados como a origem do movimento de libertação gay e há muita verdade nessa caracterização, mas como vimos gays, transgêneros e pessoas com variações de gênero se engajaram em protestos violentos e ações diretas contra a opressão social por pelo menos um bom tempo. Stonewall se destaca como o maior e mais importante exemplo de um tipo de evento que estava se tornando cada vez mais comum, como um estopim do gênero (STRYKER, 2011, p.18) - Tradução livre da autora.

⁷⁷ Vou utilizar o termo “mudança de sexo” para ressaltar o apelo popular da cirurgia.

⁷⁸ Lili Elbe foi uma das primeiras transexuais a realizar a cirurgia de “mudança de sexo” no mundo. Ganhou um filme intitulado *A Garota Dinamarquesa* em 2015.

de androgênicos e decidiu unir à administração de hormônios sintéticos a cirurgia de redesignação de Jorgensen. Pouco tempo depois, ela retornou aos Estados Unidos, na qual seu caso foi amplamente divulgado nas páginas dos jornais e revistas, causando um grande debate público.

O movimento feminista no primeiro momento recebeu a “novidade” com reticências os debates sobre a cirurgia de redesignação e acabaram por aumentar a visibilidade da transexualidade na mídia Americana. Os jornais da época exploram bastante o fato de Jorgensen ter integrado as formas armadas e antes da transição representar o arquétipo de um “homem comum” e militar. Como aponta Meyerowitz (2015), isso parece ter mobilizado as ansiedades sociais em torno das masculinidades e da própria homossexualidade, já que em alguns casos a transexualidade poderia figurar como uma forma de “cura” de homossexuais mais afeminados, bem como também iniciou uma ampla discussão sobre a regularidade de gênero, especialmente o feminino.

The media made much of the fact that Jorgensen was an “ex-GI,” suggesting profound anxieties about masculinity and sexuality: There had been a great deal of attention to male homosexuality in the military during World War II, and maybe, some thought, gender transformation represented a solution to that perceived problem. But if a macho archetype such as “the soldier” could be transformed into a “blond bombshell,” what did that mean for the average man? A final contributing factor was intense attention to social gender roles; with millions of women who had worked outside the home during the war being steered back toward feminine domesticity, and millions of demobilized military men trying to fit themselves back into the civilian social order, questions of what made a man a man, or a woman a woman, and what their respective roles in life should be, were very much up for debate (STRYKER, 2008, p.18).⁷⁹

Nesse primeiro momento, havia uma série de discussões que permeavam a figura de Jorgensen, já que muitos jornalistas estavam interessados em sua performance pública enquanto mulher transexual, como as características do seu rosto, voz, cabelo e seu comportamento, como também destacar a feminilidade convincente de Jorgensen. Havia um reforço dos jornalistas em ressaltar vários aspectos femininos em sua transição, como a capacidade de Jorgensen ser uma “mulher legítima”. Mais tarde, em um acordo com o jornal

⁷⁹ A mídia deu muita importância ao fato de Jorgensen ser um "ex-gi", sugerindo profundas ansiedades sobre masculinidade e sexualidade: Houve muita atenção à homossexualidade masculina nas forças armadas durante a Segunda Guerra Mundial e talvez alguns pensaram: que a transformação de gênero representou uma solução para esse problema. Mas se um arquétipo machista como “o soldado” pode ser transformado em uma “bela loira”, o que isso significa para o homem médio? Um último fator contribuinte foi à mudança intensa aos papéis sociais de gênero; como milhões de mulheres que trabalharam fora de casa durante a guerra sendo direcionadas para a domesticidade feminina e milhões de militares desmoralizados tentando se encaixar de volta na ordem social civil, questões sobre o que tornava um homem um homem ou uma mulher uma mulher e quais deveriam ser seus respectivos papéis na vida, eram muito debatidos (STRYKER, 2008, p.18) – Tradução livre da autora.

The American Weekly, Jorgensen publicou sua história de vida, dividida em cinco partes, intitulada *The Story of My Life* em 1953. Segundo Meyerowitz (2002), essas matérias apontavam para o fato de Jorgensen ser representada como uma “mulher comum” no cotidiano doméstico utilizando roupas elegantes e bem femininas. A matéria também trazia fotos de Jorgensen antes de transição e podia fazer o público estabelecer uma espécie de comparação antes da transição. Ela também sempre procurava ressaltar que nunca foi homossexual e que sua condição era hormonal e biológica, argumentando que sempre sentiu-se como uma mulher e seu médico apenas ajudou a estabelecer sua verdadeira natureza feminina.

Her endocrinologist, Christian Hamburger, served as the authority who legitimated her story by cloaking it in the language of science and removing it from the realm of sex. He had reassured her that she was not, as she had worried, a homosexual, but rather had a “condition called transvestism,” which was “deep-rooted in all the cells of [her] body (MEYEROWITZ, 2002, p.66).⁸⁰

Como reforça Meyerowitz (2002), o caso de Jorgensen não apenas chamou a atenção dos Americanos em função da cirurgia de redesignação, mas destacou as possíveis tensões culturais e discussões que aconteciam naquele momento de Guerra Fria, sendo que mulheres começavam a ocupar cada vez mais lugares da sociedade considerados masculinos. O papel feminino se tornava cada vez mais presente na sociedade industrial e as discussões sobre gênero e sexualidade eram impulsionadas pela contracultura e o movimento feminista.

Jorgensen’s story linked sensation, celebrity, and glamour with unresolved tensions concerning individualism, science, gender, and sexuality. With this equation, the press coverage attracted readers and then took on a self-perpetuating quality. Journalists jostled one another to win the race for the latest scoop, and each story raised new questions that readers might want answered in the next (MEYEROWITZ, 2002, p.69).⁸¹

⁸⁰ Seu endocrinologista, Christian Hamburger, serviu como a autoridade que legitimou sua história, ocultando-a com a linguagem da ciência e removendo-a do reino do sexo. Ele a assegurou de que ela não era como havia se preocupado, um homossexual, mas sim que tinha uma "doença chamada travestismo", que estava "profundamente enraizada em todas as células de [seu] corpo (MEYEROWITZ, 2002, p.66) - Tradução livre da autora.

⁸¹ A história de Jorgensen relacionou sentimentos, celebridade e glamour com tensões não resolvidas sobre individualismo, ciência, gênero e sexualidade. Com essa equação, a cobertura da imprensa atraiu leitores e passou a se perpetuar. Os jornalistas se acotovelavam para ganhar a corrida pelo furo de reportagem mais recente e cada história levantava novas questões que os leitores vão querer ser respondidas na próxima edição. (MEYEROWITZ, 2002, p.66) - Tradução livre da autora.

A figura de Jorgensen rapidamente criou uma tensão dentro do movimento homófilo⁸² e dos próprios homossexuais, sendo que muitos se perguntavam em como posicionar sua condição, que diferentemente dos homossexuais que estavam procurando se distanciar da patologização, a figura de Jorgensen realçava o discurso médico e a característica patológica da sua identidade.

Durante esse primeiro momento, era comum utilizar o sentido de “transexualismo” para se referir à condição de Jorgensen. Já o termo transexual foi popularizado pelo médico Dr. Harry Benjamin ao integrar o discurso científico da terapia hormonal e cirúrgica de resignação no processo transexualizador. Segundo Meyerowitz (2002), o termo transexual parece ter ganhado adesão por se distanciar do “ismo” enquanto doença e preencher uma série de requisitos de aceitação social na comunidade médica, científica e homossexual. A resposta da comunidade médica em entender as pessoas transexuais, estabeleceu protocolos de diferenciação entre homossexuais e transexuais e trouxeram a superfície uma série de questões sobre a relação entre sexo e gênero e sua aparente coerência. Como salienta Meyerowitz (2002), Jorgensen se aproximou dos homossexuais, mas evitou estabelecer relações com as *cross-dressing*⁸³ e as travestis, sempre procurando definir sua condição dentro das normalidades de comportamento esperados de uma mulher da década de 1960. Ela também recebeu centenas de cartas e correspondências de pessoas que solicitavam ajuda e maneiras de fazer a transição de gênero. O Dr. Hamburger que havia operado Jorgensen, também recebeu centenas de cartas de pacientes desejando o mesmo tratamento. A transexualidade tornou-se assunto internacional e encontrou uma demanda expressiva em vários países.

Pouco tempo depois que Jorgensen ficou popular, a *cross-dress* Virginia Prince procurou rediscutir a concepção de travesti procurando fazer uma separação distinta da condição da transexualidade, sem incluir a genitália na discussão. A principal questão

⁸² Nos Estados Unidos formou-se o Mattachine Society, inicialmente uma organização semiclandestina que, adotando uma linha de moderação e cautela, visava a integração dos homossexuais na sociedade. Seus associados muitas vezes aceitavam a noção da homossexualidade ser uma doença, freqüentemente adotavam pseudônimos e enfatizavam a sua respeitabilidade. A própria palavra “homossexual” era rejeitada devido à sua ênfase no “sexual” e outros neologismos eram adotados como “homófilo” e “homoerótico” (EULÁLIO, 1982, p.26).

⁸³ No DSM – V a prática de cross-dress é incluída no Transtorno transvestico, sendo “O transtorno transvestico ocorre em homens (raramente em mulheres) adolescentes e adultos heterossexuais (ou bissexuais) para os quais o comportamento de travestismo (cross-dressing) produz excitação sexual e causa sofrimento e/ou prejuízos sem colocar em discussão seu gênero primário” (DSM-5, 2014, p.459).

levantada por Virginia era dissociar a figura da travesti⁸⁴ com a dos homossexuais, como também da figura fetichista da travesti do *Die Transvestiten* (1910) do médico alemão Dr. Magnus Hirschfeld. Ela enfatizou o travestismo como uma maneira de expressão de gênero.

Em 1960 surge a primeira revista dedicada as “transvesties”, fundada por Virginia Prince chamada de *Transvestia- The Journal of the American Society for Equality in Dress*. Impulsionada pela liberdade sexual da época, a revista era voltada a muitos “homens casados” de classe média alta e branca que secretamente praticavam o *cross-dressing*. A revista cresceu e chegou a ter assinantes fora do país como Inglaterra e Austrália, chegando à marca de 100 edições.

Segundo Stryker (2008), a revista também sofreu especialmente por políticas conservadoras que buscavam censurá-la por considerar o material “obsceno” como prática ilegal de pornografia. Não obstante, as produções de Virginia Prince ajudaram a engrandecer os debates em torno da questão do travestismo e deslocar a discussão fora do âmbito da genitália discutida dentro da comunidade médica, especialmente em torno da figura da transexual. Prince também organizou as primeiras reuniões clandestinas na década de 60 com o objetivo de discutir e integrar membros da revista em Los Angeles. Também criou a Foundation for Personality Expression (FPE), que buscava integrar essas questões a uma ampla discussão social e política sobre liberdade de expressão de gênero. Dessa maneira, a travestilidade e a transexualidade ganharam status próprio e passaram a ser desvinculada da homossexualidade e da intersexualidade. Apesar disso, essas discussões estavam reduzidas a classe média e branca e muito dos seus membros gozavam de uma relativa liberdade para defender seus princípios.

Class and race privilege encouraged white people with transgender feelings, especially if they enjoyed a measure of social respectability or financial security, to construct their identities in isolation, to engage in cross-dressing only furtively, and to form networks with others like themselves only at great risk, unless they were willing to present themselves as people in need of medical or psychiatric help. Ironically, it was the most closeted and least political segment of the transgender population that first formed sustainable organizations and first became targets of federal prosecution. At roughly the same time as Virginia Prince’s run-in with the postal inspectors, however, another form of transgender political history began to take shape among people who lacked many of the privileges enjoyed by members of Prince’s Foundation for Personality Expression. These transgender people had a very different relationship to (or membership in) gay communities and communities of color, as well as to public space and to the police. They confronted on a daily

⁸⁴ A figura da travesti ressaltada por Virginia não tem relação com a travesti do contexto Brasileiro. Às vezes o sentido é utilizado como sinônimo de travestismo ou prática de *cross-dressing*.

basis all the things that FPE's membership worked so hard to avoid. (STRYKER, 2008, p.22).⁸⁵

Outra pessoa importante para o movimento trans* nos Estados Unidos foi Reed Erickson, que nasceu em 1917 em El Paso no Texas e após a morte do seu pai acabou herdando de sua família uma bem sucedida empresa de fundição de Chumbo, tornando-se muito rico. Reed Erickson que na época ainda era designado como mulher contactou o Dr. Harry Benjamin e começou o processo de transição para homem, sendo que a partir de 1963 começou a viver como homem socialmente. Ele também criou a Fundação Educacional Erickson (EEF) e apoiou consideravelmente o trabalho do Dr. Harry Benjamin sobre transexualidade. Segundo Stryke (2008), foi a partir do incremento financeiro de Erickson que muitas pesquisas sobre transexualidade surgiram e ganharam atenção na época. Embora Erickson tivesse condições financeiras abastadas que lhe permitiram viver como um homem transexual e aderir ao processo transexualizador⁸⁶ desenvolvido por Benjamin com uma relativa tranquilidade. O mesmo não aconteceu com outras pessoas transexuais que não possuíam condições econômicas de arcar com as despesas e custos médicos do processo.

Segundo Meyerowitz (2002), muitos médicos de referência da época como Dr. Harry Benjamin e outros que emanciparam as questões trans nos Estados Unidos, receberam uma grande demanda de pedidos para as operações de resignação sexual e hormonioterapia. Somente o Hospital Johns Hopkins em 1966 recebeu mais de duas mil solicitações de “pessoas desesperadas” relatando suas condições sociais e psíquicas para a transição de gênero. Após a repercussão do caso de Jorgensen e a recepção de obras como *O fenômeno transexual* (1966) na comunidade científica, começaram a surgir uma grande quantidade de

⁸⁵ O privilégio de classe e raça encorajou pessoas brancas com sentimentos transgêneros, especialmente se eles gozavam de uma medida de respeitabilidade social ou segurança financeira, para construir suas identidades isoladamente e se travestir apenas furtivamente para formar redes com outros como eles, a menos é claro que estivessem dispostos a se apresentar como pessoas que precisavam de ajuda médica ou psiquiátrica. Ironicamente, foi o segmento mais fechado e menos político da população trans que primeiro formou organizações sustentáveis e se tornou alvo de processos federais. Quase ao mesmo tempo em que o confronto de Virginia Prince com os inspetores postais, embora outra forma de história política transgênero começou a tomar forma entre as pessoas que não tinham muitos dos privilégios dos membros da Prince's Foundation for Personality Expression. Essas pessoas trans tiveram uma relação muito diferente com (ou pertencer a) comunidades gays e comunidades de cor, bem como com o espaço público e com a polícia. Eles confrontaram diariamente todas as coisas que os membros da FPE trabalharam tanto para evitar. (STRYKER, 2008, p.22) - Tradução livre da autora.

⁸⁶ O/a verdadeiro transexual, para Benjamin é fundamentalmente assexuado e sonha em ter um corpo de homem/mulher que será obtido pela intervenção cirúrgica. Essa cirurgia lhe possibilitaria desfrutar do status social do gênero com o qual se identifica ao mesmo tempo em que lhe permitiria exercer a sexualidade apropriada, com o órgão apropriado. Nesse sentido, a heterossexualidade é definida como a norma a partir da qual se julga o que é um homem e uma mulher de verdade (BENTO, 2006, p.151).

centros médicos com o objetivo de tratar e pesquisar questões relativas à transexualidade, muitos desses lugares ofereciam atendimentos gratuitos.

Durante esse período de efervescência de pesquisas sobre a transexualidade, surge o conceito de identidade de gênero a partir do médico psiquiatra Robert Stoller. A explicação de Stoller para a gênese da transexualidade estava na relação da criança e sua mãe. Ele utilizava muitos conceitos da psicanálise e estabeleceu parâmetros para definir a “verdadeira transexual”. Stoller acreditava que a identidade⁸⁷ é anterior a sexualidade e inverteu muitos aspectos da teoria psicosexual desenvolvida por Freud para definir processos de identificação do sujeito transexual. A teoria de Stoller colocava o núcleo da identidade de gênero como um parâmetro central na formação do sujeito, isto é, “Stoller é um radical defensor do dismorfismo. Para ele, as performances de gênero, a sexualidade e a subjetividade são níveis constitutivos da identidade do sujeito” (BENTO, 2006, p.141). A obra mais famosa de Stoller é *A experiência transexual* (1975) que exerceu bastante influência na maneira de estabelecer critérios de diagnósticos para as pessoas transexuais.

Em 1955, John Money, psicólogo e professor de psicopediatria do hospital Universitário Johns Hopkins começava empregar o conceito de “gênero” como variação comportamental do sexo para definir como os “papeis sexuais” influenciavam a formação da identidade. Segundo Meyerowitz (2002), as diferenças entre o sexo biológico e sexo psicológico foram fundamentais na aderência clínica do conceito de gênero no campo científico, enfatizando o papel da cultura na formação da identidade e sexualidade. Money se baseava no modelo Behaviorista do comportamento e acreditava que os fundamentos da identidade de gênero eram resultados de processos de aprendizagem e condicionamentos externos. Ele também tinha ligações teóricas com o sociólogo Talcott Parsons, sendo que ambos compartilhavam a noção na qual as condições sociais e culturais podiam determinar os papeis sexuais⁸⁸. Money trabalhava com crianças intersexuais e acreditava que a identidade de gênero era definida ainda na infância, mais especificamente até os três anos de idade. Dessa maneira, bastava que as condições ambientais e culturais estivessem disponíveis para aquela

⁸⁷ A psicanálise não tem uma teoria da identidade, mas dos processos de identificação. “A noção de identificação, portanto, está presente desde a própria constituição do sujeito, e daí em diante como modo de operação do desejo na tessitura de uma realidade inconsciente que se encena produzindo efeitos sobre o eu” (SOUZA, DANZINATO, 2014, p.55).

⁸⁸ As ideias de Money foram fundamentadas no que hoje compreendemos como construtivismo, isto é, “a ideia de que nada, a rigor, está pronto, acabado, e de que, especificamente, o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele se constitui pela interação do Indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano” (BECKER, 2009, p.2).

criança torna-se um homem ou mulher, assim as características biológicas teriam pouco impacto sobre a psicologia e o sendo de identidade. Apesar da aparente flexibilidade do conceito, “as teses de Money (...) não eram da determinação do social sobre o natural, mas de como o social, mediante o uso da ciência e das instituições poderia assegurar a diferença dos sexos” (BENTO, 2006, p.41). Tanto as teorias que enfatizavam as características hereditárias, congênitas e hormonais na gênese da transexualidade, quanto às concepções construtivistas que explicavam o fenômeno a partir de elementos sociais e culturais, exerceram influências nas explicações da transexualidade.

A partir da década de 1960 começaram a surgir efetivamente organizações específicas direcionadas ao estudo e tratamento de pessoas transexuais. Em 1969, foi realizado o primeiro congresso da Harry Benjamin Association, que mais tarde viria se tornar a HBGDA (Benjamin International Gender Dysphoria Association), responsável por normatizar o tratamento da transexualidade em escala global. Em 1973, a transexualidade passa a ser denominada como uma patologia de disforia de gênero pelo DSM-III.

Ainda durante esse período, a contracultura impulsionava novas maneiras de se relacionar com o corpo. As representações da nudez no cinema e na música sofreram grandes transformações, tornando-se mais explícita, bem como o uso de drogas e outras substâncias que proporcionavam novas formas de experiências. Livros como *Eros e civilização* (1955) de Herbert Marcuse, *O Segundo Sexo* (1949) de Simone de Beauvoir exerceram grandes influências nos movimentos sociais.

Os movimentos contraculturais, que irromperam com força nos Estados Unidos, direcionaram suas formas de expressão para a política, as artes (na poesia, na música, no cinema, nas artes plásticas), a educação, as relações intersubjetivas (na família, no amor, no sexo, na comunidade) e para o cotidiano como contestação aos efeitos produzidos pela sociedade industrial avançada, pela "tecnocracia". Na sua forma "organizacional" mais desenvolvida, caracterizada pelos processos de racionalização em grande escala, pela eficiência, pela modernização, pelo planejamento, a sociedade norte-americana (a que melhor realizou esse modelo), instaurando a era da "engenharia social", ampliava a administração para além do núcleo econômico-industrial. O modo de vida, o lazer, a educação, a política, a cultura como um todo se tornavam administráveis e administrados (CARDOSO, 2005, p.98).

Como aponta Stryke (2008), à recepção dos debates sobre a transexualidade naquele momento, orbitavam sobre a natureza da cirurgia de redesignação, na qual uma parcela dos homossexuais teria se “encantado” com a possibilidade de mudança de gênero e isso poderia servir como um possível argumento para uma coerção heteronormativa da sexualidade. Essa tensão provocou um esforço significativo da comunidade homossexual em desarticular

feminilidade de homens e masculinidade de mulheres e serviu como um preditivo epistemológico para fundamentar ainda mais os critérios de classificação e patologização da transexualidade. Esse foi o impacto causado pela categoria de gênero nas relações sexuais, mobilizando comportamentos e distinções entre grupos. Segundo Haraway (2004), o conceito de gênero só foi possível nos estudos feministas da década de 1960, a partir do que ela definiu como “paradigma da identidade de gênero”.

A “segunda onda” da política feminista em torno dos “determinismos biológicos” versus “construtivismo social” e das biopolíticas das diferenças de sexo/gênero ocorrem no interior de campos discursivos pré-estruturados pelo paradigma de identidade de gênero, cristalizado nos anos cinquenta e sessenta. O paradigma da identidade de gênero era uma versão funcionalista e essencializante da percepção de Simone de Beauvoir nos anos quarenta, de que não se nasce mulher. É significativo que a construção do que poderia ser uma mulher (ou um homem) tornou-se um problema para os funcionalistas burgueses e os existencialistas pré-feministas no mesmo período histórico do pós-guerra no qual os fundamentos das vidas das mulheres num sistema dominado pelos homens, num mundo capitalista, estavam passando por reformulações básicas (HARAWAY, 2004, p.216).

Segundo Meyerowitz (2002), com a inclusão da transexualidade no movimento homossexual houve uma tensão paradigmática, na qual a condição servia como argumento para os próprios homossexuais se diferenciarem entre si, embora havia certa hostilidade com a relação terapêutica que existia entre as pessoas transexuais e a comunidade médica. Essa cisão foi importante e serviu como base para as Drag Queens⁸⁹ refletirem sobre suas próprias posições enquanto personalidades dissonantes das concepções de gêneros. Como ressalta Meyerowitz (2002), se antes havia um discurso entre aqueles que eram “normais” e os que estavam fora da margem, como os homossexuais, as reivindicações seguiam por uma inclusão na própria norma. A partir da introdução da noção de identidade de gênero e da inclusão de pessoas transexuais ao movimento, os próprios grupos de homossexuais e lésbicas estavam se classificando e procurando se diferenciar internamente. Assim, ser homossexual não significava somente assumir uma postura sexual diferente dos heterossexuais, mas também estabelecer um critério de diferença entre uma pessoa transexual. Muitos que costumavam se incluir na categoria dos homossexuais, agora revisavam suas próprias posições e suas identidades sobre quem eram.

⁸⁹ A drag escancara a construtividade dos gêneros. Perambulando por um território inabitável, confundindo e tumultuando, sua figura passa a indicar que a fronteira está muito perto e que pode ser visitada a qualquer momento. Ela assume a transitoriedade, ela se satisfaz com as justaposições inesperadas e com as misturas. A drag é mais de um. Mais de uma identidade, mais de um gênero propositalmente ambígua em sua sexualidade e em seus afetos. Feita deliberadamente de excessos, ela encarna a proliferação e vive à deriva, como um viajante pós-moderno (LOURO, 2001, p.20).

Muitos homossexuais afeminados costumavam utilizar hormônios e faziam procedimentos cirúrgicos com o objetivo de buscar um determinado tipo de feminilidade, ligado ao mundo das celebridades e de figuras femininas famosas, embora nem todos costumavam se denominar como transexuais. Havia uma ampla gama de espectros de identidades que adotavam termos da comunidade científica e da própria cultura gay, do cinema, música e da moda. Esses sujeitos não se encaixavam na estrutura binária de gênero do período e foram posteriormente chamados de “estranhos”, por representarem identidades e comportamentos dissidentes das narrativas hegemônicas do próprio movimento homossexual e transexual. Existia um esforço significativo por parte do movimento homossexual em se representar próximo da heteronormatividade e construir uma identidade legítima e normativa para ser aceita pela sociedade. A transexualidade também compartilhava elementos parecidos, na medida em que sua imagem também era veiculada a uma normativa de gênero.

Enquanto o movimento homossexual apontava para adaptar os homossexuais às demandas sociais, para incorporá-los socialmente, os queer preferiram enfrentar o desafio de mudar a sociedade de forma que ela lhes seja aceitável. Enquanto o movimento mais antigo defendia a homossexualidade aceitando os valores hegemônicos, os *queer* criticam esses valores, mostrando como eles engendram as experiências da abjeção, da vergonha, do estigma (MISKOLCI, 2012, p.24).

Segundo Stryke (2008), embora houvesse uma relação compartilhada entre o movimento transexual e o homossexual pela liberdade e aceitação, a partir da década de 1970 essa relação foi “rompida” com a retirada da homossexualidade do DSM-III em 1973. Após isso, as críticas dos homossexuais se tornaram mais rigorosas as práticas médicas sobre a sexualidade e as pessoas transexuais passaram a ser percebidas como “alienadas” e subjugadas ao discurso médico-científico.

One of the first major accomplishments of the gay liberation movement that took shape in the wake of Stonewall was to achieve this long-term goal. Building on the foundation of homophile activism, gay psychologists who “came out” within their profession succeeded in having their peers remove homosexuality from the DSM-III in 1973. As a result, because gays were now “liberated” from the burden of psychopathology, homosexual and transgender communities no longer had a common interest in working to address how they were each treated by the mental health establishment. Gay liberationists who had little familiarity with transgender issues came to see transgender people as “not liberated” and lacking in political sophistication, as being still mired in an old-fashioned “preliberation” engagement with the establishment, as still trying to “fit in” with the system when what they

should really be doing was freeing themselves from medical-psychiatric oppression (STRYKE, 2008, p.32).⁹⁰

Como Stryke (2008) salienta, enquanto o movimento homossexual buscava se desvincular de qualquer forma de patologização da identidade ou do comportamento em função da narrativa histórica de perseguição e readequação a heterossexualidade, os grupos transexuais lutavam por uma acessibilidade mais igualitária aos serviços médicos competentes. Uma reivindicação em termos de qualidade de saúde no “tratamento” de sua condição.

A introdução do conceito de gênero nos debates feministas transformou a maneira de pensar as categorias de mulher e homem e a importância da cultura na construção das identidades. A relação entre sexo e gênero criou uma base epistemológica para a conjectura de outras perspectivas ao movimento feminista. O conceito proporcionou uma maneira distinta de criticar comportamentos e estereótipos que até aquele momento eram veiculados ao feminino como maneiras naturais e essencialista de ser mulher.

um vigoroso debate político e científico a respeito da construção de sexo e de gênero como categorias e como realidades históricas emergentes, no qual os textos feministas tornaram-se preeminentes em meados dos anos setenta, principalmente na crítica ao “determinismo biológico” e à ciência e tecnologia sexistas, especialmente a biologia e a medicina (HARAWAY, 2004, p.222).

O feminismo seguiu uma perspectiva crítica ao discurso de gênero na qual foi incorporado por um posicionamento lésbico do patriarcado. Esses elementos criaram uma rota de colisão direta com a posição dos grupos transexuais. Nesse sentido, o movimento feminista assumiu uma posição crítica da relação de dependência dos grupos transexuais ao discurso médico-científico e também da reprodução dos estereótipos de gênero que muitas transexuais estavam manifestando em seus discursos e comportamentos. O feminismo desse período passou a estigmatizar as mulheres transexuais como parte de um desdobramento do próprio sistema patriarcal de dominação, isto é, uma ideia que a transexualidade se resume a

⁹⁰ Uma das primeiras grandes conquistas do movimento de libertação gay que se formou na espreita de Stonewall foi atingir esse objetivo de liberdade ao longo prazo. Construindo sobre a base do ativismo homófilo, psicólogos gays que "se revelaram" dentro de sua profissão e conseguiram que seus colegas removessem a homossexualidade do DSM-III em 1973. Como resultado, os gays estavam agora "liberados" do fardo da psicopatologia homossexual e as comunidades transgênero não tinham mais um interesse comum em trabalhar para resolver como cada uma das identidades era tratada pelo estabelecimento de saúde mental. Os libertários gays que tinham pouca familiaridade com as questões dos transgêneros e passaram a ver os transgêneros como "não libertados" sem nenhum tipo sofisticação política, como se ainda estivessem atolados em um envolvimento antiquado de "pré-libertação" com o sistema, ainda tentando "se encaixar" com o sistema quando o que eles deveriam realmente fazer era se libertar da opressão médico-psiquiátrico (STRYKE, 2008, p.32). - Tradução livre da autora.

incorporação de papéis sexuais estereotipados e forjados para agradar ao patriarcado, sendo que “a crença de que pessoas trans possam efetivamente se resumir aos padrões hegemônicos de gênero pode ser interpretada criticamente como uma perspectiva reducionista sobre as identidades trans” (BAGAGLI, 2019, p.66).

A publicação do livro *Transsexual Empire – The Making of the She-Male* (1979) da feminista Janice Raymond, marca fortemente esse período, na mudança da perspectiva crítica que o feminismo passa a adotar em relação à transexualidade. Segundo Hausman (1995), as principais críticas as pessoas transexuais a partir da década de 1970, surgem devido ao crescente mercado que se estabeleceu em função dos procedimentos de alterações corporais nos Estados Unidos, principalmente pela cirurgia de redesignação. As feministas críticas desse período percebiam essas alterações corporais como maneiras de estigmatizar as mulheres, bem como formas de perpetuar estereótipos de gênero. Havia a ideia de que o discurso de pessoas transexuais estava alienado às práticas médicas e que essa demanda criou uma “ideologia” a partir do conceito de identidade de gênero como forma de exploração. Entretanto, segundo Enke (2012), a obra de Raymond coloca a transexualidade em um patamar diferente, sendo categorizada como perigosa e maléfica as mulheres. A transexualidade passa de uma identidade alienada e “inocente” ao discurso médico e científico, para um comportamento danoso e perigoso às próprias mulheres do movimento feminista. Surge a ideia de que a transexualidade seria um “Cavalo de Tróia” ao movimento feminista.

Transsexualism functions as ideology by defining a portion of human life as transsexual—using concepts such as “women trapped in men’s bodies, ” and the classic mind-body dichotomy to form “integrated assertions, theories, and aims that constitute a sociopolitical program” (RAYMOND, 1994, p.39).⁹¹

Não obstante, Raymond acredita no transexualismo⁹² como um recurso ao sistema binário de gêneros, sendo uma maneira de normatizar corpos masculinos e femininos a partir de comportamentos e desejos definidos por um sistema patriarcal engendrado por homens do meio científico e médico. Segundo Raymond (1994), a transição de homem para mulher é

⁹¹ O transexualismo funciona como ideologia ao definir a vida de um transexual – a partir de conceitos como "mulheres presas nos corpos dos homens" e a dicotomia entre mente-corpo para formar "afirmações, teorias e objetivos integrados que constitui um programa sociopolítico (RAYMOND, 1994, p.39) - Tradução livre da autora.

⁹² Raymond utiliza o termo com o sufixo ismo, com o objetivo de demonstrar o aspecto patológico e ideológico da identidade transexual. “But I have chosen to consistently employ the term transsexualism, because it is one of the main contentions of this work that transsexualism operates as an ideology which the suffix ism is meant to denote.” (RAYMOND, 1994, p.39).

uma maneira de construir corpos femininos submissos e adequados as expectativas de gênero, sendo que a transição de mulher para homem é interpretada como uma evidência da própria opressão do patriarcado na tentativa de fazer a mulher se “livrar” da identidade feminina em sofrimento. Segundo Bagagli (2019), a obra de Raymond interpreta as mulheres transexuais como parte de artefatos de práticas médicas que se apropriam dos corpos das mulheres como uma forma de perpetuar o essencialismo de gênero e os comportamentos sexistas. Assim, mulheres transexuais seriam responsáveis por manifestar e praticar discursos misóginos⁹³. Raymond vai ainda mais fundo na crítica e interpreta as mulheres transexuais lésbicas como uma identidade ainda mais perigosa e danosa ao feminismo, com o objetivo perverso e patológico de estuprar e dominar as mulheres se apropriando de seus signos.

Para Raymond, mulheres transexuais lésbicas (ou “homens lésbicos transexualmente construídos”, como designa a autora) são capazes de seduzir, enganar e violentar mulheres lésbicas. Para tanto, elas não aparentam realizar muitas ações que não sejam meramente existir, reivindicar a autenticidade de suas identidades de gênero e orientações sexuais, alterar seus corpos por meio de cirurgias e/ou hormônios e acessar espaços que se supõem exclusivamente femininos ou simplesmente não mencionar que sejam transexuais em interações cotidianas (BAGAGLI, 2019, p.56).

A obra de Raymond e o posicionamento crítico e hostil do feminismo as transexuais e as noções de identidade de gênero resultaram em um conjunto de teorias e disposições adotadas por algumas feministas, conhecidas como TERF - Trans Exclusionary Radical Feminist, como uma maneira de excluir explicitamente mulheres transexuais do movimento. As noções de feminista radical e lésbica são colocadas nesse contexto como elementos de embate a própria transexualidade. Nesse sentido, a identidade lésbica é problematizada e colocada como oposição a transexualidade e uma forma de resistência ao patriarcado.

as lésbicas não demoraram a criticar a misoginia, o funcionamento patriarcal e os objetivos falocêntricos do movimento homossexual, dominado pelos homens. Armadas pela crítica feminista expõem publicamente suas discordâncias simultaneamente e fundam suas próprias organizações, como é o caso da Gouines Rouges, na França, uma parte das lésbicas contribui de modo ativo para a construção do movimento de liberação das mulheres, do qual as organizações lésbicas se consideram parte. Entretanto, diante da reticência do feminismo no momento de reivindicar o lesbianismo, certas lésbicas começam a buscar sua própria via (FALQUET, 2009, p.122-123).

Hausman (1995) afirma que todas as obras críticas à transexualidade subjacentes são herdeiras de alguma forma a obra de Raymond e que embora ela não tenha “inventado” o

⁹³ Depois essa crítica também é feita as Drags Kings.

feminismo transexual excludente, ajudou a consolidar sua teoria e posicionamento entre as feministas. A obra de Raymond ressoa até os dias de hoje, na maneira de interpretar e criticar as questões trans*.

A partir dos anos 1980, a epidemia da AIDS nos Estados Unidos marcou consideravelmente o movimento homossexual. Do ponto de vista da comunidade transgênera, Stryker (2008) salienta que houve poucos esforços na saúde pública dos Estados Unidos em alocar recursos sociais e financeiros para a comunidade trans, principalmente a população considerada marginalizada. A epidemia da AIDS também exigiu que grupos internos do movimento homossexual construíssem redes de apoio e deixassem de lado suas diferenças.

To adequately respond to the AIDS epidemic demanded a new kind of alliance politics, in communities came together across the dividing lines of race and gender, class and nationality, citizenship and sexual orientation (STRYKER, 2008, p.42).⁹⁴

O impacto da AIDS articulou uma nova rede de solidariedade entre grupos do movimento homossexual e permitiu que as demandas de pessoas transexuais voltassem a serem incorporadas ao movimento.

o surgimento da epidemia de aids gerou um dos maiores pânicos sexuais de todos os tempos, associado, no caso Norte-Americano, a uma recusa estatal em reconhecer a emergência de saúde pública. Ao contrário do Brasil, em que o enfrentamento da epidemia aproximou Estado e movimento social em meio ao processo de redemocratização vivido depois de 20 anos de governo militar, lá nos Estados Unidos houve um verdadeiro choque entre as demandas sociais e a recusa do governo conservador de Ronald Reagan em adotar quaisquer medidas (MISKOLCI, 2012, p.23).

Foi também durante a década de 1990 que o movimento homossexual passou a se definir por siglas representativas, como LGB e depois LGBT. Publicações como de Teresa de Lauretis - *A tecnologia de gênero* (1987), abriram caminho para pensar o feminismo além normas de gênero. Lauretis também utilizou o termo *Teoria Queer* no seu artigo em *Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualite* (1991) como forma de responder a crescente demanda dos estudos gays e lésbicas a partir de uma perspectiva desconstrutivista, influenciada fortemente por Jaques Derrida. Não obstante, o trabalho de Judith Butler intitulado *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity* (1990) marcaram profundamente uma nova maneira de pensar a ideia de gênero, através do conceito de performatividade. Essas influências

⁹⁴ Para responder adequadamente à epidemia da AIDS um novo tipo de política de aliança surgiu em algumas comunidades, que se reuniram apesar das suas divisões de raça e gênero, classe e nacionalidade, cidadania e orientação sexual. - Tradução livre da autora.

construíram no final dos anos 90 a base para os estudos transgêneros, incorporando todos esses fenômenos e criando um campo epistemológico próprio e interdisciplinar.

3.3 TRANSFEMINISMO

A partir das teorias feministas da terceira onda, novos conceitos começaram a ser incorporados ao feminismo e a busca por uma narrativa universal feminina tornou-se cada vez mais problemática.⁹⁵ A partir do sistema sexo-gênero o personagem trans se tornou uma figura de análise importante e impulsionou novos debates em função da representação rígida e normativas do sistema de gêneros binários.

Emerge, no meio acadêmico e nos movimentos sociais de pessoas e grupos trans, a formulação de estratégias discursivas críticas ao imaginário social ligado à noção de uma separação morfológica rígida e imutável entre sexo e gênero (dimorfismo, que se constitui em uma crença na divisão binária dos gêneros, em suposta concordância com os sexos biológicos feminino e masculino) como um fator de opressão das pessoas trans, por regular corpos não conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina (JESUS, 2014, p.11).

Segundo Stryker (2008), essa mudança de perspectiva no feminismo foi importante na medida em que proporcionou a mulheres cisgêneras e trans* uma abertura de exploração linguística, corporal e inventiva na percepção dos seus corpos e identidades, tornando o personagem transgênero um elemento importante na compreensão dos discursos sobre o gênero e os limites do corpo. Como aponta Jesus (2014), a concepção do transfeminismo oferece a oportunidade do feminismo “tradicional” refletir e pensar as relações de natural e não-natural como processos contingentes, colocando a questão da representatividade do corpo enquanto um objeto de análise, principalmente na maneira com que as identidades são construídas sócio-culturalmente.

O transfeminismo reconhece a interseção entre as variadas identidades, identificações dos sujeitos e o caráter de opressão sobre corpos que não estejam conforme os ideais racistas e sexistas da sociedade, de modo que busca empoderar os corpos das pessoas como eles são, deficientes ou não, independentemente de intervenções de qualquer natureza; ele também busca valorizar todas as expressões sexuais das pessoas transgênero, sejam elas assexuais, bissexuais, heterossexuais,

⁹⁵ Um destes limites diz respeito às próprias noções de corpo e sexo biológico; a ideia, portanto, que uma experiência corporal (que se supõe ser determinada pela biologia) possa ser base de uma experiência social correlata que seria então igualmente compartilhada a todas as mulheres. Neste sentido, certas experiências de opressão socialmente estruturadas são interpretadas como tendo causa ou origem na biologia dos corpos designados como femininos (BAGAGLI, 2019, p.10).

homossexuais ou com qualquer outra identidade sexual possível (JESUS, 2014, p.11).

Apesar das elucubrações sobre sexo e gênero representarem durante muito tempo no movimento feminista, um campo teórico profícuo de reflexão sobre as pessoas trans*, elas não levavam em conta as experiências e vivências dessas pessoas em relação à própria categoria. Como demonstra Enker (2012), as questões trans sempre acabavam sendo banalizadas dentro das discussões feministas nos círculos universitários como manifestações das teorias de gêneros, isto é, a personagem trans* acabava sendo muitas vezes um “efeito das discussões” do que necessariamente o objeto epistemológico de investigação. Além disso, Enker (2012) aponta que toda perspectiva feminista é tributária ao transfeminismo, já que o objetivo do movimento é lutar pela autodeterminação do gênero e resistir às normas binárias de gênero, elementos centrais para o movimento feminista, dessa forma “most feminists should be seeing feminism as a transgender phenomenon” (ENKER, 2012, p.5).⁹⁶

Não obstante, Jesus (2014) destaca o transfeminismo como uma forma de prática e construção de uma literatura de fronteira, acolhendo e emancipando todo o tipo de sofrimento relativo às pessoas trans em seus mais variados tipos de realidades, assim, “o transfeminismo não é nada sozinho, precisa de pessoas hábeis a manejá-lo. Habilidade essa que se desenvolve com o treino, aprendendo-se algo com o sofrimento de cada dia” (JESUS, 2014, p.7). Segundo Coacci (2015), a função do transfeminismo é proporcionar uma desconstrução da relação entre sexo e gênero, ancorada nas bases epistemológicas da teoria *queer*, do pós-feminismo, bem como nas abordagens do pós-colonialismo.

Ativismos autodeclarados transfeministas têm se apresentado, no geral, como associados a perspectivas de feminismos interseccionais, e em diálogo com estas dimensões feministas históricas têm procurado, particularmente, propor redefinições e complexificações dos escopos de lutas feministas (VERGUEIRO, 2015, p.37).

Apesar disso, em muitos casos o transfeminismo costuma proporcionar uma tensão recorrente dentro do campo feminista, seja pela determinação de quem pode falar sobre gênero, ou da presença de pessoas transgêneros nesses espaços exclusivos as mulheres.

Segundo Stryke (2008), foi através dessa constante tensão entre as mulheres transexuais e cisgeneras feministas que o transfeminismo surgiu. O manifesto e ensaio intitulado *The Empire Strikes Back: a Posttranssexual* (1992) é considerado o texto

⁹⁶ “a maioria das feministas deveria ver o feminismo como um fenômeno transgênero” (ENKER, 2012, p.5) - Tradução livre da autora.

“fundador” do pensamento transfeminista e na vanguarda de uma proposta epistemológica de construção de uma teoria sobre pessoas transexuais por pessoas transexuais. O Ensaio publicado por Sandy Stone, mulher transexual e ativista feminista é uma resposta ao livro escrito por Raymond. Como ressalta Stryker (2008), o livro de Raymond ajudou a perpetuar um estereótipo negativo sobre as pessoas transexuais e afastou substancialmente muitas do feminismo, devido sua aparente hostilidade. As mulheres transexuais foram colocadas em posições opostas ao feminismo e a obra de Raymond ajudou a perpetuar no imaginário social e político uma imagem depreciativa das pessoas trans e acabou justificando ainda mais a exclusão, transfobia e a patologização de suas identidades.

Raymond’s book is still uncritically accepted by some on the cultural left, particularly lesbianfeminists, as a paragon of feminist criticism of “patriarchal” medical-scientific practices, and a politically progressive ethical condemnation of transsexualism (STRYKER, 2006, p.131).⁹⁷

Na obra de Stone, ela se posiciona diretamente aos ataques sofridos quando trabalhava na gravadora *Olivia Records* nos Estados Unidos, que na época era uma instituição feminista “somente para mulheres”, uma tensão que acabou culminando em sua expulsão pelo fato de ser uma mulher transexual. Stone também é citada no livro de Raymond em referência a uma forma de dominação aos espaços femininos. Em seu artigo, Stone além de incentivar a emancipação de pessoas que de alguma maneira não se enquadram na relação entre feminino e masculino, também propõem o abandono na tentativa de criar uma ontologia do gênero e aponta para uma reflexão crítica sobre as mais variadas formas de experiências fora desse binarismo.

To deconstruct the necessity for passing implies that transsexuals must take responsibility for all of their history, to begin to rearticulate their lives not as a series of erasures in the service of a species of feminism conceived from within a traditional frame, but as a political action begun by reappropriating difference and reclaiming the power of the refigured and reinscribed body. The disruptions of the old patterns of desire that the multiple dissonances of the transsexual body imply produce not an irreducible alterity but a myriad of alterities, whose unanticipated juxtapositions hold what Donna Haraway has called the promises of monsters--physicalities of constantly shifting figure and ground that exceed the frame of any possible representation (STONE, 2006, p.14).⁹⁸

⁹⁷ O livro de Raymond ainda é aceito sem muitas críticas por parte da esquerda cultural, particularmente as lésbicas feministas, como um modelo de crítica feminista às práticas médico-científicas "patriarcais" e uma condenação ética politicamente progressiva do transexualismo (STRYKER, 2006, p.131).

⁹⁸ Desconstruir essa necessidade implica que os transexuais devem assumir a responsabilidade por a sua história, começar a rearticular suas vidas não apenas a partir de uma série de rasuras a serviço de uma espécie de feminismo concebido dentro de um quadro tradicional, mas como uma ação política. Começando pela reapropriação da diferença e pela retomada do poder do corpo reconfigurado e reinscrito. As rupturas dos antigos

O manifesto *Posttranssexual* de Stone, foi fortemente influenciado pela obra *manifesto ciborgue* (1985) de Donna Haraway, que ressalta o hibridismo, pós-humanismo e a interconectividade do corpo a partir da tecnologia, como também pelas ideias de Teresa de Lauretis em sua obra *A Tecnologia do Gênero* (1987). Além disso, a publicação de Stone ajudou a construir uma narrativa de reflexão para pessoas trans*, como forma de estimular um espaço político, intelectual e de acolhimento dessas pessoas, que foram historicamente patologizadas pelo discurso médico-científico e sofreram críticas por grupos de feministas. Portanto, o surgimento do transfeminismo, está ligado diretamente à uma ruptura na maneira como a categoria trans tem sido utilizada e pensada por diversas epistemologias até a década de 1990. O transfeminismo surge como uma forma de se apropriar desse lugar de exclusão e proporcionar uma autonomia as pessoas trans em serem visibilizadas em defender suas posições a partir de suas próprias experiências.

A partir de 1992, a ativista Leslie Feinberg⁹⁹ também deu um novo sentido ao conceito de Transgênero no manifesto político intitulado *Transgender Liberation: A Movement Whose Time Has Come* (1992). Na época em que Leslie Feinberg começou a escrever a obra, iniciou o processo de transição de mulher para homem, mas pouco tempo depois cessou o procedimento e voltou a viver como uma mulher *butch*¹⁰⁰ com algumas intervenções cirúrgicas, como a mastectomia. Segundo Stryker (2008), Leslie era crítica a normativa binária do discurso médico sobre as pessoas transexuais e acreditava na autodeterminação do próprio gênero.

A obra de Feinberg ajudou a difundir uma narrativa transgênero que fosse acessível à todos transgêneridade, travestis, drag queens, intersexuais, crossdressers, gays afeminados, lésbicas masculinizadas entre outros. Como uma maneira de unificar as narrativas de opressões de pessoas que estivessem à margem dos discursos hegemônicos de gênero e formas de opressão as expressões não-normativas, o termo transgênero acabou se tornando um guarda-chuva das expressões e utilizado como um campo de unificação. Segundo Namaste (2011), o termo “transgênero” se tornou bastante popular nos Estados Unidos devido

padrões de desejo e as múltiplas dissonâncias do corpo transexual implicam e produzem não uma alteridade irreduzível, mas uma miríade de alteridades, cujas justaposições imprevisíveis mantêm o que Donna Haraway chamou de promessas de monstros - diferenças de figura e fundo em constante mudança que excedem o quadro de qualquer representação possível (STONE, 2006, p.14). Tradução da autora.

⁹⁹ Elxs se identificava como umx lésbica butch, ativistx transgenero e comunista. Apesar de utilizar o pronome feminino, era bastante comum do masculino em diversos casos.

¹⁰⁰ No Brasil a conotação mais comum é sapatão, ou masculina, dependendo do contexto.

ao fato de ter sido adotado pela comunidade homossexual como uma identidade de resistência política, bem como emancipado pelos estudos *queer* que começavam a ficar cada vez mais evidentes na academia universitária. Havia uma constante retórica de crítica as noções normativas de gênero em todas as práticas e teorias que buscavam estabelecer uma coerência entre o sexo e o gênero. Dessa forma o termo transgênero ficou “popular in Anglo-American communities, and is used as an umbrella term to include all kinds of people who do not fit into normative relations between sex and gender”(NAMASTE, 2011, p.14).¹⁰¹

Já no Brasil, segundo Coacci (2013), a primeira pessoa a utilizar o termo transfeminismo, foi à transexual Aline Freitas ainda na década de 90. Ela participava de diversos movimentos coletivos zapatistas, de esquerda marxista quando se assumiu como mulher transexual, a partir daí encontrou uma resistência nesses lugares que a motivou a buscar auxílio em coletivos feministas, onde teve contato com o termo. Em 2000 criou um blog chamado transfeminismo¹⁰², que relatava um pouco da sua experiência enquanto mulher trans e suas articulações com as teorias feministas. Mais tarde o movimento transfeminista ganhou um pouco mais de contorno com as contribuições da pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus, com a publicação do livro *transfeminismo – teorias e práticas* (2014), no prefácio do livro ela destaca:

Nesse sentido, o livro "Transfeminismo: Teorias e Práticas" é fundante do que se tem pensado, dito e escrito na área, em diferentes fóruns presenciais e virtuais. É uma produção inédita, original, e que, ao agregar alguns dos maiores pensadores atuais sobre a questão, certamente torna-se leitura obrigatória não apenas para quem discute transfeminismo, mas para qualquer pessoa que reflita e pesquise sobre gênero, feminismo e movimentos sociais no Brasil contemporâneo, quiçá na América Latina e no mundo lusófono (JESUS, 2014, p.12).

O movimento tem se desenvolvido no Brasil majoritariamente na internet, através de blogs, sites e principalmente grupos de Facebook como o grupo transfeminismo¹⁰³, dentre outros nas redes sociais. Por fim, de maneira geral os principais pontos a serem considerados no transfeminismo são:

1) Reflexões e intermediações sobre os diversos conceitos de feminilidade a partir da teoria *queer* e da crítica a construção binária dos gêneros. Compreender de que maneira essas

¹⁰¹ O termo transgênero é muito popular nas comunidades Anglo-Americanas e é usado como um termo abrangente para incluir todos os tipos de pessoas que não se enquadram nas relações normativas entre sexo e gênero. (NAMASTE, 2011, p.14) - Tradução livre da autora.

¹⁰² Não confundir com o site: <https://transfeminismo.com/>. O site de Aline, www.transfeminismo.org, não se encontra mais disponível.

¹⁰³ Disponível em <<https://www.facebook.com/Transfem>>

relações impactam diretamente as pessoas transexuais, enquadrando-as elas em uma performance binária dos gêneros. O transfeminismo questiona esse lugar, que invisibiliza e deslegitima a identidade de pessoas transexuais que não atendem nessa perspectiva binária de gênero.

2) Crítica às relações patológica das identidades trans, na medida em que questiona os critérios de inteligibilidade dos manuais de diagnósticos como o DSM e o CID, como a disforia de gênero, incongruência de gênero. Contudo, ao mesmo tempo também compreende as relações que as pessoas transexuais estabelecem com o campo da saúde. Proporcionando uma postura crítica e autônoma sobre a maneira de pessoas trans interpretarem seus corpos e suas identidades, longe dos estereótipos e dos rótulos patológicos.

3) Critérios como o Cissexismo estabelecem formas de categorizar as pessoas cis dentro de uma lógica com as pessoas trans. Isso é, a partir do momento em que o transfeminismo passa a utilizar o termo “cis” ou cisgênero para designar qualquer pessoa que se identifica com a lógica heteronormativa do gênero em que foi concebida, ele também passa a denunciar essa mesma lógica compulsória e mostrar como as pessoas trans são colocadas a margem desse processo, como isso representa um privilégio na sociedade. O termo cisgênero passa também a subverter a lógica de objeto em que as pessoas transexuais são colocadas, sempre a partir de uma perspectiva cis-normativa. Assim, o conceito também passa a denunciar a lógica e a artificialidade do processo que as pessoas cisgeneras são tomadas pela heteronormatividade, deixando de lado a dicotomia em que as pessoas transexuais aparecem nos discursos, sempre em posições de objeto-pesquisa enquanto as outras pessoas são as consideradas “normais”. Ela incorpora muito das pretensões das perspectivas pós-coloniais, em que os corpos de pessoas trans são sempre tomados a partir de um olhar cisgênero.

4) Compreensão da polissemia das identidades de gênero, seja a partir de recortes de classe, raça, sexualidade e subjetividade. Com o objetivo de visibilidade de pessoas transexuais que “fogem” a literatura tradicional de um estereótipo trans heterocisnormativo.

5) Direitos reprodutivos as pessoas transexuais, bem como a luta contra a necessidade compulsória de cirurgias de redesignação como forma de legitimar a identidade trans, mas também o direito e acesso a essas cirurgias para quem necessitar.

6) Direitos civis fundamentais, como a garantia e reconhecimento da mudança do nome, do artigo, do gênero e da identidade trans.

7) Obviamente lutar contra qualquer forma de transfobia, exclusão, preconceito e discriminações contra pessoas trans, travestis e transgêneros, bem como proporcionar

políticas públicas para emancipar a população trans, principalmente as mulheres trans e travestis negras de periferias e situação de rua.

Por fim, considerado as premissas do movimento feminista e do surgimento do transfeminismo no Brasil, é importante salientar que as pautas e as reivindicações sobre as ponderações das pessoas transexuais, ainda são bastante insipientes no país. Dessa maneira, o transfeminismo é um campo bastante recente e limitado teoricamente enquanto uma epistemologia própria, embora tendo ganhado bastante força nos últimos anos devido à visibilidade pessoas trans* nos meios de comunicação e na academia científica. No próximo tópico vamos abordar a maneira com esses aspectos foram incorporados diretamente no Brasil.

CAPÍTULO III

4 O PRINCÍPIO DA AUTOCOBAIA

A partir desse tópico, gostaria de propor uma relação entre o conceito de autocobaia, definido por Paul Preciado, e as práticas de agenciamento do corpo da era farmacopornográfica. O conceito de autocobaia pode ser pensado como:

um conjunto de políticas de experimentação corporal e de semiótico-tecnológicas que (frente ao princípio de representação política que domina nossa vida social e está na base dos movimentos políticos de massa tanto totalitários, como democráticos) serão reguladas por um princípio ao qual chamarei - segundo as intuições de Peter Sloterdijk - de "princípio de autocobaia" (PRECIADO, 2018, p.366).

Segundo Preciado (2018), durante o século XVIII, o conceito de “autoexperimentação” fazia parte do itinerário do pesquisador iluminista. Havia um imperativo científico pelo conhecimento, na qual o pesquisador deveria correr o risco de sofrer as consequências da sua busca implacável pela verdade, sendo que em muitos casos poderia exigir que a experiência fosse feita no próprio corpo do pesquisador¹⁰⁴, antes de aplicar nos corpos de outros (exceto se forem em outros animais ou quando estavam condenados por alguma pena criminal¹⁰⁵). O caso mais notório aconteceu com o médico Edward Jenner, o inventor da vacina. Segundo Rezende (2009), Edward Jenner teria ainda na infância inoculado varíola, mas de maneira controlada buscando de alguma forma curar a doença no processo, utilizando rituais de sangria, dieta e até mesmo passando fome. Infelizmente Edward acabou não obtendo sucesso no processo, embora tenha se curado da doença de maneira natural. Mais tarde, quando havia se formado como médico acabou tendo contato com comunidade rural Gloucestershire, na Inglaterra. Nessa região era muito comum que o gado fosse frequentemente acometido por uma variante da varíola conhecida como *cowpox*¹⁰⁶. As vacas afetadas por essa doença apresentavam pústulas no ubre e as pessoas que normalmente faziam a ordenha do animal desenvolviam uma lesão semelhante na mão, que

¹⁰⁴ Uma das principais transformações do movimento iluminista foi à maneira de encarar o corpo humano. Pinturas como *A Lição de anatomia do Dr. Nicolaes Tulp* (1632) do pintor Rembrandt, evidenciam as perspectivas científicas dos cadáveres no estudo de anatomia. Apesar disso, muitos médicos utilizavam o seu próprio corpo quando possível como parte de algum experimento na área médica.

¹⁰⁵ “[...] só se dava permissão para realizar uma autópsia por ano que, como seria normal, teria de ser feita no período de Inverno pela maior dificuldade da conservação dos corpos noutra ocasião. Os candidatos eram ex-condenados, vítimas de enforcamento público e não podiam estar ligados à Igreja” (NABAIS, 2009, p.290-291).

¹⁰⁶ A varíola bovina é a zoonose causada pela proliferação de vírus do gênero Orthopoxvirus. Caracteriza-se por lesões papulares que evoluem para vesículas, pústulas e crostas (SILVA, 2008, p.507).

desaparecia sem maiores complicações. Certa vez ouviu de um dos seus pacientes que aqueles que pegavam a *cowpox* bovina dificilmente eram cometidos pela varíola humana. A partir dessa observação, Jenner buscou estudar essa estreita relação da *cowpox* e a imunidade a varíola humana. Somente mais de vinte anos depois, em 1796, que Jenner realizou sua primeira experiência em um menino chamado Jacobo Phipps.

Uma mulher, de nome Sara Nelmes, havia adquirido a varíola bovina ordenhando vacas doentes. Jenner inoculou a linfa retirada de uma vesícula da mão direita de Sara Nelmes na pele do braço de um menino de oito anos, de nome Jacobo Phipps. A criança desenvolveu a conhecida reação eritemato-pustulosa no local da escarificação e escassos sintomas gerais. Decorridas seis semanas Jenner inoculou o pus da varíola humana na criança, que não adquiriu a doença. Estava descoberta a vacina antivariólica (REZENDE, 2009 p.229).

Mais tarde, Jenner comunicou a *Royal Society* de Londres¹⁰⁷, da qual era membro e apresentou sua pesquisa. Acabou sendo advertido pela instituição na maneira com que conduziu o experimento e também ridicularizado por seu método controverso de inocular um germe no corpo humano, como forma de curá-lo. Apesar disso, ele publicou sua descoberta de maneira independente em um pequeno livro de 74 páginas intitulado *An Inquiry into the Causes and Effects of the Variolae Vaccinae, a Disease Discovered in Some of the Western Counties of England, Particularly Gloucestershire and Known by the Name of Cowpox*¹⁰⁸ (1802). Depois da publicação, a vacinação antivariólica de Jenner foi um sucesso e o método difundiu-se por todo o mundo na qual se tornou muito famoso. Apesar do experimento de Jenner não entrar no conceito de autocobaia, ele ressalta o ímpeto “experimentador” de administrar uma substância e verificar seus efeitos no corpo a partir de uma hipótese e contribuiu consideravelmente na maneira de fazer testes clínicos. Seguindo um princípio parecido, em 1790 o médico Samuel Habnemam administrou altas doses de quinino como forma de observar os efeitos contrários a malária em seu corpo. Samuel então desenvolveu os sintomas semelhantes ao da doença. Ele testou várias outras drogas posteriores e na época seus testes confirmaram: cada fármaco provocava uma doença semelhante aquele a qual era ordinariamente receitada. Assim, surgiam os primórdios da homeopatia. Peter Sloterdijk baseou-se no caso de Habnemam para pensar o termo “autointoxicação voluntária”, na qual Preciado buscou sua referência para criar o conceito de autocobaia: um método controlado de pequenas doses administradas de maneira intencional no próprio corpo. Não obstante,

¹⁰⁷ A Royal Society é uma instituição destinada à promoção do conhecimento científico fundada em 28 de novembro de 1660 em Londres. Disponível em < <https://royalsociety.org/> >

¹⁰⁸ Investigação sobre as Causas e Efeitos da Varíola da Vaca, uma Doença Descoberta em Algumas Províncias a Oeste da Inglaterra, Particularmente Gloucestershire e Conhecida pelo Nome de Cowpox.

segundo Preciado (2018), a partir do século XX formas de autointoxicação voluntária vão construir maneiras de desenvolver novas “técnicas do eu”. A partir dessas práticas, subjetividades são exploradas e permitem o desenvolvimento de novos horizontes do pensamento. A autocobaia de Preciado é pensada a partir de práticas individuais de exploração do “eu”, não como um experimento de testes clínicos, embora compartilhe do mesmo princípio. O processo também é operacionalizado a partir das toxicomanias emergentes na modernidade. A mobilidade do conceito é concebido como parte de transformação do corpo.

No final do século XIX, a Europa era o centro da efervescência intelectual e também do tráfico de muitas substâncias psicoativas, como o ópio, haxixe, maconha, heroína. Muitas delas eram utilizadas principalmente de maneira terapêutica ou anestésica contra uma infinidade de doenças ou práticas sociais. Uma das principais delas era o ópio que “apesar do desconhecimento do mecanismo de ação do ópio, essa droga tornou-se um grande suporte terapêutico da era Vitoriana” (DUARTE, 2005, p.137).

Segundo Preciado (2018), o inventor da psicanálise, Sigmund S. Freud é um exemplo de cientista que operacionalizou a autocobaia como maneira de expandir os limites da subjetividade do “eu”. Assim, ainda quando era jovem, o médico Sigmund S. Freud toma conhecimento de uma nova substância psicoativa conhecida como cocaína, a partir de um artigo onde ela era fabricada em um laboratório alemão e tinha como objetivo ajudar na fadiga de soldados bávaros. O autor Cohen (2014) argumenta que um dos principais motivos que levaram Freud a se interessar pela cocaína, estava na grande possibilidade de exploração dos seus efeitos libidinais de excitação. Ele também buscava uma maneira de substituir a morfina, cada vez mais utilizada por sujeitos acometidos por melancolias e fadigas, na qual ele costumava atender em seu consultório, como seu amigo e paciente Ernst Fleischl¹⁰⁹. Quando conseguiu pequenas amostras de cocaína, Freud passou a estudar seus efeitos. Publicou em 1885 o artigo *Uber Coca*, na qual analisava os efeitos da substância e sua aplicação no tratamento de diversas doenças. No artigo, Freud também relatou que fez uso da substância e seus efeitos no próprio corpo.

A primeira vez em que tomei 0,05g de cocainum muritaticum em uma solução de 1% de água foi quando estava me sentindo levemente indisposto devido à fadiga. Essa solução é bastante viscosa, um tanto opalescente e tem um estranho odor aromático. A princípio, tem gosto amargo, que posteriormente cede a uma série de

¹⁰⁹ Ernst Fleischl tornou-se um dos primeiros pacientes na Europa a quem foi prescrita cocaína para se livrar da morfina (COHEN, 2014, p.103).

sabores muito agradáveis e aromáticos: o sal seco de cocaína tem idêntico cheiro e gosto, mas em grau mais concentrado (FREUD, 2003, p.110).

E acrescentou descrevendo os efeitos estimulantes:

Durante esse primeiro teste, experimentei um curto período de efeitos tóxicos, que não reapareceram em experiências subsequentes. A respiração ficou mais lenta e profunda, e sentia-me cansado e sonolento; bocejava com frequência, sentindo-me um tanto apático. Após alguns minutos começou a euforia real da cocaína, iniciada por repetida eructação refrescante. Imediatamente após tomar cocaína, notei um leve retardamento do pulso e, mais tarde, um aumento moderado. (FREUD, 2003, p.110).

Preciado (2018) argumenta que a cocaína para Freud funcionou como um projeto epistemológico, uma nova maneira de explorar os efeitos psicológicos subjacentes da mente e também uma esperança terapêutica de combater a melancolia que acometia muito dos seus pacientes. A relação entre Freud e a cocaína estava na possibilidade de subverter os métodos tradicionais da medicina e da psiquiatria da época, como alternativas de cura para diversas enfermidades, principalmente as doenças psicológicas que Freud encontrava em seus pacientes na clínica. O seu interesse pela cocaína residia na maneira em que a consciência e a personalidade eram alteradas no processo.

A morfina e o hipnotizador se parecem por que ambos provocam um estado alterado de consciência, uma modificação do modo em que o eu está diante de si mesmo, permitindo a emergência de outras formas de percepção, de conhecimento e de ação (PRECIADO, 2018, p.374).

Preciado (2018) ressalta como as práticas de autointoxicação de cocaína funcionaram para Freud como uma forma singular de exploração do corpo e da própria sexualidade, sendo fundamental na gênese da criação da psicanálise. O autor também salienta que a prática toxicomaniaca de Freud, contribuiu para a percepção de que um estado mental pode ser induzido de maneira externa e a personalidade poderia ser flexibilizada no processo. Além disso, os efeitos excitatórios da cocaína no corpo são induzidos pelo prazer, pouco importando se ele é promovido de maneira endógena ou exógena pelo sujeito. Essa estreita ligação dos processos de excitação, provocado pelo indivíduo teriam fundamentado as bases para a construção epistemológica da psicanálise. Quando a libido é pensada a partir de um processo toxicológico artificial, seu princípio fundamental é o próprio prazer da substância. Preciado argumenta que essa nova concepção de prazer irá impactar na maneira em como Freud vai desarticular a sexualidade da reprodução em suas teorias.

Para Freud, um leitor dos estudos de psicopatologia de Krafft-Ebing, a masturbação - e a produção que esta implica - é o modelo de toda dependência. O álcool, o tabaco, a morfina e a cocaína são substituídas masturbatórios, práticas exógenas de produção de excedentes de toxicidade química no corpo. Pouco importa se a substância é inoculada a partir do exterior ou se é produzida pelo próprio corpo. Em todo caso, não há libido sem toxicidade. A sexualidade, como ingestão de substâncias psicotrópicas, é a busca da produção de um estado de intoxicação neuronal (PRECIADO, 2018, p.374).

A capacidade de autoexperimentação de Freud, seja através dos processos toxicológicos ou das técnicas de análise do eu (como a interpretação do sonho e da análise de suas fantasias), permitiram que ele um fosse um dos pesquisadores mais profícuo e importante na utilização das técnicas de autocobaia. Por fim, Preciado (2018) define Freud como um “um bueiro que absorvia todas as substâncias e técnicas do *Self* produzidas na sua época” (PRECIADO, 2018, p.377).

Dessa maneira, as substâncias químicas, sejam elas sintéticas ou produzidas no corpo, atuam como uma potência¹¹⁰, com capacidade mudar a própria consciência. As técnicas de autoexperimentação são maneiras individuais de produção de subjetividade. A autoanálise promovida por Freud é uma maneira dinâmica de criar um campo de “intoxicação semiótica” na qual a linguagem, as imagens e a química cerebral se misturam. A própria psicologia, em seu surgimento com médico e filósofo Wilhelm Wundt na Universidade de Leipzig na Alemanha em 1879, utilizava o método de introspecção¹¹¹, na qual Wundt praticava uma forma de autoexperimentação da subjetividade a partir de uma observação rigorosa dos seus processos mentais. Wundt tinha como objetivo buscar uma observação dos fenômenos de maneira direta, controlando a forma de induzir a introspecção através das condições e dos estímulos desejados, buscando sempre a relação fisiológica e experimental das sensações.

É possível deduzir que as práticas subjetivas do “eu” e a autoexperimentação do começo do século XX ganharam uma atenção rigorosa e científica, permitindo que novas formas de compreensão dos processos psicológicos e fisiológicos fossem emancipadas. Na era farmacopornográfica, na qual as grandes indústrias farmacêuticas e as instituições médicas-científicas regulam os recursos tecnológicos da experiência da subjetividade do sujeito, o

¹¹⁰ Segundo Preciado, o conceito de potência pode ser pensado enquanto uma “força orgástica” ou “*Potentia Gaudendi*” sendo “essa potência é uma capacidade indeterminada; não tem gênero, não é nem feminina nem masculina, nem humana nem animal, nem viva nem inanimada” (PRECIADO, 2018, p.44).

¹¹¹ Para Wundt a psicologia é o estudo da experiência imediata. Situada em “um lugar intermediário entre as ciências naturais e as ciências morais, a psicologia deveria ater-se à análise dos “elementos” dos processos ou “conteúdos mentais” (sensações, imagens, sentimentos), à descrição do modo pelo qual esses elementos se conectariam e à descoberta das leis de sua conexão (ROSAS, 2010, p.47).

princípio de autocobaia aparece como uma forma de pirataria de gênero¹¹², na qual a maneira de se apropriar desses recursos funciona como uma forma resistência. É uma maneira individual e também coletiva de transformação política e distribuição global de uma rede de articulações de corpos. No próximo tópico, vou demonstrar em como esse processo foi responsável pelo surgimento da categoria travesti no Brasil e como as formas de apropriação dessas tecnologias a partir de uma periferia geográfica na América Latina tornaram a personagem da travesti uma chave importante para compreender o princípio da autocobaia em uma era farmacopornográfica.

4.1 SOBRE O QUE É SER TRAVESTI

No livro *Eu, travesti, memórias de Luiza Marilac* (2019), Marilac define o seu corpo, enquanto travesti da seguinte maneira:

O corpo é a peça de arte da travesti. É nosso pedaço de pedra-sabão, nossa tela em branco. É nele que expressamos nossa visão de beleza, de transgressão às normas, nossa leitura do feminino. É um processo de digestão: a gente pega a mulher que nos é dada pela sociedade, a interioriza, elabora, dá cara própria — enfim, digere — e a exterioriza de novo, modelando-a no próprio corpo (MARILAC, QUEIROZ, 2019, p.61).

Como apontam Marilac e Queiroz (2019) o processo para se tornar uma travesti é feito de maneira singular, seguindo uma receita própria: o próprio desejo e a satisfação de transgressão e transformação do corpo em feminino. Como a maior parte das travestis da época, Luiza relata em seu livro que começou tomando hormônio sozinha, seguindo os passos das travestis mais experientes, “sob a consulta das travestis mais velhas. Receituário de três ou quatro injeções diárias por conta própria, por três meses seguidos. Resposta: os seios incharam e o pau murchou” (MARILAC, QUEIROZ, 2019, p.61). Segundo Pelúcio (2007), as travestis podem ser classificadas de uma maneira difusa, como sujeitos que se entendem como homens, mas que de uma maneira análoga gostam de relacionar com outros homens de maneira sexual, mas que para isso procuram inserir seus corpos dentro de uma semiótica feminina. Contudo, essa concepção de “se entender como homem” também é bastante difusa, levando em consideração que a ideia da travestilidade também está em ruptura constante com

¹¹² Nesse sentido, poderíamos qualificar de performatividade *queer* esse tráfico de ficções por meio do quais certos enunciados de gênero são extirpados da autoridade do discurso médico (até mesmo no próprio momento de sua intervenção) e usados por um novo sujeito de conhecimento que agora reclama para si o status de “especialista”. (PRECIADO, 2018, p.403).

o binarismo de gênero. Assim, ao mesmo tempo em que as travestis desestabilizam as normas de gênero, acabam submersas e integradas a elas. No filme *Tudo sobre minha mãe* (1999), do cineasta espanhol Pedro Almodóvar, a personagem travesti chamada de Agrado, uma das protagonistas do filme, aparece em uma determinada cena em cima de um palco, onde conta um pouco sobre sua vida, evidenciando aspectos importantes das experiências de muitas travestis:

Chamam-me de agrado por que a vida inteira, só pretendi tornar a vida dos outros agradável. Além de agradável, eu sou muito autêntica. Vejam o meu corpo. Tudo sob medida. Olhos rasgados: 80 mil. Nariz: 200. Jogados no lixo porque um ano depois ele ficou assim de tanto apanhar. Eu sei que me dá personalidade, mas, se soubesse, não teria mexido nele. Peitos: dois, porque não sou nenhum monstro. Setenta cada um, tá? Mas estou pagando em suaves prestações. Silicone hein... .Onde? Lábios, testa, bochecha, quadris e bunda. O litro custa 100 mil então façam as contas, porque eu já perdi. Redução de maxilar, 75 mil. Depilação definitiva a laser, porque a mulher também veio do macaco, tanto ou mais que o homem. Sessenta mil por sessão. Depende dos pêlos de cada um. Em geral duas a quatro sessões. Mas quem é diva flamenca precisa mais, é claro. Bom, como eu estava dizendo, é muito caro ser autêntica, senhores. E, nessas coisas não se deve ser avarenta, porque a pessoa é mais autêntica quando mais se parece com o que sonhou para si mesma.(ALMODÓVAR, 1999).¹¹³

O discurso de Agrado torna visível todas as biotecnologias próstéticas empregadas na construção do corpo, enquanto identidade feminina/mulher/travesti. O gênero passa a ser compreendido como uma matriz próstética materializado no corpo. Dessa maneira, o gênero para uma travesti pode resultar “em uma tecnologia sofisticada que fabrica corpos sexuais” (PREACIDO, 2014, p.29). Além disso, Agrado não possui nenhuma intenção em esconder a “verdadeira” identidade do corpo, nem buscar por uma suposta natureza essencial em seu desejo. A travestilidade do processo está justamente no caráter da “fabricação do corpo”, no rompimento do binarismo a partir desse processo artificial. Para a travesti, os processos de coerência e descontinuidade entre sexo e gênero aparecem de maneira residual, ou seja, são produzidos e incorporados prosteticamente dentro de uma lógica farmacopornográfica¹¹⁴.

Segundo Preciado (2018), o sistema heterossexual é uma maquinaria de produções de masculinidades e feminilidades a partir do momento em que edita, recorta e transforma elementos corporais sensitivos, como zonas erógenas em “naturais” a partir da própria diferença sexual do processo da cultura. O paradoxo dessa questão está justamente no jogo da produção desses corpos inteligíveis, já ao mesmo tempo em que se busca por uma coerência

¹¹³ *Tudo sobre minha mãe*. Direção de Pedro Almodóvar. Espanha, 1999, 1h 41min.

¹¹⁴ “Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura” (BUTLER, 2013, p.28).

de um feminino tangível e integrado ao mundo heterocisnormativo, as tecnologias falham em sua maioria e denunciam seu caráter periférico de subversão dessa mesma binariedade. Se por um lado procura-se construir um corpo a partir da apropriação de biotecnológicas colocadas a disposição de uma ordem binária de gênero, por outro lado seus recursos são utilizados como forma de subverter essa mesma ordem e denunciar sua artificialidade, criando um suposto paradoxo no processo. Por outro lado, Butler afirma que ambos os processos devem ser levados em consideração quando pensamos em subversão a partir da travestilidade.

quero ressaltar que não há necessariamente uma relação entre travestismo e subversão e que o ato do travestismo bem pode ser usado a serviço de ambos: da desnaturalização e da reidealização de normas hiperbólicas e heterossexuais de gênero. Na melhor das hipóteses, ao que parece, o travestismo é um lugar de certa ambivalência, uma ambivalência que reflete a situação mais geral de estar implicado nos próprios regimes de poder a que se opõe (BUTLER, 2019, p.221).

Portanto, embora possamos falar em uma suposta subversão das normas de gênero quando pensamos em uma travesti, devemos compreender que o conceito de performatividade estabelecido por Butler se inscreve na reiteração dessas normas, que está anteriormente colocada ao sujeito do processo e funciona como uma norma de reguladora do sexo materializado por atos performativos. Embora os critérios de inteligibilidade performados no feminino da travesti se inserem em um conjunto de normas reguladoras de gênero, eles também estabelecem discursos patologizantes, de classe, de raça e aspectos de marginalização dessa identidade, como salienta Luiza Marilac:

Eu, particularmente, acho que as pessoas se incomodam com os corpos de travestis porque ficam frustradas de não entendê-los. Ficam confusas sobre que pronome usar, como nos tratar e em que caixinha de suas cabeças nos colocar (MARILAC, QUEIROZ, 2019, p.62).

Certamente é nesse meandro de significações que as travestis aparecem sempre de maneira difusa, a partir das intersecções de gênero e sexualidade. Entre o glamour do corpo esculpido pelas biotecnologias prostéticas, como também na subordinação à própria ordem heteronormativa. Assim, as travestis são construídas:

Alterar grande parte do corpo aponta para a insubordinação das travestis diante de um “destino” anatômico, mas também implica adequar esse corpo a um gênero, tomando como referência padrões estabelecidos pela heteronormatividade (PELÚCIO, 2007, p.96).

Contudo, os espaços da rua estão intimamente ligados a produção de subjetividades das travestis. Esses lugares estão normalmente localizados em centros urbanos noturnos e funcionam como um lugar de realizações, socializações e transgressões das travestis. É a partir da prostituição que a rua é o palco onde as travestis se tornam públicas para a população. Segundo Pelúcio (2007), a esquina é o lugar de pertencimento onde as travestis passam a serem viabilizadas e muitas socializadas com outros grupos de travestis. São esses espaços periféricos marcadores de rivalidades, transgressões, também funcionam como lugares de aprendizagem, formação de amizades, trocas e informações sobre hormônios, cirurgias, clientes. A própria prostituição, muitas vezes relatada como um fardo, ou mesmo falta de opção e marginalidade, aparece como um lugar da valorização dos atributos femininos e sociais do corpo da travesti. Com certa cautela, saliento que é na prostituição na qual as travestis se relacionam com seus clientes, na qual encontram um espaço de reverberação de sua identidade feminina¹¹⁵. Como sugere Pelúcio (2007), o fato das travestis serem desejadas enquanto mulheres nesses espaços ajudam a cultivar uma percepção de integração a ordem heterocisnormativa que em outros lugares dificilmente elas encontrariam. Assim, a prostituição aparece como um espaço acolhedor e integrativo. Nesse sentido, Rago (1991) salienta que a prostituição pode constituir como um espaço de positividade e visibilidade feminina, pois torna pública as práticas sociais do sexo que substancialmente pertencem a uma norma privada e monogâmica.

A prostituição foi vivenciada como linha de fuga da constelação familiar, da disciplina do trabalho, dos códigos normativos convencionais: lugar de desterritorialização intensiva e da constituição de novos territórios do desejo (RAGO, 1991, p.21).

Isso explicaria certa persistência da ordem social da travesti em buscar a prostituição, mesmo que em alguns casos tendo a oportunidade exercer outras profissões, preferem continuar nesse lugar. O que obviamente não significa dizer, que a travesti não irá exercer outras práticas e profissões, mas que a ambivalência da prostituição, aparece como um elemento importante na própria constituição da sua subjetividade. O fato da transfobia aparecer de uma maneira mais explícita em outros espaços institucionais, normalmente habitados por corpos cisnormativos, cria essa relação difusa que empurra à travesti a prostituição.

¹¹⁵ Isso não significa que a prostituição é um lugar apenas de realização e autonomia, mas como bem salienta Amara Moira “a transfobia nos exclui, a prostituição nos abraça e a putafobia amplifica a exclusão a que já estamos sujeitas meramente por existir” (MOIRA, 2016, p.175).

Ser travesti já nos torna tabu, daí a maioria ainda encontra na prostituição a única forma de subsistência (e sabemos que seremos consideradas putas mesmo as poucas de nós que escaparem a esse destino)... não é fácil querer encarar esse combo ao nosso lado e, mesmo quando se queira, não é fácil ter estrutura emocional pra lidar com tanta pressão. O olhar público, a família, o círculo social, às vezes até o trabalho pode estar em jogo, e só por estarem com a gente (MOIRA, 2016, p.175).

Como aponta Pelúcio (2007), a noite é representada pelas travestis como um lugar abstrato de transgressões do comportamento, que normalmente não seriam aceitos durante o dia, na qual aparecem diversos personagens como bandidos, cafetões, prostitutas, michês. A “esquina” da noite para a travesti é o local de constituição de sua identidade, sua legitimidade enquanto sujeito. É “nas esquinas que as travestis, muitas vezes, têm a sensação de pertencer a algum lugar. Um lugar que começa no corpo de outra travesti” (PELÚCIO, 2007, p.72). Dessa maneira, à noite/rua aparece como um lugar marcado por um território do desejo, um lugar de novas possibilidades e encontros com outras travestis. Segundo Silva (2010), o controle desses lugares também é marcado pela violência ao mesmo tempo em que define a constituição e autonomia de muitas travestis, bem como seus processos de sociabilidade.

O território estrutura-se de pontos hierarquizados pelas práticas de violência, mas também pela conquista e concentração de elementos considerados fundamentais nas práticas convencionadas pelo grupo, como a beleza, as transformações corporais que ascendem às marcas de feminilidade e também do tempo de apropriação do ponto, chamado por elas de ‘tempo de batalha’. Assim, as travestis que reúnem os elementos acima elencados e que passam a serem reconhecidas pelas demais travestis como uma importante referência para o grupo, passam a gozar de prestígio e de locais de melhor visibilidade e conquista financeira. O território da prostituição travesti, portanto, constitui-se em relações de poder (SILVA, 2010, p.63).

Essa violência que as travestis sofrem, aparece em todos os sentidos e marca substancialmente a identidade da travesti no Brasil. Segundo o Dossiê: *Assassinatos e violências contra travestis e transexuais em 2020*, publicado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) em 21 de janeiro, foram confirmados no Brasil ano de 2019 o assassinato de 124 pessoas trans; sendo 121 de travestis e mulheres transexuais e 3 homens trans. Ainda segundo os dados da ANTRA:

Devido à exclusão familiar, estima-se que 13 anos de idade seja a média em que Travestis e Mulheres Transexuais são expulsas de casa pelos pais (ANTRA)- e que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (Dados do Projeto Além do Arco-Iris/AfroReggae). Essa situação se deve muito ao processo de exclusão escolar, gerando uma maior dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020, p.32).

Dessas 124 mortes de travestis, transexuais e homens trans, mais de 67% estão ligadas as profissionais do sexo, que justamente compõem o grupo de vulnerabilidade social por morte violenta mais prematura do Brasil (a mais jovem tinha 15 anos). Além disso, 64% dessas mortes aconteceram na rua, sendo 82% de pretas ou pardas. O dossiê salienta que o processo cultural de exclusão que as travestis sofrem é alimentado pela representação das travestis como perigosas e propensas ao crime e que a própria existência marginal e transgressora delas no imaginário social, contribui em parte com a violência que ela sofre, banalizando a questão.

É comum observamos uma tentativa constante da associação entre travestis e atividades ilícitas para justificar a violência e/ou os assassinatos dos quais são vítimas, o que põe o Brasil no topo do ranking da violência contra pessoas trans no mundo, reforçando velhos estigmas sobre o mito da travesti violenta que aprendemos a temer desde muito cedo. As associações recorrentes são o uso de drogas, disputa de território, tentativa de extorsão e roubo (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020, p.33).

Essa representação distorcida das travestis acaba afetando a própria maneira com que os dados são notificados no Brasil, já que a justiça brasileira em função do preconceito e do estigma social com que trata os crimes envolvendo as travestis no Brasil as afasta justamente de denunciarem ou notificarem as violências sofridas, pois acreditam que a justiça fará pouco caso de suas situações. Ainda segundo os dados do Dossiê, percebe-se que 80% dos casos dos assassinatos apresentam requintes de crueldade com métodos de tortura, com apedrejamentos, tiros e afogamentos. Os assassinos não costumam ter nenhuma ligação direta, afetiva ou social com as travestis. Quando mortas, muitas acabam sendo notificadas como indivíduos do sexo masculino, sem nenhum tipo de respeito ao seu nome social, o que acaba prejudicando e inviabilizando ainda mais as notificações dos crimes e sua visibilidade enquanto mulher.¹¹⁶

Todos esses dados evidenciam os processos de violência que as travestis sofrem no Brasil por transfobia e acabam sendo velados pelas autoridades por uma suposta justificativa em associar de maneira distorcida a figura das travestis a um mercado de criminalidade e marginalidade, tornando a violência legítima ou sem importância. O grande problema é, que de uma maneira ou de outra, as pessoas trans* são questionadas e patologizadas em função

¹¹⁶ O que denota o ódio às prostitutas, em um país que ainda não existe uma lei que regule a prostituição que, apesar de não ser crime, sofre um processo de criminalização e é constantemente desqualificada por valores sociais pautados em dogmas religiosos que querem manter o controle dos seus corpos e do que fazemos com eles (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2019, p.32).

seu comportamento ou identidade e mecanismos são criados que justificam sua precariedade de abjeção e violências. Segundo Bento (2014), o transfeminicídio no Brasil opera através de uma postura política da ordem do necrobiopoder.

necrobiopoder é um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver (BENTO, 2014, p.53).

Outro ponto que Bento (2014) evidencia nas mortes das travestis é a representação hiperbólica do feminino. Dessa forma, como o feminino representa tudo àquilo que é desvalorizado socialmente, quando ele é encarnado em corpos que possuem pênis, haveria uma misógina interna oculta que irá validar sua violência, processo que ela vai definir como um “transbordamento da consciência coletiva”, que vai transformar as identidades travestis em sujeitos abjetos.

O que este transbordamento significa? Que não existe aparato conceitual, lingüístico que justifica a existência das pessoas trans. Mesmo entre os gays, é notório que a violência mais cruenta é cometida contra aqueles que performatizam uma estilística corporal mais próxima ao feminino. Portanto, há algo de poluidor e contaminador no feminino (com diversos graus de exclusão) que precisam ser melhor explorados. (BENTO, 2014, p.1).

Assim, a crença que a identidade de gênero é estruturada sobre corpos naturalmente femininos, com útero, vaginas, cromossomos, provocaria o sentimento social de abjeção, que não haveria uma justificativa natural para a existência de pessoas transexuais e que suas mortes e exclusão seriam naturais a sua existência deslegitimada. Esses processos de abjeção são como demonstra Butler (2013), os parâmetros inteligíveis do gênero que excluem sujeitos de uma cultura dominante.

Não ter reconhecimento social como heterossexual efetivo é perder uma identidade social possível em troca de uma que é radicalmente menos sancionada. “O ‘impensável’ está assim plenamente dentro da cultura, mas é planamente excluída da cultura dominante (BUTLER, 2013, p.117).

Essa desumanização das travestis e a misógina como elementos centrais na composição da violência que sofrem, estruturam todas as esferas psíquicas e afetivas de suas vidas. Muitas delas estão longe de suas famílias, ou mesmo não possuem mais relações afetivas com elas por motivos de exclusão ou rompimento pelo preconceito. Isso tudo acaba

reiterando ainda mais sua identidade abjeta, deslegitimando de qualquer tipo de significado afetivo. Em muitos casos, quando o corpo de alguma retorna a família, sua identidade feminina é completamente apagada, sendo sepultada como homem. Nesse caso o processo de abjeção é o apagamento daquele sujeito feminino. Esvaziando sua identidade de qualquer significado¹¹⁷. Em seu livro, Marilac (2019) relata que depois de ser esfaqueada em função de um crime de ódio, acabou ficando dez dias em um hospital em coma, entre a vida e morte. Depois de ganhar alta e não ter maiores sequelas encontrou sua mãe, na qual a primeira coisa que ouviu foi; “mas o que foi que você aprontou? (MARILAC, QUEIROZ, 2019, p.58).¹¹⁸

Não obstante, a violência contra travestis é sistemática e cria condições de matabilidade e justificativas dentro de uma lógica necrobiopolítica.

A necrobiopolítica é tentacular e sistemática. Tampouco se pode tributar essa prática reiterada à impunidade. A suposta “impunidade” funciona como uma senha para o corpo repressivo: continua seu trabalho de limpeza do Estado-nação. Policiais justificam suas ações porque notaram “atitudes suspeitas”. A expressão “atitude suspeita” tornou-se suficiente para que policiais prendam e matem. O que é uma atitude suspeita? Não é apenas “uma atitude”, mas um corpo, uma pele, uma região. (BENTO, 2014, p.53).

Um dos primeiros lugares de exclusão e apagamento é a família das travestis, como uma instituição carregada de diversas formas de socialização, hierarquização, dominação, poder, disciplina e estigmas, o espaço doméstico é território de violência e repulsa de sua identidade, como demonstra Pelúcio (2007).

Quando as travestis “se assumem”, o espaço doméstico da família, via de regra, se torna insustentável. Perde seu caráter de acolhimento e proteção, passa a ser ameaçador. São lugares-comuns as histórias de irmãos mais velhos que hostilizam e agredem fisicamente as travestis, ainda “viadinhos”; o pai que joga na rua o filho e seus pertences; a mãe que chora desolada perguntando onde teria errado, vigiando os passos do filho, procurando protegê-lo das pancadas do pai e dos risos dos vizinhos e, por vezes, ela mesma usando da força física para “corrigir” o que considera seu erro (PELÚCIO, 2007, p.71).

¹¹⁷ Na reportagem veiculada no portal da internet: <http://g1.globo.com> em 2009, sobre a morte da travesti Andréia Albertini, que ficou bastante conhecida depois da confusão com jogador Ronaldo em 2008, aparece à declaração de óbito da mesma, na qual não consta nenhum tipo de indício da sua identidade feminina ou o nome social de Andréia. Nome, sexo, todos os dados aparecem no masculino. Andréia foi enterrada sem nenhum tipo notificação de sua identidade de gênero.

Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL1225463-5605,00>

ATESTADO+DE+TRAVESTI+INDICA+MORTE+POR+SINDROME+DA+IMUNODEFICIENCIA+ADQUIRID.html>

¹¹⁸ Como ela mesma salienta “provavelmente teria feito um favor à minha mãe ao morrer.”(MARILAC, QUEIROZ, 2018, p.58).

Segundo Foucault, é justamente na família que os dispositivos de aliança e sexualidade se encontram e fazem dela o lugar fundamental na qual o sexo é tomado como elemento de incitação. Principalmente quando se trata de uma família burguesa, heterocisnormativa.

Essa fixação do dispositivo de aliança e do dispositivo de sexualidade na forma da família permite compreender certo número de fatos: que a família se tenha tornado, a partir do século XVIII, lugar obrigatório de afetos, de sentimentos, de amor; que a sexualidade tenha, como ponto privilegiado de eclosão, a família; que, por esta razão, ela nasça "incestuosa". Pode ser muito bem que, nas sociedades onde predominem os dispositivos de aliança, a interdição do incesto seja uma regra funcionalmente indispensável. Mas, numa sociedade como a nossa, onde a família é o foco mais ativo da sexualidade e onde são, sem dúvida, as exigências desta última que mantêm e prolongam sua existência, o incesto, por motivos inteiramente diferentes, e de modo inteiramente diverso, ocupa um lugar central (FOUCAULT, 1999, p.104.).

Portanto, não é de se surpreender quando muitos meninos gays afeminados são expulsos de casa, sob a justificativa de subversão da própria instituição da família, das relações de parentescos e dos processos de alianças descritos por Foucault. Mais tarde esses mesmos meninos personificados na figura da travesti, sofrem violências legitimada por essa mesma exclusão; ou seja, quando o processo de exclusão acontece na família “tradicional” ele passa a ser compreendido e considerado justificável para sociedade sob o prisma da conservação dos valores sociais burgueses. Afinal, por que existem poucas preocupações com crianças LGBTQ+ em situação de rua, marginalizadas em função de suas identidades por seus núcleos familiares.¹¹⁹

travestis costumam ter uma trajetória de vida que as distância dos padrões de comportamento considerados adequados para certas faixas etárias, mesmo entre camadas populares. Saem cedo de casa, em torno dos 14 anos. Geralmente, iniciam aí uma vida noturna sustentando-se pela prostituição (PELÚCIO, 2007, p.79).

Por outro lado, existe uma preocupação com as crianças que estão integradas a ordem heterocisnormativa de família burguesa de hegemonia tradicional, na qual essa ordem deve ser preservada e protegida a qualquer custo, mas também devemos salientar que essa mesma família também pode sustentar diversas formas de violências simbólicas, sexuais e de

¹¹⁹ Segundo um censo em 2015 divulgado pela secretaria de assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) da Prefeitura e coordenadora do Observatório de Políticas Sociais (Cops) de São Paulo. O rompimento com os vínculos familiares aparece como primeiro fator de exclusão e vulnerabilidade social da população LGBT. Disponível em <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_social/pesquisas/index.php?p=18626>

invisibilidades de sujeitos. Por isso, torna-se necessário não só o reconhecimento de outros grupos famílias que fogem ao padrão tradicional para assim desestabilizar as diversas formas de saber-poder, exclusão e violências que são representadas como naturais e consensuais na maneira dinâmica de parentesco familiar. Segundo (BENTO, 2017), as histórias de travestis ligadas á família de origem estão permeadas de violências, sofrimentos e exclusão, sendo na rua que elas encontram novas formas de sociabilização e espaços de significados.

Muitas outras histórias de abandono e violência compõem suas memórias e narrativas, mas por que a família de origem lhes provocava tanta dor? Talvez pela promessa não cumprida, pelo desamparo, por não saberem o que iriam fazer delas mesmas ou por não terem um repertório discursivo que lhes permitisse entender o porquê de seus familiares as punirem com tanta violência (BENTO, 2017, p 101).

A presidente da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA) Keila S. Sousa, salienta que apesar do histórico das identidades das travestis no Brasil estarem inscritos na marginalidade e precariedade, nas ultimas décadas com a maior visibilidade das questões trans* na mídia, na política e no exercício de sua cidadania, como o reconhecimento da identidade de gênero pelo Supremo Tribunal Federal, houve uma tomada de consciência entre esse grupo e uma maior mobilização política de transformação social. Isso significa que as travestis estão cada vez mais reivindicando seu lugar enquanto sujeito de cidadania e direitos, deixando os guetos, à noite e espaços de exclusão e o preconceito para trás. Essa mudança tem criado tensões já que elas passaram circular em lugares que sempre foram habitados por uma população majoritariamente heterocisnormativa.

É quando as travestis passam a conviver nos mesmos espaços e com o mesmo acesso aos direitos antes negados, que isso incomoda de fato. Esse é o ponto, porque o desejo reprimido desses homens está ali escancarado, falando, existindo e sendo visto por outras pessoas durante o dia, momento em que jamais imaginariam encontrar as travestis. Portanto, o temor de que a qualquer momento aquele desejo reprimido venha à tona. Esquecem-se de que o que eles fazem com as travestis prostitutas é apenas um contrato de trabalho, no qual a sua remuneração serve muito mais para manter o sigilo do que gerar prazer em si. Dessa forma, o desejo desses homens se transforma em aversão e as pessoas que são tão “desejadas” à noite passam a ser abjetas durante o dia (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2019, p.68).

A presença de travestis e pessoas trans em lugares tradicionalmente cisnormativos tem criado ondas conservadoras e reacionárias que buscam marginalizar suas identidades, através da paranóia e da conspiração, principalmente na internet. Esses grupos procuram formas de

criar temor e pânico na população. Uma forma de manter resguardado o sistema¹²⁰ dominante e o status quo dos comportamentos e normatizações. Como salienta que “a equiparação de corpos e identidades de gênero não normativos aos cisgêneros requer mudanças profundas de paradigmas, “novas reivindicações éticas” que confrontem limitações sistêmicas” (VERGUEIRO, 2015, p.69). Certamente essa relação não será pacífica.

4.2 SEXUALIDADE NO COMEÇO DO SÉCULO XX

Antes de compreender a emergência das travestis na era farmacopornográfica no contexto brasileiro, é importante ressaltar como se desenvolveram as relações de gênero e sexualidade como elementos para as condições de possibilidade de surgimento, da categoria travesti no Brasil. Para isso, vou fazer uma breve genealogia nesse tópico sobre como a homossexualidade foi representada no começo do século XX e sua relação com a categoria gênero no contexto brasileiro. A diferença entre as categorias de identidade de gênero e sexualidade nem sempre foram muito distintas como percebemos hoje, principalmente nos debates sobre sexualidade do começo do século XX, na qual suas representações sempre estiveram intrinsecamente relacionadas. Nesse primeiro momento, vou procurar contextualizar o cenário brasileiro industrial, como ponto de partida para o processo de urbanização e o surgimento de grupos de homossexuais em centros metropolitanos.¹²¹

Segundo Mignolo (2012), as profundas transformações sociais e políticas emergentes no Brasil no final do século XIX podem ser pensadas dentro de um regime político e cultural definido pelo historiador Eric J. Hobsbawm, como “Era dos Impérios”, uma ordem imperial que orbitava em torno da hegemonia Européia. Segundo Hobsbawm (2008), o conceito de modernidade na era dos impérios funcionava a partir do parâmetro em que as nações se

¹²⁰ Segundo Vergueiro o sistema se caracteriza por uma estrutura de “um “[c]istemamundo ocidentalizado/cristianocêntrico moderno/colonial capitalista/patriarcal” que produz “hierarquias epistêmicas” em que (...) perspectivas não cisgêneras são excluídas, minimizadas, ou silenciadas. A corruptela ‘sistema’, entre outras corruptelas do tipo, têm o objetivo de enfatizar o caráter estrutural e institucional – ‘sistêmico’ – de perspectivas cis+sexistas, para além do paradigma individualizante do conceito de ‘transfobia’.” (VERGUEIRO, 2015, p.15).

¹²¹ A base histórica urbana da homossexualidade moderna significa que a identidade gay é antes de tudo uma identidade urbana. A Industrialização permitiu a formação da identidade gay nas cidades da Europa Ocidental e América do Norte no século XIX. A Industrialização provocou a mobilidade e movimentos facilitados das áreas rurais e pequenas cidades para as grandes cidades, mas mais uma vez a migração teve várias razões – econômicas, mas também sexuais. Como Gayle Rubin (1993) observa a mobilidade, e a migração têm sido fundamentais para o estabelecimento de concentrações urbanas de lésbicas e homens gays na Europa e na América do Norte (BINNIE, 2004, p.91).

distanciavam ou aproximavam do modelo Europeu de cultura e estado, sendo consideradas “atrasadas” ou “inferiores”.

Como ressalta Miskolci (2013), o ideal de progresso no Brasil era uma tentativa de aproximação do modelo europeu, visto como o caminho ao processo civilizatório. O País era representado como próximo da natureza, com um contexto primitivo, pouco desenvolvido na qual os ideais nacionais caminhavam em modernizar a nação e transformar o território em um lugar “moderno”. Existia uma necessidade empreendida pelo Estado-Nação em reformar a sociedade e transformar o cenário colonial e escravista em um reduto do progresso. Segundo Ribeiro (2014), no Brasil havia uma interpolação entre os ideais arcaicos herdeiros da colonização e progressistas na medida em que a industrialização transformava as práticas sociais da população. O Estado negociava essa modernização, na medida em que os processos de industrialização eram colocados a serviço dos grandes latifundiários e do capital estrangeiro, sendo que a população restava apenas se adaptar aos efeitos dessa mudança.

Assim é que o impacto da industrialização, operando sobre formas estruturais arcaicas, se viu contido na sua capacidade de transformação. O sistema de conscrição de mão de obra – primeiro escrava, depois assalariada –, subsistindo debaixo das novas condições, continuou a operar como uma rede que deformou o crescimento econômico dentro do capitalismo industrial e a integração do povo nos estilos de vida da nova civilização. Sua transformação mais importante foi passar de um sistema tecnológico de baixa energia, mas altamente exigente de mão de obra e desgastador da mesma, a um sistema que utilizava uma tecnologia mecanizada e servida por motores, cada vez menos capaz de absorver a força de trabalho disponível, e tendente, por isso, a marginalizá-la (RIBEIRO, 2014, p.197).

Existia uma grande tensão promovida por esse constante progresso, na medida em que desqualificava o povo brasileiro como atrasado e primitivo. A própria discussão da Lei do Ventre livre expressava as tensões e percepções da classe burguesa no temor das mudanças sociais empreendidas pelo progresso. Segundo Miskolci (2013), os efeitos teriam “resultado em uma política demográfica que ampliava a população negra em São Paulo, o que, temia a elite cafeeira, criava um cenário político incerto” (MISKOLCI, 2013, p.20). Dessa forma, as preocupações com o fim do regime escravista não permeavam somente os abolicionistas, mas também toda população brasileira. Por mais que o Império naquele momento observasse a abolição com bons olhos, ela aconteceu sem indenizar os ex-escravos, sem nenhum tipo de política organizada que buscasse incorporá-los a sociedade enquanto trabalhadores assalariados. Paralelamente na mesma década o Brasil estava recebendo uma crescente onda emigratória de contratação de trabalhadores europeus. O mercado industrial nacional estava

sendo formado por uma população estrangeira e europeia. Essa relação contribuía para a desqualificação dos ex-libertos e dos nativos do país. Segundo Miskolci (2013), havia uma combinação de fatores, que interpolava o preconceito racial, o desprezo pelo nativo, na qual a elite procurava dar preferência a tudo que vinha de fora. O fato de muitas indústrias serem estrangeiras alimentava ainda mais esse discurso, pois muitas contratavam somente os trabalhadores europeus emigrantes. Havia também o pensamento eugenista que buscava formas de transformações sociais, alinhados a um tipo de concepção de modernidade. Dessa maneira, o progresso instaurado no Brasil caminhava a desprezar tudo aquilo que era nacional e instaurar um regime estrategicamente delineado pelas elites, pela indústria estrangeira, pela política, sem de fato compreender ou integrar a própria população brasileira no processo. Os ideais da nação brasileira moderna foram forjados na transição do regime político monárquico para debates e conflitos políticos de industrialização e abolição do final do século XIX.

Assim, nossa troca de regime político se conduziu em meio a uma troca de visão nacional de um imaginário simbólico para a de um projeto político modernizante como compreendido aqui, algo que se constitui a partir das condições estratégicas de poder em uma determinada época e não a partir de planos delineados e seguidos por um ou outro grupo social entendido como detentor das condições culturais, materiais e políticas para implementar seus objetivos à revelia das oposições, resistências e alternativas existentes (MISKOLCI, 2013, p.27).

Logo, os ideais da nação empreendidos pelo processo do período seguiam um caminho imperialista de transformação social. As ideias eugenistas só ganharam grande visibilidade, por que estavam alinhadas a uma concepção de sociedade moldada a partir de uma visão burguesa e européia. Os intelectuais e pesquisadores da época compreendiam a realidade de maneira negativa e precária no Brasil, justamente por que suas referências e modelos se encontravam em uma perspectiva biopolítica eurocêntrica. A higienização dos espaços públicos, as políticas de branqueamento, as novas formas de disciplinamento, a ordenação da vida privada e doméstica e o controle das classes populares através das políticas de organização social na qual projetava a nação brasileira em um empreendimento das elites brancas, industriais, agrárias e políticas que tentavam se aproximar dos modelos europeus. O nacionalismo sempre foi uma preocupação das elites políticas, em se equalizar aos centros europeus do capitalismo central. Segundo Hobsbawm (2013), “as nações são, do meu ponto de vista, fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto” (HOBSBAWM, 2013, p.196).

Dessa maneira, o desejo da nação ¹²²no Brasil funcionava de um modo na qual o processo de controle da vida privada e da sexualidade estava no centro dos ideais da sociedade. A reprodução era ponto fundamental e o controle do sexo era também uma maneira de incorporar a sociedade aos preceitos políticos imperialistas e progressistas de uma nação civilizada. O desejo e o instinto eram percebidos como maneiras “atrasadas” de comportamento e a ética burguesa de disciplina do corpo se inseriam exatamente nesse contexto. Era uma maneira de interpolar um controle social e os ideais de uma nação ao corpo. No sentido coletivo, havia um temor das elites na proliferação e reprodução de raças consideradas “inferiores” e incompatíveis com o progresso nacional. Dessa maneira, a disciplina dos corpos, a higienização das raças, estava ligada a própria emergência de um projeto de nação. A biopolítica e o Racismo de Estado funcionavam de modo a organizar o espaço público e privado e forjar os limites do País. A partir desse desejo, havia uma promessa de futuro e de desenvolvimento como forma de erradicar o passado e projetar o Brasil longe do seu contexto primitivo.

O Brasil colaborava para a emergência da modernidade com um projeto que, mesmo mirando na Europa como inspiração ou modelo, na verdade se inseria na vanguarda da periferia do imperialismo, onde ela foi gestada e aplicada na segunda metade do século XIX, antes de ser importada pelos países centrais (MISKOLCI Apud Costa, 2013, p. 91).

Dentro de uma ordem heteronormativa, a nação era concebida partir de uma matriz patriarcal que recusava e perseguia as relações sexuais não reprodutivas, como os homossexuais. Como já observamos no início, a proliferação de discursos científicos sexuais como formas de controle biopolítica do corpo, eram comuns nessa época e atuavam de maneira a garantir o *status quo* desses princípios. A partir do dispositivo da sexualidade a classe burguesa dominante exercia uma série de práticas normativas que patologizavam aqueles que estavam à margem do seu processo. Em uma sociedade na qual o desejo era direcionado a uma classe branca, heterossexual, masculina e patriarcal, outros tipos de sexualidade que existiam fora dessa ordem eram marginalizados ou transformados em transgressões ou doenças. A patologia do comportamento era uma maneira de garantir os reflexos institucionais que limitavam as normas daquela época.

¹²² Essa aspiração nacional é definida como “ideal de nação que se cristalizou neste período primava pelo autoritarismo, por um modernismo de ideais associado a um forte conservadorismo político, um desejo de mudança sem alterar hierarquias e privilégios” (MISKOLCI, 2013, p.19).

Segundo Green (2000), no final do século XIX houve uma explosão demográfica nos centros urbanos em função dos processos de emigração, da circulação abundante de populações libertas, ex-escravas, na busca de condições melhores de vida, como também pela transformação dos espaços públicos com a presença de indústrias estrangeiras, trabalhadores assalariados e a maior circulação de capital nas camadas populares. O Rio de Janeiro era considerado uma versão tropical de Paris, com uma crescente vida boemia e cultural emergente. Havia uma constante política de renovação dos centros urbanos que com reformas de prédios, fachadas e praças públicas forçaram populações pobres para subúrbios afastados do centro. Existia uma constante política administrava em transformar partes da cidade em redutos burgueses compatíveis com espaços Europeus. Isso não só projetava a cidade em escala global, como também promovia o Brasil enquanto uma civilização desenvolvida. A prostituição sobreviveu em alguns redutos do centro, o crime ainda espreitava áreas recém reformadas e havia certa circulação de pessoas pobres e negras nesses espaços que dependência da venda de artesanatos e trabalhos informais.

No regime republicano, a homossexualidade em si não era considerada ilegal, mas existia um conjunto de normas e leis que a enquadravam em uma série de práticas institucionais que descriminavam o comportamento homossexual. A sodomia era considerada crime no Brasil desde o período colonial, enquadrando tanto homens ou mulheres que fizessem penetração anal ou sexo sem objetivo reprodutivo. Uma pessoa julgada culpada desse “crime” podia ter suas propriedades confiscadas e queimada em fogueiras, ou ser mandada em trabalhos forçados a disposição da coroa.

A sodomia era considerada uma ofensa ao Estado e equiparada ao crime de lesa-majestade, cuja punição era a morte. Isto torna evidente a articulação entre os saberes religiosos e jurídicos na produção de uma categoria estigmatizada de indivíduos, de modo que aqueles que nela se enquadrassem seriam considerados seres inferiores e indignos (FREIRE, CARDINALI, 2012, p.40).

Segundo Foucault (1999), a homossexualidade emerge a partir do ponto em que as práticas sodomitas são transferidas ao homossexual, como um “novo” tipo de sujeito da sexualidade. Isto é, “a homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior” (FOUCAULT, 1999.p.42). No contexto brasileiro, o termo pederasta ganhou bastante

visibilidade, se tornando quase sinônimo de sodomita.¹²³ Segundo Green (2000), foi através de quatro maneiras distintas: através do artigo 266 “*attentar contra o pudor de pessoa de um, ou de outro sexo, por meio de violência ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral*” era destinado a aplicar punições em casos envolvendo adultos e menores de idade, nesse caso entre homens adultos e meninas. O Artigo 282 sobre o “*Atentado Público ao Pudor*” com base legal havia provisões que definiam a homossexualidade ou qualquer comportamento homoerótico como “ofensa aos bons costumes” dos brasileiros. Como a lei detinha um texto amplo e bastante interpretativo sobre o que poderia ser “ofensa aos costumes” a polícia ou juiz detinha ampla liberdade para enquadrar qualquer comportamento ou prática fora da lógica heteronormativa como punição. O artigo 399, também possibilitava que a polícia pudesse prender qualquer cidadão por vadiagem e normalmente era utilizada para punir pessoas pobres, sujeitos indesejados e suspeitos de praticar prostituição masculina. Por fim, o Artigo 379, “*Do Uso de Nome Supposto, Títulos Indevidos e Outros Disfarces*”, transformou o travestismo¹²⁴ em uma prática ilegal, já que utilizar roupas do sexo oposto em lugares públicos era visto como ato de enganar ou persuadir alguém. Contudo, a lei se tornava branda em datas festivas, como o carnaval.

códigos penais com noções vagamente definidas de moralidade e decência pública, assim como provisões que limitavam o travestismo e controlavam rigidamente a vadiagem forneciam uma rede jurídica pronta para capturar aqueles que transgredissem as normas sexuais aprovadas socialmente. Embora a homossexualidade em si não fosse tecnicamente ilegal, a polícia brasileira e os tribunais dispunham de múltiplos mecanismos para conter e controlar esse comportamento (GREEN, 2000, p.58).

Durante esse período, o desequilíbrio demográfico nas grandes cidades criou uma demanda por casas de diversão, onde vários tipos de pessoas buscavam lugares para entretenimento, sendo que essa relação também abriu espaço para a grande difusão do mercado sexual de maneira análoga. A quantidade de mulheres do campo, estrangeiras e pobres que chegavam à cidade supriam parte desse fluxo sexual, sendo que muitas se encontravam na prostituição na qual em muitos casos era sua única forma de subsistência. O

¹²³ “Embora o uso do termo pederasta fosse importante para designar aqueles que tinham o “instinto sexual” impelido para o sexo a que pertencem [...] importa notar que as notícias da imprensa revelam muito mais as práticas sexuais” (SANTOS, 1997, p.159).

¹²⁴ “Devemos também pensar que a repressão sistemática aos travestidos compreendia uma dimensão mais ampla, envolvendo uma possível polarização entre o público e o privado, ou mesmo a definição de outro estilo de vida urbana – supostamente mais “moderno”, “burguês” (SANTOS, 1997, p.155).

fato das mulheres não serem assalariadas e de maneira muito precária assimiladas ao mercado, aumentava ainda mais a demanda pela prostituição enquanto profissão. Segundo Rago (1991), apesar da industrialização ter precarizado a vida de muitas mulheres, também a emancipou a partir do momento que fez com que várias tarefas domésticas fossem incorporadas ao mercado, diminuindo pressões familiares e permitindo uma maior independência. Havia também rivalidades crescentes entre escravos libertos e imigrantes, que denunciavam práticas sexuais ilegais entre seus grupos, como forma de conseguir algum tipo de legitimidade das autoridades.

Green (2000) ressalta que era muito comum o uso da palavra “puto” para se referir à prostituição masculina. A palavra que era uma denominação muito mais popular que o termo sodomita, embora putos fosse muito mais empregada em casos para descrever homens afeminados que praticavam penetração anal de maneira passiva¹²⁵. Outra palavra bastante popular no período era “fresco”, difundida pelo professor de criminologia Francisco José Viveiros de Castro, a partir do seu livro: *Attentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual* (1894). O sentido de “fresco” foi empregado para se referir aos jovens afeminados que nos últimos anos do império estavam presentes nos bailes de máscaras promovidos pela coroa. Tanto as palavras putos e frescos, eram direcionados aos homossexuais passivos, que em alguns casos costumavam utilizar roupas femininas para atrair a atenção de outros homens, ou conseguir fama e reconhecimento em bailes ou festas populares. Nesse sentido a homossexualidade era construída a partir de uma forte relação entre feminilidade e prostituição e o preconceito era tipicamente ligado a uma prática anal passiva. A travestilidade nesse contexto era uma maneira de representar a própria homossexualidade.¹²⁶

Durante a belle époque brasileira, o estereótipo mais comum sobre os homens que praticavam sexo com outros homens enfatizava sua ligação com a prostituição. Físicos, políticos, advogados, intelectuais e artistas retrataram os sodomitas modernos como homens efeminados que praticavam sexo anal como elementos passivos e ganhavam a vida com a prostituição nas ruas (GREEN, 2000, p.63).

O autor Sáez (2016), compreende essa tensão relativa à prática anal, enquanto um regime heterocentrado a partir de uma concepção normativa na qual todas as pessoas seriam

¹²⁵ a conexão entre a prostituição, a efeminação no homem e a homossexualidade persistiu como uma forte representação do comportamento homoerótico até a segunda metade do século XX, quando surgiram noções alternativas de identidade sexual que contestaram esse paradigma dominante (GREEN, 2000, p.63).

¹²⁶ na vida cotidiana, particularmente quando associado à homossexualidade masculina, o travestismo era explicitamente relacionado à ação policial. A razão me parece, é que enquanto os travestidos masculinos se expunham publicamente, comprometendo o decoro e a moral nas ruas do centro da cidade, fazendo com que o homossexualismo ficasse completamente às claras como prática social (SANTOS, 1997, p.155).

heterossexuais e se comportariam dentro de um sistema de papéis políticos, sociais e religiosos que se fundamentariam na teleologia das coisas. Isto é, o sexo com propósito reprodutivo e fundamentado na moral religiosa. Assim, o ânus - a prática anal representa um temor heterossexual de efeminização, de dominação e desvalorização do feminino-passivo, associado a um sentido de misoginia interna. Na psicanálise o caráter anal possui um regime passivo de introjeção e atividade, a prática é compreendida como ambivalente e lugar de desestabilização do próprio regime sexual heteronormativo.

Por que para entender as e as condições da homofobia, do machismo e da discriminação em geral temos que entender como se relaciona com o anal com o sexo, com o gênero, com a masculinidade, com as relações sociais. (SÁEZ, 2016, p.73).

Entretanto, a maneira como a homossexualidade e a travestilidade estavam intimamente ligados, representava o “questionamento de códigos sexuais institucionalizados, que a homossexualidade e/ou travestismo masculino trazia em si, revelava uma maior ameaça ao *ethos* dominante” (SANTOS, 1997, p.163). Os homossexuais afeminados também eram os principais personagens das literaturas científicas e ilustravam o imaginário social sobre a representação do homem passivo e degenerado.

Enquanto a literatura médica se concentrava nos homossexuais passivos, a literatura erótica marginal circulava “livremente” representando diversas práticas sexuais consideradas “ilegítimas”. Segundo Curopos (2019), as publicações eróticas tinham funções de seguir uma tradição libertina de costumes anticlerical e satírica da vida burguesa tradicional. Voltadas exclusivamente para homens privilegiando com representações de relações heterossexuais, as publicações em geral descreviam os atos sexuais em seus mínimos detalhes, de modo afazer o leitor “ler com uma mão só”. Enquanto as relações lésbicas costumavam aparecer com certa frequência, também voltada exclusivamente ao imaginário heterossexual masculino. Já as representações homoeróticas masculinas eram invisíveis e quando apareciam, operavam no papel de funcionar para o leitor como uma curiosidade, uma modalidade de *voyeur*. Dessa maneira, as publicações eróticas e pornográficas desempenhavam um papel importante sobre a vida boemia noturna da cidade, na medida em que ajudavam a difundir entre a população uma série de informações, piadas e charges sobre comportamentos e tensões políticas e sociais da noite urbana. Era uma maneira acessível de conhecer e se informar sobre a sexualidade.

os periódicos contribuíam para redefinir as fronteiras entre o moralmente lícito e o ilícito; ao mesmo tempo construindo identidades sexuais e, portanto, operando com categorias de gênero, os jornais evidenciavam uma certa visão sobre as relações de poder que não diziam somente a homens e mulheres, mas também as próprias relações em que seus redatores e leitores estavam inseridos (SCHWARCZ, 1987, p.224).

Um desses folhetins foi o jornal *Rio Nu* (1898 – 1916), na qual foi publicado o primeiro conto homossexual do Brasil, chamado de *O menino do Gouveia* em 1914. O conto retratava a relação entre um homem adulto, na época conhecido como “fanchono” e um menino “puto” afeminado, que desejava ser penetrado e tratado como objeto sexual pelo homem. Muitos casos de travestismo estavam associados à figura do homossexual afeminado¹²⁷. Já o termo “fanchono” era utilizado para homens que buscavam de forma ativa parceiros sexuais mais jovens e afeminados, como os putos/frescos. Sua aparência e comportamento, muitas vezes bastante masculinos e integrados a ordem heteronormativa, os blindava de perseguições, preconceitos e da constante vigilância que havia sobre os corpos dos putos e frescos.¹²⁸

A literatura médica brasileira produziu obras com o objetivo de transcrever o fenômeno da homossexualidade em diversas manifestações, geralmente delineados por uma hierarquia de práticas que interseccionavam gênero e sexualidade dentro de categorias de frescos e putos - “penetrados-passivos-efeminados” e os fanchonos - “penetradores-ativos-masculinos” na sociedade carioca. Butler (2013) salienta que o gênero não pode ser tomado como uma inscrição cultural em um sexo previamente estabelecido, o desejo também é interdependente ao gênero na medida em que estabelece uma ordem estável de sujeitos marcados por uma heteronormatividade compulsória, isto é, a “concepção do gênero não só pressupõe uma relação de causa entre sexo, gênero e desejo, mas sugere igualmente que o desejo reflete ou exprime o gênero” (BUTLER, 2013, p.45). Dessa maneira, a sexualidade era uma forma de representar o gênero na medida em que os papéis sexuais delimitavam

¹²⁷ “No dia 25 de setembro de 1866, o jornal *O Alabama*, através de um ofício ao delegado de polícia, informava que na rua dos Carvoeiros morava um crioulo conhecido por José do Ouro, sócio do Jovita, o qual tinha o desaforo de “por-se nu em casa, amarrar um lenço à cabeça, a laia de crioula, deitar argollas nas orelhas, colares nos braços, embrulhar-se n’um chalé ou panno da costa e ir para janella. [...] ir para janella”, podia significar, implicitamente, o comportamento das prostitutas, ou “mulheres de janella” (SANTOS, 1997, p.163).

¹²⁸ “embora papéis de gênero estejam presentes na representação do putto e do fanchono, ambos nutrem desejos por indivíduos de seu sexo, o que os diferencia de outros homens” (GREEN, 2000, p.70-71).

comportamentos, expressões e a utilizações de vestimentas. A feminista Monique Wittig já utilizava a categoria lésbica como um “terceiro gênero”¹²⁹.

“Os feminismos *queer* entendem as categorias de gênero como produtos/efeitos duma ficção social heterossexista em que as categorias mulher, homem, lésbica e gay resultam duma produção fluida de discursos performativos que desestabilizam a universalização dessas mesmas categorias identitárias” (OLIVEIRA, 2009, p.23).

Na obra do já mencionado Francisco José Viveiros de Castro, *Attentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual*, no capítulo XVII – Os pederastas; Castro faz essa adjunção da homossexualidade em definir o comportamento dos “pederastas” como parte da sua natureza em ser congênita e hereditária ou adquirida. Também delimitou duas classes distintas, como os viciosos, que eram considerados “normais” e muitas vezes indistinguíveis dos heterossexuais, na qual o desejo pelo mesmo sexo seria uma espécie de “vício” que os tomaria na busca por encontros com outros rapazes. Mas o que nos interessa aqui são as descrições que ele fazia dos frescos e efeminados, em muitos casos sendo colocados como os “mais degradantes” e suscetíveis a marginalidade e o roubo.

O pederasta vive, sente, pensa, quer. age diferentemente do resto dos homens. Seu vício tem como resultado fatal uma alteração da personalidade psychica consistindo principalmente em uma transposição, uma inversão das qualidades características do sexo, enfim na efeminização. Teem como as mulheres a paixão da toilette, dos enfeites, das cores vistosas, das rendas, das joias, dos perfumes. Trazem sempre consigo um arsenal particular, espelho, pente, alfinete, vidros de sal e de perfume, caixa de pó de arroz, leque. São de uma verbiage insupportavel, Depilam-se cuidadosamente. Um de seus maiores prazeres é vestir-se como mulheres, com flores, grinaldas nos cabellos. Suas scenas de ciúmes terminam com ataques de nervos. Designam-se por nomes femininos. Princeza Salomé, Fedora, Adriana Lecouvreur. Cora Pearl, etc. São caprichosos, invejosos, vingativos. Nenhuma energia, nenhuma virilidade (CASTRO, 1934, p.228).

Dessa forma, a obra de castro pode ser compreendida como “uma das primeiras tentativas por parte de um profissional brasileiro de ir além de uma análise moral do homoerotismo e investigar as possíveis causas médicas, biológicas ou psíquicas desse comportamento” (GREEN, 2000, p.88). A maneira com que os “Frescos” circulavam pelos espaços urbanos era constantemente vigiada pelas autoridades e dessa forma conseguiam observar e descrever os espaços de circulação entre os homossexuais, como as formas de flertes e código entre seu grupo. Como o comportamento dos “Frescos” eram muito mais

¹²⁹ Lésbica é o único conceito que conheço que está para além das categorias de sexo (mulher e homem), pois o sujeito designado (lésbica) não é uma mulher nem economicamente, nem politicamente nem ideologicamente (WITTIG, 2005, p.43).

perceptíveis, ficava mais fácil identificá-los pelas autoridades: “usavam paletot muito curto, lenço de sêda pendente do bolso, calças muito justas, desenhando bem as formas das coxas e das nadeças” (GREEN, 2000, p.86). Eram muito mais “visíveis” e conseqüentemente mais propensos a sofrer algum tipo de punição por parte da polícia. Contudo, é importante salientar que as descrições muitas vezes abarcavam uma população de classe média e alta, na qual a população negra e imigrante pobre era retificada sob o prisma de outros signos, muito mais violentos, como assassinos, bestializados, alucinados.¹³⁰

Quanto mais longe da heteronormativa burguesa, mais a classificação era negativa ou primitiva, com punições mais violentas. Um jovem branco, de determinada classe social, estava muito menos propenso a sofrer penas pesadas em função da sua homossexualidade do que um negro nas mesmas condições. Esse recorte de raças é importante porque definia a maneira com que o olhar e aplicação da lei operavam sobre a própria homossexualidade da época. Essa tensão racial pode ser observada na obra *O Bom Crioulo (1895)* de Adolfo Caminha, que contava a história de Amaro, um escravo que após fugir do seu senhor, consegue integrar-se a marinha e a partir disso ser livre. Amaro é descrito como um homem forte, musculoso e agressivo, embora de bom coração. Ele se apaixona por Aleixo, um jovem branco de olhos azuis, que também é marinheiro. Amaro se torna confuso por causa do sentimento pelo jovem e começa a ter problemas com seus superiores. Mais tarde, Amaro começa se envolver com Aleixo de maneira casual a partir de um pequeno quarto, em uma pensão decadente, administrada por uma senhora chamada Dona Carolina. Devido ao ofício de marinheiro e a rigidez do regime militar, ambos se afastam e se tornam distantes. Amaro volta a ter problemas com álcool onde é internado em um hospital psiquiátrico e fica abandonado. Posteriormente quando sai da instituição e retorna ao Rio de Janeiro, descobre que Alexio está se envolvendo com Dona Carolina e no desfecho trágico mata o rapaz com um navalha no peito. A obra foi o primeiro romance homossexual lançado em toda história do Ocidente. O autor a escreveu sobre influência do movimento naturalista e retratou Amaro com muitos estereótipos negativos associados à população negra do período. Apesar disso, a obra também é peculiar por fugir do estereótipo normalmente retratado entre homossexuais, entre o fancho e o fresco, por que tanto Amaro quanto Aleixo poderiam ser enquadrados como fancho. Sem contar a bissexualidade expressiva de Aleixo. É uma obra que apesar de

¹³⁰ Nesse sentido a “cor” ressoava de modo que “permitia distinguir os indivíduos, por meio de caracteres exteriores, de acordo com sua posição na estrutura social. De outro, funcionava como um núcleo de condensação e de ativação de uma série de forças sociais, que mantinham a unidade e a estabilidade da ordem vigente” (FERNANDES, BASTIDE, 1959, p.81).

quebrar muitos paradigmas para época, hoje permanece invisível devido a sua receptividade negativa e polemicas durante o período.

O romance *Bom Crioulo*, de Adolfo Caminha (1895), é uma obra clássica, considerada pioneira nos estudos homoeróticos na literatura brasileira, devido ao fato de apresentar, na trama central, um relacionamento homoerótico. Prevalece em toda a narrativa uma reiteração da homossexualidade, compreendida e representada discursivamente a partir de um ponto de vista patológico, característico de uma época marcada pelo cientificismo e pela descoberta das mazelas sociais na estética literária denominada Naturalismo (ARAUJO, 2015, p.262).

Não obstante, havia um mundo social vibrante nas principais capitais do Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, sendo que muitos homens se apropriavam de maneira criativa da polissemia social e cultura urbana para buscar seus prazeres e paixões. A maneira de se vestir, andar e se comportar definia uma série de códigos de conduta na busca por essas práticas. Alguns de uma maneira mais obtusa projetavam imagens afeminadas na tentativa de encontrar parceiros sexuais ou afetivos¹³¹. Apesar das rígidas normas de condutas, havia certa fluidez no uso de roupas e adereços ligados a expressão do gênero e da sexualidade. Assim, “as roupas, costumes e códigos desses homens indicam que haviam construído uma identidade social comum ligada ao seu comportamento sexual” (GREEN, 2000, p. 106). Por fim, o carnaval aparece como um importante elemento para desafiar os costumes locais, com o travestismo sendo tolerado e até mesmo incentivado como uma prática de paródia entre os homens heterossexuais. Segundo Green (2000), o carnaval aparecia como um espaço seguro para as expressões de identidades não-normativas. Embora tudo sob a égide da comicidade e do riso.

4.3 RELAÇÕES DE RAÇA, GÊNERO E MUDANÇAS CULTURAIS

Como já ressaltamos, a urbanização e a industrialização constante nas principais capitais brasileiras, transformava cada vez mais a vida da população. As ligações entre cidade e campo invertem-se e as cidades aparecem cada vez mais como um espaço central nos processos econômicos e culturais do país.

¹³¹ “a transgressão dessa normalidade passou a ser objeto de uma atenção especial, constituindo-se não mais uma questão meramente costumeira, mundana, se não como uma falta moral, como um delito. A própria natureza da documentação (leis, regulamentos, notícias policiais dos jornais locais) é bem significativa da concepção de travestismo que tinham as nossas elites” (SANTOS, 1997, p.147).

A desagregação do antigo regime favoreceu o fluxo urbano. As cidades perderam o caráter de aglomerações dependentes dos núcleos rurais adjacentes e de mero cenário em que se enfrentavam os grandes interesses rurais em pugna. Elas cresceram e ofereceram, onde a prosperidade econômica secundou este processo, as bases para a diferenciação e a reintegração da economia de mercado interna (FERNANDES, 2013 p.57).

A imigração da população negra para os centros urbanos industriais criou uma tensão constante entre as classes sociais e marginalizou a população negra como salienta Fernandes (2013), a segregação racial era legalmente proibida e justamente em função disso, havia uma grande heterogeneidade de pessoas circulando pelos espaços. As condições sociais e econômicas favoreceram um aporte maior de diversidade de comportamentos ao mesmo tempo em que criavam condições de exclusão e preconceito. Em termos sociológicos esse processo pode ser presumido em “(...) desagregação da ordem social associada ao regime de castas, ao latifúndio e ao trabalho escravo” (FERNANDES, 2013, p.55). Dessa maneira, quando o negro se aproximava de algum local, como um bar ou estabelecimento aberto de grande fluxo de pessoas, normalmente o branco costumava sair ou evitar algum tipo de contato. Além do explícito racismo, havia também uma segregação constante em função das condições do negro, que muitas vezes estava esfarrapado, sujo e maltrapilho. Nesse sentido, o preconceito racial estava implícito a *priori* no sujeito negro que corroborava com os mais diversos estereótipos que a sociedade o enquadrava, sendo “o ajustamento do negro à sociedade dos brancos manifesta-se ainda de outro modo, pela aceitação dos estereótipos do branco sobre os negros” (FERNANDES, BASTIDE, 1959 p.243). Essa relação entre preconceito racial e classe, sempre apareceu de maneira difusa na sociedade brasileira. Isto é, “o preconceito de raça, é no fundo um preconceito de classe” (FERNANDES, BASTIDE, 1959, p.179).

Ainda segundo Fernandes e Bastide (1969), o preconceito racial também costumava variar dependendo do grupo social sendo que nas “famílias tradicionais” existia uma ideologia que relacionava cor da pele e o comportamento sexual. Nesse caso, a cor aparece como um lugar de civilidade e de bom comportamento, que colocava o branco como civilizado e ponderado, já o negro era constante sexualizado e ligado ao “primitivo”. As representações de homossexuais desse período também carregavam esses tipos de concepções que impactavam a maneira dessa população se relacionar. Logo, a maior violência policial era direcionada a

população negra e havia segregações entre grupos homossexuais ligados a cor da pele e a classe social, embora de maneira bem menos explícita.¹³²

Já no âmbito de gênero, a presença cada vez maior de mulheres assalariadas que se tornava provedora da sua própria subsistência também transformava o cenário urbano e mobilizava a economia.

As mulheres ganham maior visibilidade no espaço urbano, participando de rodas sociais, organizando salões literários, sociedades beneficentes, associações femininas, nas classes mais privilegiadas, ou trabalhando, vendendo flores e cigarros, nos setores mais pobres, ou ainda fazendo compras (RAGO, 1991, p.71).

Enquanto na maior parte das cidades do interior o papel das mulheres se restringia ao lar, nas capitais havia uma demanda cada vez maior por empregos em fabricas, produção têxtil e nos setores de serviço, que proporcionavam a mulher uma oportunidade maior de conseguir uma independência e desconstruir aos poucos a ideia da mulher como símbolo restrito ao ambiente doméstico e privado. Segundo Rago (1991), o período de emergência do começo do século XX ajudou a elaborar de maneira ambígua a posição feminina na sociedade. Pois a mulher ocupava o espaço público enquanto “(...) ornamento, acompanhante ou auxiliar, ou seja, sempre numa posição secundária.” (RAGO, 1991, p.75). Já o processo industrial marcado pelo surgimento de novas formas de consumo, reforçava a figura feminina enquanto um papel ativo de consumidora¹³³ sendo “necessária para legitimar a capacidade produtiva, essencialmente aos homens” (RAGO, 1991, p.75).

As ideias promovidas pelo cinema estrangeiro e pelo mercado internacional incentivavam uma mulher moderna cada vez mais pública e receptiva ao capitalismo industrial e cultural. Rago (1991) salienta que a emancipação feminina no espaço público criou uma pressão interna no mercado industrial na qual as mulheres foram projetadas como indivíduos com necessidades particulares e desejos específicos.

¹³² “Não chega a ser surpresa que a maioria dos que caíam nas mãos da polícia e dos médicos eram os sempre mais vulneráveis nesta sociedade: os negros e os pobres em geral. É por essa razão que o historiador tem mais acesso a informações sobre a homossexualidade entre pobres e negros do que entre as camadas médias e altas. Essa concentração de negros e pobres nos gabinetes de polícia permite uma associação entre “doença” e “perversão sexual” com os “atavismos” associados aos descendentes de africanos no Brasil, comum na literatura médico-legal” (GREEN, 2000, p.13).

¹³³ Em um primeiro momento “A atração das novidades produzidas ou importadas, ampliando o mercado feminino de consumo: modas, perfumes, cremes, loções, batons, leques, jóias, lenços, chapéus, meias de nylon norte-americanas [...] a projeção masculina de que a mulher não poderia desempenhar seu papel principal senão como sedução” (RAGO, 1991, p.88).

novas profissões se abrem para elas, maiores possibilidades de acesso à educação pública e provada, a despeito dos inúmeros obstáculos opostos. De operárias a enfermeiras, médicas, advogadas, as mulheres passam a ser virtualmente percebidas como possíveis concorrentes dos homens. Passam a serem representadas como seres específicos, particulares, com necessidades próprias diferentes das masculinas. (RAGO, 1991, p.67).

A mudança no vestuário feminino também se tornou um ponto importante. Se no século XIX a moda tradicional feminina estava envolvida com diversos determinismos de gênero, como o espartilho e os longos vestidos que reduziam a mobilidade feminina ao interior do lar e atividades passivas. Com a emancipação feminina no capitalismo industrial, onde a presença feminina em espaços urbanos tornou-se cada vez mais comum, as roupas também foram impactadas por essas mudanças, em proporcionar uma maior mobilidade e dinâmica dos corpos femininos da época¹³⁴. Segundo Lipovetsky (2009), o processo de democratização da moda construiu estilos heterogêneos, que ajudaram a desestabilizar a imagem da mulher aristocrata burguesa, seguido por valores de vanguardas modernistas. Segundo o autor, as constantes demandas higienistas ajudaram a fundar um mercado dos cosméticos, dos exercícios, da maquiagem, como uma nova forma de ressignificar o corpo feminino dentro de uma lógica capitalista industrial. As vestimentas aristocráticas cheias de babados, lenços, ornamentos e grandes quantidades de tecidos, ficavam cada vez mais inadequados ao espaço urbano e eram substituídos aos poucos pela imagem de um corpo em movimento, com roupas mais leves e dinâmicas. O mercado feminino em ascensão absorveu completamente essas novas tendências modernas e de vanguarda, ao mesmo tempo em que começou a projetar um novo tipo de subjetividade feminina ligada à moda e ao corpo e as dinâmicas urbanas.¹³⁵

Os volumes e curvas da mulher deram lugar a uma aparência depurada, dessofisticada, na continuidade do trabalho das vanguardas artísticas. A moda tirou as lições do projeto modernista, começado por Manet, de que Georges Bataille dizia que se caracterizava pela “negação da eloquência”, pela rejeição “da verborreia grandiloquente” e da majestade das imagens; abandonando a poética da ornamentação e da exibição da lantejola, a moda Costura trabalhou parcialmente para dessublinhar e desidealizar o aspecto feminino, democratizou o estilo do

¹³⁴ a dinâmica dos estilos de vida e dos valores modernos acarretaram, com efeito, não apenas o desaparecimento dos múltiplos trajes regionais folclóricos, mas também a atenuação das diferenciações heterogêneas no vestuário das classes, em benefício das toaletes ao gosto do dia para camadas sociais cada vez mais amplas. (LIPOVETSKY, 2009, p.87).

¹³⁵ “Se a primeira revolução a instituir a aparência feminina moderna reside na supressão do espartilho por Poiret em 1909-10, a segunda, sem dúvida mais radical, situa-se nos anos 1920 sob o impulso de Chanel e de Patou. Paul Poiret abandonou o espartilho, deu uma flexibilidade nova ao andar feminino, mas permaneceu fiel ao gosto da ornamentação sofisticada, à suntuosidade tradicional do vestuário “(LIPOVETSKY, 2009, p.87).

vestuário no clima dos novos valores estéticos modernistas, dirigidos para a depuração das formas e a recusa do decorativo (LIPOVETSKY, 2009, p.89).

Essa mudança na visibilidade feminina no espaço público proporcionou novas dinâmicas de vestuário cada vez mais heterogêneas e acessíveis, principalmente para a população mais pobre. Havia discussões sobre a “masculinização” das mulheres ou em alguns casos a sua “sexualização” no espaço público, a partir de roupas que exibiam as formas do corpo. Novos estilos de cabelos mais compactos como o *à la garçonne*, com o cabelo curto e com franjas, traziam debates sociais pelo simples fato de mulheres exibirem cabelos curtos, próximos aos cortes masculinos.¹³⁶ Segundo Rago (1991), no Rio de Janeiro era muito comum a difusão de dois tipos de comportamentos femininos relacionados a moda.

As primeiras eram as que saíam às ruas vestidas à moda francesa, com chapéus, creolinas e saias enfeitadas com muitos babados. A segunda, "a senhora autêntica que permanece fiel aos antigos costumes", deixava sua cabeça descoberta, sem nenhum adorno além daquele conferido pela natureza. Enquanto as modernas usavam vestidos de seda, acompanhados por chapéus com plumas, enfeitados com flores, aquelas usavam roupas de cor sóbria e monástica e permaneciam fechadas em casa, ausentando-se apenas para as missas (RAGO, 1991, p.78).

Os novos estilos de vida burgueses emancipado pelo processo industrial e a urbanização instigaram cada vez mais a mudança de hábitos e costumes nas famílias e promoveram de maneira indireta transformações nos papéis masculinos e femininos das relações tradicionais de gênero, sendo essa configuração uma “(...) nova formação urbana, as formas mais tradicionais de solidariedade social, representadas pelas relações de grupos familiares, foram abaladas, estabelecendo uma tensão entre os traços patriarcais e as formas modernas de convivência familiar” (AZEVEDO, FERREIRA, 2006, p.228). Apesar do grande crescimento exponencial cultural e social gerados pela industrialização e imigração das populações, observa-se de maneira análoga uma crescente demanda por discursos científicos e médicos, que buscavam teorias e explicações na tentativa de normatizar e categorizar os comportamentos.

No centro dessas transformações, havia um debate cultural e intelectual no impacto dessas novas práticas na sociedade brasileira. A semana da Arte moderna buscava criticar esse

¹³⁶ Na sociedade brasileira do século XIX mesmo a “a indumentária para escravos (as) e senhores (as) passava por uma “padronização sexual”. Assim, mesmo existindo uma hierarquia social, que revela a forma de vestir através de signos da posição social, usar roupas de acordo com o próprio sexo constituía algo que estava além das diferenciações sociais” (SANTOS, 1997, p.149). Esse debate ganhou uma amplitude maior quando chegou às classes burguesas de centros urbanos. Ser moderno incluía uma forma de romper com essa diferenciação de alguma maneira.

progresso desenfreado e promovia um retorno aos valores sociais e culturais brasileiros, como o conceito de antropofagia¹³⁷. A intelectualidade brasileira começava a criticar alguns princípios sociais e culturais estrangeiros e valorizar a cultura nacional.

Seja pelo grande fluxo imigratório europeu, derivado da necessidade de cobrir a demanda de mão de obra no setor agrícola, seja pela industrialização incipiente permitida pelo acúmulo de capital dessa mesma agricultura, São Paulo se destacava do resto do país, inclusive da Capital Federal, na época, o Rio de Janeiro. Seu alto grau de transformação econômica implicava outro tanto de alteração no plano social, com o advento da burguesia industrial, do proletariado a ela vinculado e das classes médias em formação. (NASCIMENTO, 2015, p.379).

Foi durante a década de 1930, na qual se acredita que o termo “viado” tenha surgido de maneira pejorativa para se referir aos homossexuais afeminados. O termo é uma derivação portuguesa do animal veado. O animal, de maneira análoga é relacionado aos homossexuais, pelo fato do macho ter relações sexuais com outro macho. Contudo, não existe nenhum tipo de evidência em como o termo se tornou popular ou ganhou o seu sentido semântico mais usual. Segundo Green (2000), a lenda mais comum gira em torno de um suposto fato na qual um comissário no Rio de Janeiro teria ordenado a prisão de vários homossexuais, que perambulavam em um parque no centro da cidade. Seu subordinado teria falhado e não teria conseguido prender nenhum deles. Quando retornou e explicou ao seu chefe, relatou que eles fugiram “como se fossem veados”. Essa história teria se perpetuado entre diversos grupos, de maneira a criar esse tipo de associação. Também existe a possibilidade do termo estar associado ao jogo do bicho, bastante difundido na cultura brasileira. O veado é representado pelo número vinte e quatro, que estaria associado à homossexuais. Outra possibilidade é o fato que o termo só tenha ganhado sua popularidade a partir da década de 1950, com a estreia do filme *juventude transviada* (1955)¹³⁸. Embora o filme não tenha nenhuma relação com a homossexualidade, o termo “transviado” era utilizado para se referir a jovens rebeldes que desafiavam as normas sociais. O léxico “viado” poderia então ser utilizado em seu sentido pejorativo para categorizar os jovens que de alguma maneira apresentavam comportamentos sexuais diferentes da heteronormatividade.

Outro termo muito utilizado para se referir aos homossexuais no Brasil, é “bicha”. Da mesma maneira que “viado”, sua origem é bastante difusa. Mas como aponta Green (2000), o termo poderia ter surgido dentro do grupo de homossexuais, como um trocadilho para

¹³⁷ “Para a formulação de seu ideário antropófago, Oswald decerto tirou proveito dos diversos “primitivismos” do início do século XX na Europa, entre eles, o do Manifeste Cannibale Dada e da revista Cannibale, do dadaísta Francis Picabia, ambos de 1920.” (NASCIMENTO, 2015, p.377).

¹³⁸ Juventude Transviada. Direção: Nicholas Ray, EUA, 1h 51 Min, Drama.

designar a feminilidade em alguém. Ela seria uma adaptação linguística do termo Frances *biche*, do século XVIII que era o feminino de “viado”. No mesmo período na França o termo *Biche* também era utilizado para se referir a algumas mulheres jovens bastante femininas. De qualquer maneira, como aponta o autor, existe uma chance considerável que o termo bicha tenha surgido dentro da própria comunidade homossexual.¹³⁹

Durante a década de 1940, com a difusão do rádio, dos salões de entretenimento e dos filmes de Hollywood, como a ascensão cada vez maior das mulheres ao mercado de trabalho e sua representação nas artes, havia uma possibilidade de acesso de muitos homossexuais afeminados a diversos tipos de referências femininas que fugiam dos padrões tradicionais de gênero. Assim, tornou-se muito comum que eles adotassem nomes femininos figurativos, como demonstração de personalidade e identidade. Como aponta Green (2000), os elementos femininos adotados por muitos rapazes funcionavam como signos de disponibilidade sexual, dentro da prostituição. Como já salientamos, era comum que os fanchonos procurassem os putos para relações sexuais. O fato de esses rapazes adotarem vestimentas e elementos femininos facilitava sua identificação e disposição ao sexo nos espaços públicos. Dessa maneira o travestismo também era uma maneira de organizar sexualmente as relações sexuais de muitos homossexuais. Com o desenvolvimento constante e cada vez mais heterogêneo da indústria têxtil, do mercado de cosmético, centrado na figura da mulher moderna, uma maior parcela da sociedade conseguia ter acesso aos produtos que antigamente eram exclusivos das camadas mais ricas da população. Essa descentralização dos produtos cosméticos femininos aumentou cada vez mais as práticas de travestismo na comunidade homossexual, principalmente por aqueles que já trabalhavam com a prostituição. Assim, esses marcadores femininos normalmente eram sinônimos de um estigma ainda maior e às vezes até mesmo dentro do próprio grupo homossexual e não eram adotados por todos. Embora a homossexualidade fosse um problema, o ato de se vestir com roupas do sexo oposto constituía uma transgressão ainda maior.

O percurso do travestismo no Brasil oitocentista pode ser verificado, portanto, pelas interpelações entre as diferenciações dos trajes e a normatização dos papéis sexuais. Era o imaginário sobre o corpo jogando com signos de comportamentos e costumes considerados indecorosos (SANTOS, 1997, p.171).

¹³⁹ Enquanto o "homem" deveria se comportar de maneira "masculina", a "bicha" tende a reproduzir comportamentos geralmente associados ao papel de gênero (*gender role*) feminino. No ato sexual, o "homem" penetra, enquanto a "bicha" é penetrada (FRY, 1982, p.90).

Enquanto a homossexualidade estava associada a algum tipo de perversão ao excesso de prazeres. O travestismo normalmente era associado à psicose e seus tratamentos eram muito mais incisivos e problemáticos. As noções de transgressões de gênero eram bastante difusas para a realidade brasileira, mesmo dentro dos homossexuais. Havia uma noção binária que os rapazes afeminados eram passivos, enquanto os homossexuais masculinos eram ativos. Segundo Green (2000), essa concepção nem sempre se confirmava na realidade, pois havia muitos homens “verdadeiros” que gostavam de serem “penetrados” por seus parceiros afeminados. As próprias representações atreladas aos papéis sociais estavam diretamente ligadas à maneira como o gênero era percebido em relação à sexualidade.

Quando o status construído do gênero, é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que o homem e masculino podem, com igual facilidade significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino e feminino (BUTLER, 2013, p.24).

Os homossexuais afeminados e a travestilidade estavam intrinsecamente associados, como também atrelados ao ofício da prostituição, na qual era considerado um comportamento feminino. Segundo Rago (1991), a prostituição simboliza uma fronteira simbólica na qual o feminino é subversivo e independente com a capacidade de seduzir homens e mulheres¹⁴⁰. Já o termo *michê* surgiu como uma maneira de distinguir essa representação de gênero, para falar de uma prostituição viril.

O termo *michê* é usado para denominar uma espécie *sui generis* de cultores da prostituição: varões geralmente jovens que se prostituem sem abdicar dos protótipos gestuais e discursivos da masculinidade em sua apresentação perante o cliente (PERLONGHER, 1987 p.17).

O principal modelo que permeavam a cena da prostituição dentro do espaço homossexual no Brasil nas grandes capitais até a década de 1950 era a prostituição emancipada pelo “*puto-bicha-afeminado*” com adoção ou não de adereços femininos com o objetivo de “imitar” uma mulher prostituta. Como já mencionamos, os *fanchonos* podiam tanto ser penetrados como penetrar seus parceiros, mas se distinguiam por não serem afeminados e adotarem vestimentas tipicamente masculinas e terem comportamentos heteronormativos. Já o *michê*, se utilizava de outros signos, como o macho e o bofe e uma

¹⁴⁰ proliferaram e diversificaram-se as formas de consumo do prazer, aumentando os lucros que ai se formavam. Figuras femininas do mundo da prostituição procuram suprir as demandas de uma nova clientela, formada por homens de diferentes setores da sociedade, que se encontravam na busca de uma forma moderna, erotizada e sedutora, de expressão do desejo (RAGO, 1991, p.124).

suposta hipermasculinidade que iria ganhar bastante visibilidade no final dos anos 1970 com a flexibilidade dos vestuários masculinos e mais tarde com a popularização de centros de musculação.

enquanto o *michê* estaria, no melhor dos casos, exagerando as características socialmente atribuídas ao seu sexo anatômico, a atitude do travesti, e da bicha efeminada em geral, implicaria um distanciamento uma ruptura com os protótipos gestuais e comportamentais masculinos - implicando uma espécie de "devir mulher" (PERLONGHER, 1987 p.20).

Embora esses modelos fossem categóricos é importante frisar que no contexto social brasileiro essa configuração de gênero mostrou-se bastante complexa e difusa, com uma relativa flexibilidade sexual e de identidade de gênero. Madame Satã foi um personagem importante que ficou bastante conhecido por ressaltar um comportamento não-binário em torno de sua "persona", na vida marginal noturna do Rio de Janeiro. Gostava de desfilar em trajes femininos no carnaval e muitas vezes se apresentava como transformista, também nunca escondeu que fosse homossexual. Apesar de tudo isso, costumava ter um comportamento "durão" e lutava capoeira quando precisava se defender.

Madame Satã também gerou uma ansiedade social porque ele não se adequava nitidamente às concepções populares acerca do comportamento sexual "apropriado" para os bichas. Ele era agressivo e violento, dois indicadores de masculinidade, e, contudo, admitia abertamente seu desejo de ser penetrado por outro homem (GREEN, 2000, p.176).

Essa suposta ambivalência dos gêneros era muito mais visível no carnaval como um lugar privilegiado para pensar o surgimento da categoria travesti, como também um lugar de experimentação e performatividade de gênero tanto do sujeito homossexual, quanto heterossexual. O carnaval brasileiro é singular e permitiu uma maior difusão e maleabilidade das identidades de gênero, sendo também um espaço ambivalente de transgressão e desconstrução das normas de gênero.

4.4 A EMERGÊNCIA DA CATEGORIA TRAVESTI NO CONTEXTO BRASILEIRO

Nas primeiras décadas do século de 1920, a difusão das festividades do carnaval possibilitava certas transgressões dos costumes tradicionais da época, como a travestilidade de gênero. Segundo Green (2000), os grupos de homossexuais começaram a integrar essas

festividades e organizar bailes voltados exclusivamente à prática da travestilidade, conhecidos como bailes de travestis em meados da década de 1950. Com a movimentação do turismo internacional e a projeção do carnaval como um importante expoente da cultura brasileira, o evento ajudou a consolidar uma identidade do povo brasileiro como um povo alegre e festivo e bastante ativo sexualmente. Entre as décadas de 1930 e 1960, o evento carnavalesco exerceu um importante movimento de projeção da imagem do Brasil pelo mundo, que permanece até hoje.

A visibilidade dos homossexuais tornou-se cada vez menos uma novidade, à medida que os bailes de travestis no carnaval recebiam ampla cobertura da imprensa, alcançavam fama internacional e desfrutavam de uma relativa tolerância tanto do público quanto da polícia (GREEN, 2000, p.262).

Segundo Queiroz (1995), o carnaval pode ser compreendido como um lugar de intensificações e desconstruções das relações sexuais e de gêneros, na qual “as idades se misturam, as cores da pele deixam de dividir; homens se vestem de mulher e mulheres de homem; as classes sociais não são mais discerníveis” (QUEIROZ, 1995, p.27). Para os homossexuais, o carnaval aparecia como um espaço privilegiado na qual suas práticas sexuais e construções de gênero fora do âmbito heteronormativo ganhavam visibilidade pública, como um lugar de liberdade e emancipação. Segundo Damatta (1997), o carnaval possibilitava a interpolação entre o espaço privado da casa e o público da rua, um lugar especial de práticas de ritualizações onde “[...] a festa tem aspectos públicos (como o desfile e grupos formais), ela permite um conjunto de gestos (e ações sociais) que, em geral, só se realizam em casa” (DAMATTA, 1997, p.137).

Já para os grupos heterossexuais especialmente a população masculina, o carnaval nesse período representava um lugar de possibilidades de transgressão, principalmente de gênero, na qual muitos homossexuais “vivenciavam suas próprias fantasias e desejos femininos imitando meticulosamente a norma social” (GREEN, 2000, p.335). Nesse sentido, o carnaval assume um lugar de paródia como uma forma de performace de gênero.¹⁴¹

parte do prazer, da vertigem da performance, está no reconhecimento da contingência radical da relação entre sexo e gênero diante das configurações culturais de unidades causais que normalmente são supostas naturais e necessárias. No lugar da lei da coerência heterossexual, vemos o sexo e o gênero

¹⁴¹ De modo semelhante, travestir-se durante o carnaval brasileiro é mais do que simplesmente inverter papéis de gênero e códigos de vestuário socialmente definidos. Na verdade, o fenômeno reflete tensões sociais profundamente arraigadas. (GREEN, 2000, p.334)

desnaturalizados por meio de uma performance que confessa sua distinção e dramatiza o mecanismo cultural da sua unidade fabricada (BUTLER, 2013, p.197).

Embora o carnaval estivesse sempre permeado por esse clima transgressor e ao mesmo tempo de paródia¹⁴², Green (2000) aponta que para muitos homossexuais afeminados como os “frescos”, o carnaval não representava somente um lugar de paródia. Era também um espaço que muitos homossexuais podiam assumir uma identidade de gênero feminina legítima por algum tempo. Havia a possibilidade de experimentarem serem reconhecidos enquanto mulheres e demonstrarem o quanto são femininos sem correr o risco de sofrer algum tipo de punição. Era comum que muitos ficassem deprimidos com o fim do carnaval quando eram obrigados retornar com a aparência “normal masculina¹⁴³”. Entretanto, os bailes de travestis começaram a ganhar cada vez mais visibilidade embora de uma maneira limitada, restrita aos grupos homossexuais e simpatizantes. Aos poucos eles começaram a incorporar muitos elementos externos de outros eventos, como concursos de fantasias, beleza, de rainhas até de performances de personalidades femininas famosas¹⁴⁴. Embora esses lugares não se restringissem somente as práticas de travestilidade, elas costumavam ser sua principal atração. As “bonecas” como eram chamados os homossexuais que praticavam a travestilidade nesses espaços, em seus trajes majestosos ou a partir da performance de uma feminilidade glamorosa eram as principais figuras de destaque dessas festas. Segundo Veras (2017), as “bonecas” não se restringiam somente as práticas de travestilidade, mas também era uma categoria em função “daqueles homossexuais que assumiam, na relação amorosa e sexual com os bofes, certo lugar do feminino. Os bofes, os chamados “homens de verdade”, não se consideravam, ou não eram considerados, homossexuais.” (VERAS, 2017, p.46). Essa “classificação” seja interna ou externa a partir dos grupos homossexuais, sempre obedecia a uma norma binária de oposição.¹⁴⁵

Os jornais ajudaram a construir uma imagem estereotipada do homossexual brasileiro, quando focavam apenas nas travestis desses bailes e faziam a generalizações que todos os

¹⁴² A paródia que se faz é da própria ideia de um original; assim como a noção psicanalítica da identificação com o gênero é constituída pela fantasia de uma fantasia, pela transfiguração de um Outro que é desde sempre uma “imagem” nesse duplo sentido, a paródia do gênero revela que a identidade original sobre a qual molda-se o gênero é uma imitação sem origem.(BUTLER, 2013, p.197).

¹⁴³ Os encontros organizados pelas bichas e bonecas, como eram chamados os homossexuais na época, transformaram-se em espaços heterotópicos. (VERAS, 2017, p.44).

¹⁴⁴ a estilização extrema, artificial e exagerada; as relações tensas com a cultura de consumo, comercial ou popular; o posicionamento alheio à cultura dominante; e a afiliação à cultura homossexual ou ao erotismo consciente que questiona a visão “natural” do desejo.”(GREEN, 2000, p.336).

¹⁴⁵ Parece, então, que estamos perante uma cultura na qual as coisas tendem a ser classificadas em termos de oposições binárias. Essa tendência, aliás, é reforçada pela ótica da antropologia estrutural, que eleva tais oposições a um nível explicatório. (FRY, 1982, p.109).

homossexuais se comportavam dessa maneira. Mas isso também se deve ao fato que a prática da travestilidade de modo geral, ganhou notoriedade nas páginas dos jornais das festas carnavalescas nas décadas de 1950 e 1960, na qual os homossexuais afeminados começaram a gozar de um relativo status com poder econômico e cultural na sociedade. Como ressalta Macrae (2018), os jornais e documentos da época procuravam se referir aos homossexuais, expressando as representações vigentes no interior da sociedade.

Como já mencionamos, o cinema hollywoodiano exerceu uma grande influência na construção de diversas referências de comportamentos e representações femininas, principalmente entre os homossexuais mais afeminados. Mas para além dos filmes, os cinemas normalmente eram lugares seguros e de um preço relativamente acessível à população de classe média, principalmente os cinemas independentes voltado ao público popular. Dessa maneira “os cinemas [...] ofereciam um espaço protegido onde os homens podiam escapar do trabalho por uma hora ou mais e encontrar um parceiro para um contato sexual furtivo” (GREEN, 2000, p.276). Os cinemas possibilitavam ao mesmo tempo o encontro de homossexuais, como também funcionavam como um espaço de projeção de desejos e personificação de figuras femininas famosas, como atrizes e demais representações que fugiram substancialmente dos comportamentos mais comuns do cotidiano brasileiro.¹⁴⁶

Kay Francis, que nasceu João Ferreira da Paz em 1912 na pequena cidade de Água Preta, no interior do Estado de Pernambuco, cresceu em meio à mais extrema pobreza rural. Em 1932, mudou-se para Recife, a capital do estado, e passou a trabalhar como empregado doméstico. Ele ia ao cinema com muita frequência e tornou-se fanático por Kay Francis, uma das estrelas hollywoodianas mais bem pagas dos anos 30. Sessenta anos mais tarde, ele ainda construía sua persona em torno dessa atriz dos anos 30. Lembrando a magia de sua imagem projetada na tela, ele explicou: “Eu queria ser como ela. Ela era tão glamourosa. Então comecei a imitá-la”. No meio século seguinte, sempre que a oportunidade se apresentava, João Ferreira da Paz tornava-se Kay Francis. Durante o carnaval, em festas de amigos e, mais tarde, em concursos de travestis no Rio de Janeiro nos anos 50, ele se transformava numa cópia deslumbrante da estrela de Hollywood (GREEN, 2000, p.164).

Nesse primeiro momento, os nomes e representações sociais em torno das travestis se localizavam nas imitações e representações de figuras femininas ligadas ao cinema, música ou ao meio artístico em modo geral. Os nomes e a performance eram atrelados a significantes de um glamour social, presente em muitas dessas figuras, que possuíam um poder econômico e

¹⁴⁶ “Em termos da relação entre cinema, sexo e sexualidade (homossexualidade, e uma perspectiva queer), há pelo menos 25 anos que críticos apontam uma maior visibilidade e eloquência do tema no cinema em geral (afora a indústria da pornografia) seja estética ou politicamente – como nos filmes de Oshima, Bergman, Pasolini, Sganzerla – ou como parte da estética que ficou conhecida como *sexploitation*, exploração do sexo como recurso cênico e narrativo, como aconteceu com a pornochanchada brasileira” (BESSA, 2017, p.293).

social na indústria Americana que desafiavam os comportamentos hegemônicos do feminino tradicional.¹⁴⁷ Havia diversos dispositivos biopolíticos que proporcionavam maneiras de condenar qualquer tipo de comportamento fora da norma dos gêneros. Mesmo dentro dos grupos de homossexuais, as práticas de travestilidade ainda eram pouco toleradas em públicos.

Jurema, um escriturário de 19 anos, havia fugido da casa de seus pais em busca de maior liberdade. Ele vivia com um amigo, próximo ao centro. Contudo, ninguém no seu escritório ou no edifício de apartamentos em que morava sabia que ele era um “pederasta”, e nem ele queria que soubessem. Jurema se vestia de acordo com a última moda, mas sem exageros, e não usava maquiagem. pouco se vestia como mulher, porque a primeira vez que o havia feito foi detido pela polícia e teve de passar algum tempo na cadeia (GREEN, 2000, p.172-173).

A revista *Manchete* lançada pela primeira vez em 1952, foi a primeira publicação a mencionar o termo “travesti” como conhecemos hoje. Segundo Castle (1999), a palavra é derivada do francês “*travésti*”, tendo sua primeira aparição em 1543 a partir da palavra “*travestire*”, normalmente utilizado no sentido etimológico de “vestido para enganar” enquanto uma prática de disfarce. Mas o termo só se tornou popular a partir do século XVIII nos bailes de máscaras aristocráticos europeus, quando havia a prática de se travestir-se entre os homens burgueses como uma espécie de brincadeira de gênero.

a mudança coletiva da indumentária era uma possibilidade de fuga catártica de si próprio e uma sugestiva revisão das experiências cotidianas. A vida multiforme da cidade encontrava expressão em uma constante ânsia popular de disfarces e metamorfoses (CASTLE, 1999, p.196).

A revista *Manchete* se utilizou do termo como referência aos homossexuais que utilizavam roupas femininas e que desfilavam nos bailes de carnaval em 1953. É importante lembrar que o termo travestir-se no contexto brasileiro, com exceção da literatura médica, tinha uma conotação de deboche, uma prática de paródia que representava o clima do carnaval¹⁴⁸. Segundo Damatta (1997), o carnaval é um espaço de inversão de posições, na

¹⁴⁷ Como Green salienta, as principais identificações eram a partir de figuras icônicas do meio artístico, dificilmente eram mulheres “comuns” da sociedade. “Kay Francis, nascido em Pernambuco, voltava-se para Hollywood. O travesti e prostituto Gilda de Abreu moldava-se segundo a estrela nacional cujo nome adotou. “Lena Horne”, amigo de Madame Satã, escolheu a cantora e atriz Afro-Americana como modelo. Kay Francis identificava-se com a dor e o sofrimento das mulheres aristocráticas representadas por sua sócia hollywoodiana. Gilda de Abreu pintava meticulosamente seus lábios de acordo com os cosméticos escolhidos por seu ídolo feminino”(GREEN, 2000,p.165).

¹⁴⁸ Um homem “verdadeiro” podia se vestir de imperatriz para imitar uma das tradições do carnaval; um pederasta não. Do mesmo modo, homens “verdadeiros” podiam desfilarem fantasiados de mulher grávida, noiva ou

qual são estabelecidos igualdades de hierarquias, desejos, lugares. Assim, “o carnaval serve a quem está em cima e a quem está em embaixo, a quem está em casa e a quem está na rua.” (DAMATTA, 1997, p.150).

A partir da década de 1960, nos bailes de travestis, a palavra começou a ser utilizada especificamente para se referir aos homossexuais afeminados que se produziam nos bailes e desfilavam utilizando fantasias e roupas glamorosas, assim a designação; baile dos travestis era justamente uma maneira de fazer “uma distinção clara entre o travestismo carnavalesco de heterossexuais, que usavam vestidos emprestados para uma transgressão de gênero temporária, e os homens efeminados, que se vestiam como mulheres para expressar sua identidade “real” (GREEN, 2000, p.347).

Indubitavelmente, nesse período, a figura da travesti incorporava a partir da cultura homossexual, uma amálgama de elementos como, as divas, atrizes hollywoodianas e da própria cultura brasileira carnavalesca ao ato de travestir-se enquanto paródia de gênero. Segundo Green (2000), em algum momento o ato de travestir-se passou estar associado a um grupo específico de homossexuais afeminados, que não buscavam a travestilidade apenas como paródia, mas também como uma maneira de afirmar a própria identidade enquanto homossexual. Embora essa prática estivesse presente no grupo há muito mais tempo, foi no carnaval brasileiro que esse tipo de performance começou a chamar a atenção de um público mais amplo.¹⁴⁹

Aos poucos a emergência de espetáculos influenciados diretamente pelas características burlescas dos shows de variedades em casas de teatro e o interesse de um público fora do circuito homossexual, reintroduziu a figura da travesti enquanto transformistas e vedetes em um espaço mais heterogêneo e performático.

emergiram no contexto dos espetáculos que invadiram teatros e boates das grandes cidades –, essa nova personagem fazia uso de outras tecnologias científico-corporais, como hormônios (comprimidos e/ou ampolas injetáveis) e silicone (médico e/ ou industrial), para feminizar o corpo e construir uma aparência feminina. (VERAS, 2017, p.65).

Segundo Green (2000), em 1963 chegou ao Brasil Jacqueline Deufresnoy, mais conhecida internacionalmente como Coccinelli, ao Rio de Janeiro para fazer uma

prostituta, segundo os estatutos desse grupo, pois sua transgressão de gênero era circunscrita e delimitada no tempo (GREEN, 2000, p.342).

¹⁴⁹ Percebe-se uma diferenciação das características associadas à performatividade de gênero, para que se torne legítimo ou não. A principal delas é sua distinção enquanto paródia que as travestis buscavam se diferenciar e incorporar como mulheres bonitas e glamorosas.

apresentação. Coccinelli ficou conhecida internacionalmente como uma das primeiras mulheres transexuais da Europa a se submeter a uma cirurgia de redesignação em 1958 e também pela sua beleza e feminilidade muito próxima a uma mulher cisgênero. Embora o termo transexualidade estivesse completamente obscuro no Brasil, Coccinelli foi recebida como “uma verdadeira mulher”, devido ao fato do seu comportamento, aparência e discurso de gênero estar de acordo com as normas sociais heteronormativas. Ou seja, Coccinelli encarnava perfeitamente a representação de uma figura feminina moderna da publicidade, cinema, do imaginário dos homens heterossexuais: sexy, dócil, sensual e maternal¹⁵⁰. O fato de ela ter seu casamento com o jornalista Francis Bonnet reconhecido pela justiça Francesa, abria precedentes para o reconhecimento de uma identidade feminina legítima, dessa maneira “em que o homossexual em questão fosse uma mulher sexy, glamorosa e sofisticada que aspirasse ganhar respeitabilidade heterossexual, ele poderia ser acolhido no seio da sociedade brasileira.” (GREEN, 2000, p.372).

Normalmente esses “privilégios” eram vistos como uma extensão das excentricidades da cultura do eixo Americano e Europa. No Brasil a relação entre reconhecimento da identidade de gênero e direitos civis era inexistente, o comportamento transgressor de gênero só era tolerado na medida em que evocava um clima descontraído de paródia. As relações de gênero estavam inexoravelmente ligadas à sexualidade de maneira difusa nessa época.

Durante a década de 1960, um jornal chamado *O Snob* (1963 a 1969) tornou-se altamente popular entre a comunidade carioca de homossexuais por abortar fofocas, contos, histórias e entrevistas com pessoas significativas desse universo. Foi o primeiro jornal abertamente homossexual do Brasil.

Este jornal influenciou de maneira marcante os indivíduos envolvidos na rede, ao relatar as maneiras e os modos de atuar de seus participantes, indicando o que a “comunidade” considerava relevante em determinado momento, informando sobre comportamentos adequados, valorizando suas atuações e controlando a formação de casais (COSTA, 2010, p.75).

Segundo o Jornal *O Snob*, havia dois grupos essenciais de homossexuais na década de 1960; os “bofes” e as “bichas”, às vezes também chamadas de bonecas. O jornal costumava classificar as bichas como homossexuais afeminados que estavam sempre à procura de um

¹⁵⁰ Apesar das críticas, Letícia Lanz salienta que o conceito de passibilidade é legítimo para a população transgênera. “Passar” é a mesma coisa que ser reconhecida, pela sociedade, como alguém em conformidade com as normas de gênero. Não há nenhum exagero em se afirmar que —passar é a maior de todas as obsessões das pessoas transgêneras. Em inúmeros aspectos, — passar deve ser considerado como algo fundamental para a população transgênera” (LANZ, 2015, p.129).

“marido”, um companheiro disponível. Estavam interessadas em “homens verdadeiros” em sujeitos masculinos, nos “machos” de comportamento. Tinham uma predileção por moda, estilos e possuíam sensibilidade e graciosidade feminina, na qual “estavam cientes de sua sensibilidade superior e a ostentavam. Os homens efeminados possuíam qualidades que deviam ser reconhecidas e afirmadas” (GREEN, 2000, p.300). Já os bofes, costumavam transitar entre se relacionar com mulheres e as bichas/bonecas, alguns não se consideravam homossexuais. Segundo o jornal, eles costumavam procurar as bichas/bonecas porque elas eram mais predispostas ao sexo do que as mulheres que normalmente estavam incluídas dentro dos complexos jogos sociais da sociabilidade heteronormativa, como a virgindade e castidade antes do casamento.

As moças não-írgens, que pretendiam se casar ou pelo menos conservar o respeito social, procuravam manter sua condição em segredo. A virgindade era vista como um selo de garantia de honra e pureza feminina. O valor atribuído a essas qualidades favorecia o controle social sobre a sexualidade das mulheres privilegiando, assim, uma situação de hegemonia do poder masculino nas relações estabelecidas entre homens e mulheres. E como, geralmente, os rapazes de classe média e alta procuravam obter satisfação sexual com mulheres mais pobres, fora de seu meio, o critério de classificação e valorização das mulheres servia também como forma de reforçar as desigualdades sociais existentes (DEL PRIORE, 2004, p.641).

Os bofes apreciavam os prazeres sexuais das bichas/bonecas e o fato de serem eles os ativos e penetradores da relação, colocavam sua masculinidade como desejo das bichas/bonecas. Contudo, entre os próprios grupos de bichas/bonecas e bofes não deveria haver relação.¹⁵¹

A divisão entre os ativos, os bofes, os homens e as passivas, as bichas, era uma questão de nossa formação. Bicha era bicha, bofe era bofe. Bicha não podia ser bofe e bofe não podia ser bicha. Mas conhecemos um casal, onde os dois eram bofes. Era um escândalo, um absurdo. A bicha sempre tinha que ficar passiva. Que horror fazer isso. (GREEN, 2000, p.302).

Dessa maneira, o que categorizava justamente essa dicotomia do grupo era a maneira com que cada um se relacionava com a própria noção de gênero a partir do comportamento sexual. Segundo Green (2000), as normas binárias de gênero apareciam internamente como elementos da formação da identidade homossexual nesse período. Apesar disso, as identificações com essas identidades binárias mais “rígidas” eram mais comuns entre as

¹⁵¹ Eles se classificavam como “bicha”, “bofe” com características distintas [...] O jogo “passivo/ativo”, entretanto, ainda os confunde. Ora é o comportamento sexual, ora são os papéis de gênero que os distinguem (COSTA, 2010, p.85).

populações pobres e operárias. Muitos homens homossexuais de classe média e alta não aceitavam essa dicotomia e assumiam uma posição mais heteronormativa de comportamento, não se identificavam com as bichas/bonecas embora assumissem o desejo por outros homens masculinos. Eles ficaram conhecidos mais tarde como “entendidos”. Eram tipicamente críticos aos papéis de gênero representados pelas bichas/bonecas e assumiam um comportamento mais “tradicional” e “igualitário” em relação ao conceito de passivo e ativo, buscavam “igualdade entre os parceiros com relação aos papéis sexuais. na qual perde importância a questão do “passivo/ativo” que os qualificaria como “bicha” ou “bofe” (COSTA, 2010, p.80). Eles também costumavam criticar os excessos e a vulgaridade do comportamento de algumas bichas/bonecas. Como se pode observar na resposta de um dos “entendidos” entrevistados¹⁵² pela revista *O Snob*; sob o pseudônimo de Gato Preto, na qual afirma que “a aceitação dos homossexuais pela sociedade seria mais plena se não fosse “esse negócio de homossexual querer agir como mulher numa frescura excessiva” (COSTA, 2010, p.72).

A partir das concepções binárias de gênero, *O Snob* veiculava a palavra “travesti” as Bichas/Bonecas. Não como uma identidade, mas um comportamento intrínseco a sua homossexualidade e suas performances em concursos de beleza e apresentações em palcos de teatro ou casas de show. Segundo Green (2000), a travesti nesse sentido indicava algum tipo de “persona” feminina dos sujeitos. Não havia ainda a ideia de “torna-se mulher”, como já acontecia no exterior. Diferentemente do contexto norte-americano em que a ideia de transgressão de gênero foi introduzida no debate público a partir de teorias científicas e médicas pela personagem transexual. Não obstante, o fato de figuras como Christine Jorgensen estarem na televisão, rádio comentando sobre sua condição e a constante proliferação de centros de pesquisa sobre sexualidade e identidade de gênero, ajudaram a tornar a questão visível e proporcionaram uma roupagem científica. Segundo Meyerowitz (2002), as discussões sobre a transexualidade orbitavam em torno da cirurgia de “mudança de sexo”, que marcavam consideravelmente a diferença fundamental em que a personagem transexual foi recebida pelo público. Tornar-se mulher estava diretamente ligada ao fato de fazer a cirurgia. Dessa maneira, o procedimento e sua própria discussão funcionavam como uma porta de integração as normas de gênero estabelecidas pela sociedade Americana, o rádio, os jornais e a televisão buscavam explorar esse desdobramento do sujeito transexual

¹⁵² Gato preto também afirma “Se o homossexualismo fosse só frescura, ótimo... mas também está provado que as pintosas é a minoria, mas parecem ser numerosas exatamente por se tornarem caricaturas e chamarem atenções diversas” (COSTA Apud O SNOB,2010, p.79).

tanto antes quanto após a cirurgia. O que incluída também a atenção de um público muito mais amplo do que a comunidade homossexual.

As an institutional structure emerged, transsexuals confronted a legal system that had neither redefined sex nor redrawn the borders of sex, gender, and sexuality. They asked the courts to define transsexuals and to answer the legal question “What makes a woman a woman and a man a man?” In the 1960s and 1970s, sexuality was part of the answer (MEYEROWITZ, 2002, p.207).¹⁵³

Já no caso das travestis no contexto brasileiro, a questão só parece ter sido introduzida quando a categoria começou a ganhar um contorno identitário mais definido. No primeiro momento, com o início da ditadura militar de 1964, começou a supressão dos lugares típicos de apresentação das travestis, como clubes e teatros. Com a censura em voga, a categoria das travestis é colocada em um estado de marginalidade e a prostituição aparece como uma alternativa significativa.

Em 1969, a popularidade dos shows de travestis já não era mais a mesma, e o número de produções começou a cair. Além do mais, a ideologia moralista do governo Médici desencorajava essas apresentações ultrajantes, e, de fato, os militares aumentaram o campo de atuação da censura para abarcar peças de teatro que lidassem com a homossexualidade. No entanto, uma imitação pálida desses artistas do travestismo se multiplicava pelas ruas do Rio e de São Paulo à medida que mais e mais homens punham roupas femininas para trabalhar na prostituição. (GREEN, 2000, p.378-379).

Com a introdução de novas biotecnologias de transformação corporal, como os hormônios e as cirurgias plásticas a partir do final dos anos 1960, o corpo da travesti ganha um novo significado para além das características burlescas das apresentações e passa a ser compreendido como um campo de experimentação em um sentido voluntário de autointoxicação.

Este processo de transformação assinala que a travesti deixou não apenas de dominar uma prática clandestina e provisória, mas passou a designar um novo sujeito sexual, uma nova “identidade sexual”. Tal mudança não se deu apenas no nível da linguagem, mas na própria materialidade dos corpos (VERAS, 2017, p.57).

A busca por uma feminilidade “legítima” e as novas mudanças a partir dos processos de urbanização, como a crescente demanda pela prostituição de rua, fazem da travesti um

¹⁵³ Quando uma estrutura institucional emergiu, permitiu aos transexuais enfrentarem um sistema legal que necessitavam redefinir o sexo e redesenhado as fronteiras do gênero e sexualidade. Eles pediram aos tribunais que definissem os transexuais e respondessem à questão jurídica “O que torna uma mulher uma mulher e um homem um homem?” Nas décadas de 1960 e 1970, a sexualidade se tornou parte da resposta. (MEYEROWITZ, 2002, p.207) - Tradução livre da autora.

novo personagem nas grandes cidades, que passa a incorporar as novas práticas de existências da era farmacopornográfica.

4.5 A DISTRIBUIÇÃO DA PÍLULA CONTRACEPTIVA NO BRASIL

Antes de compreender como a identidade travesti foi incorporada pela era farmacopornográfica no Brasil, é importante destacar o processo de introdução e distribuição da pílula contraceptiva no país, como parte dos recursos biotecnológicos de transformação corporal que serão incorporados pelas travestis posteriormente.

As questões de reprodução se tornaram parte do ideal de formação nacional, principalmente durante o governo de Getúlio Vargas. Segundo Rohden (2003), médicos ginecológicos e obstetras começaram participar de maneira cada vez mais ativa na implementação de políticas públicas de natalidade no país. Dessa maneira “tornou-se possível não apenas intervir sobre o potencial reprodutivo dos ciclos férteis femininos, como também produzir uma alteração nos padrões de sangramentos menstruais” (MANICA, 2011, p.198). A reprodução feminina torna-se objeto de análise e passa a representar um importante tópico dentro dos aspectos do desenvolvimento da nação.

nação e reprodução são sinônimos quando se pensa dentro de termos heterossexuais reprodutivos aproximando-se perigosamente da subsunção do desejo como algo natural, frequentemente compreendido também como prerrogativa masculina em uma ordem social que relegava as mulheres à passividade histórica, a um papel reprodutivo e coadjuvante. (MISKOLCI, 2013, p.38).

A distribuição da pílula contraceptiva no Brasil só começou a ser discutida a partir de uma série de pesquisas sobre a quantidade de abortos provocados no país e principalmente com a emancipação de políticas de controle de natalidade, sendo a mulher uma das principais figuras desse processo, na qual “se antes ela apenas dava à luz, agora ela deve também educar os filhos e ser responsável pela sua transformação em indivíduos saudáveis e bons cidadãos para a pátria” (ROHDEN, 2003, p.137). Os medicamentos contraceptivos femininos rapidamente foram adotados por uma parcela de homossexuais que procuravam um modo de se feminizar-se, isto é, “a partir do final da década de 1970, o termo travesti com as aspas ganha novos significados. Os elegantes trajes, as plumas e paetês das bonecas misturaram-se aos hormônios e ao “silicone distribuído nos lugares certos” (VERAS, 2017, p.69).

Segundo Guimarães (2015), a distribuição do hormônio contraceptivo feminino em larga escala serviu como um “empuxo” a própria incorporação desse fármaco aos círculos de

travestis, estabelecendo uma nova forma de existência, sendo que “isso só foi possível, em parte, graças aos hormônios que tornaram as travestis mais atraentes e cobiçadas, e, de outra parte, porque elas passaram a se inspirar no modelo da prostituição feminina” (CARMO, 2019, p.344).

A concepção da pílula marcou o século XX na medida em que possibilitou a separação entre a sexualidade feminina e a reprodução. Proporcionou que muitas mulheres tivessem experiências sexuais fora do casamento, pois o risco de engravidar de algum parceiro indesejado era o que mais costumava afastar elas de experiências sexuais fora do âmbito reprodutivo. Dessa maneira, a pílula permitiu as mulheres novas experiências e uma maior liberdade com o próprio corpo. Segundo Oudshoorn (1994), a transformação da endocrinologia feminina em um fármaco clínico de uso de massas, marcou consideravelmente a representação feminina através de um regime de biopolítica de medicação, “the introduction of hormones as drugs had a major impact on medical practice, particularly on women, since it was the female body that became increasingly subjected to medical intervention” (OUDSHOORN, 1994, p.148).¹⁵⁴

Preciado (2018) ressalta como a emergência da pílula contraceptiva possibilitou o que chamou de “panóptico ingerível”. O processo de criação da pílula contraceptiva feminina envolveu uma série de experimentações com habitantes de populações pobres em favelas de Porto Rico. Como aponta Oudshoorn (1994), a busca de uma solução para o problema de natalidade em Países subdesenvolvidos, motivou a criação da pílula, “the choice of Puerto Rico must therefore be understood as a mixture of cultural imperialism and practical testing consideration”(OUDSHOORN, 1994, p.135)¹⁵⁵. Dessa maneira, o surgimento da pílula é antes de tudo, uma tecnologia biopolítica de controle populacional.

Uma lei eugênica liberal, a rede de clínica de controle de natalidade e a possibilidade de combinar testes químicos com o desenvolvimento de habitação e de oferta de trabalho barato para as empresas norte-americanas e as indústrias farmacológicas fizeram de Porto Rico o cenário ideal para os experimentos com a pílula, tornando-os a maior série de testes clínicos já realizados (PRECIADO, 2018, p. 199).

Não obstante, os experimentos realizados com a pílula contraceptiva foram uma das primeiras pesquisas em procurar testar a substância fora dos laboratórios e dos complexos

¹⁵⁴ A introdução dos hormônios como drogas teve grande impacto na área médica, principalmente nas mulheres, pois era o corpo feminino que se tornava cada vez mais sujeito à intervenção médica. (OUDSHOORN, 1994, p.148). – Tradução livre da autora.

¹⁵⁵ “[...] a escolha de Porto Rico deve, portanto, ser entendida como uma mistura do imperialismo cultural e questão de teste prático” (OUDSHOORN, 1994, p.135). - Tradução livre da autora.

industriais em condições adversas e domésticas próximos aos usuários. Dessa maneira, as pílulas se tornaram uma nova técnica “fármaco-doméstica” de fácil acesso e ingestão com um discurso de planejamento social de caráter eugênico. Segundo Oudshoorn (1994), a concepção ideal por trás da indústria era proporcionar um fármaco de uso universal e acessível a todas as mulheres. O caráter doméstico e individual do uso do medicamento em ciclos proporcionava uma maneira acessível de utilizá-lo.

The displacement of the clinical tests from the medical institutions to the clinics of the family planning organizations had enormous consequences in terms of the women who eventually became the major test subjects for the contraceptive pill. (OUDSHOORN, 1994, p.135).¹⁵⁶

O modelo hormonal dos sexos e o surgimento da pílula revolucionaram a maneira de compreender a sexualidade feminina e possibilitou uma biotecnologia de controle das espécies. “Numa época em que era comum ver mulheres conceberem sete, dez, até doze filhos, obedecendo ao “crescei e multiplique-vos”, a pílula revolucionou os hábitos sexuais” (DEL PRIORE, 2019, p.220). Apesar disso, o discurso feminista eurocentrista só começou a adotar a pílula como um símbolo de liberdade após o fármaco estar regularizado e aprovado pelas instituições de saúde. Oudshoorn (1994) aponta que isso apagou consideravelmente as experimentações clandestinas do medicamento em mulheres negras e caribenhas e ignorou que muitas delas sofreram com seu uso de maneira imposta pelas autoridades de saúde. Na América Latina o medicamento entrou como parte do planejamento familiar sem levar em conta a subjetividade das mulheres.

The first large-scale trials, with all the risks involved, did not take place among the white majority of Americans or Europeans. It was Caribbean women who entered this history as the guinea-pigs of one of the most revolutionary drugs in the history of medicine. (Oudshoorn, 1994, p.134).¹⁵⁷

O princípio da pílula contraceptiva funcionava de maneira a camuflar o ciclo menstrual normal e induzir outro estado de maneira artificial e ao corpo responder de maneira natural ao processo de ovulação. Assim, a ovulação é bloqueada e não acontece a

¹⁵⁶ O deslocamento dos testes clínicos das instituições médicas para as clínicas das organizações de planejamento familiar teve enormes consequências para as mulheres, que acabaram se tornando as principais cobaias da pílula anticoncepcional. (OUDSHOORN, 1994, p.135).

¹⁵⁷ Os primeiros testes em grande escala, com os riscos envolvidos, não ocorreram entre a maioria branca dos Americanos ou europeus. Foram às mulheres caribenhas que entraram nesta história como cobaias das drogas mais revolucionárias da história da medicina” (OUDSHOORN, 1994, p.134) – Tradução livre da autora.

menstruação¹⁵⁸. Essa interpolação de um estado “artificial” a outro “natural” induzido pela pílula, marca a compreensão de hibridismo e dos códigos hormonais do corpo, em um processo farmacológico de uma política de controle molecular, na qual “as estratégias de controle irão se concentrar nas condições e nas interfaces de fronteira, bem como nas taxas de fluxo entre fronteiras, e não na suposta integridade de objetos supostamente naturais” (HARAWAY, 2000, p.62). A transformação dos processos “naturais” em “artificiais” vão marcar consideravelmente as estratégias de controle biopolítica dos corpos.

A comercialização da pílula contraceptiva só começou efetivamente a ser distribuída no Brasil no ano de 1962, após a aprovação da FOOD AND DRUG ADMINISTRATION¹⁵⁹ em que a pílula chamada ENOVID produzida pelo laboratório Searle nos Estados Unidos começou a ser vendida em escala global e passou a ser incorporada ao mercado brasileiro.

Com desenvolvimento econômico que o país passava, a industrialização e a urbanização assinalaram novas configurações familiares, levando ao crescimento da demanda pela regulação da fertilidade. Nesse contexto, disseminou-se o uso de contraceptivos (BHERING, 2014, p.20).

Sua introdução no país foi durante o período conhecido como nacional desenvolvimentista, empreendido pelo governo de Juscelino Kubitschek durante o ajuste ao desenvolvimento industrial e econômico do Brasil no final da década de 1960, principalmente na abertura de capital estrangeiro. Segundo Cano (2017), o conceito de nacional “subsenvolvimentismo” marcou consideravelmente esse processo, que procurava introduzir na sociedade mecanismos de desenvolvimento capital, tecnológicos e industriais para situar o Brasil em um mercado internacional de investimentos. Como também afastar a interdependência econômica e agrária da monocultura colonial. Havia um empreendimento do Estado em desenvolver o país dentro dos mercados internacionais de produção. Essa lógica se estendeu para vários países da Americana latina e do oriente médio.

A intensidade e velocidade desse processo causou grandes efeitos positivos e negativos. Os positivos, além do crescimento da oferta de bens e serviços, também se refletiam no emprego, nos salários e na ascensão social do trabalhador e da classe média. Acrescente-se que o fenômeno da expansão urbano-industrial também amplifica a conscientização política, o crescimento sindical, a expansão da cultura e

¹⁵⁸ “Esse tipo de medicamento consiste na formulação combinada de um estrogênio e um progestagênio ou em apresentações simples de progestagênio isolado. Pode ser encontrado em diversas formulações (concentrações de hormônios) e diferentes vias de administração (oral, intramuscular, implantes subdérmicos, transdérmica, vaginal e associado a sistema intrauterino) e age com a finalidade de bloquear a ovulação e alterar as condições do útero e das trompas de falópio, dificultando assim a fecundação” (RIBEIRO, 2018, p.23).

¹⁵⁹ A Food and Drug Administration é uma agência federal do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos. Disponível em <<https://www.fda.gov>>

da arte; amplifica também a reivindicação maior dessas melhorias. (CANO, 2017, p.270).

Assim, a concepção de controle de natalidade ganhou força entre as políticas nacionais de desenvolvimento que já vinham sendo visibilizadas desde o final da segunda guerra mundial, principalmente com a introdução da população feminina ao trabalho-industrial.

O campo das mudanças culturais relacionava-se a métodos para a indução de novas percepções visando à redução da fertilidade. Este eixo de atuação também tinha a finalidade de avaliar eventuais mudanças, em especial nos campos da saúde e da economia, que indiretamente promovessem tal redução (BHERING, 2014, p.38).

Como argumenta Bhering (2014), o planejamento familiar tinha por objetivo planificar os espaçamentos de gestação e organizar uma relação social e política entre a reprodução e a manutenção do Estado. Além disso, a “explosão de natalidade” aliada às condições precárias de pobreza da população eram vistas pelas políticas norte-americanas como perigosas e prejudiciais ao desenvolvimento do capitalismo industrial e global, como também poderosas forças aliadas ao crescimento do comunismo.

O desafio da superpopulação mundial acompanhou o processo de descoberta da pobreza em escala global e de consolidação do discurso do desenvolvimento, criado nos Estados Unidos e incorporado pelas Nações Unidas, que postulava levar a todos os países as características das nações mais avançadas da época, como a industrialização, urbanização, modernização agrícola, crescimento da produção e dos níveis de vida, sob os auspícios do capitalismo, da ciência e da tecnologia. (BHERING, 2014, p.36).

Se no século XIX o crescimento exponencial da população era incentivado como força produtiva de mão de obra ao mercado de trabalho, a conhecida “prole”, a partir dos anos 1950 o aumento da população foi considerado um fator degenerativo, ligada a pobreza e ao subdesenvolvimento. Segundo Cavalieri (2017), a justificativa para o controle da natalidade era a mudança do eixo “produção” para “qualidade”, na qual era necessário que o investimento do capital ficasse concentrado nos próprios recursos produtivos sendo que uma grande quantidade de população pobre e desempregada poderia absorver esses investimentos, impossibilitando o desenvolvimento produtivo de maneira efetiva, onde “setores das sociedades ditas desenvolvidas, em especial grandes empresários, [...] como a Fundação Ford e a Fundação Rockefeller, se envolveram em um verdadeiro empreendimento demográfico a partir da década de 1950” (BHERING, 2014, p.37). Várias entidades norte-americanas

começaram a financiar instituições de controle de natalidade pela Americana Latina. O controle de natalidade se tornou um recurso biopolítico farmacológico a partir do desenvolvimento do capitalismo neoliberal.

O entendimento era de que o crescimento rápido da população Latino-Americana, e sua conseqüente pobreza, seriam fortes aliados da revolução comunista. Deste modo, o perigo representado por uma questão política foi transformado no da "bomba demográfica" (PEDRO, 2003, p.242).

Nesse sentido, houve um encontro entre as forças produtivas de crescimento econômico e a demanda feminina por mais liberdade e emancipação. Marques (2008) destaca, que as mulheres ganharam consideravelmente mais espaço na sociedade brasileira com a promulgação do Estatuto da Mulher Casada em 1962¹⁶⁰, na qual o marido deixou de ser o chefe absoluto da família conjugal. A lei modificou vários artigos do Código Civil, principalmente aqueles que atestavam a incapacidade feminina. Isso possibilitou que a mulher tivesse o direito de garantir sua independência financeira, bem com compartilhar de maneira igualitária o poder sobre os filhos. Segundo Pedro (2003), apesar das conquistas o movimento feminista não influenciou a liberação da pílula contraceptiva no Brasil. Levando em conta que 1964 com a ditadura militar em vigência, o Estado impediu qualquer tipo de manifestação popular, censurando o debate público. Apesar da censura política, havia um debate constante sobre os efeitos da pílula contraceptiva nos principais jornais do país.

Livros e artigos foram escritos nesta época de explosão da pílula anticoncepcional questionando seus efeitos e agrupando-se em otimistas e pessimistas. O fato é: alguns dos efeitos secundários atribuídos à pílula existiram e ainda existem, embora atenuados pela baixa na dosagem de hormônios, que a pílula anticoncepcional sofreu de 1960 até os dias atuais. Logo surgiram seus efeitos secundários misturados a discussões médicas que se estenderam por muitos setores, acabando por confundirem e amedrontarem as mulheres quanto a suas decisões ao melhor método contraceptivo. A discussão da pílula e seus efeitos ganharam espaço nas publicações da época na imprensa nacional (SOUZA, 2006, p.40).

As críticas aconteciam também nas suas implicações sociais e culturais, principalmente em função dos grupos mais conservadores e religiosos na qual a "Igreja Católica promoveu um estímulo ao discursar sobre o corpo e a sexualidade, [...] a partir da publicação da carta encíclica *Humanae Vitae*, em julho de 1968" (SOUZA, 2006, p.66)¹⁶¹

¹⁶⁰ Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4121-27-agosto-1962-353846-publicacaooriginal-1-pl.html>>

¹⁶¹ Carta encíclica *Humanae Vitae*. Trad. Lourenço Costa. São Paulo, Paulus, 1997.

A pílula contraceptiva somente se tornou popular no Brasil a partir da década de 1970 com adoção em massa do medicamento pelas mulheres de classe média. Enquanto isso, para muitas mulheres de camadas mais populares, a pílula serviu como um intermédio do planejamento familiar, na qual as mulheres de Primeiro Mundo “puderam comprar as pílulas e fazer seu uso com acompanhamento médico. Enquanto as mulheres pobres do Terceiro Mundo, assim como as brasileiras, tiveram suas experiências com as pílulas por intermédio de instituições de planejamento familiar.” (SOUZA, 2006, p.34).

Como salientado, em muitos países do eixo Norte e Europeu, a pílula passou ser o símbolo de uma emancipação feminina e liberdade sexual, por que foi adotada de maneira eficiente¹⁶² por camadas médias e altas da sociedade. Segundo Pedro (2003), enquanto a pílula foi introduzida em países desenvolvidos enquanto símbolo dos direitos reprodutivos das mulheres, em outros lugares como o Brasil, o fármaco se tornou parte do controle social e político do estado, tentando erradicar uma parcela da população pobre, sendo que “as políticas populacionais contribuíram diretamente para a difusão da esterilização entre as mulheres brasileiras” (SOUZA, 2006, p.35). Isto é, o impacto da pílula na América Latina foi antes de tudo uma maneira de controle biopolítico da periferia do capitalismo¹⁶³. Carmo (2019) destaca a concepção que a pílula separou a reprodução da sexualidade feminina e emancipou a mulher não aconteceu da mesma forma para todas. No Brasil muitas mulheres ainda viviam sobre o prisma de uma relação tradicional de gênero com poucas liberdades mesmo utilizando a pílula. Isso significa que apesar da distribuição do fármaco pelas instituições públicas de saúde, as reflexões de gênero, as subjetividades e o papel da mulher na sociedade brasileira ainda eram muito conservadores e tradicionais e não conversavam diretamente com os métodos contraceptivos, que em muitos casos ainda eram tabus, sendo que “[...] a revolução sexual processou-se de maneira diferente entre jovens de classe média e jovens pobres da periferia das grandes cidades e de certas religiões” (CARMO, 2019, p.394).

Apesar disso, a pílula se tornou cada vez mais popular com o tempo, atingindo uma parcela considerável da população. Se em 1970 mais de 7 milhões de cartelas foram vendidas em 1980 esse número chegou na marca de 40 milhões em todo o país. Isso somente levando em consideração a classe média e alta, já que as famílias de camadas mais populares tinham acesso ao fármaco de maneira gratuita de várias instituições, como a BEMFAM. Segundo

¹⁶² Em um primeiro momento havia problemas em relação a dosagem da pílula e diversos efeitos colaterais que estavam relacionados ao uso do contraceptivo, como câncer e depressão, acidente vascular cerebral.

¹⁶³ “A compreensão de que a periferia está assentada em relações de dependência, cuja essência é a transferência de valor para o centro, tornando presente nos países Latino-Americanos o fenômeno da super exploração da força de trabalho.” (CARMARGO NETO, 2015, p.101)

Cavaliere (2017), muitas entidades não governamentais atuaram nesse campo como a ABEF (Associação Brasileira Das Entidades De Planejamento Familiar) ou a CEPAIMC (Centro de Pesquisa e Assistência à Mulher e a Criança); CEPARH (Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana) como também a BEMFAM (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar), todas influenciaram o contexto brasileiro contribuindo para a disseminação da importância do planejamento familiar, das políticas reprodutivas, como também na consciência das mulheres sobre o uso da pílula.

a BEMFAM foi a instituição brasileira que recebeu o maior aporte de recursos da Fundação Ford. O financiamento das atividades da BEMFAM pela Fundação Ford, diretamente ou por meio de instituições parceiras, como a IPPF, ocorreram desde seu início. Sua sede inicial foi a Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que coordenava cerca de 30 unidades regionais da entidade. No ápice das atividades da BEMFAM, o número de clínicas espalhadas pelo Brasil chegou a 86, com destaque para áreas rurais, que realizavam distribuição de métodos contraceptivos. Entre as atividades da BEMFAM, destacam-se pesquisas experimentais sobre efeitos colaterais, estudos sobre o comércio de contraceptivos, treinamento, informação e educação em planejamento familiar e estudos sobre a aplicação do DIU (BHERING, 2014, p.59).

Oudshoorn (1994) ressalta a ideia de que a medicalização da população em massa como uma gestão biopolítica encontrou na distribuição global e econômica do Estado uma maneira de tornar o uso do fármaco parte do hábito cotidiano de muitas mulheres. Preciado (2018) argumenta que a introdução da pílula contraceptiva foi paradoxal para muitas mulheres, pois na medida em que ela proporcionava uma liberdade sobre o corpo com o fim dos efeitos da cólica menstrual, ovulação e o enjôo, provocavam a diminuição considerável do desejo sexual, sendo que em alguns casos a também havia a ingestão de outros fármacos para compensar os efeitos, criando um quadro cíclico farmacológico. Tanto que na composição de muitas pílulas posteriormente, foi introduzido pequenas quantidades de substâncias androgênicas para compensar os efeitos negativos. De qualquer maneira havia muitos efeitos adversos.

A facilidade dada no Brasil para a entrada de anticoncepcionais expôs as mulheres brasileiras aos experimentos iniciais deste medicamento. As altas dosagens hormonais que essas pílulas possuíam geraram inúmeras queixas. A memória das mulheres registrou o mal-estar, os enjôos, as dores de cabeça, as varizes, engordamentos. Em seus depoimentos, estes desconfortos promoveram, no final da vida reprodutiva, a busca por formas definitivas de controlar a fertilidade (PEDRO, 2003, p.242).

Não obstante, a América Latina foi um campo de experimentação para a emancipação desses fármacos. Nos países do Norte, havia uma articulação maior entre a distribuição contraceptiva e a difusão de ideais feministas de direitos reprodutivos e liberdade sexual. No Brasil a medicina se tornou mais intrusiva nas camadas populares na medida em que as práticas de assistência e planejamento familiar ganhavam mais atenção. Segundo Bhering (2014), talvez uma das maiores autoridades do controle de natalidade do Brasil, foi o médico baiano Elsimar Coutinho. Foi professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia onde realizou diversos experimentos controversos no campo de controle de natalidade. Nasceu em 1930 e formou-se em medicina em 1956, sendo que a partir dos anos de 1970 se tornou professor universitário chefiando o departamento de obstetrícia e ginecologia. Foi um dos pioneiros dos implantes contraceptivos e injetáveis no controle a natalidade no final dos anos 60. Da mesma maneira que a pílula contraceptiva, o objetivo dos implantes contraceptivos e injetáveis eram buscar por uma supressão da ovulação, mas nesse caso a liberação era feita aos poucos de maneira automática e prolongada em até 6 meses sem a ação da paciente e sobre tudo sem interrupção do uso¹⁶⁴. Elsimar Cotinho foi chefe responsável Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana (CEPARH) em 1986. Mais tarde nos anos de 1990, o centro foi acusado de promover esterilização em massa de diversas mulheres negras na Bahia, sob o pretexto de desenvolvimento social e combate a violência. Os direitos reprodutivos de muitas mulheres eram violados a partir de práticas contraceptivas induzidas por profissionais da saúde.¹⁶⁵

Certamente, esses procedimentos invasivos sobre o corpo feminino desencadearam uma série de perspectivas no feminismo materialista sobre os direitos reprodutivos das mulheres¹⁶⁶. Segundo Abreu (2018), o feminismo materialista surge a partir de uma interlocução com os ideais marxistas e a crítica aos processos de dominação dos aspectos “naturais” do corpo feminino, na qual “não é na biologia que devem ser buscadas as causas da opressão, mas em relações sociais concretas.” (ABREU, 2018, p.11). O ponto central do feminismo material são as formas de exploração e opressão, como a própria reprodução e as diferenças sexuais.

¹⁶⁴ Talvez justamente por conjugar de maneira eficaz essas duas características almeçadas (ação prolongada + pouco controle da usuária), a técnica dos implantes contraceptivos no Brasil teve uma trajetória marcada por controvérsia (MANICA, 2017, p.96).

¹⁶⁵ Disponível em < <https://noticias.uol.com.br/colunas/andre-santana/2020/08/20/elsimar-coutinho-e-o-dominio-sobre-o-corpo-das-mulheres-negras.htm>>

Entretanto, fica evidente que o caráter da introdução do fármaco contraceptivo feminino no mercado brasileiro aconteceu por meio de diversas políticas de controle de natalidade e desenvolvimento nacional. O fármaco se tornou um recurso muito mais próximo às práticas de medicalização em consultórios e programas de assistências sociais como aqueles promovidos pela BEMFAM do que parte de um discurso feminista de emancipação, como aconteceu em países da Europa com a adesão do medicamento pelas classes mais altas. Essa maneira de introdução da pílula no contexto brasileiro afetou uma parcela considerável da população, essencialmente as classes mais pobres, na qual a pílula era receitada de maneira indiscriminada sem considerar seus efeitos progressivos e negativos nos corpos dessas mulheres. Embora o ensejo pela diminuição dos períodos de gravidez fosse um desejo da maior parcela delas, principalmente aquelas que já possuíam muitos filhos.

A partir dessa hipótese é possível considerar a facilidade em conseguir acesso ao fármaco por parte das travestis, já que o mesmo era vendido livremente ou distribuído de maneira generalizada. Na década de 1960, o mercado feminino era mais sofisticado e havia uma grande quantidade de produtos disponíveis, principalmente aqueles voltados à moda e a beleza. Isso também proporcionou um aumento do acesso de muitas travestis a uma série de produtos e recursos ao que era veiculado ao mercado feminino das mulheres cisgeneras. Isto é, enquanto o mercado feminino emergia a partir de uma demanda voltado as mulheres a partir de uma concepção de “mulher moderna e independente”, do outro lado as travestis incorporavam esses mesmos elementos de maneira residual e marginal. No caso dos fármacos, isso se mantém até hoje, pois mesmo nas bulas dos medicamentos de estrogênio ou das pílulas anticoncepcionais mais vendidas do mercado, não existe nenhum tipo de menção ao corpo trans* ou informações sobre o seu uso para esse público. No Brasil não existe nenhum tipo de medicação específica para mulheres ou homens trans¹⁶⁷. As mulheres trans utilizam medicamentos disponíveis por falta de opção, com uma grande quantidade de progestina e uma pouca quantidade de estradiol, que ao longo prazo podem trazer complicações. Em uma pesquisa sobre uso dos hormônios de transexuais e travestis realizada no Distrito Federal em 2019, os dados obtidos foram;

A prevalência geral de uso contínuo de hormônios foi de 64,5%. A formulação mais utilizada foi a que combina estrogênio e progesterona (86,2%), nas vias injetável (75,1%) e oral (66%). A maioria das participantes (84%) consegue os hormônios

¹⁶⁷ Petição por hormônios adequados para mulheres trans nas farmácias brasileiras, disponível em <<https://www.change.org/p/direito-ao-tratamento-hormonal-de-forma-saud%C3%A1vel-e-eficaz-para-mulheres-trans>>

sem receituário médico. As orientações sobre o uso desses hormônios vêm de seus pares, em 41% dos casos. Observou-se que o uso contínuo de hormônios está associado à raça, renda e idade, assim como a busca por orientação de profissionais de saúde, que também está relacionada à escolaridade (KRUGER, 2019, p.1).

Além disso, existem poucos estudos que procuram compreender especificamente os efeitos desses fármacos nos corpos de pessoas transexuais. A população trans* ainda vive sob a margem de um regime farmacológico com pouca consciência das substâncias químicas que transformam seu corpo.

CAPÍTULO IV

5 TRAVESTI – CONCEITO E TRANSFORMAÇÃO

Durante os anos 1960, o Brasil passou por turbulências sociais e culturais na medida em que as tensões com os militares ficavam mais evidentes. Segundo Gomes (2014), durante o governo de Juscelino Kubitschek o Brasil cresceu exponencialmente mediante os processos de industrializações em massa. O crescimento das cidades expandiu o projeto nacional iniciado por Getúlio Vargas.

A produção industrial aumentara 80%. Em alguns ramos da indústria o crescimento fora impressionante, bastando citar a elétrica e de comunicações, com 380%, e a de equipamentos e transportes, com 600%. A renda per capita do país alcançara o patamar de três vezes o da América Latina. Se Vargas lançara as bases para a industrialização do Brasil, Juscelino fizera o restante. Mas, ao final de seu governo, o país estava com as contas públicas e a balança de pagamentos deficitárias, a inflação em alta, e com problemas para realizar o pagamento das parcelas da dívida externa que venceriam a um curto prazo (GOMES, 2014, p.23).

O golpe militar de 1964 aconteceu a partir de um grupo de militares mais tradicionais, influenciado diretamente por uma política norte-americana de defesa nacional e guerra contra o comunismo no começo da Guerra Fria. Com o golpe a partir de 1964, foi instituída uma série de atos como o AI-1, com o objetivo de lançar novas regras constitucionais em função das novas leis de segurança nacional. Segundo Gomes (2014), no princípio o golpe foi visto como uma “ação temporária”, como forma de manter a “ordem democrática”, mas em pouco tempo o regime se institucionalizou sob os princípios autoritários. Houve uma relação mútua de forças que acabaram chegando ao fim com o AI-5 em 1968. Segundo Green (2000), no começo dos anos 1960 o carnaval e os bailes de travestis e posteriormente as apresentações em casas de teatros abarcavam um público cada vez mais elitizado. O que ajudou a fazer com que os grupos de travestis fossem mais tolerados e aceitos no começo do regime, justamente porque estavam atrelados a uma classe econômica influente e simpática aos princípios capitalistas e democráticos.

No começo dos anos de 1960 no Brasil, as travestis como já discutimos, atuavam em apresentações de casas de show e teatro enquanto transformistas se apresentando ao estilo dos musicais Americanos burlescos, imitando suas divas ou criando uma persona feminina própria com características paródicas. No Brasil não havia uma “cultura de hormonização”, pois como demonstramos no capítulo anterior, os fármacos só começaram a ser distribuídos no

território nacional em 1962 e somente se tornaram populares entre as travestis no começo da década de 1970.

Segundo a travesti Rubina, nas décadas de 1950 e 1960 usava-se o termo “bicha” para designá-las, pois não era comum o uso da palavra travesti. Cláudia, outra entrevistada, conta que, já na década de 1970, as pessoas falavam assim: “Ah, uns homens vestidos de mulher” e emendavam com “é pouca da vergonha” (CARMO, 2019, p.342).

O travestismo no Brasil era considerado crime e a maior parte delas não viviam como mulheres fora dos palcos, sendo vistas como as “bichas afeminadas”. Segundo Carmo (2019), apesar da prostituição masculina ser bastante comum nas grandes capitais, era também muito discreta nas ruas, onde muitas vezes as “bichas” é que procuravam os “bofes”, sendo clientes ou não. Com a introdução dos hormônios e o acesso a cirurgias prostéticas de transformação corporal, essa relação parece ter sido invertida, sendo que “o que parece ter acontecido entre o final dos anos 1970 e os anos 1980 é que as travestis começaram a “inverter os papéis” e passaram a cobrar - ao invés de pagar - para fazer sexo com os homens.” (CARMO Apud GALVÃO, 2019, p.53).

Segundo Guimarães (2015), as transexuais vedetes francesas Coccinelle e Bambi¹⁶⁸ exerceram grande fascínio na mídia e nas travestis brasileiras. Muito desses aspectos se deve ao fato que na França havia uma tolerância muito maior aos comportamentos homossexuais e um acesso significativo as biotecnologias de transformação corporal. O mais curioso é que a pílula só foi aprovada na França em 1967, cinco após no Brasil, sendo que um dos aspectos desse atraso era o fato do país Francês já possuir uma série de medidas de emancipação feminina de garantia dos direitos individuais. Simone de Beauvoir, entre outras intelectuais feministas francesas ajudaram criar um clima político e social crítico aos direitos femininos, isso sem levar em conta os aspectos culturais nacionais próprios ao país, que desde a revolução francesa já garantia uma série de liberdades individuais.

Na França, tanto os governos de esquerda como os de direita são abertamente natalistas, enquanto em muitos países ocidentais a baixa da natalidade é sentida como uma consequência do progresso econômico, se não até do progresso em si mesmo. Essa preocupação dos políticos está enraizada historicamente em uma especificidade francesa: a de ter conhecido, um século antes de todos os outros países ocidentais, uma baixa espetacular da natalidade desde o século XVIII. (FERRAND, 1994, p.79).

¹⁶⁸ Marie-Pierre Pruvot é uma mulher transgênero francesa nascida na Argélia que se apresentou sob o nome artístico de Bambi. Ela se apresentou no *Le Carrousel* de Paris por aproximadamente 20 anos.

Algumas travestis brasileiras durante a década de 1960 viajaram até a França e lá conheceram uma cultura já integrada as práticas biotecnológicas da hormonização. Waldir da Conceição, um bailarino brasileiro, viajou em 1963 a Paris buscando novas oportunidades de trabalho no bairro Pigalle, conhecido por diversos cabarés famosos, como o Moulin Rouge. Lá encontrou muitas travestis extremamente femininas que pareciam “mulheres de verdade”, outro fator que assustou Waldir foi que elas transitavam pelas ruas de Pigalle normalmente sem nenhum tipo de repreensão policial e eram cortejadas por homens como as mulheres “normais¹⁶⁹”.



Travestis francesas em Place Blanche, em Paris nos anos de 1960. Fotografado pelo sueco Christer Strömholm.

Certamente essa apreensão deixou Waldir em choque na maneira com que as travestis francesas eram tratadas e sua aparentemente feminilidade. Aos 27 anos, ele se mudou para Paris e começou a transacionar e se tornou Daolá. Assim, “Paris não apenas abriu as portas de

¹⁶⁹ “A repressão policial a que, na França, estavam sujeitas aquelas pessoas por conta de sua “afrota” à legislação que proibia “a um homem se vestir como mulher fora do período de carnaval” pareceu irrelevante para Waldir. Perceber as infinitas possibilidades subjacentes à inegável atração e atenção que, em geral, aqueles “afeminados” exerciam sobre homens de “verdade” foi crucial e suscitou em Waldir o desejo inicial de investir na carreira de bailarino em Paris” (GUIMARES, 2015, p.46).

um novo mundo para Waldir como, também, mostrou os caminhos para a sua transformação física em mulher.” (GUIMARES, 2015, p.46).

A possibilidade de torna-se uma mulher de “verdade” a partir das incursões biotecnológicas e do reconhecimento do Estado permitiram uma maior visibilidade da emancipação das questões de travestilidade na França na década de 1960 e exerceram um fascínio sobre os brasileiros. O fato de Daolá ter visualizado o ato de ser cortejada enquanto uma mulher e ser integrada a uma ordem heterocisnormativa, despertou o seu desejo de transicionar. Como salienta Guimarães (2015), os até então sujeitos afeminados, começaram a vislumbrar a possibilidade de transição a partir de referências de mulheres transexuais estrangeiras, principalmente as Francesas e Americanas, integradas a ordem social enquanto figuras positivas e aceitas socialmente. Certamente isso despertou o desejo tanto pela feminilidade proporcionada pelas biotecnologias, quanto pela saída da marginalização do preconceito e pela aceitação, na qual “sedimentou as bases de um importante movimento de emigração de artistas travestis brasileiras rumo à Europa a partir da década seguinte” (GUIMARÃES, 2015, p.47). Não obstante, a passibilidade¹⁷⁰ proporcionada pelas mudanças biotecnológicas, significavam uma maneira de realizar o desejo de se tornar uma mulher e sair do ostracismo na qual muitos homens afeminados eram repudiados por representarem um feminino caricato. Fruto tanto da homofobia, quanto das paródias de gênero.

Para Cláudia Celeste, travestir-se significou dar um fim à recorrente humilhação que sentia, resultante dos xingamentos que cotidianamente ouvia por ser “um rapaz de aparência extremamente feminina”. Com sua decisão, Cláudia lembra que “passava ‘batida’, sem despertar a atenção de ninguém: eu era mais uma mulher caminhando pelas ruas e, como tal, deveria ser respeitada por todos”. (GUIMARÃES, 2015, p.48).

De qualquer forma, esse aprimoramento foi incorporado a subcultura do cenário travesti no Brasil e criou um novo tipo de figura, já que as travestis para além da performance feminina nos palcos, despertava agora sensação de serem “muito femininas”. Certamente, essa mudança de paradigma com a introdução dos hormônios fez as travestis chamarem mais atenção e serem percebidas por um público fora do âmbito dos grupos de homossexuais. Isto

¹⁷⁰ “Exatamente em virtude da opressiva onipresença do dispositivo binário de gênero a grande maioria das pessoas transgêneras permanece no armário, temendo expressar em público a identidade de gênero em que se reconhecem de modo mais confortável. O medo, que certamente tem fundamento, é de não passarem, ou seja, de serem rejeitados quando escaneados pelo implacável olhar do outro, terminando por serem descobertos e denunciados como farsa, com todas as terríveis represálias oriundas dessa sua transgressão de gênero.” (LANZ, 2015, p.132). Ainda seguindo Lanz as pessoas trans vivem sob o prisma de serem “desmascaradas” consideradas “falsas” e “ilegítimas” em relação ao gênero que se identificam.

é, “a novidade, em meados da década de 1960, era a aparição de homens como mulheres belas e elegantes, e não como meras paródias cômicas do sexo oposto” (GREEN, 2000, p.375).

Na França, nesse mesmo período já era relativamente comum o uso de hormônios, cirurgias e eletrólise nos pelos, sendo que muitas já viviam relativamente como mulheres à maior parte do tempo. A figura da mulher transexual e da travesti se interpolavam na medida em que os fármacos, as próteses e os procedimentos cirúrgicos se tornavam cada vez mais presente nos circuitos artísticos Franceses. Segundo Guimarães (2015), em 1975 a transexual Daolá faz a cirurgia de redesignação em Bruxelas, prática sendo relativamente cada vez mais comuns as travestis na França, já que muitas costumavam viver dos seus espetáculos e apresentações. A noção francesa de travesti não estava ligada a prostituição ou ao órgão genital.

No Brasil uma das figuras que mais se destacaram nesse meio foi travesti/transformista/vedete Rogéria. Ela nasceu em 25 de maio de 1943 sob o nome de Astolfo Barroso Pinto no estado do Rio de Janeiro. Ainda durante a adolescência, começou a utilizar roupas femininas no carnaval e nos bailes de travestis da região. Cresceu cercada pela cultura homossexual e artística da efervescência da época. Diversas travestis que se apresentavam na região da Cinelândia na cidade do Rio de Janeiro exerceram influência sobre Rogéria, bem como as atrizes do cinema.

a fim de assistir ao filme *Como agarrar um milionário*, com Marilyn Monroe no papel principal. Paixão à primeira vista. Aquela loura era tudo o que ele queria ser. Se Astolfo já era meio viado, agora nada mais o seguraria. Astolfinho queria ser Marilyn. Emendava as sessões do filme, das duas até as oito. A cena do banheiro, na qual a atriz aparecia de vestido fúcsia e se mirava no espelho, simplesmente o deixava sem respirar. Nunca tinha visto uma imagem tão sensual e feminina. A imagem de Marilyn marcaria para sempre a sua vida (PASCHOAL, 2016, p.21).

Nos anos seguintes, quando começou a trabalhar como maquiador de algumas artistas de uma TV local, foi incentivado pelas mesmas a começar a se apresentar como travesti nas casas de shows. No começo Astolfo era resistente e sentia-se constrangido, pois não queria parecer ridículo. Segundo ela, foi Fernanda Montenegro que lhe mostrou que a arte independência do sexo.

Todo mundo me atazanava, dizendo que eu devia arriscar e buscar meu espaço. Perguntei a ela. Será que um dia vou poder fazer teatro? Claro, por que não? Como é que eu vou para o palco vestida de mulher? Arte independe de sexo. Se você tem talento vai dar certo, não custa nada tentar – disse Fernanda. Aí eu fui e aconteceu (PASCHOAL, 2016, p.37).

A partir daí nasceu Rogéria, como ficou conhecida nos carnavais cariocas. Foi convidada a ingressar nos *Les Girls* de Carlos Machado e partiu em turnês internacionais pela África onde se apresentou em diversas casas de show pela Europa. Segundo Paschoal (2016), quando Rogéria foi tentar carreira internacional nos palcos de casas de shows do famoso bairro de Pigalle, ficou espantada com a maneira das travestis francesas serem femininas. Rogéria que se deslumbrava com as travestis brasileiras, sentiu-se diminuída e sofreu um relativo preconceito por ser apenas um “homem afeminado”, já que a indefinição não era muito bem tolerada nesses lugares, todas buscavam se tornar uma “mulher completa” a qualquer custo. O ambiente das casas de show em Pigalle era bastante competitivo e a busca por torna-se feminina era a norma entre todas que buscavam se apresentar. Certo dia Rogéria ouviu de sua amiga transexual Chou-Chou, “você, Rogéria, tem muito talento, mas no fim da noite termina sempre sozinha porque não tem cabelo, não tem seio, não tem sexo, é totalmente indefinida” (PASCHOAL, 2016, p.74).

Com a ajuda de Coccinelle no Carrousel de Paris, que conheceu ainda no Brasil, ela começou a tomar hormônios e realizar alguns procedimentos estéticos, embora sem planos para uma cirurgia de resignação. Rogéria optou definitivamente por uma imagem feminina em seu cotidiano e “esqueceria o preconceito de outros travestis e transexuais franceses, que nunca saíam com ela quando ainda se parecia com um rapazinho.” (PASCHOAL, 2016, p.77). Assim, como destaca Guimarães (2015), essa máxima era exercida de diversas maneiras.

Nesse sentido, é razoável que se pense que, à época, o processo de construção e de aprimoramento da subjetividade de travestis estava condicionado à máxima articulação entre observação, aprendizagem e pronta aplicação do conhecimento adquirido com os pares, fosse ao palco, nos bastidores ou no espaço público. (GUIMARÃES, 2015, p.26).

Quando retornou ao Brasil, os jornais publicaram uma matéria comentando o fato de Rogéria ter se tornado uma mulher. Em uma entrevista a revista Manchete de 1973 ela comentou, “voltei definitivamente transformada em mulher!” (PASCHOAL, 2016, p.127). Isso certamente ajudou a criar uma confusão na qual Rogéria tivesse feito a cirurgia de resignação, um procedimento que era considerado tabu no Brasil. Mais tarde ela teve que esclarecer que só havia tomado hormônios e feito algumas cirurgias estéticas e que não tinha a intenção de fazer a cirurgia de resignação, procedimento que sua família se mostrava completamente contra. Segundo uma entrevista com a mãe de Rogéria, dona Eloah, para a revista Amiga ela afirmou que “conheço o meu filho, sei que ele tem o corpo de homem, a

alma de mulher e a consciência de ator” (PASCHOAL, 2016, p.127). Apesar de tudo, Rogéria tinha a aceitação de sua família.

De cabelos longos e louros, com a pele bronzeada pelo sol do Oriente, elegante e falante, as mudanças físicas e mentais de Rogéria impressionavam. E confundiam. Ao chegar a Niterói e encontrar o velho avô Astolfo, foi pega de surpresa. Do alto de seus 90 anos, ao olhar com atenção para o neto, ele foi taxativo: “Você não é mais meu neto!” Houve um suspense no ar, logo dissipado: “Agora, você é minha neta!” (PASCHOAL, 2016, p.127).

Nesse sentido, Rogéria se tornou referência do estereótipo da travesti bem sucedida, que conseguiu uma aparência feminina, uma independência financeira e se tornou famosa, pois possuía todos os elementos aceitos pela sociedade heteronormativa com exceção da cirurgia de resignação. Segundo Paschoal (2016), sabe-se que esse tipo de cirurgia não era muito bem tolerada pela sociedade brasileira na época, mesmo dentro dos grupos de homossexuais.

Não obstante, os elementos que Rogéria carregava estavam muito mais próximos do círculo artístico e performático das travestis típicas do país, do que de uma ideia de transgêneridade como aquela presente nos Estados Unidos. A questão é que enquanto Rogéria conseguia se destacar pela sua performance ligada ao glamour, beleza e personalidade ela poderia ser “aceita” por uma parcela considerável da sociedade. Dessa maneira “fica óbvio que, sem o glamour e o sucesso, o caminho da superação a se trilhar não é assim tão simples. Astolfo conseguiu que sua Rogéria sobrevivesse e se sobressaísse num país paradoxalmente despreparado para isso” (PASCHOAL, 2016, p.129).

Segundo Green (2000), muitas famílias brasileiras costumam aceitar a travestilidade dos filhos enquanto ela pudesse servir como base financeira para as famílias. Questão que acontece até hoje, muitos meninos afeminados pobres são desprezados e marginalizados pelas famílias, mas a partir do momento que se tornam travestis femininas com uma aparência dentro dos padrões estéticos do gênero normativo e fazem sucesso financeiro na Europa, geralmente pela prostituição, retornam ao Brasil como pessoas “bem sucedidas” e passam a serem aceitas em suas famílias. Certamente essa aceção do feminino ligado a marginalidade aparece com força, dentro da realidade brasileira. Cria-se a ideia que feminilidade representa pobreza e inferioridade social. O próprio conceito a partir desse tipo de associação foi definido por Diane Pearce no artigo *Feminização da pobreza - mulher, trabalho e assistência social* (1978). Segundo Pearce (1978), a relação entre as famílias chefiadas apenas por mulheres e pobreza; dentre esses fatores estão à baixa qualificação do trabalho, desigualdade

salarial entre os gêneros, falta de apoio de uma figura masculina, que representa poder econômico como chefe de família, mulheres solteiras que não se beneficiam a partir da transferência de renda (pensão) e devem arcar com a criação dos filhos sozinha, estigmas sociais na inclusão ao mercado, machismo sobre as possibilidades intelectuais e habilidades profissionais da mulher. Dessa forma, uma família nuclear chefiada por uma mulher sem o apoio masculino possui muito mais chances de acabar na pobreza do que aquelas compostas por um casal composto por cônjuges tradicionais¹⁷¹. Muito desses elementos de gênero parecem interpolar o próprio preconceito homofóbico contra esses meninos afeminados desde sua adolescência, já que em muitos casos eles costumam vir de famílias com esse tipo de configuração. As travestis bem sucedidas se tornam referências a serem seguidas.

Embora apenas uma minoria dos homossexuais brasileiros se travestisse durante o carnaval ou para se divertir na intimidade de festas particulares, o recente destaque obtido pelos travestis no mundo do entretenimento gerou um tremendo orgulho para muitos que eram parte da subcultura homossexual do Rio de Janeiro. Os homossexuais que se autoidentificavam como bonecas viam nesses travestis famosos os exemplos a serem seguidos (GREEN, 2000, p.378).

Da mesma maneira que Rogéria na sua juventude, muitos homossexuais afeminados costumavam trabalhar como cabeleireiros, maquiadores, em profissões na qual o fluxo de mulheres era comum. Essa relação serviu como base para eles adotarem padrões de feminilidades específicas no Brasil. A associação entre travestis e esse tipo de profissão vem desde a sua “suposta aceitação” nesses meios, o que não acontecia em outros grupos de trabalhos onde a homossexualidade ou o comportamento afeminado não era tolerado.

Nesses ambientes, a expressão ou a identidade de gênero feminina por parte de cabeleireiros ou maquiadores, nascidos sob o sexo biológico masculino, não era “um problema”, desde que mantidas “nos limites do aceitável”. À época, isso significava, por exemplo, não aparentar a existência de seios e evitar o uso de trajes inequivocamente femininos ou mesmo de maquiagem. (GUIMARÃES, 2015, p.28).

Segundo Green (2000), a maior parte dos homossexuais que frequentavam os bailes de travestis durante o carnaval tinham como base essas profissões mais liberais. Boa parte de suas economias eram investidas nos assessorios e roupas femininas como nas suas fantasias utilizadas durante esses eventos. Muitos receberiam pouco pelos cachês das apresentações e

¹⁷¹ É preciso levar em consideração que embora a ausência masculina obrigue a mulher a prover o sustento da família, e, sobretudo, amplie suas responsabilidades na esfera doméstica, não é a partir da ausência do homem enquanto figura provedora e protetora que se desenvolve o processo de “feminização da pobreza” (SOARES, 2011, p.3).

as vezes costumavam se apresentar mais pela aceitação simbólica do público do que necessariamente pelo dinheiro. Poucas travestis de fato, acendiam financeiramente fazendo shows no Brasil, principalmente se elas não recebiam nenhum tipo de atenção da mídia. Diferentemente do que acontecia nos cabarés em Paris, na qual geralmente elas conseguiam construir uma pequena fortuna e podiam levar uma vida consideravelmente luxuosa, embora sofressem pressões constantes para investir pesado nos procedimentos biotecnológicos de transformação corporal, pois a concorrência era muito alta.

Como argumenta Guimarães (2015), a construção da identidade feminina dessas travestis estava veiculada a um tipo de representação específica de mulheres independentes e belas, não em modelos tradicionais como donas de casa, mães, avós, irmãs, que representavam o espaço privado do lar. Contudo, também é importante ressaltar que essas figuras pouco podiam significar para esses homossexuais afeminados na época, já que o conceito de transexualidade não existia no Brasil. Não havia a possibilidade durante esse período de simplesmente “transacionar” entre homem e mulher e se manter integrado à ordem normativa dos gêneros, a partir de “papeis comuns”. Essa transição deveria ser integrada a classe artística a partir da figura da travesti, sendo exuberante e glamorosa. O conceito de passibilidade estava veiculado na receptividade ao público, dessa maneira a construção de uma figura feminina que chamasse a atenção por sua beleza e feminilidade era de suma importância, mais do que a própria cirurgia de “mudança de sexo” e a sua integração a sociedade enquanto uma “mulher comum”.

No final dos anos 1960, os procedimentos hormônios-cirúrgicos começaram a ficar cada vez mais comuns de uma maneira que várias travestis que emigravam para a Europa e fossem trabalhar nos cabarés franceses faziam suas modificações corporais. A prática se tornava cada vez mais corriqueira. Logo, “o crescimento do mercado foi tal que, em fins dos anos 70, o Brasil começou a exportar travestis para a Europa, inicialmente para a Espanha e para a França, e depois para a Itália” (GREEN, 2000, p.404). Apesar disso, havia muitos fatores que podiam frustrar essa busca.

São inúmeros os casos malsucedidos resultantes do emprego, clandestino ou não, da parafernália biotecnológica nos corpos de travestis e de transexuais nos últimos 50 anos. No Brasil ou na Europa, travestis e transexuais não pouparam esforços para, por meio da construção de um corpo que correspondesse ao máximo à sua autoimagem, ver atendidas suas mais elementares necessidades psíquicas. Embora elevadíssimo seu investimento, reduzir ao âmbito financeiro o enorme custo desse complexo processo de transformação corporal equivale a desprezar todo seu valor simbólico (GUIMARÃES, 2015, p.49).

O mercado passava a ser alimentado de maneira intrusiva pelas próprias travestis que no processo incentivavam umas as outras ao uso desses recursos biotecnológicos de maneira indiscriminada, na qual até mesmo “algumas artistas travestis brasileiras, então residentes na Europa, foram convencidas por médicos e cirurgiões plásticos locais a se deixarem injetar tais produtos em seus corpos e rostos” (GUIMARES, 2015, p.53). Em alguns casos as transformações eram feitas rapidamente sem reflexão ou consciência, em sua maioria buscando atender a prostituição ou o meio artístico¹⁷². Muitas que não possuíam o objetivo de transformar seu corpo eram convencidas pelas amigas com promessas financeiras de sucesso após a transição. Segundo Guimarães (2015), Claudia Celeste uma travesti brasileira, que chegava de Paris durante essa época para trabalhar nos cabarés, disse que foi convencida pouco tempo depois do uso de hormônios pelas amigas transexuais que precisava “mudar de sexo” e que isso seria fundamental para ela como travesti. Marcou o procedimento com o cirurgião Georges Burou em Casablanca no Marrocos, o mesmo que operou Coccinelle em 1958, durante a viagem de avião acabou mudando de ideia sobre realizar a cirurgia e quando chegou em Marrocos, retornou sem fazer a cirurgia.¹⁷³

Segundo Hausman (1995), durante a década de 1970 e 1980 houve um crescimento exponencial de cirurgias e difusão de hormônios no mundo todo. A demanda crescente por recursos biotecnológicos de transição de gênero legitimou o sujeito trans* enquanto produto de um dispositivo tecnológico de subjetividade. A separação entre sexo e gênero possibilitou um solo fértil de intervenções na criação da identidade de gênero e ajudou criar uma diferença entre os próprios grupos de homossexuais a partir da noção de gênero, na qual “transsexuals were able to invert the conventional perception of physiology as “nature” by getting doctors to target not their behaviors, but their bodies, for technological intervention¹⁷⁴” (HAUSMAN, 1995, p.132). O que Daolá viu no começo dos anos de 1960, como novidade na busca de uma feminilização, se tornou parte da identidade de que é ser travesti posteriormente no Brasil.

¹⁷² “No projeto de “virar travesti”, a construção do peito é um dos elementos mais significativo. O peito que “pula pra fora”, transformou-se em evidência legitimadora da existência de um novo sujeito sexual, marca corporal que é, ao mesmo tempo, marca de diferenciação de gênero” (VERAS, 2017, p.83).

¹⁷³ “A travestilidade aponta para a multiplicidade dessa experiência, ligada à construção e desconstrução dos corpos. Ainda que haja uma rigidez na gramática de gênero das travestis, há também uma patente fluidez na elaboração de categorias autotranscategorizatórias, uma vez que estas estão estreitamente ligadas a marcas identitárias que se associam ao trânsito dos corpos pelos territórios, o que se vincula, por sua vez, às transformações desses mesmos corpos” (PELÚCIO, 2007, p.18).

¹⁷⁴ “Os transexuais foram capazes de inverter a percepção convencional de fisiologia como “natureza”, levando os médicos a direcionar seus esforços de intervenção tecnológica não para seus comportamentos, mas seus órgãos” (HAUSMAN, 1995, p.132) – Tradução livre da autora.

5.1 TRAVESTI E A ERA FARMACOPORNOGRÁFICA

A partir de 1968, com a promulgação do AI-5, o regime militar se tornou mais violento e instituiu a tortura e a coerção como formas de combater os “inimigos internos”. A partir disso, o congresso foi fechado e direitos constitucionais foram suspensos e centenas de opositores foram perseguidos, torturados ou exilados do país. O governo de Médici (1969-1974) representou o período mais repressivo e censurou vários artistas, apresentações, obras e meios de comunicação. Segundo Napolitano (2014), o Brasil vivia um momento muito singular, na qual os meios de comunicação e a indústria cresceram de uma maneira “sem precedentes”, sendo que o brasileiro começou a possuir bens de consumo individuais¹⁷⁵. Foi o período de grande nacionalismo com campanhas de “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Durante esse período o país também viu o investimento massivo nas construções de indústrias automobilísticas e estradas. Portanto, “os novos tempos de repressão e censura, aliados a uma certa facilidade de produção e consumo, estimularam o crescimento de um mercado cultural marcado pela difusão de produtos de entretenimento, sobretudo na música popular e na televisão”(NAPOLITANO, 2014, p.145).

O modelo econômico e a expansão da classe média favoreceram o surgimento de um pensamento de normalidade, principalmente para aqueles que estavam integrados a ordem “heterocisnormativa econômica”. Segundo Green (2000), em 1969 os shows das travestis já não aconteciam da mesma maneira. As censuras abarcavam qualquer tipo de artista homossexual. Um moralismo sexual começou a vigorar cada vez mais na sociedade e fez o público dessas apresentações ficarem cada vez menor. É difícil saber se havia o medo da repressão ou esse tipo de show já não interessava mais o público. Desse modo a maioria da "censura nos anos 1970 estavam circunscritas em larga medida às expressões literárias e artísticas que os militares encaravam como um desafio direto à política do regime ou à moralidade pública” (GREEN, 2000, p.399). Em 1972, o Jornal *Snob* fechou devido à situação política e o medo da censura.

Alguns historiadores argumentam que o regime, na verdade, tinha um objetivo político claro ao manter a esfera pública relativamente livre e aberta, contanto que estivesse destituída de atividades de crítica à ditadura. Esses estudiosos também explicam que os militares brasileiros utilizavam o entretenimento popular, principalmente o futebol e o carnaval, como válvulas de escape para a frustração

¹⁷⁵ “O regime militar brasileiro passou, ao menos, por três fases distintas na política econômica. Em um primeiro momento, uma política dura de ajuste fiscal e monetário, tão a gosto da ortodoxia liberal. Menos dinheiro, menos crédito, controle salarial, menos gastos e mais impostos” (NAPOLITANO, 2014, p.125).

represada das massas de trabalhadores. Os dois passatempos populares, prosseguem eles, dissipavam a oposição ao regime estaria a política de lativo laissez-faire em relação às discotecas e outros estabelecimentos gays destinada a neutralizar um eleitorado potencialmente politizado? Isso dificilmente parece ser o caso. No começo da década de 1970, o “gay power”, como ficou rotulado pela mídia o movimento internacional, parecia apenas mais um fenômeno remoto e exótico vindo dos Estados Unidos e da Europa, e claramente distante dos problemas concretos das autoridades brasileiras (GREEN, 2000, p.399).

Ainda no início dos anos 1970, o Brasil viu a prostituição crescer de uma maneira sem precedentes nas principais capitais. O sexo se tornava cada vez mais objeto de consumo e as flexibilidades culturais aumentavam a procura do serviço, ao mesmo tempo em que o governo legislava por uma cultural sexual “decente” do cidadão brasileiro médio. A prosperidade econômica aumentou ainda mais as distâncias entre as classes sociais e muitas pessoas não foram “beneficiadas” pela expansão econômica. Isso significa que para a classe média a situação econômica definitivamente melhorou, tanto que a maior parte desse grupo que movimentava a indústria cultural das discotecas, da *Jovem Guarda*, *Rock e MPB* eram partes integrantes dessa camada social. Com o fim das apresentações de shows, muitas travestis começaram a se prostituir nas ruas.

Outra mudança significativa na paisagem homossexual urbana no início da década de 1970 foi à visibilidade crescente de travestis e michês pelas calçadas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Isso era um reflexo da crescente comercialização e mercantilização do sexo na sociedade brasileira. A prosperidade econômica da classe média concedia a um número maior de pessoas a oportunidade de pagar por sexo. Ao mesmo tempo, a pobreza cada vez maior das classes mais baixas — no geral, excluídas dos benefícios advindos do milagre econômico — forçava seus membros a se prostituir para obter uma fonte de renda. Além disso, a dificuldade enfrentada por um homem efeminado para conseguir emprego algumas vezes o conduzia a essa profissão (GREEN, 2000, p.403).

Como vimos nos capítulos anteriores, alguns homens afeminados de uma maneira ou sempre costumavam se prostituir em locais públicos e eram categorizados na figura do Puto. Essa demanda era marginal e bastante tímida, diferentemente da prostituição de mulheres em bordeis. Segundo Rago (1991), os bordeis eram lugares de transgressões de desejos, dos excessos e dos comportamentos moralmente sancionados. O bordel “viabilizava novos agenciamentos coletivos dos fluxos desejantes: novas formas de expressão onde o desejo podiam se dar passagem” (RAGO, 1991, p.290).

A prostituição homossexual continuou marginal a lugares públicos o que certamente implicou na facilidade com que esse tipo de prática fosse incorporado as travestis da década de 1970, quando a prostituição se alastrou pelas ruas de grandes centros urbanos. Dessa

forma, o mercado de prostituição de travestis se transformou em uma demanda crescente a partir das transformações sociais e culturais da época no Brasil¹⁷⁶. As técnicas biotecnológicas de gestão do corpo, resignificaram a noção de gênero e sexualidade na medida em que possibilitaram uma nova ideia de “naturalização” e “hibridização” do corpo. Se antes as travestis dos cabarés e casas de shows funcionavam a partir de elementos de performance, herdeiras do carnaval e do cinema hollywoodiano, com muito glamour e personalidade, as travestis da prostituição nas ruas, tinham como elementos essenciais vestimentas extremamente provocantes, como minisaias, blusas com grandes decotes para mostrar os seios, roupas justas, representações que estavam diretamente relacionados à emergência do pornopoder, enquanto capacidade molecular de despertar o desejo e excitação pelo sexo em qualquer um.¹⁷⁷

É provável que eles tenham contribuído para a criação de um mercado nas ruas, onde os clientes eram provocados com a mensagem subliminar: “Se você provar, sei que vai gostar”. O aumento no número de travestis em locais públicos significava também a democratização do fenômeno do estrelato de alguns: centenas, ou talvez milhares, de homens que jamais alcançariam algum sucesso num palco tinham a oportunidade de obter retorno financeiro de algum modo. (GREEN, 2000, p.404).

A pornografia e a prostituição se tornam elementos indissociáveis, representada na figura hipersexualizada do corpo feminino, com seios grandes, nádegas grossas, um cabelo longo e um corpo escultural. O corpo aos poucos acabou sendo substituído por um conjunto de próteses na qual “qualquer mulher cis ou homem cis, tem capacidade para seguir um processo de transformação farmacopornográfica que fará dele ou dela uma puta tecnicamente performática”(PRECIDO, 2018, p.329). Com a introdução das práticas farmacopornográficas, o “gênero” se transformou em um campo de desejos, fluxos, sexualidade, identidades, sentimentos, sensações, próteses. As práticas da era farmacopornográfica redefiniram os limites do “natural” e do “artificial”, na medida em que podiam proporcionar a capacidade de transformação das próprias moléculas do corpo e através de um conjunto de elementos semióticos com possibilidade de despertar o desejo em qualquer um.

¹⁷⁶ É bem provável que no início das incorporações farmacopornográficas, as travestis ainda eram identificadas enquanto parte dos circuitos artísticos.

¹⁷⁷ Segundo a Travesti Rubinha, as travesti da década de 1960 e 1970 começaram a se destacar “quando elas tomaram hormônio e começou a saltar os peitos, o pessoal na rua andava tudo atrás, impressionado. Como é que podia um homem ter peito? Daí então quando eu saí de casa eu fui para a Independência, fui para a Caixa d’Água, mas elas já estavam na Caixa d’Água e naquela época, travesti, quando surgiu, era um luxo. Travesti era luxo! Foi luxo! O homem para sair com um travesti tinha que ter dinheiro. Tinha que pagar” (CARMO, 2019, p.342).

O dispositivo de subjetivação que podemos reconstruir a partir da teoria hormonal do início do século XX é um conjunto de redes institucionais e técnicas em que se reproduzem artefatos vivos e que adquirem reconhecimento político em determinado contexto cultural. (PRECIADO, 2018, p.174).

Segundo Green (2000), a crescente emergência da quantidade de travestis nas ruas significava uma democratização do fenômeno, na qual o feminino poderia representar alguma forma de retorno financeiro principalmente para aquelas travestis que não possuíam um grande talento artístico nos palcos. Nesse caso, compreendo essa democratização como um fenômeno específico da construção do gênero nas classes mais pobres do Brasil. As travestis passam a compor a maior parte (pelo fato de estarem presentes nas ruas) do mercado farmacopornográfico brasileiro. É provável que o abandono dos palcos por meio das travestis, representou também um processo de difusão das práticas farmacopornográficas do próprio gênero e da identidade.¹⁷⁸

Durante a década de 1970 era muito comum que muitas travestis fossem detidas pela polícia, na qual deveriam provar que possuíam emprego remunerado. Apesar da prostituição não ser considerada crime, muitas delas eram enquadradas nas leis de vadiagem ou atentado ao pudor. Como argumenta Green (2000), um dos imperativos da polícia era afastar ao máximo possível as travestis das ruas, com o objetivo de “conscientizar” elas que a prostituição que estavam exercendo estava errado, assim a polícia costumava repreendê-las sob muitas justificativas banais. Dessa maneira, muitas ficavam detidas por uma semana ou duas e isso implicava em um prejuízo na sua renda mensal. Também havia uma maneira perversa da polícia agir e se comportar em relação as travestis, como define um ex-policial aposentado:

A gente prendia travesti para eles criarem vergonha na cara. A gente deixava eles presos até a barba crescer. Aí a gente soltava eles e morria de rir, só para humilhar. Era aqueles barbados de peito, ficava até engraçado. Eles eram homens e queriam ser mulheres, é um absurdo. (CARMO, 2019, p.347).

Na pesquisa de Barmart, *as travestilidades na ditadura* (2018), ele analisou a perseguição que elas sofreram na região de Porto Alegre na década de 1970. Havia uma divisão da polícia chamada de “Delegacia de Costumes”, com o objetivo de repreender o que eles consideravam “Meretrício e Vadiagem”. Já na cidade de São Paulo, onde a quantidade de travestis nas ruas começou a crescer exponencialmente em função do grande fluxo migratório

¹⁷⁸ “O trabalho e o tipo de exploração específicas que definem hoje a economia farmacopornográfica é o trabalho sexual, e o corpo paradigmático desse modelo de produção é a puta migrante, do transgênero trabalhador do sexo ou da atriz e do ator pornô” (PRECIADO, 2018, p.302).

do país. Foi criado um arquivo com o objetivo de fichar qualquer travesti detida pela polícia, registrar seus dados e usá-los posteriormente para identificá-las em outras circunstâncias. Segundo Green (2000), a maioria possuía entre 18 e 24 anos, menos de 20% eram naturais de outros estados. A maioria possuía empregos formais em outros horários, como cabeleireiro, manicure. O mais curioso é que muitas delas costumavam adquirir uma pequena fortuna com a prostituição, o que lhes permitia viver com algum tipo de luxo ou investir nas suas modificações corporais. Muitas delas chegavam a ganhar mais do que muitos trabalhadores assalariados no mês, mas eram enquadradas na lei de “vadiagem”, o que demonstra o caráter eugênico da lei. Como podemos observar, diferentemente da prostituição construída historicamente em relação às mulheres cisgeneras, condensada na figura do Bordel, as travestis surgiram de maneira marginalizada em locais públicos, longe de um espaço institucional socialmente construído para atender uma norma heterocisnormativa. Obviamente os cabarés e as casas de shows poderiam servir como lugares construídos na emergência das travestis, pois como vimos, foram a partir desses espaços que o próprio conhecimento travesti ganhou forma entre os homossexuais afeminados da década de 1960 no Brasil. Acredito nesse aspecto que a ordem farmacopornográfica também modificou essa superfície e tornou o corpo da travesti um lugar geograficamente construído a partir dessas instancias, entre a rua e o palco.

É através do território que as travestis obtêm e vivem uma intensa espacialidade. As falas das travestis evidenciam que o território supera a noção de obtenção de subsistência econômica, sendo composto por relações de amizades, redes de sociabilidade através das quais se aprende como ser travesti. Desde as práticas sexuais requisitadas pelos clientes, até os padrões de comportamentos, linguagens, vestuários e gestuais próprios do grupo (SILVA, 2015, p.65).

Na obra *Corpos corpos que importam* (2019) de Judith Butler, ela retoma a questão dos corpos abjetos como um problema de materialidade discursiva. A maneira como os gêneros são substancializados perpassa a ordem heteronormativa e aparecem como produções identitárias¹⁷⁹. As travestis são como corpos de fronteiras na medida em que as relações de performatividade criam corpos abjetos. Acredito que as implicações fármaco-cirúrgicas são, para efeitos de norma, também um lugar de abjeção e exclusão para as travestis, pois essas tecnologias são incorporadas também por uma ordem heterocisnormativa que constroem corpos dentro de determinados espaços institucionais. Até por que muito dessas implicações

¹⁷⁹ “as normas regulatórias do “sexo” trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual”(BUTLER, 2019, p.20).

acometidas pelas biotecnologias não são restritas aos corpos transexuais. São vendidas dentro de um escopo social e cultural para corpos binários inteligíveis. Assim, as travestis acabam sendo uma espécie de “drag-ciborgue” do gênero feminino, pois como demonstramos, essa relação na qual os homossexuais afeminados na década de 1950 se deslocavam até os palcos e lá se montavam, para então se estabelecer como mulheres em uma relação de paródia, se transformaram a partir dos anos 1970 quando passam a incorporar as práticas hormônio-cirúrgicas como uma forma de identidade. Contudo, como quero salientar, essas “incorporações” tecnológicas não podem ser compreendidas apenas como um efeito do discursivo performativo, assim como Preciado salienta que “em *Problemas de gênero*, a redução da identidade a um efeito do discurso, ignorando as formas de incorporação específicas que caracterizam distintas inscrições performativas da identidade” (PRECIADO, 2014, p.92). Como também estabelecem maneiras distintas de fazer essa performatividade ser incorporada ao corpo.

A era Farmacopornográfica é estabelecida a partir do momento em que essas incorporações são utilizadas por todos, sendo difundida a população e não apenas por transexuais ou travestis (a pílula contraceptiva é utilizada pelas mulheres cisgênero como forma de contracepção, mas também é utilizada pelas travestis que buscam feminizar a aparência ou pelas transexuais no tratamento médico) em um regime pós-industrial, global e midiático¹⁸⁰. Contudo, será nos corpos de pessoas trans que a performance ganhará um sentido um abjeto, pois elas são dependentes de uma integridade de gênero do sistema normativo.

A noção butleriana de "performance de gênero", assim como a ainda mais sofisticada "identidade performativa", desfazem-se prematuramente do corpo e da sexualidade, tornando impossível uma análise crítica dos processos tecnológicos de inscrição que possibilitam que as performances "passem" por naturais ou não (PRECIADO, 2014, p.93).

A questão da cirurgia de resignação não era um fator essencial a composição das identidades das travestis, mesmo que eventualmente algumas fizessem. Podemos considerar a emergência da personagem travesti no cenário brasileiro, aconteceu pela incorporação de diversos elementos do homossexual masculino afeminado, (frescos/putos/bonecas) pelas técnicas da era farmacopornográfica, que transformou consideravelmente as relações de gênero e sexualidade, sendo que essas transformações estão ligadas na maneira com que “o

¹⁸⁰“Da mesma forma, a produção farmacopornográfica define hoje uma nova era da economia, política mundial, não por sua supremacia quantitativa, mas por que o controle e a produção e a intensificação dos afetos narcossexuais tornaram-se o modelo para todas as outras formas de produção.” (PRECIADO, 2018, p.43).

travesti subverte inteiramente a distinção entre os espaços psíquicos internos e externos, e zomba efetivamente do modelo expressivo do gênero e da ideia de uma verdadeira identidade do gênero” (BUTLER, 2013, p.195). Não obstante, levanto a hipótese a partir dos elementos apresentados, que foi a partir dessa incorporação de maneira marginal em um experimento de autocobaia na era farmacopornográfica que a categoria da travesti brasileira surgiu.

O jornal *Lampião da Esquina* foi categorizado como uma “imprensa alternativa” que trazia diversas matérias sobre o mundo dos homossexuais e travestis. Circulou durante os anos de 1978 e 1981, época de regime militar. Chegou a vender mais 15 mil exemplares pelo país.

O *Lampião* surge no contexto da imprensa alternativa dos movimentos de contracultura das décadas de 1960 e 1970. É considerado o primeiro veículo de distribuição em massa voltado para o debate sobre direito das minorias e, principalmente, da homossexualidade. Sua edição mensal tinha tiragem de 20.000 exemplares. Era uma imprensa altamente especializada, segmentada e militante. (MORETTI-PIRES, 2018, p.3).

Vejamos na edição de nº 32 de janeiro de 1981, com a matéria intitulada *Brasil, campeão mundial de travestis* e observamos o comentário sobre o que era ser travesti, em um dos redatores da matéria:

Acredito que todo o homossexual, num momento outro de sua vida, sente a tentação de se travestir. E os que o fazem, atingem, com certeza, o cerne de uma questão fundamental para o homossexualismo, que é **onde colocar o travestismo contexto homossexual**. Há diversos enfoques. Por exemplo, numa sociedade em que predominam os valores machistas, o travesti representa a negação absoluta desses valores, espelha onde uma sociedade castradora se reflete. Mas quer dizer também, dentro de um conceito feminista, a entronização dos valores machistas já que o travesti quer dar. **Pretende dar ao homem tudo aquilo que a mulher emancipada moderna procura apagar de seu corpo**, que é a imagem da mulher-boneca, da mulher objeto, passiva e vazia. (BITTENCOURT, 1981, p.3) – Grifo da autora.

Para o redator da matéria, a relação entre homossexualidade e travestilidade aparece de maneira difusa, reflexo da pouca definição da época que se fazia da travesti como uma subcategoria da homossexualidade¹⁸¹. O redator da matéria analisa também se o surgimento da travesti não estaria de uma maneira interligada com a emancipação feminina e que a travesti acaba ocupando o lugar da “mulher-objeto” deixado pela mulher moderna. A única

¹⁸¹ O jornal é alternativo justamente por ser um contraponto à heterossexualidade compulsória e servir de deboche para as estruturas conservadoras da sociedade. A linha editorial dele não era voltada exclusivamente à militância da diversidade sexual. Não raro era possível encontrar matérias sobre a defesa dos direitos das mulheres, de temática ambientalista e contra o racismo. (ARIAS, PESSOA DO AMARAL, 2016, p.105).

coisa que o redator não leva em conta é que muitos clientes das travestis gostam de serem passivos na relação e buscam-nas justamente para isso, embora a questão possa remeter também aos determinados papéis de gêneros que muitas procuravam se submeter.

Do ponto de vista homossexual propriamente dito, a coisa tem de ser vista por um ângulo diferente, Não falo da visão do homossexual preconceituoso, ou “revolucionário”, para aqueles o travesti é o **empecilho para uma vida tranquila e sem vergonha**, e para este alguém que os impede de galgar mais um degrau em direção ao poder. Falo aqui do homossexual que, um dia, encontra-se na mais completa contusão vital e **se pergunta: o que sou?** Para esse homossexual em busca do entendimento, o fenômeno do travestismo é mais um mistério fundamental entre os muitos de sua vida a ser decifrado. Sim, porque para ele, o travesti, além de um enigma é uma fascinação a ser deslindada. **Uma tentação a ser vencida.** Eu, por exemplo, nunca me travesti, nem como gaiato, como era o costume entre os homossexuais há alguns anos, e acho que isso representa um obstáculo não vencido, uma etapa não cumprida da minha vida. Confesso que nunca consegui deixar de sentir uma ponta de inveja de todos os meus amigos de mocidade que, num momento ou outro de suas existências, se travestiram (BITTENCOURT, 1981, p.3) - Grifo da autora.

A imagem das travestis representava uma suposta ameaça aos homossexuais “entendidos”, que procuravam se veicular a norma para serem aceitos na sociedade. O fato da possível confusão entre ser homossexual e a vontade de se travestir parece encontrar uma linha, que separava as duas categorias. Segundo Bittencourt (1981), a travesti poderia ser compreendida como um comportamento homossexual da mesma maneira que representava uma subversão completa da própria categoria homossexual. Nesse sentido o redator trás sua vontade de se travestir, levando em conta que isso representa uma nova maneira de vivenciar a própria homossexualidade. Entretanto, a figura do “enigma” parece sustentar uma relação de ambiguidade para além da categoria de homossexual. Nesse caso, essa relação poderia representar de maneira implícita a forma com que o gênero aparece subentendido nas relações de sexualidade já que a travesti com sua maquinaria feminina evocaria também uma suposta “maneira heterossexual” de viver a homossexualidade. Isto é, quando a homossexualidade não é mais pensada a partir do desejo, mas do gênero.

Não falo do hétero que se traveste: mas o que leva o homossexual a vestir-se de mulher? Ser mulher, isso todos sabemos, é muito mais complicado do que ser homem. O homem é simples mortal, se veste como pode e lhe dá na telha, nem a barba precisa lazer, se não quer. A mulher transporta consigo toda uma parafernália cosmética quase inacreditável. Assim, a opção do travesti é uma opção de sacrifício e quase sempre de muita atribulação. Isso sem falar na dor e no sofrimento dos que tomam hormônios, implantam seios, fazem eletrólise, cortam o pomo de Adão, aumentam ou rebaixam a testa, injetam silicone nas maçãs do rosto, nos lábios e nos quadris. São as verdadeiras oitavas maravilhas do mundo, ainda na sua primeira

geração, as **bichas biônicas** ou experimentais, de quem não se sabe o que advirá. (BITTENCOURT, 1981, p.3) - Grifo da autora.

A questão do comportamento de gênero aparece como interrogação sobre o que levaria um homossexual a performar o feminino. Assim, Bittencourt encontra na figura da travesti um sujeito de sacrifício por incorporar a maquinaria feminina das transformações corporais da própria homossexualidade. Dessa maneira, “a própria categoria “travesti” não surgiu em um discurso que a diferenciava politicamente da categoria “homossexual”. Pelo contrário, a identidade política “homossexual”, e posteriormente “gay”, é que se diferenciou da categoria “travesti” (CARVALHO, 2018, p.21).

A relação entre travesti e a transexual bastante difusa nesse contexto. Como observamos a transexualidade surgiu a partir dos compêndios médicos e da proliferação de uma série de discursos sexuais no começo da década de 1920. Segundo Bento (2003), quando o endocrinologista Harry Benjamin dedicou-se ao “fenômeno transexual”, defendeu que a cirurgia de redesignação era a única forma de evitar que a transexual pudesse cometer suicídio. As bases de Benjamin foram essenciais na construção do diagnóstico médico para estabelecer a “transexual verdadeira”, aquela na qual o sofrimento é direcionado em relação à genitália. Ele também criou uma escala de variações sobre a transexualidade, estabelecendo as categorias de pseudo-travesti, travesti fetichista, travesti verdadeiro, transexual não cirúrgico, transexual de intensidade moderada e transexual de alta intensidade. Em três grupos de categorias, do tipo I, II e III, sendo “que travestis e transexuais se dispõem sobre uma mesma escala, na qual a diferença é apenas de grau.” (CARVALHO, 2018, p.9). As variações também mudam dependendo do grau de sofrimento em relação ao próprio corpo e a identidade social.

Certamente esse controle sobre os corpos e da subjetividade na transexualidade parece ter exercido sobre o imaginário brasileiro um efeito um pouco diferente sobre a maneira de construir os corpos a partir dessas práticas. Levando em conta a produção da subjetividade no corpo das travestis, sendo um dos grupos mais marginalizados do Brasil, esse processo aparece com força, quando pensamos na relação entre elementos sociais e econômicos nas denominações das identidades. Isto é, “enquanto as travestis são as “ousadas” que demonstram uma “feminilidade pombagira”, as transexuais representariam uma “feminilidade burguesa”, recatada e delicada” (CARVALHO, 2018, p.13).

A obra *Travesti a Invenção do Feminino* – Etnografia de Helio Silva foi publicada em 1993, uma das primeiras etnografias e obras a falar sobre as travestis no Brasil. A Obra de

Silva (1993) é focada na exploração das diversas dimensões residuais do cotidiano das travestis na sociedade da Lapa no Rio de Janeiro no começo da década de 1990. O autor faz uso do artigo masculino para descrever as travestis em um diário de campo, que tenta de alguma maneira compreender a lógica-travesti do cotidiano, associando a figuras históricas do “malandro-carioca-boêmio”. A transgressão centralizada na figura do “malandro, como se viu, é, sobretudo definido pelo vestuário agramatical, como o travesti.” (SILVA, 1993, p.30). Assim, Silva (1993) estabelece uma relação ambígua entre a figura da travesti e a sociedade, na medida em que incorpora os elementos de transgressão ligados a criminalidade e uma suposta satisfação sexual nas ruas da cidade, na qual “a condição não seria exatamente a não-condição? Seu lugar não seria a transgressão?” (SILVA, 1993, p.92). Segundo Deleuze e Guattari (1997), a insurgência da violência nas grandes metrópoles durante o final dos anos de 1970 marcou exponencialmente novas maneiras de organização social e política na produção de subjetividades. Assim, no confronto direto com as autoridades e pretensões totalitárias, no entrecruzamento dos dispositivos de captura e resistência se estabeleceram novas maneiras de subjetivação e experimentações estéticas de existência.¹⁸²

devemos inventar nossas linhas de fuga se somos capazes disso, e só podemos inventá-las traçando-as efetivamente, na vida. [...] quais são suas próprias linhas, qual mapa você está fazendo e remanejando, qual linha abstrata você traçará, e a que preço, para você e para os outros? Sua própria linha de fuga? [...] Você se desterritorializa? Qual linha você interrompe, qual você prolonga ou retoma, sem figuras nem símbolos? (DELEUZE, GUATTARI, 1997, p. 76 e 77).

Mais tarde, o antropólogo e linguista Don Kulick, na obra *Travesti – prostituição, sexo gênero e cultura no Brasil* (1997), propõem uma nova etnografia com as travestis que se prostituem no pelourinho em Salvador. Don Kulick nasceu na Suécia e mais tarde fixou nacionalidade nos Estados Unidos. Residiu com as Travestis durante algum tempo na Bahia e explorou diversas possibilidades da linguagem como a do *Pajubá* e as diversidades linguísticas no dialeto *yourubá-nagó*, no intercruzamento das religiões e costumes de matriz-africana¹⁸³. Segundo Kulick (2008), a combinação singular de elementos femininos e masculinos é que faz com que as travestis brasileiras sejam as trans* mais desejadas no mundo, despertando curiosidade em muitos estrangeiros. Mas segundo o autor, as

¹⁸² “No caso específico do travesti prostituta, a rua como que sublinha essa *não-condição, essa utopia, esse trans*. Ser em translação, a errância é o seu movimento, no contínuo de relações fugazes, na rua, em metamorfose.” (SILVA, 1993, p.92).

¹⁸³ Segundo Santos (1997), as religiões de matrizes africanas costumam serem mais flexíveis com as normativas de gênero. “[...] a concepção andrógina dos nagôs. Essas representações chegavam ao nível da indumentária ritual, pois usava-se saias para os orixás masculinos e femininos” (SANTOS, 1997, p.175).

representações das travestis no contexto brasileiro eram permeadas pela inversão/transgressão de concepções naturais de uma ordem binária de gênero, que reproduzia um discurso que as colocava como perigosas criminosas ou mentalmente instáveis.

Embora tais conclusões possam ser defendidas sob certos aspectos, e ainda que se possa, sem dúvida, analisar produtivamente o travestismo como exemplo de um fenômeno mais geral de inversão, O argumento que pretendo seguir neste livro e outro. A meu ver, o foco no problema da inversão e um subterfúgio. Ele faz parte de um complexo mito que os brasileiros gostam de contar sobre si mesmos na tentativa de se convencer, e de convencer os outros, de que são mais liberais tolerantes e modernos do que realmente são. Trata-se de uma cortina de que consegue, de maneira eficaz, desviar a atenção e obscurecer o fato de que travestis são condensações de determinadas ideias gerais, representações e praticas do masculino e do feminino. (KULICK, 2008, p.26).

No caso de Kulick, o estudo de campo foi realizado levando-se em conta as epistemologias da terceira onda do feminismo, como as teorias de Judith Butler (1990) em termos de performance de gênero e a construção do sexo na história de Thomas Laqueur (1990), gênero como tecnologia de Lauretis (1987). Dessa maneira, a percepção relativa ao “sexo” e ao “gênero” é pensada levando-se em conta as relações heterogêneas, representações e práticas na forma de elaborações que dão significado as ideias e práticas com que as concepções de gêneros são representadas no Brasil.¹⁸⁴

Um estudo que tome o gênero como um conjunto de ideias, processos, subjetividades e práticas não necessariamente gerados pelos órgãos reprodutivos ou a eles relacionados, distancia-se da abordagem que vê as práticas travestis simplesmente como inversão, desvio ou tentativa (e trágica, errática, agressiva etc.) de homens querendo ser mulher (KULICK, 2008, p.28).

A partir desses argumentos, Kulick (2008) se questiona: “O que as práticas travestis nos ensinam sobre o modo como o gênero e concebido e constituído na sociedade brasileira?” (KULICK, 2008, p.28). As investigações etnográficas do autor sugerem que o universo das travestis seria povoado por três tipos de gêneros; homens, mulheres e “viados”, sendo o ultimo considerado uma espécie de “terceiro-sexo”, condensando representações sociais e psíquicas de uma maneira de subverter uma lógica binária.

E bem verdade que as expressões de "terceiro sexo" ou "terceiro gênero" não são comuns nos textos dos autores brasileiros que escrevem sobre travestis. Mas esses autores, que argumentam em favor da "ambiguidade" e da "diferença" travesti; 'estão

¹⁸⁴“Dizer que travestis completam e aperfeiçoam as mensagens ou os discursos de gênero presentes na sociedade brasileira e muito diferente de dizer que travestis invertem tais mensagens” (KULICK, 2008, p.26).

repetindo basicamente as teses da crítica literária norte-americana. (KULICK, 2008, p.28).

A lógica das travestis estaria no comportamento sexual desempenhado de maneira ativa ou passiva do gênero, assim o “homem” seriam todos aqueles que penetram o “outro”, enquanto mulheres e “viados” são todos aqueles que são penetrados e exercem um sentido de passividade, assim, “como o único corpo penetrável nesse imaginário coletivo é o da mulher, um homem ser penetrado é a maior agressão possível a sua virilidade, ficando rebaixado ao feminino, perdendo sua honra, seu status superior” (SÁEZ, 2016, p.31). Como as travestis podem alterar entre essas posições sem maiores problemas, o sentido asséptico de gênero passa a ser em função da situação-contexto em que as práticas são exercidas e não necessariamente através das identidades de gênero ou da diferença dismórfica entre os sexos, como cita Rogéria, “se o cara me quer como ativo, é o Astolfo que está ali. Agora, se ele me quer como mulher, Marilyn Monroe ressuscita.” (PASCHOAL, 2016, p.227).

O ato da penetração torna-se uma performance definindo um sistema binário de gênero, entre “homens e não-homens”. Ainda, que “quando o corpo é apresentado como passivo e anterior ao discurso, qualquer teoria do corpo culturalmente construído tem a obrigação de questioná-lo como um construto” (BUTLER, 2013, p.183). Dessa maneira, o ânus ganha um novo sentido na medida em que aparece como um centro semântico de um discurso sobre a passividade. Isso acaba sendo evidenciado pela maior parte dos clientes das travestis que costumam procurar elas com o objetivo de serem penetrados por uma figura feminina.

O conhecido “Maricona¹⁸⁵” enquanto figura representada por um homem tipicamente masculino e com predileções heterossexuais, geralmente casados e com filhos, mas que encontra no pênis da travesti uma performance pornográfica de significação sexual fora da normativa de desejo. Ou seja, “para quem se prostitui, a ejaculação do cliente indica sucesso profissional. Enquanto para o homem, seja cliente ou não, reafirma a sua virilidade” (PELÚCIO, 2007, p.90). Segundo Preciado (2014) em *Manifesto contrasexual - Práticas subversivas de identidade sexual* (2014), o pênis representa o símbolo total de um regime heterocentrado, enquanto o ânus desempenha três funções importantes:

¹⁸⁵ E o que é ser uma maricona? O termo já foi usado para classificar homens afeminados e mais velhos, mas, pelo menos entre a rede de travestis que participa desta pesquisa, se disseminou e virou uma espécie de xingamento, de ofensa dirigida a certos tipos de homens. Aqueles que até passariam por “homens de verdade” na vida pública, mas que na privacidade das práticas sexuais escapariam para o desprestigiado pólo feminino, “virariam” (viados). (PELÚCIO, 2007, p.87). Também é importante notar que ser penetrado não inclui necessariamente uma identidade passiva, já que as “mariconas” não são afeminadas no seu comportamento cotidiano.

Um: o ânus é o centro erógeno universal situado além dos limites anatômicos impostos pela diferença sexual, onde os papéis e os registros aparecem como universalmente reversíveis (quem não tem um ânus?). Dois: o ânus é uma zona primordial de passividade, um centro produtor de excitação e de prazer que não figura na lista de pontos prescritos como orgásticos. Três: o ânus constitui um espaço de trabalho tecnológico; é uma fábrica de reelaboração do corpo contrassexual pós-humano. O trabalho do ânus não é destinado à reprodução nem está baseado numa relação romântica. Ele gera benefícios que não podem ser medidos dentro de uma economia heterocentrada. Pelo ânus, o sistema tradicional da representação sexo/gênero vai à merda (PRECIADO, 2014, p.32).

Nos estudos do desenvolvimento sexual da psicanálise, a maneira integrada de pensar as construções de conflitos internos do indivíduo, são organizadas de uma forma dinâmica, sendo elas: oral, sádico-anal, fálica e genital. As fases do desenvolvimento sexual psicosssexual restituem uma maneira particular de organizar a libido e uma modalidade específica em relação a um objeto. Também estruturam mecanismos de defesas e maneiras individuais de recalque e projeções que vão estar em jogo nas relações de desejo e sexualidade em termos de fantasias e representações na fase adulta.

Tal como a zona dos lábios, a zona anal está apta, por sua posição, a mediar um apoio da sexualidade em outras funções corporais. É de se presumir que a importância erógena dessa parte do corpo seja originariamente muito grande. Inteiramo-nos pela psicanálise, não sem certo assombro, das transmutações por que normalmente passam as excitações sexuais dela provenientes e da frequência com que essa zona conserva durante toda a vida uma parcela considerável de excitabilidade genital (FREUD, 1996, p.93).

O caráter “sádico-anal” da segunda fase pré-genital revela uma representação ambígua dos processos de formação de uma pulsão mais ativa ou passiva enquanto formação do objeto. “Como característica adicional, é próprio dela que os pares opostos de pulsões estejam desenvolvidos num estado de coisas descritos pela oportuna designação de “ambivalência” (FREUD, 1996, p.121). Freud explorar essa noção ambígua da zona erógena na constituição das relações de masoquismo e sadomasoquismo.

Para Pelúcio (2014), as políticas anais não só representam a distribuição análoga ao poder mas também as relações sociais e culturais geográficas que organizam o mundo. Dentro de uma perspectiva pós-colonial: os modelos de fantasias que constituíram as ideias de uma nação brasileira foram pensados dentro de uma ordem masculina, branca e heterossexual. Segundo Mignolo (2008), um regime republicano é marcado por uma relação entre estado, masculinidade e maneiras de autocontrole, no sentido viril da questão, na qual “apenas aqueles que provassem seu autocontrole [...] – poderiam ter reconhecido seu status de

verdadeiro cidadão nacional” (MIGNOLO, 2008, p. 43). Assim, Pelúcio (2014) restitui o corpo geográfico do poder a partir da concepção na qual “se o mundo tem cu é porque tem também uma cabeça” (PELÚCIO, 2014, p.132). A partir de uma perspectiva pós-colonial, as relações binárias de sentidos passam a ser construídas em tempos diferentes, fala-se do outro, em acepção diferente do falado, como se estivessem diametralmente separados.

Ao construir cada pólo das dicotomias “nós/ outros”, “West/rest”, “civilizado-bárbaros” separadamente, e não como relacionados, esconde-se que o significado decorre sempre de relações e não de essências isoladas. É o que Jacques Derrida chamou de lógica da suplementariedade. Essa operação discursiva permite que se naturalizem diferenças, a partir da articulação de pares de oposição como simples negação das diferenças entre os pólos do dualismo e não como parte de um mesmo sistema, no qual o hegemônico só se constrói em uma oposição necessária a algo inferiorizado e subordinado. (PELÚCIO, 2014, p. 132).

As relações entre norte e sul¹⁸⁶ são pavorosas na medida em que constroem efeitos de subordinações de representações epistemológicas. Segundo Santos (2010), do centro a periferia é construída margens sociais e políticas de dominação onde os processos históricos marcam subjetividades.

O longo processo da colonialidade começa subjetiva e intersubjetivamente em um encontro tenso que tanto constitui a normatividade capitalista, moderna colonial, quanto não se rende a ela. O ponto crucial sobre esse encontro é que sua construção subjetiva e intersubjetiva informa a resistência oferecida aos ingredientes da dominação colonial (LUGONES, 2014, p.941).

Ainda no contexto etnográfico de Kulick (2008), essa maneira de pensar os gêneros como parte essencial de uma cultura e suas representações performáticas dentro de um discurso pós-colonial, torna a travesti um personagem central quando pensamos em uma representação brasileira para falar sobre “sexo”, “gênero” e “sexualidade”. A era farmacopornográfica ilustra o caráter central das relações culturais e sociais que a periferia Latino-Americana detém em relação aos processos tecnológicos e epistemológicos desenvolvidos no Norte.¹⁸⁷

¹⁸⁶ O Sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceções como, por exemplo, da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhante ao do Norte global (Europa e América do Norte). (SANTOS, 2010, p.19).

¹⁸⁷ Da América, acrescentou-se o fenótipo. O sexo e a idade são atributos biológicos diferenciais, ainda que o seu lugar nas relações de exploração/dominação/conflito esteja associado à elaboração desses atributos como categorias sociais. (SANTOS, 2010, p.98).

A tecnociência estabeleceu sua autoridade material, transformando os conceitos de psiquismo, libido, consciência, feminilidade, masculinidade, heterossexualidade, homossexualidade, intersexualidade e transexualidade em realidades tangíveis que se manifestam em substâncias químicas e moléculas comercializáveis em corpos, em biótipos humanos, em bens tecnológicos geridos pelas multinacionais farmacêuticas (PRECIADO, 2018, p.37).

O desenvolvimento da biotecnologia não só possibilitou alternativas para estabelecer uma nova transformação social no contexto das geografias periféricas, mas impactou diretamente no desenvolvimento histórico da construção de um “dispositivo sexual brasileiro”. Assim, as travestis passaram a incorporar modelos tradicionalmente atribuídos as mulheres cisgeneras no trabalho sexual, na medida em que a distribuição de hormônios encontrou em seus corpos uma demanda de representação binária de gênero, embora essa relação se fez emergir uma ruptura com a própria binariedade do gênero e da sexualidade. Na qual uma “nova epistemologia visual, discursiva e corporal promoveu um curto-circuito no sistema de semelhanças e oposições, definidor das anatomias sexuais masculinas e femininas; ou seja, de homens e de mulheres “de verdade” (VERAS, 2017, p.93).

Homens que normalmente procuravam mulheres cisgeneras na prostituição passaram a considerar as travestis atraentes o suficiente dentro de um padrão estabelecido de feminilidade. Longe das representações do “viado-carnavalesco”, em algum momento essa mudança paradigmática encontrou nos corpos das travestis uma excitação constante que passou a incorporar uma realidade diferente. Um encontro farmacopornográfico se estabeleceu nos entrecruzamentos sociais e políticos de uma transformação do cenário brasileiro da década de 1970, a partir de um dispositivo da sexualidade, incorporado com novas biotecnologias estruturais vindas do norte.

em virtude do aumento do número de pontos de prostituição especificamente travesti *pari passo* ao período de liberalização ampla (na esfera sexual inclusive) que o Brasil experimentava apos décadas de regime militar que a prostituição travesti começou a se tornar um fenômeno instituído nas maiores cidades do país em meados dos anos 1980, e que as travestis passaram a ser capazes de ganhar a vida exclusivamente com a prostituição. (KULICK, 2008, p.159).

Segundo Preciado (2018), a produção farmacopornográfica define os preceitos máximos de uma economia baseada na intensificação dos afetos narcosexuais, a partir de um fluxo constante de demandas de desejos, prazeres de excitação. Não obstante, a gestão técnica do corpo transforma de maneira estética, alucinógena a percepção na medida em que internaliza os objetos de uma forma dinâmica de consumo. Os limites são apagados e ficam

difusos na medida em que esses processos acontecem e tornam os recursos sociais e políticos parte estruturante de uma nova maneira de sentir o espaço e o tempo¹⁸⁸. Dessa forma “ser” travesti estaria ligado não somente as concepções de gênero, mas também a uma subjetivação enquanto um processo biotecnológico de expressão da identidade.

Ainda durante o crescente período dos anos de 1980, houve um número expressivo de fluxo de travestis que emigraram à Europa com o objetivo de trabalhar com prostituição e se apresentar em casas noturnas. O Brasil se tornou o maior “exportador” de travestis e muitas retornavam visitando sua família, contando seu sucesso, tanto financeiro quanto na própria construção da feminilidade. A partir dessa relação, foi criado um contexto interdependente de ordem social, econômica, biotecnológica e cultural de gênero e sexo entre o Norte e o Sul. Enquanto no Brasil apenas estavam disponíveis as tecnologias hormonais, na qual as cirurgias plásticas e prostéticas possuíam um valor muito elevado, impossibilitando muitos de realizar. Na Europa, em função do euro, existia a possibilidade de realizá-las mais facilmente, o que tornava a transição muito rápida e eficiente.

Especialmente em Paris, onde, desde o final da década de 1940, os espetáculos de travestis eram uma tradição das melhores casas noturnas e seus artistas gozavam de relativo prestígio social. Com o passar dos anos, o maior requinte das produções e o rigor profissional dos elencos dos cabarés parisienses passaram a exigir, também, o crescente investimento pessoal na construção de uma feminilidade “irretocável”. Em sua busca pela perfeição no transformismo, corpo e rosto tornaram-se objeto de diferentes intervenções médicas e cirúrgicas. À época, rinoplastia e outras breves correções faciais eram comuns; as cirurgias de “troca de sexo”, além de caras, eram ainda uma raridade acessível a somente poucos (GUIMARÃES, 2015, p 50).

A relação entre Norte e Sul, possibilitou uma nova dinâmica no corpo das travestis, através de uma “tecnociência-colonial”. Esses elementos definiram um “dispositivo local” para pensar o gênero sendo representados na identidade das travestis. Um processo colonial de contingência a partir de corpos e identidades a partir de novas tecnologias.

Os processos normativos que constituiriam colonialidades sobre as diversidades corporais e de identidades de gênero, para fins de contribuição à criação e sofisticação de instrumentos decoloniais antiopressivos, também podem ser compreendidos como violências de caráter cissexista – cissexismo que é institucionalizado e produzido a partir de culturas e sociedades atravessadas por colonialidades interseccionais ‘outras’ (VERGUEIRO, 2015, p.74).

¹⁸⁸ O poder não se localiza apenas no corpo (“feminino”, “infantil” ou “não branco”) enquanto espaço tradicionalmente imaginado como pré-discursivo e natural, mas também em um conjunto de representações que o transformam em sexual e desejável (PRECIADO, 2018, p.51).

Também não podemos deixar de mencionar os recursos alternativos as caríssimas cirurgias de implantes de silicone da época. A utilização de parafina líquida e do silicone líquido, conhecido como silicone industrial, que constituíam rápidas maneiras de adquirir um corpo feminino desejado, para possuir algum tipo de legitimidade dentro do mercado da prostituição cada vez mais competitivo. Dessa maneira, “o silicone industrial também surge relacionado à prática travesti, principalmente pelos riscos que representavam para a saúde” (VERAS, 2017, p.89). O acesso ao silicone industrial era feito por meio de outras travestis que dominavam a técnica de aplicação e constituía um importante passo na construção da identidade feminina. Esses procedimentos mesmo que fossem doloridos eram vistos como parte integral do percurso para se tornar travesti, principalmente no tocando aos seios. Como os procedimentos eram clandestinos e feitos sempre a margem de clínicas ou hospitais, sem qualquer tipo de acompanhamento médico ou supervisão de um profissional de saúde, em muitos casos podiam ser fatais ou deixar sequelas para o resto da vida. As travestis especializadas na aplicação do silicone industrial são conhecidas como “bombadeiras” e cobram um determinado valor na aplicação, sendo relativamente acessível e possibilitam às travestis uma maneira rápida de adquirir formas femininas.

Nesse sentido, é razoável que se pense que, à época, o processo de construção e de aprimoramento da subjetividade de travestis estava condicionado à máxima articulação entre observação, aprendizagem e pronta aplicação do conhecimento adquirido com os pares (GUIMARÃES, 2015, p.48).

Reportagens como de Goulart de Andrade, no programa Comando da Madrugada na TV Gazeta, ajudaram a criar uma representação negativa e sensacionalista sobre a maneira com que muitas travestis faziam uso do silicone industrial no corpo, ao mesmo tempo em que chamava atenção para o estigma, preconceito e o descaso de autoridades públicas para a questão. A matéria intitulada: *Casa da Bartô: Aplicação de Silicone Industrial em Travestis*¹⁸⁹, exibida em 1985 na antiga TV Gazeta, trazia as maneiras com que um grupo de travestis da grande São Paulo fazia uso da substância e como era o trabalho da prostituição nas ruas. Na reportagem é possível perceber que apesar do risco envolvido na aplicação, Bartô, a travesti que faz a aplicação nas outras do grupo, possuía um amplo conhecimento

¹⁸⁹ ANDRADE, Goulart de. e MAIO, Andrea. Casa do Bartô; aplicação de silicone industrial em travestis 1985. Edição Arquivo Transformista, Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=YQjPfouRaAk>.

sobre a anatomia e os efeitos consideráveis da substância, empregando métodos empíricos com certo manejo clínico.¹⁹⁰

Não obstante, as travestis já compartilhavam e experimentavam o próprio conhecimento de seus corpos enquanto autocobaia, através de observações, comparações relativas aos seus efeitos de feminilização. Embora suprimindo uma demanda do mercado sexual da prostituição “as transformações corporais de travestis, comumente julgadas como exageradas, parecem ser requisitos profissionais para a prostituição”. (CARVALHO, 2018, p.13). Seus conhecimentos e processos de transformação são obtidos a partir do próprio grupo, longe da medicina tradicional. No Brasil, na qual o próprio conhecimento sobre o corpo trans-travesti foi desenvolvido durante muito tempo a margem do conhecimento hegemônico da ciência e do estado.

Segundo Barbosa (2015), muitas dessas epistemologias sobre pessoas trans * foram construídas a partir de uma lógica externa de assimilação de uma política trans-global de sujeitos¹⁹¹, sem levar em conta a maneira com os corpos foram construídos no Sul. O sentido de autocobaia é importante na compreensão da emergência das travestis, por que evidencia a maneira marginal e individual na qual esses corpos foram construídos no Sul. Isso implica uma maneira crítica de pensar como os processos tecnológicos e subjetivos foram incorporados na era farmacopornográfica no país.

O princípio da autocobaia, como transformação política e modo de produção de saber "comum", seria crítico na construção de práticas e discursos do transfeminismo e dos movimentos de libertação de minorias sexuais, raciais, de gênero e somatopolíticas. Trata-se, utilizando a expressão de Donna. J. Haraway, de uma prática modesta corporal, implicada e responsável de fazer política; quem quiser ser um sujeito político que comece por ser rato de seu próprio laboratório (PRECIADO, 2018, p. 370).

Assim, o sentido de autocobaia das travestis compreende um estado somatopolítico na maneira na qual esses processos de transformação são capazes de mudar e subverter a própria subjetividade, sem necessariamente estar restituído a um campo hegemônico de uma ciência tradicional desenvolvida no Norte. Podemos afirmar que “O sul incorpora pelo cú, os processos desenvolvidos no Norte”. Dentro de um contexto Latino-Americano, como no caso

¹⁹⁰“Bombadeiras não são propriamente agentes médicos ou de cura, mas lidam diretamente com o corpo, sua transformação, cuidados e embelezamento, o que, para as travestis, relaciona-se com uma aparência feminina e, assim, com a saúde.” (PELÚCIO, 2007, p.260).

¹⁹¹ “O movimento internacional trans tem se constituído, embora critique as convenções médicas, acaba por vezes, restaurando esse processo colonizador. Fazendo um neologismo com o conceito de globalização, chamo esse processo de transglobalização.” (BARBOSA, 2015, p.170).

do Brasil, esses processos de “autointoxicação voluntária” constituíram uma base fundamental para a emergência de uma identidade travesti nos países periféricos ao capitalismo.

Os fármacos enquanto elementos distributivos e descentralizados em uma interdependência pós-colonial entre Norte e Sul, proporcionaram transformações significativas na identidade de um determinado grupo. O caso da Guerra do ópio, na China, ilustra um pouco esse aspecto, o hábito de consumo da substância foi introduzido de maneira implícita pelos Ingleses, através do tráfico, como uma maneira de criar uma demanda. Segundo Duarte (2005), a partir do momento em que o Império Chinês se viu refém da alta demanda da exportação, tomou medidas de proibir o consumo entre sua população, com medo de uma desestabilização, já que a interdependência poderia gerar um controle colonial ainda mais estreito, do que já acontecia pelo Império Britânico. Nesse sentido, a Guerra do ópio (1839-1842 e 1856-1860) foi uma tentativa de controle biopolítico através da criação de uma demanda artificial da subjetividade de uma nação. Portanto, Preciado (2018) salienta para as armadilhas do neoliberalismo enquanto uma tecnociência de controle e sua produção em uma era farmacopornográfica de mercado. Segundo ele, existem duas maneiras de compreender esses aspectos:

O primeiro é preservação de estados políticos teológico-humanistas que regulem a ação da economia liberal farmacopornográfica (ou seja, o livre comercio, seja democrático ou totalitário em um contexto de globalização. atuais corporações farmacopornográficas funcionariam como tentáculos de livre mercado dentro dos atuais estados-nação (que continuariam percebendo a si mesmo como soberanos e patriarcais) e negociariam com estes para determinar suas diretrizes para a produção, o uso e consumo de próteses químicas e códigos semióticos sexuais e de gênero.[...] O segundo é a transformação do Estado-nação em um devir desterritorializado abstrato da indústria farmacopornográfica. Poderíamos também assistir a um processo de privatização dos atuais Estados-nação que se verão progressivamente absorvidos pelas industrias farmacopornográficas.(PRECIADO, 2018, p.407).

Segundo Preciado (2018), esse processo já acontece e é incorporado pelo Estado, na qual as indústrias farmacêuticas detêm o *copyright* do princípio ativo de muitas substâncias imprescindíveis na manutenção de diversas populações (fármacos para diabetes, oncológicos entre outros). E agora mais recentemente na produção incessante da vacina do coronavirus (COVID-19). A maneira com que essas substâncias são percebidas e incorporadas ao Estado, é o que as categoriza enquanto um instrumento político (a pílula contraceptiva ainda é vendida somente para esse objetivo, embora há mais de 30 anos pessoas trans fazem uso dela, mas não existem qualquer indicativa na bula para esse grupo de pessoas), nem mesmo existe uma produção de baixo custo do estrogênio-progesterona especialmente para esse grupo,

apesar da demanda. A gratuidade do acesso só é colocada na medida em que o sujeito trans passa a se submeter ao processo transexualizador no SUS. O Processo Transexualizador do SUS (PTSUS) por meio da Portaria 1707/200811, foi incorporado na medida em que permitiu a realização de procedimentos transgenitalizadores (hormonioterapia e procedimento cirúrgico), incorporando-os na tabela do SUS. Vamos abordar essa questão no próximo tópico, relativo à questão transexualidade.

CAPÍTULO V

6 A TRANSEXUALIDADE NO CONTEXTO BRASILEIRO.

Somente após o “fenômeno Roberta Close” é que parte da população começou a debater e questionar os signos e representações associados às questões de transexualidade no Brasil. Enquanto a Travesti tinha um lugar definido no contexto social brasileiro, entre a marginalidade da prostituição e o fascínio da transformação corporal como um personagem extravagante, ambivalente e às vezes perigosa. Já a transexual emerge como uma maneira de subverter essa percepção, trazendo “legitimidade” no paradigma da identidade de gênero, de

uma maneira mais “institucional”¹⁹². As discussões em torno da “verdadeira natureza” do gênero da Roberta Close estimularam uma série de construções simbólicas no imaginário brasileiro sobre o universo trans*.

o “fenômeno Roberta Close” é uma produção da matriz heterossexual que tenta estabelecer a “verdade do gênero” em correspondência com a “verdade do sexo”, por outro, as controvérsias – que revelaram os limites e as fissuras dessa mesma matriz e deslocaram os discursos heteronormativos sobre as mulheres e travestis – em torno da modelo provocaram uma confusão no gênero (VERAS, 2017, p.120).

Segundo Veras (2017), ela foi muitas vezes referenciada em revistas e jornais como um “enigma”, colocada ao lado das “mulheres de verdade”, como sinônimo de legitimidade. Normalmente afastando o modelo estigmatizado sobre o estereótipo da travesti da prostituição, esse suposto “enigma” era incitado pela mídia como uma espécie de dispositivo na medida em que explorava sua “dupla” representação de Roberta como mulher legítima. Como já demonstrado, o “dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 1999, p.100). Possivelmente Roberta Close representou para o contexto brasileiro um significado similar ao que Christine Jorgensen foi para os americanos.

Dessa maneira, a transexual representada na figura de Roberta Close agrupava todos os elementos legítimos sobre o “feminino-normativo” que configuravam sua “verdade sobre o sexo”, ao mesmo tempo em que contrastava diretamente com a figura marginal e ambígua da travesti, isto é, as “pessoas” só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero” (BUTLER, 2013, p.37). Santos (2010) argumenta que questão da emergência da transexualidade no Brasil foi pensada na incorporação das questões de direitos individuais no campo da sexualidade, nos debates científicos sobre sua natureza pela comunidade intelectual, científica e médica, isto é “a construção do dispositivo da transexualidade deve ser entendida dentro de um contexto de medicalização tanto do corpo individual, quanto social”(SANTOS, 2010, p.58).

Durante a ditadura militar a veiculação de imagens pornográficas não era definitivamente um problema, levando-se em conta o sucesso da revista Playboy e das produções de pornochanchada. Segundo Del Priore (2004), durante esse período a sexualidade

¹⁹² As categorias travesti e transexual eram produzidas em relação e constituíam posições de sujeito – lugares sociais – na articulação de diversas convenções que levavam em conta não somente as convenções médicas de gênero e sexualidade, mas uma série de historicidades e processos de diferenciação entre estas categorias no contexto brasileiro. (BARBOSA, 2015, p.23).

foi centralizada em uma suposta democratização do prazer e aos poucos foi incorporada ao discurso populista da sociedade.

Ao defender a ideia do “direito ao prazer”, os pais da época fabricaram um tipo de sofrimento: o que nascia da ausência do prazer. Ao mesmo tempo, tinha início a democratização da beleza – graças à multiplicação de produtos, academias de body building, consultórios de cirurgia plástica, etc. –, fato que tanto levou à busca do bem-estar quanto às tensões e frustrações por não o encontrar. Junto, mas, lentamente, forjava-se a intolerância à doença, à fragilização dos corpos e ao envelhecimento. Sexualidade em dia e saúde davam-se as mãos. O “direito ao prazer” tornou-se norma. E norma cada vez mais interiorizada. Apenas conformando-se a essa regra seria possível sentir-se feliz, alegre e saudável. (DEL PRIORE, 2004, p.199).

Ainda segundo a autora, o contexto em que proporcionou o surgimento de obras pornográficas no Brasil de grande visibilidade nacional eram reflexos de uma sociedade em constante transformação, na qual “o gênero apenas refletia as mudanças da década: pílula anticoncepcional, movimento feminista e liberação de costumes” (DEL PRIORE, 2014, p.202). Essa relação ambígua entre o contexto brasileiro e a sexualidade projetava figuras excêntricas, sejam de travestis, transformistas ou homossexuais na televisão, revistas e de uma maneira bastante marginal eram “aceitas” pela população. A própria concepção de transexualidade ainda era um “tabu” nos grupos de travestis na qual “o argumento da impossibilidade de alterar o sexo inato explica, alias as suspeitas e o desprezo que as travestis manifestam em relação aos transexuais” (KULICK, 2008, p.101).

Segundo Veras (2017), o “fenômeno Roberta Close” como forma de apelo popular surgiu partir de 1984 quando ela realizou um ensaio fotográfico para a revista playboy e se tornou conhecida nacionalmente. Inicialmente ela foi classificada como uma travesti, mas logo essa categoria começou a ser questionada devido à aparente passibilidade feminina em que Roberta manifestava¹⁹³. O “mito” sobre a Roberta Close “foram acionados enunciados baseados no elogio da beleza e da docilidade da modelo” (VERAS, 2017, p.118). O “enigma” apontado por Roberta Close estava justamente na resposta da sua “natureza”, isto é, qual o sexo de Roberta? Segundo Leite (2011), a construção da identidade transexual no Brasil, surge justamente na diferenciação da travesti e da mulher-cisgenera, sendo que a cirurgia de resignação aparece no debate público como um elemento que irá fazer essa diferenciação.

¹⁹³ “Ainda que Roberta tenha se assumido como transexual na revista Playboy, parte da imprensa brasileira, inclusive, a de Fortaleza, a considerou “um” travesti. Desse modo, o ineditismo atribuído à La Close, que a transformou em “fenômeno”, “mito” e “marco social”, foi construído em oposição associação à representação do sujeito travesti recorrente na sociedade na época”. (VERAS, 2017, p.120).

A própria Coccinelle que era ícone de muitos homossexuais e travestis, já havia feito a cirurgia de resignação ainda na década de 1950 e muitas travestis que emigraram para a Europa no período também a realizaram. A cirurgia de “mudança de sexo” era bastante conhecida dentro da comunidade homossexual e travesti no Brasil, mas como não havia a possibilidade de realizá-la no país, a “discussão” normalmente ficava com as travestis que permaneciam na Europa. Segundo Borba (2016), até 1997 a cirurgia de resignação de sexo era considerada crime de mutilação grave no país pelo Código de Ética Médico Brasileiro, podendo levar o responsável a cassação da profissão e até mesmo a prisão. A cirurgia era percebida com determinada ambivalência pelas travestis, considerando que o procedimento era ilegal no país. Dessa maneira, ser travesti ou homossexual não era crime, mas ser transexual implicava em confrontar uma série de instituições políticas, sociais e jurídicas, que na época não era possível a comunidade homossexual e travesti. Isso ajudava a tornar a questão da transexualidade ainda mais obscura.

Vejamos a reportagem do jornal *Lampião da Esquina* na edição n.35 de abril de 1981, intitulada: *A Bicha que virou Mulher; Uma discussão sobre transexualismo*. Observamos, o comentário sobre a transexualidade em um dos redatores da matéria.

O deputado José de Castro Coimbra, médico, dono de clínica, e inscrito no PDS paulista, elaborou um projeto de lei no qual regulamenta as operações de transexualismo. Transexualismo? Corro até a estante e pego o dicionário Aurélio para tirar as dúvidas: nele, a palavra não existe. Mesmo assim, é o maior ibope na chamada classe guei: todo o mundo fala de transexualismo; todos **comentam a tal operação**; tem os prós e os contras, mas ninguém perde a chance de discutir o tema. Quanto a mim, tenho minhas dúvidas sobre os resultados desta mudança. O mais imediato, segundo informações que colhi de fontes **fidedignas** (quer dizer, bichas já operadas) é que, a partir da castração (ou ablação, como prefere o deputado Dr. Coimbra), o gozo se torna impossível. Eu, que gosto muito, mas **muito mesmo**, de gozar, fico chocado com uma notícia destas. (MOREIRA, 1981, p.5) – Grifo da autora.

O projeto de lei do deputado José de Castro Coimbra foi impulsionado pelo caso envolvendo o médico Roberto Farina, que realizou a primeira cirurgia de resignação no Brasil em 1971 e sofreu uma série de sanções pela questão. Contudo, deixamos para discutir essa questão posteriormente. Certamente, outro debate bastante comum, durante as travestis da época estava veiculado a relação dos efeitos colaterais envolvendo a cirurgia, bem como sobre a legitimidade da própria identidade sobre possuir ou não, uma vagina “artificial”. Tendo em vista que as travestis se destacavam pela ambiguidade de ter um pênis e uma imagem bastante feminina pelos hormônios e pelas cirurgias prostéticas e necessitavam do órgão para exercer sua profissão, já que muito dos seus clientes as solicitavam no papel de passivos. A questão

da possibilidade de “gozar” ou “não”, aparecia com certa frequência. Levando em conta que o “sexo” era uma definição importante para comunidade homossexual, logo possuir um “órgão inapto” de prazer a partir da cirurgia de resignação tornava a questão ainda mais complicada e polêmica¹⁹⁴. Era como se a cirurgia de resignação apagasse a própria identidade homossexual do sujeito. Contudo, o redator continua:

Mas além deste problema urgente e imediato (**pra onde vão os espermatozoides da bicha que não pode gozar: pra cabeça? Mas a cabecinha dela, segundo os médicos que a operaram, é de mulher!**), existem outros, psicológicos e legais. Conheço várias operadas, mas nenhuma delas deixou de ser, apesar de ter cortado tudo, visivelmente homossexual; são os ambientes *homos* que elas procuram, são os amigos homos, é a mesma telha mitologia homo que elas continuam a cultivar pela vida a fora. **Muda a aparência, mas, debaixo desta, o que continua existindo é uma boa bicha, castrada ou não. E então?** Não seria a figura do transexualismo apenas outro artifício da chamada **máfia de branco**, os médicos sequiosos de lucro? Hem? As operações custam verdadeiras fortunas, e as bichas ganham dinheiro. Dai... O negócio é operar, ficando a preocupação principal, ou seja, saber se os clientes estão ou não mudando de sexo, em plano secundário. (MOREIRA, 1981, p.5) – Grifo da autora.

Apesar do comentário irônico sobre os espermatozoides, a cirurgia aparecia como uma forma de preocupação dos limites identitárias na qual a homossexualidade terminava e a mulher começava. A ideia de que a transexualidade determinava uma ordem heterossexual e apagava a bicha, era uma das críticas mais comuns do meio. De forma semelhante às críticas feministas da época, a transexualidade era percebida como uma espécie de “cura” aos homossexuais afeminados. E como já ressaltamos com a despatologização da homossexualidade em 1973 a comunidade homossexual procurava se aproximar cada vez mais da norma e se distanciar da concepção de transtorno que a imagem da transexualidade trazia pela sua relação de “dependência” de médicos e psiquiatras. Outra questão levantada pelo redator é que apesar de ter feito a cirurgia de resignação, muitas transexuais ainda continuavam orbitando aos espaços dos homossexuais, o que indicaria que elas ainda estariam em uma condição marginal, quebrando o paradigma que a cirurgia de fato tornaria ela “uma mulher”. O gênero de “ser mulher” nesse caso indicaria que a transexual poderia acender ao grupo dos heterossexuais e receberia legitimidade por isso. Mas o redator desconstrói essa narrativa afirmando que ela sempre volta aos círculos dos homossexuais. Por fim, o redator:

¹⁹⁴ No estudo antropológico de Kulick é possível perceber como essa questão era polêmica e delicada “Os transexuais são chamados de bichas operadas ou bichas castradas. Algumas travestis dizem ainda bichas mutiladas. Em algumas ocasiões, quando se quer diferenciá-los das travestis, os transexuais podem ser chamados simplesmente de “bucetas”. Ouve-se essa designação, por exemplo, quando travestis lêem reportagens sobre travestismo e transexualismo em revistas e alguma foto levanta dúvida sobre a pessoa fotografada é mulher. E alguém responde: “Não, é buceta”. No entanto, as travestis “nunca” chamam as transexuais de mulher (KULICK, 2008, p.101).

Sim, porque a parte legal não é levada a sério (no projeto do deputado médico-pedetista nada há a respeito). As bichas ganham um **arremedo de xoxota**, mas continuam com identidade masculina, ou seja, ainda são os senhores fulano de tal, e **não as madames que gostariam de ser**. Um projeto que só vem beneficiar os médicos sequiosos para ganhar dinheiro na tal operação, sem ligar a mínima para os possíveis operados, deve ser combatido e denunciado. Ele se torna ainda mais suspeito quando se sabe que foi aprovado, na Câmara dos Deputados, sem qualquer discussão. **O quê?** Mas não era um assunto polêmico? (MOREIRA, 1981, p.5) – Grifo da autora.

Quando ele faz menção à ideia de um “arremedo de xoxota”, certamente estava trazendo a ideia de uma “mutilação” da região genital. Segundo (BAGAGLI, 2019, p.51), a noção de mutilação como forma de ressignificar a “cirurgia transexual” é invocada como uma maneira de representar a pessoa transexual enquanto um sujeito passivo das incursões médicas. Essa concepção torna a transexualidade cúmplice de uma modalidade cirúrgica sobre o sexo¹⁹⁵. a cirurgia seria uma modalidade de “mutilação” está presente nas críticas de feministas como Raymond e seria um termo amplamente perpetuado para criticar a própria ideia de transexualidade. Contudo, outra ideia bastante equivocada é que a vagina “criada” pela cirurgia seria abjeta e pouco funcional, com efeito somente estético. Preciado (2014) entende as acepções do sexo, como um sistema diferenciado que fixa as normas de gêneros a partir do momento em que o sujeito é concebido como menina ou menino. As operações cirúrgicas de resignação seriam efeitos secundários, dessa atribuição, enquanto uma relação de tecnologia biopolítica sobre gêneros.

As operações mais conhecidas sob o nome de cirurgia de mudança de sexo e de reatribuição sexual que são popularmente estigmatizadas como casos limite ou exceções estranhas, não passam de mesas secundárias nas quais se renegocia o trabalho de recorte realizado sobre o primeira *corte* da mesa de operações no *corte* abstrato pelo qual todos nós passamos. A própria existência das operações de reatribuição ou mudança de sexo, assim como os regimes de regulação legal e médico que estas suscitam, são a prova de que a identidade sexual (“normal”) é sempre e em todo caso o produto de uma tecnologia biopolítica custosa (PRECIADO, 2014, p.128).

Outro argumento bastante se refere ao fato do redator fazer menção “*as madames*”, isto é; a relação de classe implícita que aparece na ideia de transexualidade no Brasil. A noção que as bichas seriam “transformadas em mulheres ricas” e integradas a ordem

¹⁹⁵ “O uso da forma nominalizada “mutilação” para significar tanto a “cirurgia transexual” como “transexualismo” expressa um efeito de indistinção sobre quem seria o agente e o paciente do ato de mutilar. O “transexualismo” chega a ser definido categoricamente como um “abuso médico”, o que não é capaz, no entanto, de estancar a equivocidade dos inúmeros efeitos de indistinções entre agente e paciente.” (BAGAGLI, 2019, p.51).

heterocisnormativa “sustentadas por um marido”, poderia representar certa ousadia ou mesmo loucura do próprio sujeito homossexual naquele momento. O fato de ser reconhecida como “fulano”, também era um imperativo a questão, pois naquele momento ainda não era possível mudar o nome ou o sexo na certidão de nascimento. Segundo Figueiredo (2017), quando a questão começou a ser debatida havia uma preocupação constante que a transexualidade fosse legitimar a falsidade ideológica.¹⁹⁶

Não obstante, quando as primeiras cirurgias de resignação foram feitas no começo do século XX elas foram acompanhadas legalmente de uma mudança do nome e identidade das transexuais. Quando Lili Elbe realizou sua cirurgia de resignação, o Estado dinamarquês autorizou-lhe a mudar seu nome e ela recebeu uma nova certidão atestando seu sexo feminino. Ou seja, não estava em jogo apenas o procedimento cirúrgico, mas também toda transformação legal e institucional que ela poderia trazer para que a transexual pudesse ser legitimada em mulher. Segundo Meyerowitz, (2002), quando Jorgense retornou para os Estados Unidos em 1952 se tornou uma sensação e a principal vitrine da discussão sobre a resignação. Nesse sentido, é importante salientar que de maneira midiática a questão da cirurgia veio antes da identidade “transexual”, que seria concebida pouco tempo depois como um fenômeno mais complexo e popularizada pelo médico Harry Benjamin, embora com precedentes anteriores como a questão do “hermafroditismo psíquico” de Richard Von Krafft-Ebing. A mídia Americana veiculou a figura de Jorgense essencialmente a cirurgia e a própria narrativa dela alimentou esse discurso, sobre como se sentia e sua dificuldade em se relacionar com outros homens, possuindo um pênis. O objetivo não era só se distanciar da imagem do homossexual afeminado, como corroborar para a ideia de um sofrimento psíquico pregresso a questão de possuir uma aparência feminina e um órgão masculino¹⁹⁷. Apesar disso, a imagem da “transexual verdadeira”, mais tarde foi veiculada a um suposto “homossexual feminino por natureza” remetendo a uma relação intersexual tanto nos diagnósticos de Benjamin como de Stoller.

Já no Brasil, a cirurgia não parecia uma opção muito favorável as travestis que residiam no país, pois além do procedimento ser crime, não havia precedentes para uma

¹⁹⁶ Levando em consideração os direitos adquiridos “A mudança do nome social na Justiça também reflete a humanização da sociedade frente à diversidade de identidade de gêneros e personalidades, ajudando a promover uma sociedade mais justa, integradora e pacífica frente às diversidades.” (FIGUEIREDO, 2017, p.335).

¹⁹⁷ “Para muitos transexuais, a transformação do corpo, mediante o uso continuado de hormônios, já é o suficiente para lhes garantir um sentido identitário. Há pluralidade de interpretações e de construções de sentidos para os conflitos entre o corpo, sexualidade e a subjetividade nessa experiência” (BENTO, 2008, p.182).

mudança legal da identidade. Como demonstramos, as primeiras brasileiras a realizarem a cirurgia costumavam permanecer fora do país.

Essa mesma edição de 1981, realizou entrevistas com algumas travestis na região do Rio de Janeiro sobre a questão da cirurgia de “mudança de sexo”. Claudia Celeste, uma das travesti entrevistadas respondeu o seguinte quando perguntada se faria o procedimento:

Para mim transexuais somos nós, os travestis. Não podemos dizer não somos transexuais. Um homem que tem vontade de se vestir de mulher é uma coisa e o homem que leva sério vestir-se de mulher é outra. [...] Este negócio de dizer que não somos mulher é bobagem. Se estamos de cabelo comprido, unhas pintadas, e nos comportamos como mulher, somos mulheres. Nós nos vestimos de mulher fora do palco também. Temos vontade de ser mulher. (CELESTE, 1981, p.5).

Nas palavras de Celeste, a questão da transexualidade estava veiculada a quanto “um homem leva a sério se vestir de mulher”. Ela reconhece que os comportamentos de *performance* são mais importantes para ser reconhecida como mulher, do que qualquer outra coisa. Assim, “o travesti também revela a distinção dos aspectos das experiências do gênero que são falsamente naturalizados como uma unidade através da ficção reguladora de coerência heterossexual (BUTLER, 2012, p.196). Outra entrevistada chamada Veruska, dançarina do grupo Gay Fantasy, colega de Rogéria, responde seguinte:

[...] acho uma maravilha. Quando esta **lei for aprovada** será um sinal de civilização, mostrando assim que nós brasileiros estamos evoluindo. As bichas saem daqui e vão fazer a operação na Europa. Por que não gastar dinheiro com os médicos da nossa terra? Para mim isto vem mostrar que os brasileiros estão ficando com a cabeça evoluída. (VERUSKA, 1981, p.5) – Grifo da autora.

A lei que Veruska se refere é aquela que o redator do jornal cita no início do tópico, do deputado José de Castro Coimbra. A lei aprovada acrescentava ao artigo 129 do código penal o seguinte parágrafo: *Não constitui fato punível a ablação de órgãos e partes do corpo humano, quando considerada necessária, em parecer unânime de junta médica e precedida de consentimento expressivo de paciente maior e capaz*¹⁹⁸. Na concepção da palavra “evoluída” de Veruska, está implícita as mudanças civis na identidade em que a legalização da cirurgia poderia trazer. Veruska mesmo em outra edição anteriormente relatou que já vivia quotidianamente como mulher utilizando hormônios e roupas femininas. Inclusive na edição que menciona o seu caso descreve a relação conflituosa do síndico do seu prédio e o fato de

¹⁹⁸ BRASIL.Congresso Nacional. Projeto de Lei nº 1909 de 1979. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=197570>>

Veruska viver como mulher. Outra entrevistada chamada de Jane, trás o seguinte comentário sobre a cirurgia.

Acho maravilhoso porque, quando uma pessoa quer fazer uma coisa que a realize, acho divino. **E o caso dos transexuais.** Se eles lutam por este tipo de operação, e de repente é liberado, é uma vitória. Sou totalmente a favor. Só que eu não faria esta operação; **estou com a cabeça ótima.** (JANE, 1981, p.5) - Grifo da autora.

Apesar da aparente desconfiança sobre o procedimento, havia um apoio e incentivo para aquelas que optassem pela cirurgia. O fato mencionar que está com “a cabeça ótima”, evidencia que a cirurgia só poderia ser feita por aquelas em um profundo estado de insatisfação com a sua identidade feminina de travesti. Nesse caso, a figura da transexual também era ligada a uma pessoa deprimida e infeliz. O que costumava destoar bastante com o clima alegre e descontraído da maioria dos grupos homossexuais. Em 1975, John Money e Patrícia Tucke escreveram uma obra chamada *Sexual signatures – on being a man or a woman* (1975), na qual fizeram uma distinção fundamental entre “o” travesti e a transexual. Segundo Money (1975), o *travestismo* é bastante comum entre alguns homens heterossexuais que o utilizam como forma de alcançar o orgasmo sexual. Já no caso do transexualismo, sua identidade sexual ficou completamente contra sua anatomia, principalmente contra sua genitália. O transexual de fato afirma ser uma mulher e a cirurgia de transgenitalização é sua única forma de aliviar o sofrimento e possibilitar um alívio para sua satisfação. O transexual é sempre heterossexual. Já Bento (2006) analisa a tese de Money como uma maneira de construir um novo tipo de “diferença sexual” natural sobre os corpos.

As teses de Money, no entendo não eram da determinação do social sobre o natural, mas de como o social, mediante o uso da ciência e das instituições, poderia assegurar a diferença dos sexos (BENTO, 2006, p.40).

De qualquer maneira, Money somente se refere aos/às travestis a partir das vestimentas, mas certamente não levou em conta as relações envolvendo o uso de cirurgia e hormônios, presentes nas travestis brasileiras. Apesar do uso do silicone e do processo de hormonização ser reversível, certamente seu uso não pode ser considerado da mesma natureza que uma peça de roupa. Assim, se as diferenças de incorporação pelas biotecnologias não são capazes de fazer uma distinção da diferença entre travesti e transexual, o parâmetro será unicamente a subjetividade. Ainda sobre a percepção das travestis sobre a cirurgia de resignação, outra entrevistada chamada Eloina, diz o seguinte:

Eu não sou contra. Pode ser que amanhã até faça esta operação. **Porém tem que ser uma coisa legalizada.** E preciso pensar legalmente, principalmente na mudança dos papéis, para que as pessoas possam viver felizes. **Agora para ficar operada e continuar com os papéis de homem,** prefiro continuar como estou, porque minha vida está maravilhosa. (ELOINA, 1981, p.5) - Grifo da autora.

Como já comentado, a cirurgia vir acompanhada da mudança institucional e civil do nome e do sexo era certamente um imperativo que muitas travestis levavam em conta quando pensavam em realizá-la. O fato é que em muitos casos algumas travestis deixavam de optar pela cirurgia justamente pela precariedade da questão no Brasil. O que demonstrava que elas também eram críticas em relação aos procedimentos que realizavam. Embora na época, as instituições médicas, estavam preocupadas com as demandas “urgentes” das pessoas transexuais, rotuladas como “transexuais verdadeiras”, esquecendo o aspecto crítico e social que envolvia o procedimento. O que alimentava ainda mais a ideia da pessoa transexual como alguém psicótico e deprimido, disposta a fazer a cirurgia de resignação a qualquer custo.

Rogéria também foi uma das entrevistadas sobre a cirurgia, vejamos seu comentário:

O transexualismo até que é uma boa. As pessoas costumam errar quando pensam no transexual. Ele na realidade é uma pessoa que **não tem prazer nenhum sexual.** A operação, a mutilação, enfim o que for, é uma **boa porque se as pessoas que não têm prazer com o órgão sexual masculino** é preferível botar um feminino e não sentir prazer da mesma maneira. Para as verdadeiras transexuais seria muito bom uma operação desta. (ROGÉRIA, 1981, p.5) - Grifo da autora.

A concepção de transexualidade de Rogéria é interpolada pela ideia da pessoa transexual como alguém deprimida, patológica e, sem prazer. Ela também faz diversas associações do prazer sexual subitamente veiculado ao pênis. Essa constante tensão entre sentir ou não prazer a partir da cirurgia era certamente um dos principais pontos que orbitava a questão e relacionava a cirurgia resignação a uma condição feminina de inferioridade. Por fim, outras travestis respondem de maneira mais enfática sobre a cirurgia. A travesti Marcele Casanova responde o seguinte:

Eu acho que é uma loucura. Não concordo com o transexualismo. Antes de qualquer coisa, é um problema de cabeça. **Na minha opinião é uma aberração.** Eu nunca faria isto na minha vida. Nem que chegasse um bonito industrial, ao mesmo tempo milionário, e quisesse pagar tudo para que eu fizesse esta operação; minha resposta seria não. (CASANOVA, 1981, p.5) - Grifo da autora.

As travestis costumam ser consideradas dissidentes dos processos patológicos das questões trans*, embora mesmo assim façam uso dos mesmos recursos e procedimentos na construção do seu corpo feminino. Nesse caso, “as diferenças entre travestis e transexuais não estaria em uma essência interior, mas nas performances, na estilística corporal e discursiva” (BARBOSA, 2015, p.107).

Como observamos em várias falas, as travestis se consideravam as “normais” e a cirurgia era justamente sinônimo de insatisfação, patologia e depressão. Hoje em dia, as identidades travestis são as consideradas dissidentes da norma sexo-gênero, mas como observamos em vários discursos, a transgressão de fato acontecia na figura da transexual pela cirurgia de “mudança de sexo”. Nesse sentido, o efeito aparece inverso, são as transexuais que são as dissidentes da norma e as consideradas “loucas” por acreditarem serem de fato mulheres.

Também é importante salientar em como as configurações de gênero aparecem como categorias estruturantes da percepção de muitas travestis sobre a transexualidade. Isto é, a falta de prazer, estar deprimida, louca e várias marcas de insatisfação, percorrem os caminhos daquilo que muitas entendem como um “feminino-comum” da própria ideia de gênero dentro dessa categoria. Como vimos, nos tópicos anteriores, a própria identidade travesti ter surgido a partir de uma série de interpolações do meio artístico-carnavalesco do comportamento homossexual, sugerem que o “feminino-comum” não parece se conciliar com a categoria.

Às vezes as categorias parecem difusas e indicar concepções diferentes de um mesmo fenômeno como formas de articular uma série de características de classe, raça, sexualidade comportamento e papéis sexuais.

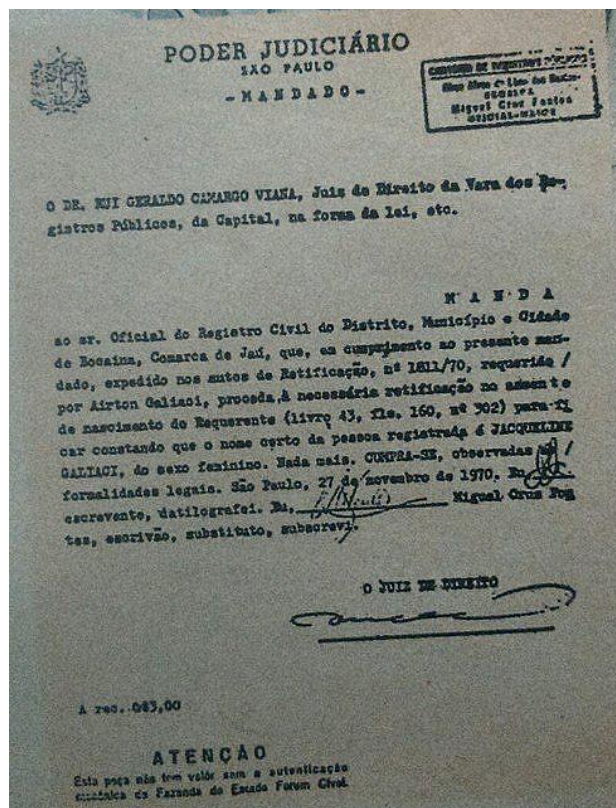
6.1 TRANSEXUALIDADE E OS DESDOBRAMENTOS DA LEI

A primeira transexual brasileira a realizar a cirurgia de redesignação foi Jacqueline Galliarci, e foi realizado no Marrocos, em 1969, na cidade de Casablanca, com o Dr. Georges Burou, o mesmo médico que operou Coccinela (Jacqueline Charlotte Dufresno) em 1958. Jacqueline sentia atração por outros homens desde sua infância, mas não se identificava com as *bichas* da época. Ainda na década de 1950 ela foi expulsa de casa aos 14 anos e começou a trabalhar como atendente de enfermagem na Santa Casa em São Paulo. Foi quando começou a tomar hormônios e utilizar roupas femininas, também deixou o cabelo crescer. Mais tarde se

tornou vedete e começou a se apresentar em casas de show pela região de São Paulo, onde conheceu seu marido e ambos permaneceram juntos por 32 anos, apesar das diversas dificuldades e preconceitos. Mais tarde decidiu realizar a cirurgia de redesignação, pois havia visto em uma revista uma reportagem sobre a Cristine Jorgensen. Com a ajuda de algumas amigas travestis, foi até Marrocos e realizou a cirurgia na esperança de ser reconhecida como mulher de maneira legítima por todos. Segundo Jacqueline:

Todos os dias eu era levada à sala de operação para dilatação do canal vaginal. A dor é tão grande que a gente se descabela, uiva feito animal. Na colocação do bico-de-pato, a dor é tão horrível que cheguei muitas vezes a me arrepender”. Mas uma coisa estava certa em sua cabeça: ou era isso ou morrer (LUCON, 2017, n.p).

Depois de recuperada, ficou algum tempo residindo na França até que resolveu voltar ao Brasil. Quando chegou ao país, foi barrada em função da sua documentação estar no masculino e trajando roupas femininas. Foi presa e somente liberada depois que a perícia “constatou” que Jacqueline era mulher em função de possuir uma vagina. Ainda em 1970, ela entrou com um pedido de retificação do nome e do sexo, sendo uma das primeiras pessoas no Brasil a solicitar esse tipo de modificação por meios judiciais. Quando a cirurgia de redesignação ainda nem havia sido feita no país.



Decisão sobre a retificação de sexo feito por Jaqueline em 1970

Dessa forma, algumas transexuais que retornavam ao Brasil acabavam “forçando” a justiça brasileira a retificar os documentos, pois já haviam feito a cirurgia de resignação. Como a procedência do nome acontecia em função da genitália, o pedido (com muitas exceções) era atendido. Apesar da cirurgia ser considerada um crime de mutilação no país. Já a primeira cirurgia de resignação feita no Brasil, aconteceu em 1971 em São Paulo, na transexual Waldirene Nogueira, realizada pelo cirurgião plástico Dr. Roberto Farina.

Segundo Munin (2019), Waldirene nasceu em 1945 no interior do Estado de São Paulo e da mesma maneira que Jacqueline se sentia “diferente” dos outros meninos sendo bastante feminina, apesar de se sentir atraída por meninos, não se identificava com as bichas na maneira de ser ou se comportar. Chegou a ser levada ao médico, na qual lhe foi sugerido “tratar” sua homossexualidade através da ingestão de hormônios masculinos. Mais tarde, saiu da casa dos pais e começou a trabalhar como manicure. Era apaixonada por cinema e através de algumas revistas sobre o tema, conheceu Coccinela, que havia passado por uma cirurgia de resignação. Quando Waldirene descobriu a possibilidade da cirurgia, passou a desejar realizar ela também. Contudo, no Brasil não havia procedência sobre o procedimento, alguns poucos relatos que Waldirene conhecida eram de travestis que haviam saído do país para realizá-las, mas tudo ainda era muito difuso. Foi orientada por um médico a procurar o Hospital das Clínicas em São Paulo, para obter mais informações sobre a cirurgia. Lá conheceu a Dra. Dorina Qualigna uma das primeiras médicas endocrinologistas a tratar de questões relacionadas à transexualidade no Brasil. Waldirene foi então submetida ao procedimento transexualizador descrito por Harry Benjamin, com o objetivo de diagnosticar o “verdadeiro transexual” e conseqüentemente realizar a cirurgia de resignação. Segundo Bento (2006), o diagnóstico da transexualidade é realizado a partir de uma série de avaliações psicossociais, como o histórico precedente do indivíduo, testes psicológicos e terapia. A “identidade de gênero” só passou a ser incluída no *Manual de Diagnostico e Estatística de Distúrbios Mentais* a partir da sua terceira edição em 1978 no DSM-III. Após passar pelos procedimentos clínicos, foi atestado que Waldirene era uma “transexual verdadeira” na qual procedimento cirúrgico de resignação foi recomendado.

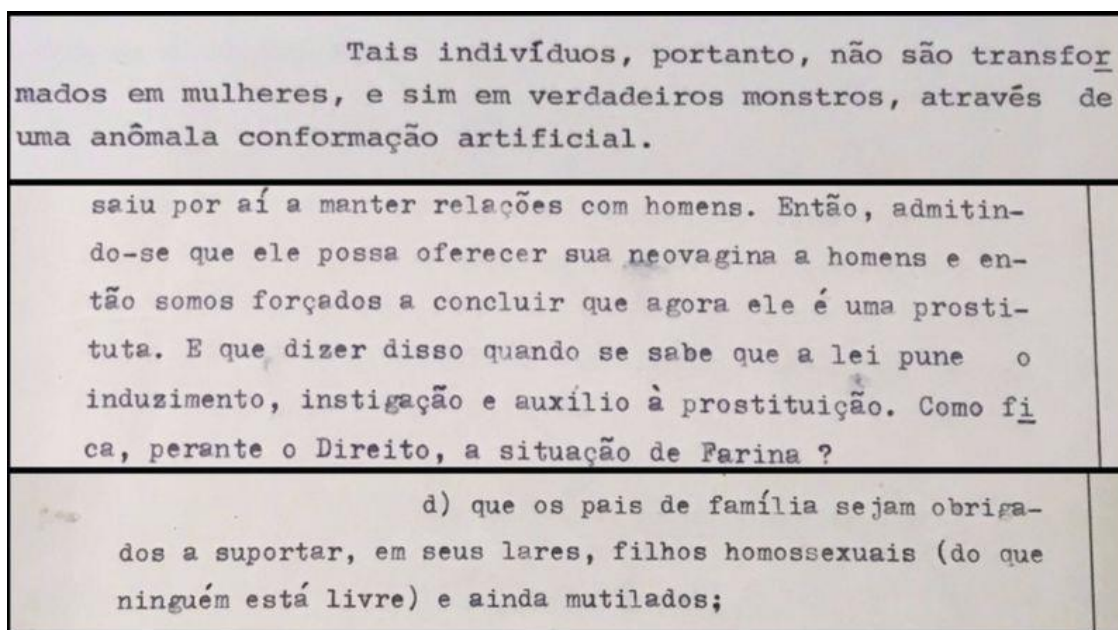
O processo transexualizador é composto pelas exigências que os Programas de Resignação definem como obrigatórios para os/as candidatos/as. Os protocolos irão concretizar essas obrigatoriedades quanto ao tempo de terapia, à terapia hormonal, ao teste de vida real, aos testes de personalidade, além dos exames de rotina. Se o/a candidato/a conseguir cumprir com as etapas e exigências estabelecidas, estará apto/a a a cirurgia de transgenitalização (BENTO, 2006, p.48).

Como salienta Meyerowitz (2002), nos Estados Unidos já haviam sido feitos até a década de 1970 mais de 4 mil procedimentos cirúrgicos de redesignação. Em função disso, foi levantada a hipótese de levar Waldirene até os Estados Unidos para realizar o procedimento, já que no Brasil não havia nenhum profissional médico apto. Após tomar conhecimento do caso, o cirurgião Dr. Roberto Farina resolveu realizar a cirurgia em caráter experimental com Waldirene. Ele já havia feito algumas cirurgias urogenitais em alguns pacientes e praticou em alguns cadáveres as técnicas da redesignação até em dezembro de 1971 e realizou definitivamente o procedimento em Waldirene. A cirurgia aconteceu no Hospital de Oswaldo Cruz em São Paulo. O procedimento foi considerado bem sucedido e o corpo de Waldirene reagiu bem. Pouco tempo depois ela retornou para sua cidade e continuou trabalhando como manicure. Segundo Rossi (2018), após 5 anos, em 1976, Waldirene entrou com um pedido na justiça solicitando a retificação do seu nome e sexo no registro civil. O pedido foi negado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e fez a instituição tomar conhecimento que Waldirene havia realizado a cirurgia de redesignação no Brasil pelo Médico cirurgião plástico Roberto Farina. Diferentemente de algumas transexuais que haviam realizado o procedimento fora do Brasil e solicitavam a mudança do registro civil, nesse caso o médico responsável poderia ser enquadrado dentro dos limites legislativos do país e tornava Waldirene um alvo ainda mais significativo ao poder disciplinar da justiça brasileira. Farina também apresentou no mesmo ano o caso de Waldirene no congresso brasileiro de urologia, projetando a questão na imprensa e na comunidade científica. A cirurgia era considerada crime e o médico foi condenado em 1978 pelo Juiz Adalberto Spagnuolo, sob pena de reclusão por ter infringido o Código Penal Art. 129 § 2º, III, do Código Penal Brasileiro. O Dr. Farina foi acusado de lesão corporal grave por ter operado Waldirene. Com a repercussão do caso, a associação paulista de medicina¹⁹⁹ publicou uma nota definindo o conceito de transexualidade e estabelecendo um conselho de ética sobre a questão.

Proposta a ser enviada à Diretoria da Associação Médica Brasileira, por intermédio da Associação Paulista de Medicina. A verificação das condições que recomendem o tratamento transexual será feita mediante conferência médica, nos termos do Código de Ética Médica, dela devendo participar médicos especialistas indicados pela Associação Médica Brasileira, por solicitação conjunta do paciente e do seu médico. Com a solicitação deverá, necessariamente, ser apresentado o prontuário médico do paciente, contendo todos os exames clínicos e subsidiários de diagnóstico de transexualismo (FRAGOSO, 1979, p.5).

¹⁹⁹ O médico paulista, JORNAL DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA, N.º 169, dez 1976.

Segundo Rossi (2018), apesar da mobilização científica, na sentença, o juiz afirmou que ela jamais poderia ser transformada em mulher, pois não possuía nenhum órgão interno feminino, também não tinha capacidade reprodutiva, além disso, afirmou que sua condição poderia dar procedência a matrimônios falsos.



Sentença proferida pelo Juiz Adalberto Spagnuolo em 1978

Como podemos observar, os termos utilizados no inquérito pelo Juiz em denominar Waldirene como um “monstro” e “prostituta” revelam o caráter precário e moral pela qual o processo foi conduzido. Em nenhum momento a justiça levou em conta a condição da transexualidade de Waldirene. Segundo Amaral (2007), a história médica e jurídica do Brasil está permeada por políticas de higiene sexual e profilaxia sobre o matrimônio. Nesse caso, o mais curioso foi que a justiça ignorou completamente a literatura médica e científica sobre a transexualidade, tendo em vista a história pregressa do país, na qual as duas maneiras de poder (jurídica e médica) sempre se articularam de uma maneira análoga sobre os corpos. Em um artigo intitulado *despatologizando o gênero* (2009), Judith Butler faz a seguinte consideração sobre os processos cirúrgicos.

Suponho que homens que querem aumentar o pênis ou mulheres que querem aumentar ou diminuir os seios não são encaminhados a psiquiatras para receber aprovação. É, sem dúvida, interessante considerar à luz das normas de gênero vigentes por que uma mulher que queira reduzir os seios não precisa receber aprovação psicológica, enquanto um homem que queira reduzir o pênis pode

precisar. Não há nenhuma suspeita de distúrbio mental para mulheres que tomem estrogênio ou homens que tomem Viagra. Isso se deve, suponho, porque estão agindo no âmbito da norma, que buscam melhorar o “natural”, procedendo a reajustamentos dentro das normas aceitáveis e, algumas vezes, até mesmo confirmando e fortalecendo as normas tradicionais de gênero (BUTLER, 2009 p.107).

Enquanto a cirurgia de resignação fornecia uma maneira de “subverter” as relações normativas de gênero de uma sociedade, também colocava a condição da transexualidade em uma situação disciplinar, como forma de “provar” e legitimar sua identidade²⁰⁰. Essa dupla relação em que a transexualidade esteve submetida por muitos anos, principalmente no Brasil caracterizou a condição a partir de um dispositivo médico-jurídico de legitimidade de gênero.²⁰¹

Segundo Munin (2019), a defesa do médico recorreu pedindo habeas corpus preventivo para evitar determinadas alegações, mas seu pedido foi negado. Waldirene foi então conduzida coercitivamente, sob pena de prisão, até o instituto de médico legal de São Paulo, na qual deveria se constatar que ela fosse realmente mulher através de um exame ginecológico.

Waldirene estava constrangida e acuada. Na noite anterior, dois homens haviam entrado na escola onde ela estudava inglês, no interior de São Paulo, para levá-la coercitivamente para o Instituto Médico Legal da capital, a mais de 400 quilômetros. Ao chegar lá, foi obrigada a se despir, mantendo apenas as sandálias de salto plataforma baixo. Era 1976, em plena ditadura militar – o diretor do IML, Harry Shibata, seria posteriormente considerado conivente com a repressão. (ROSSI, 2018, n.p).

Para conseguir absolver Farina, sua defesa elaborou um documento sobre a transexualidade intitulado: *A terapêutica cirúrgica do intersexual perante a Justiça Criminal : um caso de transexualismo primário ou essencial*. O objetivo era determinar que a transexualidade de Waldirene tivesse origem biológica e diferenciar sua condição da

²⁰⁰ “Portanto, será apenas através da confissão, enquanto uma tecnologia do poder, que o corpo ganhará realidade, uma realidade duramente adquirida através de uma fala reveladora do sujeito a respeito de si mesmo. E é isto que demarcará, então, a existência de um corpo sexual, mas somente porque deseja e não por ser capaz de sentir ou de instituir novas formas de prazer.” (QUEIROZ, 2018, p.97).

²⁰¹ “Procedimentos inicialmente permitidos somente em hospitais universitários ou públicos adequados à pesquisa, uma vez que os procedimentos cirúrgicos de transgenitalização (mudança de sexo) foram autorizados sob caráter experimental. Importa destacar que a regulamentação desses procedimentos no Brasil aconteceu sob ótica terapêutica. O CFM partiu da medicalização das identidades de gênero Trans, tornando a patologização requisito ao acesso para normatizar os procedimentos transgenitalizadores” (ROCON, 2016, p.262).

homossexualidade, através de um “desajuste psíquico e hormonal” em relação a sua condição e a necessidade da cirurgia.

Também afirmam que, segundo o Instituto Médico Legal do Estado de São Paulo e o próprio Hospital das Clínicas, o paciente W.N, o "homem" biológico que foi operado, sendo neste processo considerado vítima de mutilação e/ou castração, sofria de desajuste psíquico, distúrbios do comportamento sexual e sua personalidade feminina estava estruturada desde a infância. (ROSSI, 2018, n.p).

O caso de Farina teve repercussão em várias partes do mundo, principalmente nos centros de pesquisa sobre sexualidade nos Estados Unidos. Munin (2019) salienta que John Money escreveu o seguinte sobre o caso no Brasil, “Seria um erro das autoridades judiciais no Brasil de processar o Dr. Farina por seguir um procedimento médico e cirúrgico internacionalmente respeitado e aceito” (ROSSI, 2018, n.p). Já o psiquiatra Robert Rubin, da Escola de Medicina da Universidade da Califórnia em Los Angeles, criticou a posição do Estado Brasileiro em processar o médico, “em nenhum dos outros países do mundo onde esse tipo de tratamento médico foi praticado, um médico foi acusado de conduta criminosa pelo Estado. É um retrocesso muito danoso para a imagem do Brasil” (ROSSI, 2018, n.p). Heleno Fragoso, um importante advogado criminalista escreveu um artigo com algumas considerações sobre o caso:

Não há a menor dúvida de que o Dr. Roberto Farina agiu de boa fé, com o propósito curativo, tendo presente a positiva e cuidadosa indicação médica que lhe foi feita pela equipe de médicos que vinha atendendo ao paciente. Nesse sentido a prova dos autos é irrecusável. Ele teria de ser absolvido mesmo se houvesse erro nessa indicação terapêutica da cirurgia (art. 17, segunda parte CP). Indiscutivelmente, a nosso ver, atuou sem dolo (FRAGOSO, 1979, p.9).

O advogado Fragoso (1979) aponta para a legislação flexível de diversos países, principalmente alguns Estados Americanos e países Europeus onde a cirurgia já era permitida, como a mudanças de retificação dos documentos. Não obstante, o reconhecimento da comunidade científica internacional sobre a condição da transexualidade pressionaram a jurisprudência brasileira.

O médico então foi absolvido em 1979, sob alegação que sua conduta foi feita como forma de aliviar o sofrimento de Waldirene através da cirurgia, sem constatação de dolo. Apesar disso, o Dr. Farina ficou impedido de exercer o exercício da sua profissão, durante algum tempo.

o médico foi alvo de um processo disciplinar perante o Conselho Federal de Medicina e de um processo criminal, uma vez que a cirurgia foi tida como mutiladora, atentando contra o Código Penal e o Código de Ética Médica vigentes no referido período. O médico, Dr. Roberto Farina, foi condenado nas duas instâncias, vindo retornar ao exercício da medicina, anos depois do ocorrido, uma vez que o Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, agiu no sentido de absolvê-lo, e 1979, alegando que o mesmo não agiu dolosamente, antes procurava curar ou reduzir o sofrimento físico ou mental do paciente. (BARROS, 2017, p.49).

No mesmo ano de absolvição do Dr. Farina, o deputado José de Castro Coimbra apresentava no congresso Nacional o projeto de lei nº 1.909, que tratava sobre a cirurgia de resignação e impedia que médicos cirurgiões fossem processados pelo Estado. Segundo Munin (2019), considerado o caso do Dr. Farina, o projeto acabou sendo aprovado sem muita discussão. Mais tarde em 04 de julho de 1984 o projeto foi vetado integralmente pelo presidente João Figueiredo que justificou sua decisão alegando que os critérios para o procedimento eram difusos, pois a literatura médica mencionava complicações pós-cirúrgicas e que a cirurgia não resolveria o “problema” da transexualidade.²⁰²

No momento, da modificação proposta melhor se examinará no projeto de lei que reformula o Código penal. O novo Diploma, atendo à complexidade do tema e as complicações dele decorrentes, por certo dedicara à matéria em capítulo próprio, tratamento mais adequado. Além disso, observa o ministério da saúde que os trabalhos científicos sobre o transexualismo, quando não tendenciosos, são polêmicos e limita-se a registrar casos isolados sem tecer quaisquer considerações de caráter teórico. A literatura própria menciona complicações pós-operatórias, morbidade, mortalidade e perturbações psíquicas dos pacientes. As estatísticas são omissas quanto aos percentuais de êxito do tratamento. **Acresce, ainda, que o procedimento cirúrgico é radical e irreversível, constituindo método simplesmente que não resolve a patologia do transexual por não eliminar o conflito subjacente que lhe dá causa.** Opina, diante disso, que a legitimada de da conduta médica seja examinada caso a caso e levada a apreciação da Justiça, visando a **prevenir a generalização de prática que deve ser adotada com parcimônia.** Fundado nessas razões, resolvi vetar, integralmente, por contrário ao interesse público, o projeto em causa, razões que ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional. (BRASIL, 1984, PL 1909/1979) – Grifo da autora.

Novamente a justiça brasileira buscando normativas para questionar a comunidade científica e a literatura médica internacional através de uma retórica ambivalente e moralista da questão. Mais tarde em 1995, novamente o deputado José de Castro Coimbra buscou alterar o projeto original reformulando integrar as alegações do veto de 1984 e o apresentou como projeto de lei nº. 70-b, buscando modificar novamente o Art.129 do Código Penal.

²⁰² “A autorização para realização das cirurgias transgenitalizadoras no Brasil aconteceu através da Resolução CFM 1482, de 1997, sob a ótica patologizadora. Essa normativa considerou as cirurgias de transgenitalização como etapa mais importante no tratamento de transexualismo com o propósito terapêutico específico de adequar a genitália ao sexo psíquico” (ROCO, 2016, p.262).

Não constitui crime a intervenção cirúrgica realizada para fins de ablação e órgão e partes do corpo humano quando, destinada a alterar o sexo de paciente maior e capas, **tenha sido efetuada a pedido desde e precedida de todos os exames necessários e de parecer unânime da junta médica.** (BRASIL, 1995, PL 1909/1979) – Grifo da autora.

Além disso, o deputado também propôs alterar o Artigo 58 da lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, que dispunha dos registros públicos:

2º Será admitida a mudança do prenome mediante autorização judicial, nos casos em que o requerente tenha se submetido à intervenção cirúrgica destinada a alterar o sexo originário.

3º No caso do parágrafo anterior deverá ser averbado ao registro de nascimento e no respectivo documento de identidade ser a pessoa transexual.

Apesar de garantir o direito de retificação do nome, o projeto de lei determinava que a mudança somente pudesse acontecer mediante a cirurgia de redesignação e que a pessoa deveria ser identificada como transexual nos documentos. Segundo Munin (2019), havia um receio que pudesse acontecer algum tipo de lesão a terceiros, que se relacionassem com as transexuais e por isso seria necessário definir a condição transexual em suas documentações. O projeto também não abarcava as travestis e se limitava a determinar a transexualidade enquanto uma patologia como maneira de justificar a mudança dos documentos. De qualquer modo, as leis aprovadas procuravam garantir a integridade do cirurgião e justificar a retificação do nome das pessoas transexuais de alguma maneira. A partir de 2006, o deputado Federal Zica do PT, através da PL.6.655-A propôs uma alteração do Art 58 da Lei 6.015 de 31 de dezembro que garantia ao sujeito transexual a mudança do seu nome, sem a necessidade de cirurgia, mas que o mesmo deveria “provar” sua condição de transexual através de laudos, pareceres médicos, história pregressa de vida. Assim, cada caso poderia ser analisado individualmente pela justiça, verificando a necessidade da mudança. Dessa forma houve uma grande demanda de transexuais se adequando aos estereótipos de gêneros, na tentativa de serem lidos como mulheres ou homens “de verdade”. Essa lei ainda não enquadrava travestis, somente sujeitos transexuais, com veiculação a CID e ao DSM.

Somente em 2008, a deputada Cida Diogo do PT, através do PL.2976/2008 propôs à utilização do nome social, como alternativa a legislação no uso do nome de pessoas trans*. Diferentemente dos projetos anteriores, a lei não faz distinção das condições trans* a partir de um repertório médico e patológico, nem veiculava a mudança da identidade a cirurgia de redesignação ou laudo psiquiátrico e garantia o uso dos direitos civis através da livre condição

dos direitos humanos. Em 2012 a deputada Erika Kokay do PT apresentou a PL.4.241 que dispunha sobre a garantia da identidade de gênero. O projeto da deputada visava garantir a retificação dos documentos sem a necessidade de laudos médicos e procedimentos cirúrgicos para qualquer pessoa trans*, como também estender esse direito a menores de 18 anos.

No Brasil não existe legislação específica que trata da transexualidade. O que vemos são Resoluções advindas da área médica, bem como Projetos de Lei na esfera jurídica. Por esse motivo, é comum vermos decisões variadas, inclusive de um mesmo Tribunal, tratando de temas relacionados à transexualidade. (BARROS, 2017, p.47).

Em 2013 novamente a deputada Erika Kokay e o deputado Jean Wyllys apresentaram o PL. 5.002, de 2013 chamando de Lei João Nery²⁰³ ou lei da identidade de gênero, que tinha como objetivo também a retificação do nome sem a relação médica e cirúrgica, mas dessa vez sem a necessidade de autorização judicial. O projeto garantia o direito de menores de 18 anos em retificar seus documentos mesmo sem a autorização dos pais, se assim o menor o desejasse. O projeto também visava proteger a integridade de qualquer pessoa trans* com acesso ao tratamento hormonal e cirúrgico entre outras intervenções sem a necessidade de processos administrativos e médicos.

Como o projeto acabou não sendo aprovado, mediante um jogo político intenso de discussões na câmara dos deputados com ataques essencialmente ao deputado Jean Wyllys. Em 2018 o STF decidiu que pessoas transgêneras podem retificar seus registros civis sem a necessidade de procedimentos cirúrgicos, hormonais ou administrativos, bastando apenas procurar o cartório de registro e solicitar a mudança²⁰⁴. Apesar disso, a questão ainda é bastante polêmica e delicada na sociedade brasileira, principalmente com o aumento de grupos conservadores em posições estratégicas do governo.

6.2 TRANSEXUALIDADE E TRAVESTIS

A cirurgia de resignação somente foi permitida oficialmente no país em 1997, a partir da Resolução nº 1.482/97 pelo Conselho Federal de Medicina em hospitais públicos e

²⁰³ João Nery foi ativista dos direitos LGBTQ, psicólogo e escritor brasileiro. Foi um dos primeiros homens transexuais a realizar a cirurgia de redesignação sexual no Brasil em 1977. Também é autor de várias publicações, incluindo um livro com sua biografia intitulado: *Viagem Solitária - Memórias de um transexual 30 anos depois* (2012).

²⁰⁴ A Constituição Federal ao artigo 58 da Lei 6.015/1973 que dispõe sobre alteração de prenome e gênero no registro civil mediante averbação no registro original, independentemente de cirurgia de transgenitalização.

universitários com a finalidade de pesquisa. Em 2002 foi revogada tirando a necessidade de pesquisa, podendo ser feita também em hospitais particulares. Suas atribuições foram incorporadas ao processo transexualizador do SUS, na qual a finalidade é a própria cirurgia.

Segundo Lionco (2009), o processo transexualizador do SUS foi criado em conjunto de estratégias de assistências implantadas no sistema único de Saúde em 2008 e regulado pela Portaria nº457 de 19 de agosto de 2008, bem como posteriormente em 2013, com a Portaria nº 2803 de 19 de novembro de 2013, integrando também travestis e homens trans. O processo transexualizador é voltado ao cuidado integral e assistencial a travestis e pessoas transexuais que buscam modificações corporais por meio de adequações da sua aparência física e mudança genital em conformidade com sua identidade de gênero. O processo segue bastante flexibilizado apesar de um modelo bastante próximo daquele desenvolvido por Harry Benjamin na busca da “transexual verdadeira” na qual é feito o acompanhamento por meio de hormonioterapia, de cirurgias secundárias e o atendimento psicológico que integram uma equipe multidisciplinar a/o paciente.²⁰⁵ As críticas ao modelo na “seletividade do Processo Transexualizador pode ser analisada como contradição inerente à regulamentação das vidas trans pelo Estado que, no corte entre vida e morte no exercício do biopoder, separará os dignos de acesso. (ROCON, 2016, p.268). Portanto, podemos definir a trajetória do processo transexualizador no Brasil da seguinte maneira;

A trajetória do processo transexualizador brasileiro permite destacar três marcos: o processo criminal respondido por Roberto Farina, em 1971, como sanção pela intervenção sobre um corpo sem autorização; a regulamentação como procedimento médico, em 1997, pelo CFM, normalizando o exercício médico sobre os corpos trans a partir da medicalização; a transformação em política pública, em 2008, com a criação do Processo Transexualizador do SUS, marcada pela judicialização da demanda, a articulação entre movimentos sociais e o poder público na discussão e pressão do Estado, pela normalização do exercício profissional e a medicalização das vidas trans por dentro dos equipamentos biopolítico estatais. (ROCON, 2016, p.267-268).

Como demonstra Meyerowitz (2002), provavelmente a transexualidade foi à condição médica mais explorada na mídia durante o século XX, somente perdendo para a AIDS. Segundo a autora, sua constante atenção se deve a questão dela reposicionar no debate público

²⁰⁵ Também é importante destacar “A experiência ou o medo de discriminação, exclusão e isolamento colocam as travestis e pessoas transexuais em piores condições de saúde e de vida. Essas pessoas apresentam, por exemplo, altos índices de sofrimento psíquico, incluindo a ideação e tentativa de suicídio, além dos problemas de saúde únicos, ocasionados principalmente pelas transformações corporais oriundas das tentativas de alinhamento do fenótipo à identidade de gênero” (LIMA, 2020, p.3).

a “verdade sobre o sexo” e os limites da própria ética da ciência na questão. Sempre houve controvérsias sobre os desdobramentos da transexualidade enquanto uma prática cirúrgica.

Segundo Hausman (1995), a atenção que a transexualidade recebeu não foi devido ao fato que Jorgensen ser a primeira pessoa a aparecer em público dizendo-se sentir uma pessoa diferente do seu gênero “natural”, até por que a condição do travestismo já era reconhecida amplamente e muitos indivíduos costumavam afirmar isso. Mas seu caso trazia especialmente a condição da necessidade de tornar a condição parte de um procedimento de intervenção cirúrgico. Como aponta a autora, a transexualidade só pode compreendida a luz da emergência das tecnologias médicas e cirúrgicas. Diferente de outras condições, a transexualidade ganhou mais visibilidade à medida que os processos tecnológicos foram se aprimorando e tornando a condição cada vez mais visível.

The technologies engaged in the 1930s in treatments for homosexuality and transvestism were completely in keeping with the idea of physiology as “nature.” Since homosexual and transvestic behaviors were thought to go against the conventional relations of sexual orientation to physiology, the behaviors were targeted for change. Transsexuals, on the other hand, exploited the established classifications of psychiatric sexology by utilizing diagnostic categories like transvestism but displacing their behavioral focus through a demand for immediate, technological intervention that transformed the body’s original sex. (HAUSMAN, 1995, p.132).²⁰⁶

O caso de Jorgensen trouxe a público o temor “Frankenstein” da ciência enquanto uma possibilidade de romper com os limites considerados naturais aos seres humanos. Não há dúvidas que a sua ampla divulgação da transexualidade despertou esperança em uma parcela das pessoas que detinham o desejo de mudar de gênero, também tornou o campo das técnicas endocrinológicas, sexologia e da cirurgia profícuo no mundo todo, reunido uma gama de interessados na questão. Logo, “é impossível pensar o desenvolvimento do conceito de “transexualidade” sem a influência da mídia e da tecnologia médica. Segundo Meyerowitz, Jorgensen fez de “mudança de sexo” um termo caseiro” (JUNIOR apud MEYEROWITZ, 2007, p.138). Essas transformações estabeleceram novos parâmetros para compreender o “gênero” e o “sexo” em outras perspectivas.

²⁰⁶As tecnologias que surgiram na década de 1930 no tratamento da homossexualidade e o travestismo estavam totalmente de acordo com a ideia fisiológica de “natureza”. Uma vez que se pensava que os comportamentos homossexuais e travestis iam contra as relações convencionais da orientação sexual com a fisiologia, os comportamentos eram alvos de mudança. Os transexuais, por outro lado, exploram as classificações estabelecidas de sexologia psiquiátrica, utilizando diagnósticos e categorias como travestismo mas deslocaram seu foco comportamental por meio de uma série de intervenção tecnológica imediata que transformou o corpo original.(HAUSMAN, 1995, p.132) – Tradução livre da autora.

Em sua Obra *algumas reflexões para estabelecer a cronologia do "fenômeno transexual"* (1910-1995), Pierre-Henri Castel faz uma análise da condição transexual no século XX.

De fato, o conjunto das teorias (aparentemente tão conflitantes) do transexualismo, pode ser pensado em oposição constante a um corpo de doutrina sobre a sexualidade e a vida psíquica, que é, desde a origem, o inimigo dos partidários da autonomia nosológica, mas também, no outro lado do espectro, do valor cultural e político subversivo da mudança de sexo (ou sua visão pós-moderna, a "construção do gênero" (CASTEL, 2001, p. 79).

Segundo Sohn (2006), as transformações emergentes do sistema capitalista e da relação do corpo sofreram uma mudança drástica na forma de lidar exclusivamente com o prazer. Dessa maneira, uma das marcas elementares do século XX são as infinitudes de discursos em relação à sexualidade e a relativa transição do prazer privado para o público, como função especulativa e produtiva. Sexualidade e identidade são categorias políticas emergentes do século XX.

A burguesia do século XIX com sua "vontade de saber" e de controle dos corpos havia definido uma biopolítica do sexo que tinha como intuito normalizar os comportamentos privados pelo controle das mulheres, das crianças e da sexualidade não reprodutiva. Esse projeto permitiu que se constituísse a sexualidade como objeto de estudo. As análises, no entanto, tinham um cunho moralizante e se interessavam, antes de tudo, por aquilo que ameaçava a sexualidade ordinária: onanismo, doenças venéreas "aberrações sexuais"... Está "protossexologia" advertia, portanto, contra os excessos que podiam esgotar o organismo e aconselhava uma sábia gestão espermiática, mas não tinha objetivo terapêutico (SOHN, 2006, p.118).

A descrição nosológica da transexualidade apareceu pela primeira vez em 1965, no manual de Classificação Estatística Internacional de Doenças (CID), como parte dos desvios sexuais utilizando as estruturas fornecidas pelo sexólogo Harry Benjamin na sua definição de tratamento a partir das terapias orgânicas. Como ressaltamos, Harry Benjamin foi um dos primeiros sexólogos a se apoiar em argumentos genéticos, endócrinos e hormonais na origem da transexualidade.

Pois até aquele momento, o "transexualismo" era interpretado apenas como um elemento psicológico dissociativo. Ele também foi integrado ao Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) III em 1978 como disforia de gênero. Segundo Hausman (1995), a incorporação da transexualidade aos manuais de transtornos mentais, seguido por intervenções cirúrgicas e prostéticas transformaram as concepções de "gênero" e

“sexo” em elementos intercambiáveis. Em diálogo com a noção de Butler (2013) do “sexo” enquanto um fenômeno, um efeito de gênero, faz da transexualidade um exemplo desse conceito.

quando se entende que o sexo, em algum sentido, exige um gênero – sendo o gênero uma designação psíquica e/ou cultural do eu – e um – desejo – sendo o desejo heterossexual e, portanto, diferenciando-se mediante uma relação de oposição ao outro gênero que ele deseja (BUTLER, 2013, p.45).

Como aponta Hausman (1995), o corpo da/o transexual reflete os aspectos culturais na maneira de pensar o “sexo”, na qual a “Identidade de gênero” exprime seu efeito simbólico e semiótico da própria materialidade do “gênero”. O que faz com que a análise de Hausman seja diferente de Butler, é que o gênero é interpretado também como um “corpo” que reflete de maneira crítica os processos históricos do sexo, como parte de uma manutenção da matriz heteronormativa da inteligibilidade de gênero. Dessa maneira, as transformações tecnológicas são importantes como formas de compreender esse deslocamento e não são apenas efeitos desse discurso, corroborando com as críticas de Preciado. Assim, a transexualidade representa uma ruptura não apenas na binariedade, mas como categoria de que desvenda a própria estabilidade e coerência das identidades.

Using the word “gender” has become a way to speak of sex, to signify even the biological events or signs that sex is supposed to indicate. This is a result of the fact that as a myth, gender depends upon a history that is erased in the process of signification and a meaning that is naturalized in the moment of its elaboration. (HAUSMAN, 1995, p.190).²⁰⁷

Não obstante, em 1990 o CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde) deslocou a categoria de transtorno de identidade de gênero, associando diretamente com a disforia de gênero, conceito central que orbitará o núcleo de muitas discussões sobre a transexualidade. Já o DSM-IV, o transexualidade também passou a incorporar a categoria de Transtornos Psicosexuais. Atualmente o DSM-V, mantém apenas a disforia de gênero como categoria. A transexualidade foi despatologizada e não consta mais como um elemento psicótico. Em 2019 a OMS anunciou que irá retirar a transexualidade das categorias de transtornos de identidade de gênero, deslocando a questão

²⁰⁷ Usar a palavra “gênero” tornou-se uma forma de falar de sexo, para significar até mesmo os eventos ou sinais biológicos que o sexo supostamente indica. Isso porque, como mito, o gênero depende de uma história que se apaga no processo de significação e de um sentido que se naturaliza no momento de sua elaboração. (HAUSMAN, 1995, p.190) – Tradução livre da autora.

para a categoria de saúde sexual, como Incongruência de Gênero. A despatologização é um elemento importante, pois torna a percepção que o “sexo” seja um derivado do gênero.

Como ressalta Hausman (1995), o surgimento da transexualidade se confunde com a própria história das relações patológicas das identidades de gênero e sexualidade na psiquiatria, medicina e psicologia do século XX. Da mesma maneira que a loucura pode ser analisada como um elemento da própria historicidade do saber psiquiátrico, como demonstrado em *História da loucura* (1961).

Somos obrigados a constatar que, ao fazer a história do louco, o que fizemos foi — não, sem dúvida, ao nível de uma crônica das descobertas ou de uma história das ideias, mas seguindo o encadeamento das estruturas fundamentais da experiência — a história daquilo que tornou possível o próprio aparecimento de uma psicologia. (FOUCAULT, 2014 p. 575).

Assim, a partir das elucubrações de Foucault a loucura deixa de se confundir com a história da psiquiatria. Além de demonstrar como o surgimento da psiquiatria é histórico e recente sendo condicionada a determinadas épocas, como “[...] modo algum diz respeito à descoberta de uma natureza específica, de uma essência da loucura, mas à sua progressiva dominação e integração à ordem da razão”. (MACHADO, 2009, p.35).

Como salienta Bento (2006), a patologização reflete uma maneira de criar uma demanda subjetiva de sujeição²⁰⁸ do/a transexual, pela qual pode-se operacionalizar uma interioridade de intersubjetividade normativa do poder. As críticas de Bento e Hausman salientam as técnicas e normativas pela qual o poder opera e determina as demandas subjetivas do gênero na condição da transexualidade.

As relações entre as práticas médicas e as liberdades individuais, possibilitaram uma maneira de dissociar a reprodução da sexualidade ao exercer uma ruptura fundamental e entre o uso do prazer individual e das técnicas de biotecnologias sobre o corpo.

As mudanças do capitalismo a que vemos testemunhar se caracterização não só pela transformação do “sexo”, do “gênero”, da “sexualidade”, da “identidade sexual” e do “prazer” em objetos de gestão política da vida [...] mas também pelo fato de que está gestão será levada em diante por meio das novas dinâmicas do tecnocapitalismo avançado, da mídia global e das biotecnologias. (PRECIADO, 2018, p. 27).

²⁰⁸ “O conceito de sujeito em Foucault está relacionado ao sentido em que o sujeito é determinado se constituído. “o que significa que há somente sujeitos objetivados, e que os modos de subjetivação são, nesse sentido, práticas de objetivação.” (REVEL, 2005, p.82).

Não obstante, a ruptura nesse caráter irá proporcionar novas modalidades de discurso, outras formas de subjetividade e a emergência da categoria de transexualidade bem como seu processo formativo em relação às práticas médicas. Será a transexualidade uma nova maneira de interrogar, a partir do tecnogênero, a relação entre a mente e corpo? Ou será justamente o contrário, uma ruptura definitiva nessa questão em que se revela o caráter autônomo de cada parte, na qual a mente e o corpo não tem mais a necessidade de corresponder uma inteligibilidade na função estruturante do sujeito. Isto é, a ruptura do discurso do dualismo e binarismo do sujeito. Como demonstramos, a transexualidade e seus derivados trabalharam em responder que a identidade é antes de tudo produto de uma demanda histórica e de tecnologias de forças que buscam corresponder a uma identidade fixa e estável.

Acredito que talvez esse seja o paradigma crucial que vai estabelecer as questões de transexualidade na sociedade nesse período. Seja inicialmente esse suposto “não-lugar” da transexual enquanto um ser não reconhecido de maneira legítima, mas que está buscando a “verdade sobre seu gênero” e aberto a submissão do poder. Quanto mais próxima de uma visão normativa e institucionalizada, mais a transexual é submetida a um regime de verdade, seja pelas instituições públicas e jurídicas.

Como o discurso sobre a transexualidade possui uma aura mais “higiênica”, forjado nos laboratórios e consultórios da Europa e dos Estados Unidos e ainda pouco disseminado popularmente em suas especificidades teóricas, pode-se afirmar que o termo “transexual” possui um capital lingüístico mais valorizado que o termo “travesti”, podendo ser mais facilmente convertido em capital social e, desta forma, sendo capaz de abrir ou fechar portas segundo a maneira como a pessoa se auto-identifica ou é identificada. Assim, apresentar-se ou ser apresentada como “transexual”, em especial se vier acompanhada de uma “feminilidade burguesa”, confere um aumento de capital simbólico associado a esta pessoa, que adquire especial valor quando, em ambientes onde os capitais econômicos dos sujeitos envolvidos são próximos, esta forma de distinção pode ser o passaporte para a transição entre grupos sociais (LEITE, 2011, p.211).

Essa concepção abriu portas para articular maneiras de agir e pensar ao transexual brasileiro, como categorias de classe e raça, pois sua representação dependia diretamente de uma norma-burguesa de existência. Não somente como forma de reproduzir uma estética heteronormativa, mas também para diferenciar seu comportamento das travestis. Assim, a transexual não podia “transgredir”, mas se submeter a uma visibilidade heteronormativa que em muitos casos a colocava como “transgressora”, na qual “ser medicamente rotulada pode trazer o privilégio da desresponsabilização por sua condição, algo que diferencia o desviante “mental” do desviante moral.” (CARVALHO, 2018, p.12). Nesse caso, a travesti por ser

transgressora “ativa” de sua condição de gênero, é transformada em um sujeito imoral e subversivo, enquanto a transexual passiva da condição seria alguém “vítima” dessa incongruência de gênero. São formas distintas de se posicionar sobre a própria identidade.

Segundo Veras (2017), esse aparente paradoxo é o que localizava a transexual em um dilema de sofrimento constante para alguém que pudesse ouvi-la, a percepção de que a transexual estava sofrendo pela sua condição, alimentava o discurso do mesmo dispositivo que a constituía.

para que o termo transexual se tornasse uma categoria específica no Brasil, foi necessária sua diferenciação das categorias travesti e homossexual. Nessa divisão, enquanto transexuais seriam vistas como um “bom desviante”, pessoas com uma doença em busca de cura e representantes da verdadeira identidade de gênero, travestis seriam vistas como “mau desviante”, relacionadas à marginalidade e à prostituição e como um feminino mal sucedido (VERAS, 2017, p.135).

Certamente esse conjunto de contradições colocam a travesti e a transexual como categorias distintas, como identidades diferentes que articulam uma suposta “verdade sobre o sexo” e ilustram discursos de lugares diferentes, embora ambas partilhem dos mesmos lugares na incorporação de biotecnologias e maneiras prostéticas para construir a própria representação.²⁰⁹ A transexualidade incorpora o sistema transexualizador do SUS e define o discurso da “verdade sobre o sexo”, como demonstra a pesquisa de Rocon (2019) com pacientes do sistema.

As participantes vão mostrando que o processo terapêutico se constitui em um exaustivo esforço para reiterar discursos, negar desejos, reeducar comportamentos e treinar performances de gênero a fim de provar suas transexualidades, de convencer a equipe do fornecimento dos laudos de transexual verdadeiro, em um constante jogo com as normas de gênero e (des) aprendido (ROCON, 2019, p.2).

Se a história da transexualidade é também a própria história do saber científico construído no século XX, nos debates e emergências de aprimoramentos de biotecnologias e criação de próteses sobre o “gênero” e “sexo”. É esperado que o seu discurso seja também tributário na maneira de legitimar através da coerência e manutenção da identidade. Durante muito tempo, os debates sobre a transexualidade no Brasil levavam em conta o papel da cirurgia de resignação como uma maneira de explicar sua aparente identidade de gênero. A

²⁰⁹ “Entretanto, é possível questionar se as “rotinas” produzem corpos, performances e identidades, ou se a própria rotulação é que conduz a tais “rotinas” que, por sua vez, pressupõem determinados corpos e performances. A rotulação marginal de “travesti” parece produzir uma “rotina” que implica um determinado corpo e uma determinada feminilidade enquanto a rotulação psiquiátrica de “transexual” parece produzir outra “rotina” que produzirá corpos e feminilidades distintas.” (CARVALHO, 2018, p.13-14).

ideia de associar a transexualidade a uma demanda cirúrgico-hormonal de disforia-genital é parte do discurso mais comum e reitera uma noção que a “verdade sobre o sexo” está na incorporação de uma genitália inteligível ao sujeito. A história da transexualidade no Brasil está diretamente relacionada na maneira de tornar visíveis as demandas normativas do sexo aos processos jurídicos e médicos de controle do corpo, enquanto as travestis de maneira marginal já utilizavam esses mesmos recursos tecnológicos nas sombras do sistema e não dependiam da legitimidade como forma de apreensão dessa identidade. A era farmacopornográfica é o que legitimou a travesti no Brasil²¹⁰. A categoria travesti é posterior a noção de homossexualidade e anterior a categoria transexual no Brasil.

A questão colocada por Preciado (2014) na maneira de compreender esses processos e a artificialidade do discurso coloca a emergência das tecnologias do sexo como formas de criação em como os gêneros estabeleceram uma maneira de eliminar a ambiguidade em bebês intersexuais, de modo que os procedimentos pudessem lhes conferir uma suposta legitimidade de gênero.

Quando se emprega o termo "normal" para designar tudo aquilo que não é hermafrodita, intersexual, também se poderia dizer "gonadal". A fabricação da heterossexualidade depende do sucesso da construção destes sexos gonodais, binários, diferenciados (PRECIADO, 2014, p.126).

Não se trata de “mudar de sexo”, mas buscar uma estrutura que já se encontrava presente, isto é, fazer a própria heteronormatividade emergir. Criar uma “ficção-hetero” da sexualidade enquanto norma. Todo esse conjunto de técnicas e maneiras de sujeição da sexualidade, da biotecnologia, farmacologia, da pornografia e da incorporação prostética como forma de criar artificialmente a própria “naturalidade”. Dessa maneira, o corpo da pessoa transexual também é submetido aos mesmos critérios de inteligibilidade de pessoas cisgêneras, no sentido que as demandas pela cirurgia de redesignação obedecem a critérios normativos de construção de uma heteronormatividade. Que se manifesta na representação estética de uma função genital:

²¹⁰ “[...] travestis constroem suas identidades como culturais ou como algo que beira o étnico para se contrapor ao discurso trans universal. Além disso, o culturalismo travesti produz a possibilidade de se constituir uma identidade com “orgulho”, conjuntamente com noções de nação brasileira que dela decorrem. Há, assim, um uso do conceito de cultura aliado a certo nacionalismo, em especial a noção de um Brasil diverso, “miscigenado”. Há ainda momentos de instrumentalização do “pessimismo sentimental”, expresso pelas recorrentes frases que indicam medo do desaparecimento da cultura travesti.” (BARBOSA, 2015, p.168).

os critérios de atribuição do sexo não são científicos e sim estéticos, porque a visão e a representação assumem o papel de criadores da verdade nesse processo. A visão faz a diferença sexual. No caso da mudança de sexo, as transformações impostas às pessoas transexuais são regidas pelos mesmos critérios estéticos (de fato, muitas das faloplastias e vaginoplastias são realizadas em centros de cirurgia estética). (PRECIADO, 2014, p.137).

A concepção de transexualidade só começa aparecer no cenário brasileiro a partir do momento em que os debates estrangeiros sobre o “sexo” e “gênero” começaram a ser veiculados as políticas de movimentos sociais de direitos dos homossexuais a partir do movimento feminista e discursos políticos de direitos humanos, principalmente após constituição federal de 1988, na qual esses debates em relação a diversos direitos de grupos minoritários começam a se tornar cada vez mais frequentes e veiculados a mídia. Contudo, devemos levar em conta, a seguinte questão:

É importante ter em mente, assim, que as identidades trans*, no geral, são produzidas no interior de contextos ocidentalizados – como, por exemplo, a categoria transexual, produzida a partir dos discursos médicos articulados com epistemologias eurocêtricas (VERGUEIRO, 2015, p. 48).

Como salienta Barbosa (2015), a relação entre os processos de globalização e a diversidade sexual transformaram a identidade trans* em um elemento cultural intercambiável de transformação das identidades gêneros. Apesar das conquistas de direitos e da visibilidade trans nos circuitos internacionais, como Vergueiro (2016) salienta, elas foram produzidas dentro de epistemologias colonizadoras e desconsideram as divergências sociais e políticas que são também interdependentes das formações de gênero.

A era farmacopornográfica, definida por Preciado, estabeleceu um campo epistemológico na maneira de construir as identidades de gênero em uma era pós-industrial. Possibilitou uma ampla distribuição tecnológica e cultural de recursos que permitiram aos sujeitos a margem desses processos encontrarem alternativas de transformação de suas identidades a partir da autocobaia, com novas possibilidades de experiências. Assim, a travesti emerge no Brasil como produto desses elementos, sendo um sujeito que situado na margem do capitalismo central e das discussões públicas sobre “sexo” e “gênero” no cenário internacional, construiu a sua maneira uma identidade compartilhada a partir desses recursos fora da lógica e da demanda médica com uma noção própria da faceta da identidade de gênero. De qualquer maneira, a categoria se mostra como uma forma de resistência e crítica pós-colonial, afinal, nem travesti nem transexual é bagunça.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Meu objetivo com essa dissertação foi demonstrar como a era farmacopornográfica possibilitou a emergência da categoria travesti no Brasil, principalmente no tocante ao manejo e interdependência dos recursos tecnológicos, culturais, sociais e epistemológicos que foram desenvolvidos nos Estados Unidos e Europa. Argumentei que essas possibilidades de articulação dos elementos foram associadas com as travestis enquanto uma categoria de autocobaia, na incorporação dos recursos biotecnológicos desenvolvidos na era farmacopornográfica. Assim, procurei ressaltar que essas práticas foram sendo apropriadas pelos grupos de homossexuais conhecidos como bichas/bonecas dos anos de 1950, a partir da introdução de tecnologias farmacológicas, como a pílula contraceptiva. O fechamento das casas de shows e a perda de interesse do público por esse tipo de espetáculo e deslocou a figura da travesti para as ruas, na qual foi incorporada pela prostituição a partir dos anos de 1970. O processo de autocobaia mobilizado nesse processo ilustra o aspecto “marginal” na qual essa demanda foi tomada pelo país, isto é, à categoria travesti “surgiu” a partir de uma demanda por prazer e autonomia de alguns homossexuais em função da sua própria identificação com o feminino. É possível que a prostituição em algum sentido passou a designar um território de transformação na qual o pornopoder se fez emergir. Essa mudança

das relações entre os processos “naturais” e “artificiais” possibilitaram uma série de deslocamentos a partir do “sexo” e do “gênero”, transformando o corpo em uma realidade performática. As travestis nesse processo incorporam elementos dessa distribuição democrática do corpo, no momento em que passam a ressaltar aspectos “legítimos” para serem consideradas uma mulher atraente dentro de uma semântica heteronormativa.

Também utilizei a categoria transexual como objeto de contraste dessa incorporação tecnológica para falar sobre as travestis. Assim, a transexualidade foi compreendida como um discurso latente do contexto Americano e Europeu e interdependente dos processos judiciais e institucionais para se fazer presente. O que ressalta a característica política pela qual o “sexo” e o “gênero” são interpolados pela sociedade. A transexualidade foi marcada pelo debate sobre o “sexo”, na qual a cirurgia de redesignação se faz presente. No contexto brasileiro, ela foi permeada por impedimentos jurídicos e institucionais que coibiram que muitos sujeitos se identificassem como transexuais. Assim, levanta-se a hipótese da travesti ter surgido como uma maneira de “suprir” esse estado de precariedade das questões legais sobre o “sexo” e “gênero”, levando em conta o contexto econômico e cultural brasileiro. É sabido que nos Estados Unidos a transexualidade surge antes da categoria transgênero, enquanto no Brasil são as travestis que aparecem primeiro que as transexuais. Isso destaca a maneira singular de cada nação incorporar os aspectos estruturais da era farmacopornográfica.

Em virtude dos aspectos ressaltados nesse trabalho, considero essencial uma posição de resistência e uma necessidade de mudança no terreno epistemológico, que leve em consideração aspectos críticos da incorporação tecnológica a partir de processos de subjugação de identidade, como maneiras individuais de construir o próprio corpo. Ressalto também os aspectos culturais e uma posição transfeminista de acordo com as realidades e existência de cada um.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maira. Feminismo materialista na França: sócia-história de uma reflexão. *Rev. Estud. Fem.* Florianópolis , v. 26, n. 3, e54237, 2018 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000300216&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Dec. 2020. Epub Nov 14, 2018. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n354237>.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**. O poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2007
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo**. Outra Travessia (Revista de Pós-Graduação em Literatura) nº5. UFSC, Florianópolis, 2005.
- AMARAL, Daniela Murta. **A psiquiatrização da transexualidade**: Análise dos efeitos do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero nas práticas de saúde. Diss. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.
- AMÉRICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**. 3. ed. 1980.
- ARAÚJO, RP. **A força do desejo homoerótico interseccionado com questões de raça em Bom crioulo**, de Adolfo Caminha. In: MITIDIÉRI, AL., and CAMARGO, FP., orgs. *Literatura, homoerotismo e expressões homoculturais* [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015, pp. 241-264. ISBN 978-85-7455-442-6. Available from SciELO Books .

ARIAS NETO, José Miguel; PESSOA DO AMARAL, Muriel Emídio. Homossexualidades de papel: cenas da imprensa homoerótica no Brasil (1963-2015). **Cuad.inf.**, Santiago , n. 39, p. 101-112, dic. 2016 . Disponible en <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-367X2016000200007&lng=es&nrm=iso>. accedido en 17 dic. 2020. <http://dx.doi.org/10.7764/cdi.39.986>

ARAN, Márcia. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 11, n. 2, p. 399-422, Dec. 2003 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200004&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Jan. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2003000200004>.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cad. Pagu**, Campinas , n. 27, p. 213-254, Dec. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000200009&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000200009>.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. "**Cisgênero**" nos discursos feministas: uma palavra "tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida" / Beatriz Pagliarini Bagagli - Campinas, SP : UNICAMP /IEL/Setor de publicações, 2015.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo**. Universidade Estadual de Campinas Instituto de Estudos da Linguagem Campinas, 2019.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **Máquinas discursivas**, ciborgues e transfeminismo. Revista Gênero 14.Nº 1, 2016.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAYLISS, William Maddock. STARLING, Ernest Henry 1904Croonian lecture. — **The chemical regulation of the secretory process**. Proc. R. Soc. Lond.73310–322

BARROS, Lucas Geraldo. **Transexualidade e seus reflexos à luz do ordenamento jurídico brasileiro**. unicerp, Graduação em Direito, Patrocínio - MG, 2017.

BARMART, Fabiano. **As travestilidades na ditadura** : a interdição e a resistência de travestis em Porto Alegre, na década de 1970.Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2018

BARBOSA, Bruno Cesar. **Imaginando trans**: saberes e ativismos em torno das regulações das transformações corporais do sexo. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.8.2015.tde-09092015-173956. Acesso em: 2020-01-12.

BARBOSA, Bruno Cesar. **Nomes e diferenças**: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/D.8.2010.tde-09032010-115929. Acesso em: 2020-18-10.

BENJAMIN, Harry. **The Transsexual Phenomenon**. New York, Inc. Publishers, 196

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009

BENEVIDES, bruna g, NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfm (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais Brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020

BESSA, Karla Adriana Martins. “Como cheguei a ser o que sou”? Uma estética da torção em filmes das décadas de 60 e 70. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 25, n. 1, p. 291-313, Apr. 2017 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100291&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p291>.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008 (Coleção Primeiros Passos).

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro, Garamond, 2006

BENTO, Berenice. **A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade**. 2012. N.04, p.95-112

BENTO, Berenice. **O que pode uma teoria?** Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. Florestan, 2014:

BENTO, Berenice. **Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?** Cad. Pagu, Campinas , n. 53, e185305, 2018 .

BENTO, Berenice. **Transexuais, corpos e próteses**. Labrys estudos feministas, 2003.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos** / Berenice Bento. - Salvador: EDUFBA, 2017.

BENTO, Berenice. **Brasil: país do transfeminicídio**. Centro Latino-Americano em sexualidade e direitos humanos, CLAM, 2014.

BENTO, Berenice. **Política da diferença: feminismos e transexualidades**. Stonewall, v. 40, p. 79-110, 2011

BECKER, Fernando. **O que é construtivismo**. UFRGS – PEAD 2009/1, Desenvolvimento e Aprendizagem sob o Enfoque da Psicologia II.

BITTENCOUR, Francisco. Brasil, campeão mundial de travestis. **Lampião da esquina**, Ano 3, nº 32, Rio de janeiro, 1981

BIRMAN, Joel. **Entre o cuidado e Saber de si. Sobre Foucault e a psicanálise**. Rio de Janeiro, Relume dumara, 2000

BINNIE, Jon. **The Globalization of Sexuality**, London, Sage, 2004

BUENO, Newton Paulo. A crise política do final da era Vargas: uma interpretação sob a ótica da economia política neo-institucionalista. **Estud. Econ.**, São Paulo , v. 36, n. 1, p. 181-199, Mar. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612006000100008&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Dec. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612006000100008>.

BUTLER, Judith. "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'". In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Feminismo e subversão da identidade. 6º ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli: N-1 Edições, 2019.

BUTLER, Judith, and André Rios. **Desdiagnosticando o gênero**. Physis: Revista de Saúde Coletiva 19, 2009, p. 95-126.

BUTLER, Judith. **Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo"**. cadernos pagu 11, 1998, p.11-42.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BUTLER, Judith **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BUTLER, Judith. 2019. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica

BORBA, Rodrigo. **Receita para se tornar um transexual verdadeiro**, discurso, interação e (des) identificação no processo transexualizador. *Trabalhos em Lingüística Aplicada* 55.1 2016, 33-75.

BHERING, Marcos Jungmann. **Controle de natalidade no Brasil: um estudo sobre o Centro de Pesquisas e Assistência Integral à Mulher e à Criança (1975-1994)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de Lei nº 1979, Brasília, 1979 Disponível em<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01bxgq

tnuqxc9zr7ndn5hdl9688526360.node0?codteor=1180106&filename=Dossie+-PL+1909/1979>

BROWN-SÉQUARD, Charles-Édouard. Note on the effects produced on man by subcutaneous injections of a liquid obtained from the testicles of animals. **The Lancet**, London, p. 105-107, 20 de jul. 1889. Disponível em: <<http://www.usrf.org/news/TRT/Brown-Sequard,%20Lancet,%201889.pdf>>. Acesso em: 21/11/2020

CANGUILHEM, Georges; **O normal e o patológico**. Trad. de Mana Thereza Redig de Carvalho Barrocas 6.ed. rev. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009[1966].

CANDIOTTO, Cesar. **Foucault e a crítica da verdade**. 2º Ed. Curitiba, Autentica, 2013.

CANO, Wilson. Brasil - construção e desconstrução do desenvolvimento. **Econ. soc., Campinas**, v. 26, n. 2, p. 265-302, Aug. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182017000200265&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Dec. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n2art1>

CARDOSO, Irene. A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 93-107, Nov. 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 13 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000200005>.

CARMO, Paulo Sérgio do. **Prazeres e pecados do sexo na história do Brasil**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019

CARVALHO, Mario. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 52, e185211, 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000100501&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Out. 2020. Epub May 03, 2018. <https://doi.org/10.1590/1809444920100520011>.

CARVALHO, Patrícia Paiva et al. Fatores associados à adesão à Terapia Antirretroviral em adultos: revisão integrativa de literatura. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 7, p. 2543-2555, July 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000702543&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Set. 2020. Epub July 22, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018247.22312017>

CARNEIRO, Henrique S. **As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX**. Outubro, São Paulo, v. 6, p. 115-128, 2002

CAMARGO NETO, Rubens Bordinhão de. **O lugar do direito do trabalho na periferia do capitalismo**. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2015.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault**. Trad. Beatriz de Almeida Magalhães. 1º ed, Belo horizonte, Autêntica, 2008

CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de. **Attentados ao pudor estudos sobre as aberrações do instinto sexual**.1934.Disponível em <
<https://sistemas.stf.jus.br/dspace/xmlui/handle/123456789/645>>

CASTLE, Terry. **A cultura do travesti: sexualidade e baile de máscaras na Inglaterra do século XVIII**. In: ROSSEUAU, G.S. et all (orgs.). Submundos do sexo no Iluminismo. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do" fenômeno transexual"(1910-1995). Revista **Brasileira de História** .nº 41, 2001, p.77-111.

CAVALIERI, Francine Even de Sousa. **A prescrição da pílula anticoncepcional na década de 1960: a perspectiva de médicos ginecologistas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade) - Faculdade de Saúde Pública, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/D.6.2017.tde-17042017-093731. Acesso em: 2020-10-28.

CECCARELLI, P. A pornografia e o ocidente. Portugal: Revista **(In)visível**, v. 1, p. 25-34, 2011.

CELESTE. Brasil, campeão mundial de travestis. **Lampião da esquina**, Ano 3, nº 32, Rio de janeiro, 1981

COURTINE, Jean-Jacques, VIGARELLO, Georges, CORBIN, Alain (Org). **A história do corpo: As mutações no olhar: O século XX**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 4º Ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2011.

COSTA, R. da S. M. Sociabilidade homoerótica e relações identitárias: o caso do jornal o snob (Rio de Janeiro, década de 1960)HOMOEROTIC SOCIABILITY AND IDENTITY RELATIONS: the case of journal o snob (Rio de Janeiro, decade of 1960). **Revista Tempo e Argumento**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 61 - 92, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180302022010061>. Acesso em: 15 Set. 2020.

COHEN, David. **Freud e a cocaína**; tradução Maria Cristina Torquillo Cavalcanti. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Record, 2014

COSSI, Rafael Kalaf. **A diferença dos sexos: Lacan e o feminismo**. Tese (Doutorado Programa de Pós-Graduação em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

COACCI, Thiago.Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. Dossiê (In) visibilidade trans. **História Agora**, São Paulo, edição especial, v. 1, n. 14, pp 134-161. 2013

COLLING, Leandro (Org). **Stonewall 40 + o que no Brasil?**. Salvador: EDUFBA, 2011. 282 p. - (Coleção CULT; n. 9)

CUPERSCHMID, Ethel Mizrahy; CAMPOS, Tarcisio Passos Ribeiro de. Os curiosos xenoinplantados glandulares do doutor Voronoff. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.737-760, jul.-set. 2007.

CUROPOS, Fernando. **Versos Fanchonos, Prosa Fressureira: Uma antologia** (1860-1910).INDEX e-books, nº 1, 2019

CLAUDIE: o transexualismo é um estilo de vida. **Lampião da esquina**, Ano 3, nº 32, Rio de Janeiro, 1981

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6º ed. Rio de Janeiro. Rocco, 1997.

DELMANTO, Júlio. **Imperialismo e proibicionismo**: raízes e interesses da proibição das drogas e da suposta guerra ao tráfico. 2010

DE LAURETIS, Teresa. "A tecnologia de gênero". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O tempo do regime autoritário** [recurso eletrônico]: ditadura militar e redemocratização Quarta República (1964-1985) 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2, v. 4. (S. Rolnik, Trad.). São Paulo: Editora 34, 1997

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). 7. ed. – São Paulo : Contexto, 2004.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira**, volume 4: República – Testemunhos (1951-2000) .São Paulo: LeYa, 2019.

DERRIDA, Jaques. **A farmácia de Platão**. São Paulo: Iluminuras. 1997 [1972]

DUARTE, Danilo Freire. Uma breve história do ópio e dos opióides. **Rev. Bras. Anestesiol.**, Campinas , v. 55, n. 1, p. 135-146, Feb. 2005 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-70942005000100015&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0034-70942005000100015>.

DUTTA, Sanchari Sinha. 2019. História da endocrinologia. **News-Medical**, viewed 03 December 2020, Disponível < <https://www.news-medical.net/health/Endocrinology-History.aspx>>

DSM – IV – TR **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Trad. Cláudia Dornelles. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002

DSM – V – TR **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014

EULÁLIO, Alexandre (Org.). **Caminhos cruzados: linguagem, antropologia, ciências naturais**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 99-111

ELOINA. Brasil, campeão mundial de travestis. **Lampião da esquina**, Ano 3, nº 32, Rio de Janeiro, 1981

ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1ª edição, 1989

ENKE, A. Finn. **Introduction: Transfeminist Perspectives**. In: ENKE, Finn (Ed.). *Transfeminist perspectives in and beyond transgender and gender studies*. Temple University Press, 2012

FALCHI, Alves Cinthia. **As sexualidades no âmbito escolar. Respostas científicas e históricas transformadas em questionamentos e problematizações**. Anais do VII Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar. 2011

FALQUET, Jules-France. Lesbianismo. In: HIRATA, H. et al (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009

FEDERICI, Sílvia. **O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. SP: Elefante, 2017

FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: *Difusão* Europeia do Livro, 2013

FEINBERG, Leslie. “Transgender Liberation”. In: Stryker & Whittle (org.). **The Transgender Studies Reader**. New York, Routledge, 2006

FERRAND, Michel. A Questão dos Direitos Reprodutivos na França. Nº especial. 2º sem. 94 - **Colóquio Internacional Brasil, França e Quebec**. 1994

FIGUEIREDO, Regina, et al. Mudança de nome social de pessoas transgêneras: Identidade de gênero para além da biologia. Revista **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades** nº 11, 2017

FIGUEIREDO, Renato Pereira de. **Uma história da testosterona sintética: de Brown Séquard a Rebeca Gusmão**. XXVII simpósio nacional de história. Conhecimento histórico e diálogo social, Nata - RN, 22 a 26 de jul de 2013

FOUCAULT, Michel. **A História da sexualidade I**. A vontade de saber. Trad. Maria Thereza Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1976] 1999

FOUCAULT, Michel. **A História da sexualidade II**. 8º ed. O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1998 [1984].

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. [1966] São Paulo: Martins Fontes, 2000

FOUCAULT, Michel. **A história da loucura na idade clássica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 10. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. [1961]

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. São Paulo: Forense universitária, 2011 [1963].

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1969].

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28. ed. São Paulo: Paz e terra, [1979] 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014 [1970]

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos I**. Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Doença mental e psicologia**. Trad. Lilian Rose Shalders. Rio de Janeiro: Edições. Tempo Brasileiro Ltda, 1975 [1954]

FOUCAULT, Michel. Tecnologias de si, 1982. Verve. Revista semestral **autogestionária do Nu-Sol**. Nº 6, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Aulas sobre a vontade do saber: curso no collége de France**. Trad. Rosemary Costhek Abilio. 1º Ed. São Paulo. Martins Fontes, 2014 [1970-1971]

FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin**: O diário de um hermafrodita. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Tecnologia e estética do racismo**: Ciência e arte na política da beleza. Chapecó: Argos, 2007

FRAGOSO, H. C. **Transexualismo: cirurgia**: lesão corporal. Revista de Direito Penal, 27, 1979, 25-34.

FREIRE, Lucas; CARDINALI, Daniel. O ódio atrás das grades: da construção social da discriminação por orientação sexual à criminalização da homofobia. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 37-63, Dec. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872012000600003&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1984-64872012000600003>.

FREUD, Sigmund. (1905) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1972. p.74 – 118

FREUD, Sigmund. **Fantasia histérica e sua relação com a bissexualidade**. In: FREUD, S. Obras completas. Buenos Aires: Amorrortu, 1996[1908]. vol. IX

FREUD, Sigmund. **Mais-além do princípio de prazer**. In: FREUD, S. Obras completas. Buenos Aires: Amorrortu, 1996[1920]. vol. XVIII.

FREUD, Sigmund. **Freud e a toxicomania**. Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Tradução de Marta Conte Rev Recordar, repetir, elaborar, nº 118, 2003.

FRY, Peter. **Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil**. In Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 87-115

GOMES, Romeu et al . Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 23, n. 6, p. 1997-2006, June 2018 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000601997&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Ago. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018236.04872018>

GREEN, John. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: UNESP, 2000

GUIMARÃES, Aníbal. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Transexualidade e Travestilidade na Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde; 2015. 194 p.

HAUSMAN, B. **Changing Sex: Transsexualism, technology and the Idea of Gender**. Durham: Duke University Press, 1995.

HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, v. 22, p. 201-246, 2004.

HARAWAY, Donna J. **Manifesto ciborgue: Antropologia do ciborgue**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HARAWAY, Donna J. **Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature**. Nova Iorque: Routledge, 1991.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, (5), 7-41, 1995.

HENRIQUES, Rogério da Silva Paes; LEITE, André Filipe dos Santos. A disforia de gênero como síndrome cultural norte-americana. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 27, n. 3, e56662, 2019 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

026X2019000300203&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Set. 2020. Epub Sep 23, 2019. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n356662>

HIRSHFELD, Magnus. Selections from “**The Transvestites: The erotic drive to crossdress**” [1910]. In: STRIKER, Susan e WHITTLE, Stephen (orgs.). *The Transgender Studies Reader*. New York, Routledge, 2006

JULES-FRANCE, Falquet, Lesbianismo. In: HIRATA, H. et al (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**, Rj; Paz e Terra, 2008

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra: 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes et al. **Transfeminismo:teorias e práticas**.1 ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

JESUS, Jaqueline G. **Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo**. *Universitas Humanística*, (78), pp. 241-257. 2014

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Tradução Cesar Gordon. Rio de janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

KRUGER, Alícia et al . Características do uso de hormônios por travestis e mulheres transexuais do Distrito Federal brasileiro. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo , v. 22, supl. 1, e190004, 2019 . Disponible en <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2019000200401&lng=es&nrm=iso>. accedido en 28 Ago. 2020. Epub 26-Sep-2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-549720190004.supl.1>.

KRAFFT-EBING, Richard von. “**Selections from Psychopatia Sexualis with special reference to contrary sexual instinct: a medical-legal study**”. In: STRIKER, Susan e WHITTLE, Stephen (orgs.). *The Transgender Studies Reader*. New York, Routledge, 2006[1886].

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015

LAQUEUR, Tomas. **Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001

LEITE Jr, Jorge. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico**. São Paulo: Annablume, 2011

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Trad. M. Ferreira. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2012 [1949].

LIMA, Rafael Rodolfo Tomaz de et al . Análise bibliométrica de teses e dissertações brasileiras sobre travestilidade, transexualidade e saúde. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 3, e00301131, 2020 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462020000300519&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Jun. 2020. Epub Aug 31, 2020. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00301>.

LIONCO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis**, Rio de Janeiro , v. 19, n. 1, p. 43-63, 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Jan. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312009000100004>

LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Cia das Letras, 2009

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: _____ (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 09-34.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ. Uma perspectiva pós-estruturalista: Vozes, 1997

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 22, n. 3, p. 935-952, Dec. 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300013&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Out. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>.

LUCON, neto. **Conheça a emocionante história de jacqueline galiaci, a 1ª brasileira transexual a passar pela redesignação genital**. Disponível <<http://www.nlucon.com/2017/03/jacqueline-galiaci-transexual-mulher- cirurgia.html>>

LYNCHE, Richard A. A teoria do Poder de Foucault. TAYLOR, Dianna (Org). **Michel Foucault: conceitos fundamentais**. Trad. Fábio Creder, Rio de Janeiro, Vozes, 2018.

MEYEROWITZ, J. **How Sex Changed: A History of Transsexuality in the United States**. Cambridge, Harvard University Press, 2002

MACRAE, E. Identidade homossexual e política. In: **A construção da igualdade-política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”** [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 119-135. ISBN 978-85- 232-1998-7. <https://doi.org/10.7476/9788523219987.0010>.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização**. 5 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1972

MARGARET, M. **Sexo e Temperamento em Três Sociedades Primitivas** (1935). Coleção debates. Dirigida por J. Guinsburg. Equipe de realização - Tradução Rosa Krauz. Revisão Dora Ruhman, Fany Kon, Geraldo Gerson De Souza e J. Guinsburg. Editora Perspectiva, 2000

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MANICA, Daniela Tonelli. A desnaturalização da menstruação: hormônios contraceptivos e tecnociência. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre , v. 17, n. 35, p. 197-226, June 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832011000100007&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Out. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832011000100007>.

MANICA, Daniela; NUCCI, Marina. Sob a pele: implantes subcutâneos, hormônios e gênero. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre , v. 23, n. 47, p. 93-129, Apr. 2017 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-718320170001000093&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832017000100004>.

MARILAC, Luísa; QUEIROZ, Nana. **Eu travesti: Memórias de Luísa Marilac**. Rio de Janeiro: Record, 2019

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962: ou como são feitas as leis. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 16, n. 2, p. 463-488, Aug. 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Dec. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200008>

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Rumo a uma História Visual. In: MARTINS, José de Souza et al. (Eds.). **O imaginário e o poético nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2005

MIGNOLO, Walter D. Novas reflexões sobre “Ideia da América Latina”: a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Caderno CRH**, v.21, n.53, 2008.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte : Autêntica Editora : UFOP · Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo: Annablume, 2013. (Coleção Queer)

MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta**. São Paulo: Hoo, 2016

MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio; TESSER JUNIOR, Zeno Carlos; KOVALESKI, Douglas Francisco. Homofobia e os socialistas brasileiros em “O Lampião da Esquina” (1978-1981). **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 26, n. 3, e45989, 2018 .Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000300208&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 dez. 2020. Epub 11-Out-2018. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n345989>.

MORREIRA, Antonio Calor. A Bicha que virou Mulher; Uma discussão sobre transexualismo. **Lampião da esquina**, Ano 3, nº 35, Rio de janeiro.1981

MUNIN, Pietra Mello. **Processo transexualizador**. Discurso, lutas e memórias - Hospital das Clínicas. São Paulo; E-Manuscrito, 2019

MÜLLER, Tânia M. P. e CARDOSO, Lourenço. **Branquitude**: estudos sobre o branco no Brasil. Curitiba ; Appris, 2017.

NABAIS, João-Maria. Rembrandt – O quadro A Lição de Anatomia do Dr. Tulp e a sua busca incessante pelo autoconhecimento. Revista da Faculdade de **Letras ciências e técnicas do Patrimônio**, Porto 2009, I Série, Volume VII-VIII, pp. 279-296

NAMASTE, Viviane. **Sex Change. Social Change: Reflections on Identity, Institutions, and Imperialism**, Toronto: Canadian Scholars' Press Inc., 2011

NASCIMENTO, Evandro. **A Semana de Arte Moderna de 1922 e o Modernismo Brasileiro**: atualização cultural e “primitivismo” artístico. Gragoatá, Niterói, n. 39, p. 376-391, 2. sem. 2015.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014

NUNES, Sílvia Alexim. **Histeria e psiquiatria no Brasil da Primeira República**. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro , v. 17, supl. 2, p. 373-389, Dec. 2010

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. **Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004

OSMAN, Elzahra. O phármakon de Jacques Derrida. v. 8 n. 8 (2016): Revista **Contextura**, p.11-19

OLIVEIRA, João Manuel de et al . Feminismos queer: disjunções, articulações e ressignificações. **Ex aequo**, Vila Franca de Xira , n. 20, p. 13-27, 2009 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602009000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 dez. 2020.

OLIVEIRA, João Manuel de. Trans-ações de gênero, operando contra o sistema. **ex aequo**, n.º 38, 2018, pp. 9-16. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2018.38.01>

OLIVEIRA, Neusa Maria. **Damas de paus**: O jogo aberto das travestis no espelho da mulher. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994

OKA, Mateus; LAURENTI, Carolina. Entre sexo e gênero: um estudo bibliográfico-exploratório das ciências da saúde. **Saude soc.**, São Paulo , v. 27, n. 1, p. 238-251, Jan. 2018 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902018000100238&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902018170524>.

OUDSHOORN, Nelly. **Beyond the natural body: an archeology of sex hormones**. London: Routledge, 1994

PATRÍCIA, Galvão. **Paixão Pagu**, Rio de Janeiro: Agir, 2005, p.53

PASCHOAL, Marcio. **Rogéria: uma mulher e mais um pouco**. 1.ed. - Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016

PERREIRA, Cristina Schettini. **Um gênero alegre. imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-191)**. Campinas, Sp; [s.n], 1997

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Krafft-Ebing, a Psychopathia Sexualis e a criação da noção médica de sadismo. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo , v. 12, n. 2, p. 379-386, June 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142009000200011&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1415-47142009000200011>.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo , v. 23, n. 45, p. 239-260, July 2003 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100010&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Dec. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882003000100010>.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil?."Revista **Periódicus**, 2014, p.68-91.

PELÚCIO, Larissa. **Nos nervos, na carne, na pele**: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS. São Carlos : UFSCar, 2007.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo, Annablume, 2009

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual**. Políticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014

PIMENTEL, Ana Cristina de Lima, et al. **A breve vida do Norplant® no Brasil**: controvérsias e reagregações entre ciência, sociedade e Estado. *Ciência & Saúde Coletiva*, nº 22, 2017, p.43-52

PORTOCARRERO, Vera. **As ciências da vida**: De Canguilhem a Foucault. Rio de Janeiro. Fiocruz, 2009.

PLEGER, Wolfgang. **Manual de antropologia filosófica** – Os conceitos mais importantes de Homero a Sarte. Tradução Diego Kosbiau Trevisan, Petrópolis, RJ, Vozes, 2019.

PROSSER, Jay. **Second Skins: The Body Narratives of Transexuality**. New York: Columbia University Press, 1998

PRIORI, A., et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. **A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais**. pp. 199-213. ISBN 978-85- 7628-587-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 19, n. 1, p. 11-20, Apr. 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Nov. 2020.

PRECIADO, Paul B. **TEXTO JUNKIE: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. 1º Ed.n-1 edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano**. Crônicas da Travesia. Zahar 1ª edição, Tradução Elina Aguiar, 2020

PRIORI, A., et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. **A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais**. pp. 199-213. ISBN 978-85-7628-587-8. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. A ordem carnavalesca. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 6(1-2): 27-45, 1994 (editado em jun. 1995).

QUEIROZ, Cristiane Holanda. **Identidade sexual e verdade: a constituição genealógica de um campo patológico**. ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade, 2018, p.90-101.

RAYMOND, Janice G. **The Transsexual Empire: The Making of the She-Male**. New York: TeachersCollege Press, 1994

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: Prostituição e códigos da sexualidade em São Paulo, 1890- 1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

REIS FILHO, Ricardo Wagner; ARAUJO, Juliana Coutinho de; VIEIRA, Eny Maria. Hormônios sexuais estrógenos: contaminantes bioativos. **Quím. Nova**, São Paulo , v. 29, n. 4, p. 817-822, July 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422006000400032&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0100-40422006000400032>.

REVEL, Judith. **Michel Foucault conceitos essenciais**. Trad. Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos. 2005.

REZENDE, JM. **À sombra do plátano: crônicas de história da medicina** [online]. São Paulo: Editora Unifesp, 2009. Variola: uma doença extinta. pp. 227-230. ISBN 978-85-61673-63-5. Available from SciELO Books

RIBEIRO, Cristiane Crisp Martins et al . Efeitos dos diferentes anticoncepcionais hormonais nos valores de pressão arterial da mulher. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília , v. 71, supl. 3, p. 1453-1459, 2018 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672018000901453&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0317>.

RIBEIRO D. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento; 2017. (Feminismos plurais)

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro, a Formação e o Sentido do Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Global Editora, 2014

ROUDINESCO, Elizabeth; PLON, Michêl. **Dicionário de psicanálise**. Trad. Vera Ribeiro e Lucy Magalhães; supervisão da edição brasileira Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ROSAS, Paulo da Silveira. O dilema da Psicologia Contemporânea. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 30, n. spe, p. 42-90, Dec. 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000500003&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Out. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500003>.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher** [online]. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. Antropologia & Saúde collection. 224 p. ISBN 978-85-7541-399-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

ROHDEN, Fabíola. **Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX**. Horizontes antropológicos, 8.nº 17, 2002, p.101-125.

ROHDEN, Fabíola. Diferenças de gênero e medicalização da sexualidade na criação do diagnóstico das disfunções sexuais. Revista **Estudos Feministas** 17.nº 1, 2009, p.89-109.

ROHDEN, Fabíola. O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. Ver **História, ciências, saúde**, Manguinhos, nº15, 2008, p.133-152.

ROHDEN, Fabíola. **A construção da diferença sexual na medicina**. Cadernos de Saúde Pública nº 19, 2003

ROHDEN, Fabíola. **A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX**. A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX. 2003

ROGÉRIA. Brasil, campeão mundial de travestis. **Lampião da esquina**, Ano 3, nº 32, Rio de Janeiro, 1981

ROCON, Pablo Cardozo et al . Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. **Interface (Botucatu)**, Botucatu , v. 23, e180633, 2019 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-

32832019000100268&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Dec. 2020. Epub Aug 05, 2019. <https://doi.org/10.1590/interface.180633>.

ROCON, Pablo Cardozo; SODRE, Francis; RODRIGUES, Alexandro. Regulamentação da vida no processo transexualizador brasileiro: uma análise sobre a política pública. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 260-269, Sept. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802016000200260&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Set. 2020. <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.00200011>.

ROCON, Pablo Cardozo et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2517-2526, Aug. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000802517&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.14362015>.

RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la 'economía política' del sexo. Nueva *Antropología*, México, v. VIII, n. 30, p. 95-145, 1986.

ROSSI, Amanda. "**Monstro, prostituta, 'bichinha'**": como a Justiça condenou a 1ª cirurgia de mudança de sexo do Brasil e sentenciou médico à prisão, 2018. Disponível <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-43561187>>

SÁEZ, Javier; Carrascosa, Sejo. **Pelo cu, políticas anais**. Trad. Rafael Leopoldo. Belo Horizonte: Letramento, 2016.

SAID, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007

SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In B.S. Santos, & M.P.Menezes. *Epistemologias do sul*. Portugal: Ed.Corte, 2010.

SANTOS, Maria de fátima Lima. **A construção do dispositivo da transexualidade; saberes, tessituras e singularidades nas experiências trans**. Universidade do rio de janeiro, instituto de medicina social. 2010.

SANTOS, Jocélio Teles dos. "Incorrigíveis, afeminados, desenfreitados": indumentária e travestismo na Bahia do século XIX. *Rev. Antropol.*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 145-182, 1997. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011997000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 13 Nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77011997000200005>

SILVA, J. M.. **Dos Espaços Interditos à Instituição dos Territórios Travestis**: Uma Contribuição às Geografias Feministas e Queer. São Paulo, 26, V.2, n. 35, 2010.

SILVA, Hélio R. **Travesti – A invenção do Feminino**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ ISER, 1993

SILVA, Edlene Oliveira, COSTA, Alexandre Magno Maciel. Travestis e transexuais no jornal 'Lampião da Esquina' durante a ditadura militar (1978-1981). *Rev Dimensões*, nº 38, 2017, p. 214-239.

SILVA, Afonso Carlos da et al . Infecção em humanos por varíola bovina na microrregião de Itajubá, Estado de Minas Gerais: relato de caso. *Rev. Soc. Bras. Med. Trop.*, Uberaba , v. 41, n. 5, p. 507-511, Oct. 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822008000500015&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0037-86822008000500015>.

SOHN, Anne-Marie. O corpo sexuado. COURTINE, Jean-Jacques, VIGARELLO, Georges, CORBIN, Alain (Org). **A história do corpo: As mutações no olhar: O século XX**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 4º Ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2011.

SOLL, Bianca Machado Borba. Incongruência de Gênero: um estudo comparativo entre os critérios diagnósticos CID-10, CID-11 e DSM-5, 2016.

SOUZA, Leonardo Barros de; DANZIATO, Leonardo José Barreira. Das relações entre identificação e nomeação: o sujeito e o significante. *Rev. Subj.*, Fortaleza , v. 14, n. 1, p. 53-61, abr. 2014 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692014000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 Set. 2020.

SOUZA, Aujôr de Junior. **A política demográfica da igreja católica e a medicalização da contracepção** (1960-1980). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. FLORIANÓPOLIS, Programa de Pós-Graduação em História. 2006

SOUZA, Leonardo Barros de; DANZIATO, Leonardo José Barreira. Das relações entre identificação e nomeação: o sujeito e o significante. *Rev. Subj.*, Fortaleza , v. 14, n. 1, p. 53-61, abr. 2014 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692014000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 nov. 2020

SOARES, Suamy Rafaely. A feminização da pobreza e as políticas sociais focalizadas nas mulheres: um debate a ser repensado? **Jornada intercional de Políticas públicas**. 2011

SCOTT, Joan. **Gênero uma categoria de útil de análise histórica**. Educação e Realidade 20º Ed. 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das letras, 1987, p.224.

SH. Jones; TE. Adams, ; C. Ellis. ; Oliveira, Mao; NJ.Jaramillo. **HANDBOOK OF AUTOETHNOGRAPHY** (Coleção Queer). 2013. Left Coast Press, Walnut Creek: 736p. ISBN: 978-15-98746-00-6. APUD P.M.R, Motta; N.F. Barros. Autoetnografia. Cad. Saúde Pública vol.31 no.6 Rio de Janeiro, 2015

STOLLER, R. J. **Sex and Gender**: The Development of Masculinity and Femininity. Science House, jan de 1968

STRYKER, Susan. **Transgender history**. Berkeley, CA: Seal Press, 2008

STRIKER, Susan e WHITTLE, Stephen (orgs.). **The Transgender Studies Reader**. New York, Routledge, 2006

STONE, Sandy. **The empire strikes back**: a posttranssexual manifesto. In The transgender studies reader, organizado por Susan Stryker e Stephen Whittle, 221-235. New York: Routledge, 2006

TADEU, Tomaz. Nós, ciborgues: o corpo elétrico e a dissolução do humano. In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz. **Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte Autêntica, 2009

TAYLOR, Dianna (Org). **Michel Foucault: conceitos fundamentais**. Tradução de Fábio Creder, Petrópolis, RJ, Vozes, 2018.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. **L'Italia dei Divieti**: entre o sonho de ser européia e o babado da prostituição. cadernos pagu (31), julho-dezembro de 2008:275-308

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000

VALERIO, R. G. Sobre a biopolítica de Giorgio Agamben: entre Foucault e Arendt. Griot : Revista de **Filosofia**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 175-189, 2013. DOI: 10.31977/griofi.v8i2.561. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/561>. Acesso em: 15 nov. 2020

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar**. Individualismo e cultura; notas para um antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Dissertação de Mestrado do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Poscultura), Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2015

VERAS, Elias. F. **Carne, tinta e papel**: a emergência do sujeito travesti público-midiatizado em Fortaleza (CE), no tempo dos hormônios/ farmacopornográfico. Editora Appris; 2º edição, 2017.

VERUSKA. Brasil, campeão mundial de travestis. **Lampião da esquina**, Ano 3, nº 32, Rio de Janeiro, 1981

VEYNE, Paul. **Foucault**: Seu pensamento, sua pessoa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SITE DA INTERNET

<https://antrabrasil.org/>

<https://transfeminismo.com/>

<https://www.wpath.org/>

<https://revistacult.uol.com.br/home/o-mito-fundador-de-stonewall/>>

<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>